

GOVERNMENT OF INDIA
ARCHAEOLOGICAL SURVEY OF INDIA

CENTRAL
ARCHAEOLOGICAL
LIBRARY

ACCESSION NO. 59190

CALL No. 946.0905/O.P

CENTRAL ARCHAEOLOGICAL
LIBRARY, NEW DELHI.

Acc. No. 59190

Date 31-12-75

Call No. 946.905

O.P.

O ORIENTE PORTUGUEZ

9.º ANNO. 1912

N.º 1 e 2

— Janeiro e fevereiro —



FR. EPHRAIM DE NEVERS

E

A INQUISIÇÃO DE GOA

(1650-1651)

(Continuação da pag. 211 do vol. antecedente d'esta revista)

(a) . . O tribunal da Inquisição, creado e estabelecido pela Igreja com bons intuitos, foi em Goa uma fonte perenne de injustiças. Fez-se uso d'ella principalmente para destruir e arruinar os innocentes que tinham a infelicidade de lhe cahir nas mãos. D'entre muitas provas, escolho o caso do revdo. fr. Ephraim, capuchinho, referindo-o ao publico tal como o soube d'elle proprio.

(a) Trad. da *Storia do Mogor*, de N. Manucci, sobre a versão ingleza de W. Irvine. São d'este as notas designadas sob algarismos.

946.905

O.P.



Este bom frade era natural de Nevers, d'uma familia distincta. Tendo abraçado a vida religiosa, entrou na ordem de S. Francisco e foi mandado pelos seus superiores á India para prégar o Evangelho. Passando por Madrastra, foi ali demorado pelo agente da companhia ingleza a fim de ministrar o alimento espirital aos christãos residentes n'aquelle logar ¹.

Em Madrastra continuou a viver com exemplares costumes, tendo grangeado alto conceito, não somente como um homem de bem, mas como sacerdote zeloso. Observava com rigor as regras da sua ordem. Correram assim as cousas até 1649, em que teve a desdita de cahir nas mãos dos commissarios da Inquisição, estabelecidos em S. Thomé. Antes de mais, cumpre aclarar as causas reaes da sua prisão, porquanto as que ostensivamente se apresentaram, foram um mero pretexto. Ficou sempre occulta a verdadeira razão que não era, como se verá, outra mais que um odio irreconciliavel e uma excessiva inveja que lhe tinham algumas pessoas da localidade, devido ás virtudes e á excellente conducta do padre e ao cargo que elle desempenhava.

O primeiro motivo da prisão d'este digno frade foi, tal como o admittiu o proprio 1.º inquisidor de Goa no dia de S. Marcos, 1651 (a), uma carta que fr. Ephraim tinha escripto a Manoel Mascarenhas ², governador de S. Thomé, oppondo-se a certos abusos que ali se praticavam e esse governador tolerava. Essa tolerancia devia-se aos portuguezes considerarem taes abusos como actos muito

¹ Tanto o pedido dos habitantes, como a ordem do governo, ambos datados de 8 de junho de 1642, estão publicados nas *Mémoires utiles et nécessaires*, de Norbert (Lucca, 1742) pg. 93-95. Refere-o tambem Tavernier, *Travels* (ed. Ball) II, 220 Fr. Ephraim morreu em Madrastra por 1694, e o seu companheiro, fr. Zenão, em 1687, com 85 annos d'idade. A fr. Ephraim succedeu outro capuchinho francez, fr. Miguel Angelo (Penny, *Church in Madras*, 220, 223).

(a) 1650 ?

² Nos registos do forte de S. Jorge, de 27 de outubro de 1646, falla-se d'um Manoel Mascarenhas de Almeida.

santos, tendo sido, portanto, a sua condemnação por fr. Ephraim reputada uma grande liberdade, nada menos que um ataque á religião. Julgou-se uma heresia muito condemnavel o que o frade expunha na carta, esperando trazêl-os ás verdadeiras vistas da Egreja. Tão plenamente convencidos estavam os portuguezes da orthodoxia da sua crença sobre o assumpto em discussão, e do erro do frade, que o 1.º inquisidor lhe disse que, por permissão divina, elle (o frade) tinha assignado tal carta, produzindo assim uma prova authentica de que a tinha escripto. «O que ella contém — acrescentou o 1.º inquisidor — tem sido condemnado não sómente por legistas, mas ainda por cinco doutores. Toda ella mostra, sem duvida, que procede d'um espirito impregnado dos erros de Luthero».

Fundava-se tal opinião no facto do frade citar em cada linha a Escriptura sagrada, sem dizer consa alguma de Santo Agostinho ou de Santo Ambrosio. Disse mais o inquisidor que os cardeaes (?) do Santo Officio, que apenas tinham lido uma vez as proposições constantes da carta, não pudéram deixar de condemnar o autor a ser, o minimo, privado do seu habito. «Eis o motivo por que devo examinar-vos rigorosamente sobre a doutrina e opiniões de Luthero». Assim fallou o inquisidor e continuou muito escrupulosamente o primeiro interrogatorio a que o frade foi submettido e que se denomina exame geral. Foi isto em maio de 1650.

Mortificando-o por esta forma e dizendo que a carta, sob color de zelo, estava repleta do veneno das doutrinas de Luthero, acrescentou o inquisidor: «não sou eu quem vos condemna, como acabei de dizer-vos, mas os homens doutos d'esta cidade, pois nem eu, nem esses padres seculares, estudamos sequer a theologia, limitando-se todos os nossos conhecimentos ás leis canonicas».

O questionario concernente á carta derivou de certos papeis escriptos em S. Thomé, nos quaes se faziam a ella uns commentarios dolosos, e se tiravam d'ahi falsas

conclusões. Ao saber isto, fr. Ephraim não pôde conter-se de observar aos seus juizes: «Prouvéra a Deus que todos aquelles que escreveram isso contra mim, estivéssem aqui presentes, que eu lhes responderia». Mas o inquisidor, vexado por ter ficado patente a sua ignorancia, interrompeu o frade e o reprehendeu com aspereza, dizendo que tinha feito as perguntas de sua propria cabeça, sem as tomar a escriptos alheios. Mas, era evidentemente falsa essa sua affirmação, pois o frade esteve tão proximo d'elle que viu muito bem donde elle colhia as perguntas. Entre outras, referia-se uma a Jayme I de Inglaterra, que o inquisidor não podia ter feito senão com os documentos que tinha presentes.

O segundo motivo das accusações proveio de duas representações, realisadas tambem em S. Thomé por ordem do padre administrador do bispado, por occasião da festa d'Assumpção da Virgem. Alguns inglezes que a ellas assistiram a pedido dos proprios padres, julgaram-n'as tão profanas que fizeram troças e disseram a fr. Ephraim que os catholicos romanos eram irreverentes, sem respeito algum pela sua religião. O bom do padre ouviu isso com pesar, e movido pelo zelo da casa de Deus, reprovou em termos vigorosos os autores de taes profanações.

Foram estas as duas causas da sua prisão. Se no summario do processo outras houvesse, seriam uns itens frivolos, forjados depois d'elle ter escripto a carta citada.

Com essa carta tanto se offendeu o pe. Jeronymo de Sá ¹, administrador do bispado, que reuniu todos os seus amigos e partidarios para discutirem se alguma cousa achavam n'ella contra o frade. Por outro lado, aquelles a

¹ O *Oriente* (aliás *O Crente*) de Goa publicou em 27 de outubro de 1887, um documento, datado de Goa, maio de 1636, que tem referencia ao reverendo Jeronymo de Sá, arcediogo e desembargador ecclesiastico. E' provavelmente quem estava, em 1649, administrando a diocese de S. Thomé (W. R. P.)

quem fr. Ephraim tinha reprehendido — o que, aliás, bem mereciam — viram agora ensejo aberto a cevar o seu odio. Mas tão frivolas eram as suas accusações que o proprio inquisidor d'uma vez lhe disse (ao frade), que não duvidava de ser gente maligna todos os que contra elle tinham jurado; contudo, como tinham jurado pela fé, o seu zelo era louvavel. Analyse o leitor um pouco se é correcta esta proposição: «são malignos, mas é bom o seu zelo». Note-se que todas as accusações partiram d'uma só pessoa, e que não havia testemunhas.

Não havia meio de executar a ordem para a prisão do frade, visto estar em territorio onde os inquisidores não tinham jurisdicção. Assim, o governador Duarte (?) de Sá (a), mandou-lhe expressamente, em 27 de junho de 1649, a pedir que fosse a S. Thomé, dizendo-lhe que se tinham achado meios de o reconciliar com o agente inglez, com o qual o frade não estava em bons termos, devido ás questões entre ambos suscitadas pouco antes. O revdo. frade muitas vezes havia recorrido anteriormente aos portuguezes, durante a sua estada em Madrasta, com respeito a varias questões.

Tambem o padre administrador da diocese lhe escreveu, pedindo para ir fallar-lhe sobre um assumpto importante, mas secreto, que tinha a comunicar. Por isso, o digno frade foi; mas, tinha apenas chegado proximo de S. Thomé, ainda no territorio, aliás, mahometano, foi preso e conduzido ao convento dos jesuitas, tendo-lhe dirigido, pelo caminho, um dos que o haviam prendido, palavras muito injuriosas. No convento encontrou sentado n'uma cadeira o pe. administrador da diocese. Deitaram-lhe ferros ás pernas, os quaes eram tão pequenos, pesados e incommodos que, a cada passo que desse, o frade cahia como um morto, sendo por isso, no dia seguinte, trocados por outros, e assim continuou, tanto

(a) *Artus* está no texto; seria Duarte?

por mar, como por terra, até 10 de novembro de 1649, e se não fora o revdo. fr. Manoel de S. José, *cordelier*¹ que, declarando responder por elle e, por sua propria autoridade, lhe tirou os ferros, fr. Ephraim iria n'aquelle estado a Goa.

No referido convento fr. Ephraim viu-se compellido a mostrar que não era isempto da fragilidade humana, pois, vendo-se tratado com tanta dureza n'uma casa religiosa, onde se aponta a caridade como um mote, ficou muito impressionado, tanto mais que, em anteriores occasiões, esses dignos padres se lhe tinham mostrado benevolos, e o tinham tratado com muito affecto e urbanidade. Mas, o que mais lhe cortou o coração, foi o recusarem-lhe a confissão e communhão. O pobresinho ficou tão abatido que lhe pareceu estar proximo o seu termo, tanto que se preparou para a morte, e pediu um confessor com a insistencia que uma tal conjunctura provoca no espirito d'um bom christão. Responderam-lhe que não tinham ordem para lhe dar um confessor, ao que o honrado frade perdeu totalmente o animo e se desfez em pranto. Disse comsigo proprio: «quê? n'uma casa religiosa recusa-se a confissão e communhão a um sacerdote proximo a morrer?»

Mas, se a tanto havia chegado a dureza dos jesuitas, teve, por outro lado, excellente tratamento dos frades *cordeliers*, da ordem de S. Francisco e dos capuchinhos. Tamanho fôra o affecto d'esses frades, que fr. Ephraim, sempre que fallasse do caso, não cessava de lhes tecer os

¹ *Cordelier*, frade franciscano, assim chamado pelo cordão cheio de nós que trazia á cintura (a).

(a) Esta denominação veio de França, onde era dada exclusivamente aos *observantes*. Em Goa os franciscanos foram todos originariamente *observantes*, dividindo-se depois entre os d'esse titulo e o de *reformados* ou *capuchos*. (I. G.).

maiores elogios, e — acrescentava — é isso ainda muito pouco em comparação do que merecem.

A 15 de janeiro de 1650, o illustre frade chegou á barra de Goa ; foi immediatamente desembarcado e levado á casa da Inquisição, aonde chegou ao sol-posto. Foi primeiro introduzido no quarto do porteiro, onde lhe tiraram o capuz e o habito ; queriam tambem despir-o dos seus habitos menores, mas fr. Ephraim, mostrando-lhes que estava presente um menino de 12 annos, observou : «é possível que me queiraes despir diante d'esta criança ? » Mandou-se embora o pequeno. Então um padre, que lhe registou ahi o seu nome e o dia reclusão, declarou que não era necessario despir-se ; que era preciso apenas entregar-lhes o seu crucifixo, breviario e alguns papeis que trazia enrolados n'uma capa. Assim se fez e seguidamente foi mettido no carcere.

O carcere é á maneira d'um claustro, com duas galerias, cada uma de quasi 50 passos de comprimento. O frade médiu-as por vezes, indo da sua cella para a mesa do julgamento. O quarto, em que a principio foi recluso, era muito estreito. No domingo pediu o seu breviario, mas responderam-lhe que não estava no seu convento, e que era precisa a permissão do arcebispo. Foi-lhe, comtudo, entregue pela tarde.

A 17 de janeiro de 1650, uma segunda-feira, o inquisidor mandou-o chamar, deu-lhe o seu crucifixo e foi registado o seu nome. Na terça, mudaram-n'o para outra cella, dizendo-lhe que lh'a davam por ter mais luz, onde elle podia ler as suas orações. Ainda lhe déram outra cella em 21 de março, e outra em 1 de abril. Todas estas cellas são do mesmo comprimento, largura e altura ; cada uma d'essas ultimas tres tinha uma janella com grades de ferro, do comprimento de 11 pés. As janellas ficavam á altura de dois homens, sobre o pavimento, um e meio covado de comprimento e um dito de largura ; as bombardeiras eram quasi de 12 pés. A 1.^a cella não tinha

janella, nem mesmo um pequeno buraco. Fr. Ephraim permaneceu na ultima cella, que lhe dêram, até 9 de maio de 1650. Notando o inquisidor que o frade estava muito fraco a ponto de não poder soster-se de pé, e de o ter visto cahir duas ou tres vezes, movido de compaixão, mandou-o para outra cella, que d'um lado tinha 15 pés e d'outro 18, situada abaixo da grande sala da Inquisição; era escura, mas fresca, mas essa mais frescura produziu n'elle agudas dôres de gotta nos pés e mãos.

Na vespera do Espirito Santo ¹ appareceu o novo inquisidor a visitar junto com o seu antecessor o carcere. Mandou que a fr. Ephraim fosse dado um companheiro para lhe assistir, pois, no dia antecedente, o carcereiro prevenira que infallivelmente o encontrariam qualquer dia morto. Esse companheiro esteve com elle desde 4 de junho de 1650 até 5 de novembro de 1651; um tal privilegio era, comtudo, concedido a todos os presos. Para todos era identica a alimentação; almoço ás 6 horas da manhã, jantar ás 10 horas e ceia ás 5 horas da tarde, tudo de boa qualidade e sufficiente.

Mas vamos ao começo do processo. A 14 de março de 1650, o inquisidor mandou comparecer fr. Ephraim perante a mesa, perguntou-lhe formalmente o seu nome, filiação, posição social, viagens, estudos, e naturalidade. Tornou o frade á prisão. Na quarta-feira de cinza ², dia em que o inquisidor costumava visitar os presos, declarou elle ao frade que lhe não podia, por certos motivos, conceder que se confessam ou commungasse. Que motivos seriam esses que se não declaravam? Mas, durante todo o tempo que esteve preso, fr. Ephraim nunca pôde obter licença para se confessar ou commungar,— nem mesmo

¹ Devia ser, pelo Breviario romano, a 4 de junho (novo estilo).

² Março 2 de 1650 (n. e.); parece, comtudo, pelo decurso da narrativa, que se colloca a quarta-feira de cinza depois de 14 de março (W. R. P.). Não posso explicar a divergencia; talvez deva lêr-se 14 de fevereiro em vez de 14 de março.

permissão para dizer missa na semana santa. Pediu que, pelo menos, lhe déssem um missal ou a Escriptura sagrada para poder ler a paixão de Nosso Senhor Jesus Christo; responderam-lhe que não, tendo-se comtudo permitido ao seu companheiro confessar-se e commungar na festa de paschoa.

Em maio foi chamado ao interrogatorio geral. Antes de mais, foi interrogado acerca dos erros de Luthero e Calvino, fazendo-se-lhe as perguntas conforme um volumoso livro impresso que o interrogante tinha na mão. Depois d'isto, tirou a carta, a que me referi, d'um maço de papeis que formavam o corpo de delicto contra o frade, o qual se lhe entregou. Darei logo a sua traducção, para se saber as differentes cousas a que alludia.

A 21 de setembro de 1650, foi chamado a exame especial, em que foi interrogado sobre as accusações derivadas do corpo de delicto. Novamente teve de comparecer a 4 de novembro, quando pelo escrivão, que era um jesuita (a), lhe foi lido o corpo de delicto. Quando fr. Ephraim perguntou ao inquisidor, se esse ecclesiastico não era da Companhia de Jesus, respondeu-lhe affirmativamente; ao que fr. Ephraim replicou: «desejaria antes que esses homens fossem meus accusadores do que juizes». Ao que o inquisidor replicou: «qual é a falta d'este homem? nós é que fazemos tudo».

Em seguida foi interrogado se desejava que lhe déssem um defensor no processo, e o inquisidor nomeiou para este fim o reverendo padre commissario da ordem de S. Francisco. Foi-lhe enviado ao carcere o corpo de delicto, com 2 folhas de papel, pennas e tinta. Fr. Ephraim começou immediatamente a tirar uma copia textual n'uns bocados de papel em que se tinham embrulhado uns pós manda-

(a) Seria de facto jesuita? E' certo, aliás, que os jesuitas, seja na India, seja em Portugal, nunca se intrometteram nas cousas da Inquisição.

dos a seu companheiro ¹, pois d'outra forma não podia occultar a copia. Em seguida escreveu breves respostas ás accusações, que o seu defensor, quando chegou, copiou com boa letra.

E' de uso na Inquisição chamar o defensor e tomar-lhe o juramento aos Santos Evangelhos, de que divulgará tudo quanto se passe entre elle e o réu, e de que não ministrará a este, ainda que seja solicitado, argumento algum para a defeza. Nada do que entre ambos se passa, pode ficar em segredo, pois, quando estão a fallar, assiste sempre no quarto um familiar da Inquisição, com uma espada ao lado. Assim, o defensor nada mais faz senão escrever os argumentos e respostas que o réu lhe dicta, ou lhe entrega para os copiar.

Segue o corpo de delicto com as respostas ás respectivas accusações ².

(*Continúa*).

J. A. ISMAEL GRACIAS.

¹ Cf. em Tavernier (ed. Ball, I, 230) como o frade usou d'alguns lapis de chumbo que não tinham sido apprehendidos; diz-se que o papel tinha já servido para embrulhar tabaco em pó.

² No original as accusações e as respectivas respostas lêem-se lado a lado, em columnas paralelas. Para clareza, vae aqui cada accusação com a respectiva resposta.

TRAÇOS HISTÓRICOS SOBRE A MEDICINA ARYANA ¹



OB o ponto de vista histórico, a medicina aryana, como a maioria das sciencias e artes, perde-se no mysterio de lendas á medida que se remonta á sua origem.

Os indios, como todos os povos antigos, classificavam-n'a de revelada, suppondo derivar de Deus Bramá, a quem e ás suas obras (*Vêdas*) se attribuia uma perfeição absoluta. Pensa-se que este transmittiu as noções da sciencia medica a Prajapoty ², ou Deus Indra, o qual, por sua vez, ministrou o ensino aos seus discipulos a bem da humanidade.

E' esta maneira de pensar dos avoengos que concorreu para a ruina de todas as sciencias e artes.

¹ Chama-se assim porque a medicina foi estudada, desenvolvida e praticada na India pelo *aryas* (raça branca conquistadora).

Chama-se tambem ayurvedica porque teve a sua origem no *Ayurvêda* (*Ayur*= vida e *vêda*= sciencia), isto é sciencia que diz respeito á conservação da vida. O *Ayurvêda* é um annexo ao *Atharvavêda* (*Upvêda*).

² Ha quem pense tambem que Bramá ensinou o *Ayurvêda* a Daxaprajapoty, este a Axvinicumar, e este ainda por seu turno a Indra, que, a bem da humanidade, instruiu Bharadvajraxy e este teve por discipulo Agnivêxa, constituindo d'esta maneira uma cadeia dos ayurvedicos desde Bramá até Agnivêxa. São modos de pensar, que não têm nenhuns visos historicos; são apenas imaginações phantasticas.

Muitas intelligencias robustas, que com o seu esforço poderiam contribuir para o engrandecimento do cabedal scientifico, estacaram paralygadas perante o papão da superstição divinizada.

D'ahi a apathia que caracteriza a medicina aryana, no que respeita a novas descobertas, novas investigações, que poderiam lançar muita luz sobre os segredos da natureza humana.

D'ahi muitos problemas de interesse vital, sem uma solução plausivel.

Este estado de cousas, porém, não continuou indefinidamente. A diversidade de circumstancias e phases pelas quaes a India passou, operou um novo modo de vida na alma do indio illustrado.

Nova ordem de idéas apoderou-se do mundo scientifico aryano, que de leve em leve continuou a seguir os seus passos com a marcha da evolução.

As noções scientificas, que até então se transmittiam de bocca em bocca, foram consubstanciadas em livros com muitas annotações e modificações, feitas por quem as compilou.

O periodo de obscurantismo, a que acima alludimos, e que vem até Agnivexa¹, pae da medicina aryana, podemos denominar-o **periodo prehistorico**, por absoluta falta de dados sufficientes que nos orientem sobre o que foi a medicina aryana n'esses tempos remotos

Não se quer dizer com isso que antes de Agnivexa não se fez nada no tocante á medicina. Avançou-se bastante, pois que Roma não se fez em um só dia; mas tudo sem um methodo scientifico, sem uma orientação definida, sem um criterio racional para podermos apreciar-o como obra de sciencia.

¹ A obra que Agnivexa escreveu sobre a medicina aryana, é conhecida sob o titulo de *Agnivexatantra*; é aquella em que Charaka se inspirou.

O *Ayrvêda* considera o creador do universo como creador da medicina.

O *Rigvêda* louva-o como tal e diz que os *asvinicumaras* (esculapios celestes conforme a mythologia indiana) tornaram moço o velho Chavanabhargava, reconstituíram a cabeça mutilada de Dacxa, enxertaram em Indra o penis caprino, crearam dentes e olhos artificiaes a Bhagadatha.

Ao tempo em que appareceu o *Atharvavêda*, o ultimo dos quatro de que falam os *Puranas*, estava em voga a magia, o amuleto, o verbo mystico e outros recursos feiticeiros, como meios de curar as doenças, que se consideravam obras de espiritos malignos que, para as suas façanhas morbificas, se serviam dos cinco elementos de natureza (terra, agua, calor, vento e espaço, conforme a philosophia oriental).

Offertavam-se victimas para alcançar a graça dos deuses, ou aplacar a sua ira, sem ser todavia dispensado o auxilio da therapeutica, que se servia de variados productos vegetaes, animaes ou mineraes para alliviar os soffrimentos da humanidade paciente.

O *Ayurvêda* que faz parte do *Atharvavêda*, e se considera como base fundamental da sciencia medica aryana, comprehende oito capitulos a saber :

1.º *Xalea* (cirurgia),—2.º *Xalakea* (medicina pratica de todas as doenças da parte superior da nuca),—3.º *Butvidea* (doenças attribuidas aos espiritos malignos),—5.º *Koumarabharatea* (doenças de crianças),—6.º *Agadatantra* (posologia),—7.º *Raçaina* (tonicos e reconstituintes),—e 8.º *Vagikarana* (aphrodisiacos).

Esta obra primitiva, que é origem de toda a medicina aryana, não existe actualmente ; mas, pelo que temos exposto, relativamente aos diversos assumptos de que ella trata, estamos intimamente convencidos de que não foi inopportuno o termo-nos referido a

isso, para se poder fazer, se não completa, ao menos uma idéa vaga do estado da medicina nos tempos vedicos, isto é, 3000 annos antes da éra de Christo (*History of Arian Medical Science by the Thakore Saheb of Gondal*).

Sem desviarmos a nossa atenção para incidentes de menor importancia, que se deram no intervallo de 1.000 a 1.500 annos, que medeia entre o *Atharvavêda* e o Hypocrates da medicina aryana, incidentes que se destacam mais pela sua feição mythologica do que pela scientifica, veremos quaes as variações, para melhor, que a medicina soffreu e quaes as causas que influíram no movimento da regeneração das sciencias medicas.

Foi Agnivexa que não só lançou a semente d'essa planta do progresso scientifico, mas teve até a felicidade de vê-la germinada e crescida.

Recebeu uma poderosa coadjuvação de diversos campeões de sciencia medica que surgiram n'essa epocha feliz. Taes são : Jatukarna, Haritha, Bhedda, Parashara, Khxarapany, Susxruta, Napadheva, Aurabhra, Puxcalavata e outros.

Cada um d'estes deixou uma obra. As dos seis primeiros versam sobre a medicina propriamente dita e as dos restantes sobre a medicina cirurgica.

O Agnivexa encontra-se no vertice d'um angulo cujos lados são occupados, um pelos medicos e outro pelos cirurgiões.

Foi, pois, Agnivexa que defrontou corajosamente com o monstro da censura da opinião publica, subjugou-o com todo o exito, fazendo dissipar as trevas das idéas erroneas do sobrenaturalismo e fetichismo, que então dominavam o espirito do mundo aryano.

Foi elle mesmo que abriu novos horizontes aos profissionaes da sciencia medica, rasgando a velha

rotina do negro obscurantismo, que os envolvia. Com justa razão, pois, merece o nome de pae da medicina aryana, que a historia lhe consagra.

Seria um trabalho baldado e difficillimo descrever aqui, com precisão e minudencia, as modificações de que a medicina aryana foi objecto, graças aos incansaveis esforços d'esse homem de sciencia. Julgamos, porém, não ser extemporaneo dizer o que houve de notavel a este respeito.

O fetichismo dormiu para sempre, pelo menos no que diz respeito ao campo da sciencia medica. A magia, o verbo mystico, o talisman, aos quaes nos temos referido, perderam o seu logar de honra que occupavam no dominio therapeutico. A anatomia, a hygiene, a materia medica, a pharmacia, a pathologia, o diagnostico e prognostico são assumptos de que a obra de Agnivexa fala com toda a concisão, precisão e clareza, embora d'um modo empirico. Vê-se d'aqui bem claramente, quaes as reformas que se devem a Agnivexa e que caracterisam o inicio d'uma nova era que se deve chamar periodo historico.

Quanto ás causas que occasionaram o transformismo na vida intima da sciencia medica, podemos apontar como principaes : a revolução nas idéas religiosas, que se ia preparando nos espiritos cultos contra os vicios, de que aquellas estavam eivadas,— o affrouxamento gradual da influencia do bramanismo, cujos rigores eram insupportaveis para a maioria da população, — e finalmente os trabalhos preparatorios da implantação do budhismo, que mais tarde chegou a dominar quasi toda a peninsula indica.

O periodo historico, a que se refere, vem desde Agnivexa até aos nossos dias. Este periodo conta mais ou menos tres mil annos. Convém pois saber o que occorreu de notavel com respeito á medicina n'esse longo intervallo de tempo.

Foi Charaka que, mil annos depois de Agnivexa, reformou a obra d'este, additando-a com muitos conhecimentos novos.

Esse trabalho, porém, versa mais sobre a medicina propriamente dita do que a medicina cirurgica. Faz allusão a diversos preparados medicinaes, taes como: pós, cosimentos, pilulas, bolos, caldos, tinturas, alcoolaturas, electuarios (raçainas), compostos mine-raes especiaes, saes (nacia), preparados medicamentosos administrados pelo nariz, collyrios, oleos, manteigas, cigarros etc., preparados que hoje estão em uso. O ouro, a prata, o cobre, o chumbo, o zinco, o ferro, o sulfureto vermelho de arsenico, o ouro pimento amarello, o sulfureto de antimonio, a bilis, o sangue, a carne etc. são os productos do reino mineral e animal, de que se faz menção n'essa obra, como meios therapeuticos.

Trezentos annos depois, ou seja 800 annos antes da éra de Christo, apparece Susruta ¹, grande cirurgião d'aquelles tempos, o qual deixa uma obra de alto valor.

A sua leitura faz immediatamente resaltar á vista o aperfeiçoamento, que a sciencia medica e sobretudo a cirurgia lhe deve.

Falla desenvolvidamente da anatomia, postoque não o faça com a perfeição que caracteriza os anatomistas modernos. Refere-se a rhinoplastia (operação indiana) e á auriplastia (se assim pode chamar a reconstituição da orelha), operações que se devem

¹ Ha quem diga que Susruta foi discipulo de Divodassa, rei de Caxy (Benares) e considere este ultimo como incarnação do conhecido personagem mythologico Dhanvantary (Esculapio celeste), julgando d'esta maneira a origem de cirurgia completamente independente da de medicina.

E' um erro crasso que logo se percebe, quando se confrontam o Charaka e Susruta, pois que ambos elles tratam de medicina e de cirurgia com maior ou menor extensão.

exclusivamente á invenção d'esse illustre homem de sciencia. Discorre sobre as operações de cataracta d'uma maneira admiravel. Descreve as diversas apresentações viciosas de creança, alvitando ao mesmo tempo os meios de intervenção. Disserta largamente sobre as propriedades da agua e sobre o modo de alimentação.

Foi elle que deu ao mundo, antes de todos, a idéa vaga da função de circulação.

Seguiu-lhe Vagbhatta (200 annos antes de Christo) n'essa cruzada do progresso da medicina aryana, o qual synthetizou n'uma só as obras de Charaka e de Susruta, colligindo criteriosa e methodicamente os materiaes, melhorando-os quanto cabia nos limites das suas forças.

Esta obra é muitissimo clara na sua exposição e d'um estilo muito elegante; é a que ainda hoje serve de texto aos que fazem o estudo da medicina aryana. A cirurgia deve-lhe muitos melhoramentos.

E' o terminus do progresso da medicina aryana. Segue depois um periodo de decadencia, que vem até aos nossos tempos.

A cirurgia, que foi victima do bramanismo rigoroso e intransigente, pois era até prohibido tocar nos cadaveres, não mais chegou a restaurar-se como devia. Um ou outro astro de primeira grandeza, tal como Susruta, surgiu radiante no horisonte scientifico, sim; mas a luz que elle ou elles emitiram não foi sufficiente para fustigar as densas trevas de ignorancia que, sob a monstruosa forma de superstição, dominava todo o coração sensivel do indio. O budhismo que se lhe seguiu e chegou a imperar por todo o Hindostão, em vez de a levantar, afundou-a cada vez mais pelo seu principio de *ahiucá*, que via em tudo a essencia divina e portanto impunha como lei irroevgavel a abstenção rigorosa da effusão de sangue e do uso de carne.

A medicina, porém, graças á solicitude e empenho dos reis piedosos, que foram sectarios d'essa religião, progrediu um pouco; mas este progresso teve uma existencia ephemera e pouco duradoura.

A invasão da India por Alexandre de Macedonia marca o principio da queda da sciencia medica aryana.

As luctas continuas, de que a India foi theatro a partir d'essa epocha memoravel (320 annos antes de Christo), a perseguição religiosa e mais tarde a dominação despotica dos mouros, feitas raras excepções, e a consequente falta de protecção ás sciencias, artes e profissões livres: eis uma serie de causas da decadencia da medicina aryana.

Uma e outra tentativa houve, porém, aqui e acolá, e de longe em longe para fazer reviver a sciencia agonisante.

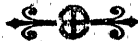
Trabalharam n'este sentido Vatsçaiana, Nagarjuna, Vrauda, Chacrapany, Xarangadhara, Madhavacharia, Bhavamixea e outros, cada um dos quaes deixou uma obra, fructo dos seus aturados e insanos trabalhos. Entre essas obras merece especial menção o *Nidana* de Madhavacharia, um estudo bem feito de semeiologia, que foi traduzido pelos arabes, como o fizeram em relação ao Charaka e Susruta no seculo viii, — e o Bhavaprakasa de Bhavamixra que adoptou alguns medicamentos da medicina *junani* (arabica) como sendo uteis, e falla do *firinguirôg* (syphilis).

Pode-se dizer que Bhavamixa completou a obra de Agnivexa, de sacudir por infundada a origem revelada da sciencia medica aryana, adoptando varios conhecimentos, quer nacionaes, quer estrangeiros, comprovados pela experiencia e pela razão.

Todos estes trabalhos foram infructiferos, sem nenhum resultado positivo.

Os desvelos e carinhos d'estes não puderam levantar a medicina aryana do estado neurasthenico, em que ainda actualmente se acha.

BASCORÁ MABLÁ SINAY BORCAR.



DIALECTO INDO-PORTUGUEZ DE CEYLÃO

DIALOGOS

(Continuação da pag. 230 do vol. antecedente)

Charles — Eu tem alegre que o *venkel* ¹ cedo já fica fichado, Peter.

Peter — Muito grande mercê; eu já primetê ² per minha mulher que eu cedo lô andá casa, ella lô têm esperando per mi.

Charles — Que dódice home! hum novo cazado maceo ³ não tem assi comportado, e não amá astanto per sua mulher como vós. Ella tem velja agora, que lô ella emportá si vós te andá hum pouco tarde casa?

P. — Velha? meu mulher? Amor não fitá velho, assi como tempo te passa, aquel te ficá mais bunito e muito puro.

C. — Allá tinha hum tempo quando tabem já cantá fallando: ⁴

«Amor sua valia quem podê fallá?

Mais precioso do que diamante

Muito mais bunito do que pratta

Quem achá amor não sintê triste».

¹ Repartição, porventura do hollandêz *venkel*.

² Prometti á minha mulher.

³ Joven, mancebo, recém-casado.

⁴ Cantava assim.

Mas agora eu tem sete annos cazado, e já cavá, ficá ¹ enfadado com minha mulher, ella não emportá que hora eu te andá casa.

P. — Sete annos namás ²? Assi presta já amor jugi de o coreção? Ah, Charles! nunca vós lês quelie, Jacob já servi sete annos vide ³ Rachel e aquels já parcê per elle como hum póco dias namás, vide o amor que elle tinha per ella. Eu não lembrá que vós justamente já amá per vossa mulher. Ella tinha assi bunito e fremóso como Rachel, sua buniteza, e bom maneira já tentá per vós, sem nehum amor vós já casá, e sem amor vós dous agora, te passá.

C. — Tem eu só namais quem já casá sem amor? Olhá o discordança, o tristéza, o pobréza, obriga antre marido e mulher; fallá te ellotros, amá huma e outro?

P. — Não. Quelie pode esperar, que o maceo quem não respeitá sua pae e mãe, quem não tem acordado ⁴ com sua irmãos, e principalmente, quem nunca conhecé per Deus, que elle lo amá per hum menina? Olhá per os maceos de este tempo. O dinheiro que mistá ficá dado per sua pobre mai te fica botado ne pipes ⁵ e de o pal-mião até atarde o casa te fedê com o chêro de tabaco. Que tanto pobre parentes te nistá júda, e o igreja tabem tem coitado, mas que te os maceos emportá de o pobreza de outros, beberajo tem mais chegado do que o mais chegado parente e mas que o livro de Deos te fallá: «Premeiro buscá o reyno de Deos», ainda o cizo, prendido ⁶ maceos premeiro te buscá obeberajo *chap* ⁷. Oh! Charles, que tanto sayão eu sintê quando tem convidado

¹ Já acabou, estou aborrecido.

² Sómente.

³ Por amor de.

⁴ Não está de acordo.

⁵ Cachimbo.

⁶ Jovens inteligentes, instruidos.

⁷ Loja, de *shop*, inglez.

per hum casamento casa. Eu te sabê per muito meninas e maceos, o dia de casamento tem o comêço de hum vida de tristeza.

C.— Sem, mas nunca vós lembrá que os pais e mãis e padres tabem tem per ficá culpado ?

P.— Ah! aquel palavres tem verdade. Os pais e mãis tem vergonha per papiá com suas filhos e filhas, tocando cazamento, videque ellotros, tem assi pouco-idade, ainda ellotros non tem pôco idade per cazá. Nenhum maceo ou menina non tem bom per tem dado per casá quem tem muito pôco-idade, e quem não intende o responsabilidade de hum marido ou mulher. Os padres tambem mistá fielmente avizá per os poco-idades de o perigo e miseria que tem per vi ¹ sobre ellotros quem desemportadamente te entrá ne o santo estado de casamento.

C.— Nossa comberção tifficá muito cumprido, oljá vós já cavá chegá perto vossa casa, eu tambem lô andá hoje cedo casa, eu te gardicê per vós vide o eizo ² solemno palavras. Dessê Deos judá per mi per amá per minha mulher assi como vos te amá per vós.

P.— Antrá, antrá, minha mulher cantá, ouví:

Cecilia — cantando :

Leandro, chegá janella
Oljá corrente cristelino
Que corrê peregrino
Com pôco sonora agua.

P.— Ah! amante Lizarda,
Donzella, bunita e bella,
Eu já vi ne janella
Não olhá agua, mas boa cara.

¹ Que sobrevieram a outros.

² Conselhos prudentes.

C.—Tua boa amizade,
Tua sentimento generosos,
Tua falla e vista, bondosos
Muito me alegrá sempre.

P.—Ah! minha Lizarda, anjo,
Tua rizo, tua olhos finos
Tua boca e pés pequinos
Eu ficá alegre em tí oljando.

C.—O teu docê abraço
O teu suvave beijos
Engolfá meo sonhos
Mergulhá minha senso.

P.—Tua santa coreção
Teos bunitos beisos
Côr de rosa, bondosos,
Ne elle esperá salvação.

C.—Minha Leandro, amor,
Chêo de bondade e affecção,
Tua toda inteira protecção
Eu esperá como seguro penhor.

P.—Meo cambrado amado,
Minha Lizanda do coreção,
Tua amor minha salvação,
Meo vida, meo carne, meo todo.

Cecilia — Vi, santá Charles, como tem saode? tua mulher como tem, criances tem bom?

Charles — Eu tem bom, minha mulher, criances, todos bom. Gradecido.

P. — Agor, Charles, cantá um bunito cantiga, Cecilia lô acompanhá.

C. — Meo cambrado, Peter, eu já tem veljo, minha dente cahé, eu já isquicê cantiga e já não podê agora.

Cecilia — Vós te parece muito mais saode e mais alegre; Vós dizê veljo?

P. — Eu lô triê um *pêgo whisky* e *sodá*, aquel despois elle cantá.

C. — Pará, pará, eu não querê *pêgo*, dá me hum copa de *tea*, eu não tomá beberajo. Mas muito desejo tem per ouvi tua doce voz, Cecilia, e olhá tua bunito rosto. Santá, amizade, aqui perto de *lamp*¹ e cantá.

Cecilia — Pará eu logo voltá com *tea*, vós dous cambrados conversá.

P. — Sem, sem. Vós está cansado.

C. — Que tem este *book* bunito?

P. — Aquel *book* tem hum religioso, onde tem entre outro dódice este: »menine não deve cazá com hum maceo quem tem bebê; tabem não devê dansá se ellotro está bendo»!

C. — Muito bom! Se todos menines assi praticá, o ben-dice este hora já cavá. Nossos poco-idades não tem cizo.

P. — Ah! como muito maceos eu tabem já primetê per amá, per não bebê, per ciriolá, etc. mas até que eu tinha casado eu já gardá este premeiço² aquel despós eu já andá com mal cambrados que já me obrigá tomá póco beberajo. Cada domingo, eu e minha cambrados já ficá juntado, é inteiro o dia já ficá gastado ne jogo e beberajo. Nellie ficá tronblado, dia per dia já ficá mais magro, e hum dia quando eu já vi caza bendo, ella tinha muito doente, mas eu nunca sabê nada. Ne palmião quando ou

¹ Luzeiro, de *lamp*, inglez.

² Promessa.

já papiá, ella nunco repostá. Ella está fria. Eu prestado já foi ¹ per trizê um doctor, mas doctor iá vi e dizê ella morrê anoite. Antão já pensá que eu tem culpado n'ella mortê e resolvê não torná beberajo.

C.— Quando começá tomá outre voz?

P.— Alé cazá com Cecilia não tocá com beberajo. Despós, cambrados já dizê miseravel, tôlo, etc. e eu cumçá de nóvo.

Cecilia — Tomá hum pôco de *bisquet* ¹ e depois tomá copa de *tea hot*, ³ que terá todo o canseira. E emquanto vós tomá *tea* eu lôcantá hum fado:

Amado madre de meo alma
Ficae com vós compinhado
Ne grande regallo, amado,
Não dá outro home palma.

O' cruel, perverso tirano,
Inimigo, ingrato, forte,
Eu lô desejá huma morte,
Já tocá funeral ne piano.

Vamos preste, olhá ladrão,
Que rôbá minha casa porta,
Dexá gozá, que me empórta,
Nuca já alcançá salvação.

Que me serví tanto ouro?
Tanto dinheiro, amizade?
Quando parcê chèo de santidade.
Me tirá honra, até couro?

¹ Fui a correr.

² Biscouto.

³ Chá quente.

Roubá assi saltiadoro,
Corpo, alma, cizo e coração?
Elle ingrato, sem repentação,
Home mal e lingareiro ¹

Tira honra a mim mulher?
Pobre, fraca, seduzida,
Sosinha, não acompanhada,
Mais amizade eu ninquer.

Home que já dá bejos, abraço
Todo seo ser e coreção
Agor levá minha maldição
Lôco, fiticêro e falso.

Charles — Eu já andá casa.

Henry — (entrando) Que foi *ompi* ².

Charles? onde te antá tanto cedo, vós te parcê muito triste?

C.— Eu querê fallá ti, vi?

H.— Vamos. Vós dá hum vidor vinho hoje per sua saude,

C.— Pará calado, sinhô Henry, quilei podê bebê, quando eu nan tem nada per comê?

H.— O pastro despôs de fugi nunco vallé nada per fichá gaiola, assi que te vallé agora per está triste, quando vós já cavá ficá ruinado de beberajo? Agora muito tarde!

C.— Ah! beberajo, sempre muito gentes te culpá per beberajo. Olhá eu tem assisti a tanto *meetings*, a tanto comberção e sempre te culpá per beberajo.

¹ Detractor.

² Tio, porventura de hollandez oom.

H.— Que hum vergonha que nosse gentes tem obrigado per andá per pedi esmola e gastá dinheiro ne beberajo! Se ellotros tem mais cizo e cuidade, lô sigurá hum parte de sua ganho, que gastá ne beberajo, aquel lô servi quando ficá doente ou ficá idade.

C.— Ah! nós lei pobre, fraco gentes, quilie podê ganhá, o que podê junta, e quanto dinhêro fica?

H.— Vós te oljá este pequinino formiga? Vamos nós andá como elle, e considerá bem sua obras. Formigas tem pequinino animal e fraco, mas te prepará em cedo seu pão ne verão. Este pequinino não andá ocioso, mas trabalhá dia e noite sem tomá discanço, assi conseguí seo sustento, de sua familia.

C.— Quêlie podê hum dous per dobrado velho agora servi e juntá denheiro?

H.— Sem, agora tem muito tarde. Nosse gente cad' hora te espera' até que ficá tarde! Ainda hum pessão quando ficá doente não fazê chomá doctor ou padre até que ficá muito tardê, quando elle non podê fallá.

C.— Que podê nós coitado gente fazê?

H.— Si nós namais lô fazê que nós podê, aquelhora allá non tem astanto pobreza ne nossa terra. Quando nós tem força e pocoidade, antão nós nista comecá per sigurá dinhêro que nós lo nistá quando fica doente ou idade. Mas nós nunco lembrá de segurá dinhêro quando nós tem, cinão quando nós não tem.

C. Nossa gentes sua mãos tem muito cumprido, ello-tros não podê e não sabê sigurá dinheiro.

H.— Aquel é bom verdade. Mas si nonpodê guardá, dá a *Saving's Bank* elle toma cuidado per nós e dá-nos ate juro e o *Post Office Bank* tambem tem leste pertomá cuidado até de o mais pequinino soma de nosso dinhêro. E quantos *burgher* ⁽¹⁾ tem allá dado?

¹ Descendentes dos holandezes.

C. — Si nós namais tem dinhêro, senão o que nós bastá como bottá ne banco? Ah, nós tem muito coitado!

Willie (encontrando) — *Good night*—, camrado, que lae tem saude?

H. — Ah, aqui te vi hum manceo; *laste* ¹ domingo sua segundo pregão ² tinha avisado. Vamos nós folgá muito, nós te alegrá per ouvi que vós prestado tem per cazá ³.

W. — Muito gradecido!

H. — Quando tem seo casamento?

Tua noiva parcê bunita?

W. — Bunita non é palavra, ella tem hum anjo de ceu e eu não sabê quelhora por vi a minha regaço.

Cazamento tem março 15. Agor chegá minha casa, vi antrá, olhá minha casa e tomà hum *pégo* de parabem.

C. e H. — Vamos entrá, mas não querê *whisky* mas *portwine*, tem?

W. — Sem, eu já trizê, santá pôco.

H. — Sua saude, de sua noiva.

C. — Eu tambem saudá de tua noiva.

W. — Agora canta huma cantiga.

H. — (cantando):

Tua noiva bunita
Belleza infinita
Felicidade tem muita
Alegria sem conta.

Sua olhos tem estrellas
Sua cara e bôcos amarella
Sua bôca tem boa falla
Doce chêro de canellas

¹ Ultimo, de *last* inglez.

² Banhos, proclamas.

³ Breve vae casar.

Tua mãos branca-neve
Teos pés cumprido de ave
Cabeça tem como nave
Cizo, razão sua chave.

Teu bello e bom coração
Todo tem de adoração
Willie tem bom canção
Excellente per salvação.

Celestina tem noiva
Ne tudo perfeito e bova
Willie lo ama até covã
Sempre ella tem suva.

Celestina tua comberção
Palavres parcê de salvação
Willie tem perella affecção
Esta tem unico ambição.

Que os noivos anda feliz,
Ne vida cazado como petiz
Dois coreção hum ser se diz
Como Adão e Eve ne paradiz.

(*Continua*).

Pangim.

B. C. TAVARES DE MELLO.

VARIA VARIORUM

Sousa Viterbo

Na sessão do Senado, de 29 de dezembro ultimo, em que passou o 1.º anniversario do fallecimento d'esse distincto homem de letras e nosso apreciado collaborador, o illustre senador, sr. Abel Botelho, apresentou o seguinte projecto de lei, que foi tambem assignado pelo sr. dr. Bernardino Machado :

«Passa hoje o primeiro aniversario sobre a morte do dr. Sousa Viterbo. Recordal-o é prazer e evocação saudosa d'um dos filhos dilectos da nossa terra, d'uma autentica gloria nacional.

Verdadeiro espirito de eleição; a um tempo poeta e erudito, a sua vida foi um exemplo nobilissimo de trabalho incessante e indetectivel.

A sua obra é um monumento imorredouro de sensibilidade e de saber, porque foi tão solidamente documentada como profundamente sentida ; porque as aladas fugas da sua fantasia partiam sempre, consciences, seguras, do conhecimento proximo dos homens e da investigação paciente das coisas.

Um dos aspectos mais nobres e patrioticos da grande missão que a Republica se impôz, é certamente nobilitar a memoria dos seus grandes homens, arrancal-os ao iniquo, ao brutal esquecimento a que o sibaritismo egoista do regimen extincto os

condemnava, para os exaltar, para os offerecer, para os impôr, em toda a sua illuminada evidencia, ao exemplo, á commovida consideração do povo, e para lhes dar o merecido lugar na Historia.

O dr. Sousa Viterbo está seguramente n'este caso. Elle não é um nome retumbante, não, porque foi sempre um solitario, um retraido, um sonhador; porque a sua modesta isenção igualou em grandeza o seu subtil talento; porque elle tinha o suave e candido orgulho das almas simples. Não foi um nome retumbante, mas foi um dos nossos grandes cabouqueiros na laboriosa excavação do Passado, foi um dos mais claros e commovidos e profundos annotadores das glorias patrias.

O seu monumental «Diccionario documental e historico dos architectos» bastava para lhe assegurar uma reputação perduravel; mas os poemas da sua mocidade são obras primas, e, depois, é colossal a abundancia das suas investigações archeologicas e artisticas, prodigamente dispersas por toda a sorte de publicações, amorosamente, entusiasticamente, com uma perseverança incansavel, sempre com uma ardencia de evangelizador e uma paciencia de benedictino.

Para em tudo ser interessante esta nossa grande figura litteraria, nem escapou á historia tragica do genio. Cégo e paralytico, prematuramente inutilisado quasi para a vida material, não o feriu assim o Destino apenas por effeito d'esta ironia paradoxal com que elle de ordinário castiga os seus eleitos; o Destino quiz assegurar a esse isolado por temperamento uma solidão, uma paz, um isolamento maior ainda; quiz libertal-o das contingencias dispersivas do exterior, para que, dentro da sua alma, essa como que eliminação do mundo objectivo se transmitisse em mais ampla e mais limpida claridade; quiz que, assim

pela inacção e pela treva collocado fóra das paixões e dos appetites, esse novo asceta espiritual melhor pudesse visionar o mundo, tranquillamente, de alto, como uma grande planície, como um vasto mar sem perfidias e sem sombras.

Dentro da sua habitação modestissima, que quadro soberbo, emocionante! Inolvidavel ficou para quantos alguma vez lograram vê-la, a tenue, a emaciada figurita d'esse valetudinario precoce, inalteravelmente rodeado por um dos mais admiraveis exemplos de piedade conjugal e filial, — e que nos acolhia carinhosamente, dando-nos generoso e prompto, a lição das coisas, em frases saltantes como toques de pincel, com a vida toda no cerebro, n'uma voz clara e convicta, emquanto movia animadamente a cabeça e com as fundas orbitas cheias tambem de ligeiras sombras movediças, que eram como que um reflexo vago do infinito...

A Republica tem que reconhecer officialmente os serviços do dr. Sousa Viterbo, por uma forma tangivel e perduravel, que não apenas pela demonstração platónica de meia duzia de frases banaes. A Republica deve-lhe uma demonstração, modesta embora como a sua vida, mas que seja bem significativa na sua mesma singeleza. E' o que se pretende traduzir no presente projecto de lei, o qual tem aliás a valorisal-o o nome do illustre senador sr. Bernardino Machado, que tambem quiz subscrevel-o. Perfilhando este projecto de lei, o Senado não honrará somente o nome de Sousa Viterbo, honrar-se-hia a si proprio e honrará a Republica.

O projecto de lei é como segue :

Artigo 1.º E' o governo autorizado a conceder o bronze necessario, e a mandar proceder á fundição no mesmo metal, d'um busto do escriptor Sousa Viterbo, que será collocado na sala das sessões da As-

sociação dos Architectos e Archeologos Portugueses no Museu do Carmo.

Art. 2.º Os moldes para esta fundição serão feitos sobre um busto do alludido escriptor, obtido pela mesma Associação dos Architectos e Archeologos, e precedendo consulta do Conselho de Arte e Archeologia da 1.ª Circumscripção.

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrario.—
Bernardino Machado — Abel Botelho.»

Um sino portuguez em Ceylão

D'uma carta de Colombo, publicada n' *O Herald*, n.º 3522 de 17 de fevereiro :

«Em *Kayman's gate*, mercado nativo d'esta cidade, existe um sino que só se toca na occasião do fallecimento dos reis. A tradição diz ser hollandez este sino, de que se servia para avisar o publico da execução d'algum facinora. O sr. Paulo Pieris — que se tem dedicado muito ao estudo do periodo da governação portugueza em Ceylão, traduziu varias obras portuguezas para inglez e fez algumas interessantes conferencias sobre as antigálhas portuguezas na *Royal Asiatic Society* (ramo ceylonense), — fez lavar o dito sino e viu n'elle a seguinte inscripção em duas linhas : «*Ave Gratia Plena Dominus Tecum Benedicta Tu in muliers* (sic)», e o sr. Pieris desde logo definiu como portuguez e não hollandez o sino, pois a Egreja hollandeza nunca teve inscripções em latim. O sr. Pieris segue breve para Lisboa, afim de compulsar os archivos portuguezes e informar-se dos philólogos sobre a conquista de Ceylão.»

Um livro sobre Ajmir

Mr. Har Bilas Sarda acaba de publicar um livro

intitulado — *Ajmir: Historical and Descriptive* — acerca do qual se lê no *Times of India*, de 31 de janeiro :

«Ajmir é uma das velhas e historicas cidades da India e bem merece uma monographia cuidadosamente compilada, como a que mr. Sarda nos tem proporcionado com o seu primoroso trabalho.

O livro é expressamente destinado a servir de manual e guia ao turista, e naturalmente por isso a sua parte historica tem sido devidamente subordinada á parte descriptiva, que é a principal do volume.

Mas o autor dá a entender que este manual será seguido de um trabalho sobre Ajmir puramente historico, para o que tem estado a colligir materiaes desde ha 20 annos.

Esperamos que publique um dia essa historia, por que Ajmir, a chave de Rajputana, como a denomina Tod, tem uma historia longa, cheia de episodios e muito interessante, que, dos primeiros dias da nobreza hindú, se estende atravez de seculos da dominação mahometana, até á sua passagem ao dominio britannico em 1818, depois de ter experimentado durante 60 annos o imperio dos marathas.

A primeira vista Ajmir é hoje quasi tão desapon-tadora como se afigurou, ha proximamente 90 annos, ao Bispo Heber, que esperando encontrar uma vasta cidade, viu diante de si apenas uma villa bem construida e de pequenas dimensões, nas fraldas de uma alta montanha.

Sir Thomas Roe, o primeiro embaixador inglez na côrte do Grão-Mogol, morou quasi um anno em Ajmir, quando o imperador Jehanguir ahi vivia, e não gostou do sitio, pois n'uma das suas cartas, escriptas d'ali para Inglaterra nos principios de 1615, diz — «o rei vive agora n'uma cidade velha e

ordinaria, onde só ha casas de taipa e que na extensão não são maiores que uma choupana de Honuslow Heath. Só elle tem uma de alvenaria; os grandes da sua côrte vivem em tendas e eu construi sem perda de tempo ligados ás minhas paredes de taipa uma duzia de quartos de colmo sobre cannas».

Roe encontrou ahí Tom Coryat, o afamado mas excentrico viajante d'esses tempos, em que o passatempo de jornadas a pé pela Europa e Asia era ao mesmo tempo incommodo e perigoso, e encontramos em algumas das cartas de Coryat, caracteristicamente exquísitas, mencionada Ajmir como «a villa de Asmer, no embigo da India Oriental».

Quando Heber visitou Ajmir, estava-se certamente no começo da occupação britannica, que tem mudado todo o seu aspecto. Quasi todas as excellentes construcções modernas foram feitas desde então, e a prosperidade moderna pode ser melhormente apreciada pela população que é mais de triplo da anterior: em 1818 era inferior a 25.000 almas, hoje ascende a mais de 86.000.

Este novo aspecto da cidade, resultado apreciavel do dominio britannico, está bem descripto por mr. Sarda e são excellentes os capitulos que elle destina a essa descripção, mas os edificios mais antigos e mais historicos naturalmente precisam e têm sido descriptos mais largamente. A fortaleza de Taraghar sobre a montanha, dominando toda a cidade, é certamente a mais notavel vista de Ajmir, e mr. Sarda faz um bom relato da sua historia e do seu estado presente. A sua situação natural em uma rocha compacta inacessivel, assim como as suas fortificações tornaram-na quasi impenetravel, e, comquanto tivesse sido cercada muitas vezes durante a sua existencia de 12 seculos, difficilmente foi tomada pelo inimigo em franca lucta. Passou pacificamente á nossa posse, tendo sido cedida pelo Scindia por um tratado.

Heber, tendo-a visitado pouco tempo depois. pensou com razão que, com muito pequenos melhoramentos de engenho europeu, poderia ser facilmente convertida em segunda Gibraltar, mas, como bem nota, não era do programma politico do governo britannico fiar-se em fortalezas. Assim se deixou que ella decahisse e, logo depois da visita de Lord William Bentinck, em 1832, foi desmantelado o que restava da sua fortificação, Mas. ainda antes d'isso, esta afamada fortaleza que se chama Taraghar, ou cidadella das estrellas — devido a sua grande altura que é de quasi mil pés acima do nivel da cidade, que lhe fica abaixo, e tres mil acima do nivel do mar — perdeu muito do seu interesse architectonico e presentemente pouco fica d'ella para o archeologista.

Convém mencionar que n'este forte, como em Fatepur Sikhri, existe um *Buland Durwaza*, ou grande portão, de 64 pés de altura e 17 de largo, construido em 1569 pelo governador de Ajmir, no reinado de Akbar, para assignalar a sua conquista aos chefes rajputes de Marwar.

Comquanto Ajmir tenha sido por muito tempo uma cidade hindú no interior de Rajputana, o seu genio tutelar é um santo mahometano, o celebrado Muin-ud-Din Chishti.

Este santo homem veio do Afganistan a Ajmir e derivou o seu nome de Chist, na Persia, no seculo XII, e desde então o seu tumulo tem sido um famoso lugar de peregrinações, não só para os mahometanos, mas tambem para os hindús e outros, que ainda accorrem aos milhares ao seu mausoleu no mez de Rajab, durante o qual reúne ahi annualmente uma grande feira.

Outra gloria de Ajmir sob o ponto de vista archeologico e architectural é a grande mesquita de Altamsh,

uma das primeiras da sua especie, construidas na India no primeiro quartel do seculo xiii.

Os estilos hindu e mahometano encontram-se aqui tão largamente combinados, que Fergusson é de opinião que «em nenhuma outra parte seria possível encontrar a largura de concepção mahometana combinada com a delicadeza da ornamentação hindú, executada na mesma extensão e da mesma maneira».

Essa mesquita é vulgarmente conhecida como a «casa que se construiu em dois dias e meio», pois que suppõe o povo que foi esse o tempo que se gastou para se converter um templo hindú n'uma mesquita mussulmana. E' de certo um erro popular.

Tod convencia-se de que esse edificio fosse originariamente um templo dos jains; mas a comparação com um edificio similar de Dhar mostra que foi um templo puramente hindú, dedicado a Sarasvati, deusa da sciencia».

Parochos das igrejas de Bardez em 1765

Conforme se lê a fl. 401 do L.^o das *monções*, n.^o 138, eram os seguintes:

- 1 Reis-Magos — Fr. Faustino de S. Anna.
- 2 Candolim — Fr. Luiz da Madre de Deus.
- 3 Nagoá — Fr. Manoel de Jesus Maria.
- 4 Sirulá — Fr. Bernardo de S. Rita.
- 5 Siolim — Fr. Christovam de S. Rita.
- 6 Aldoná — Fr. João de S. Quiteria.
- 7 Nerul — Fr. Manoel de S. Clara.
- 8 Colvalle — Fr. Vicente da Madre de Deus.
- 9 Mapuçá — Fr. Manoel Eusebio dos Martyres.
- 10 Calangute — Fr. Alexandre da Piedade.
- 11 Anjuna — Fr. João da Madre de Deus.
- 12 Guirim — Fr. Antonio da Paixão.
- 13 Ucassaim — Fr. José de S. Antonio.

- 14 S. Lourenço de Linhares—Fr. Estacio de Christo.
- 15 Tivim — Fr. João do Espirito Santo.
- 16 Moirá — Fr. José de Jesus Maria.
- 17 Parrá — Fr. Manoel de S. Maria.
- 18 Revorá — Fr. Henrique de S. Anna.
- 19 Pilerne — Fr. Manoel do Rosario.
- 20 Pomburpá — Fr. José da Conceição.
- 21 Oxel — Fr. Thomás de S. Luzia.
- 22 Socorro -- Fr. Francisco de S. Joaquim.
- 23 Nachinolá — Fr. Felix de S. João.
- 24 Penha de França de Verlosa — Fr. Lucas de S. Diogo.

Ermida de Senhor dos desemparados, do monte de Guirim — Pe. José Xavier de S. Francisco.
Dita da Sr.^a da Saude de Vale-Verde -- Fr. Alexandre de N. S. do Bom Successo.

Sobre um verso de Gil Vicente

Sob esta epigraphie publicou o *Diario de Noticias*, n.º 16.696 de 26 de janeiro, uma interessante *carta aberta*, dirigida pelo illustre escriptor, sr. Henrique Lopes Mendonça, ao *eminente poeta Affonso Lopes Vieira*. Eil-a:

«Meu presado amigo — Entre as cousas que se teem acusado de intrincadas na interpretação de Gil Vicente, figura um celebre verso do *Auto da Barca do Inferno*, apresentado nas edições até hoje apparecidas sob a seguinte enigmatica forma:

Ora venha a caro a ré

Na sua excellente adaptação, o meu caro poeta adoptou, para o tornar intelligivel, a versão proposta pela insigne romanista, a sr.^a D. Carolina Michaelis de Vasconcellos:

Ora venha Caronte a ré

Com o devido respeito pela sàbia professora, esta

lição afigura-se-me absolutamente caprichosa e, como assevera o nosso commum amigo e brilhante crítico Manuel de Sousa Pinto (*A Mascara*, n.º 1, recentemente publicada), de «um descabido significado mythologico».

Para substituir esta versão, alvitra Sousa Pinto outra, que não me parece mais plausivel, indo catar ao *Cancioneiro da Vaticana* a expressão *a carom* ou *acarom*, que por signal figura no *Elucidario* de Santa Rosa de Viterbo com os significados: «A' face á vista, junto perto, descobertamente e sem cousa alguma de primeiro». Ficaria pois o verso assim transformado :

Ora venho a carom á ré

E, mau grado a interpretação elucidativa do nosso presado Sousa Pinto, não vejo que a phrase adquira por tal geito uma extrema clareza. Diz elle: «O Diabo, no citado verso, quer provavelmente apenas dizer que vem *acaro á ré* ou *acarom ré*, isto é, á prôa pois que, para mais certeza, da situação inicial da obra se conclue que aprôou n'aquelle momento.»

Ora em primeiro logar, a phrase *a carom* ou *a carão*, por *defronte* ou *á face* exige por ser complemento a preposição *de* e não a preposição *a*. *A carom de ré* seria, pois, a lição devidamente alterada, querendo dizer porventura que se voltasse (quem ?) para ré.

Mas, em segundo logar, a interrogação que deixo sobre o sujeito de oração permanece no meu espirito sem resposta. O verbo está na terceira pessoa, e não permite pois supôr que o espirito das trevas se dirija ao interlocutor, cuja dignidade exclue um tratamento, apenas usado n'aquelles tempos, de ordinario, de inferior para superior.

A interpretação está pois longe de me satisfazer,

tanto mais, que de ha muito, um instante embaraçado pela manifesta infidelidade de um copista descuidado ou de um compositor insciente, me surgiu luminosa-mente ao espirito a glosa da qual, salva a minha deferencia pelos doutos commentadores, será bastante difficil demoverem-me.

Quanto a mim, o desalmado copista ou typographo apenas feminisou o artigo e, á semelhança de um grande numero de escriptores e escreventes quinhentistas, desprezou o dobramento da consoante *r*, o qual na calligraphia da epoca se traduz por uma differença de caracteres. Explica-se facilmente a sua inintelligencia do texto vicentino, dado que o homem era de todo hospede em assumptos de nautica.

O verso, na minha opinião, é o seguinte :

Ora venha o carro a ré

Assim apresentado, é possível que ao meu caro poeta elle não offereça um significado nitido. Nem o Lopes Vieira, nem o Sousa Pinto, se escandalisarão por certo, não tendo pretensão de encyclopedistas, se eu não lhes attribuir, e tambem á minha ex.^{ma} collega D. Carolina Michaelis, conhecimentos muito mais amplos do que os do copista em materia nautica.

Carro vem a ser termo nautico que nos dictionarios modernos figura applicado á verga de mezena, com a significação da extremidade mais grossa e inferior da mesma verga. Mais lata e exactamente, esse termo designa a parte inferior de uma antena de vela latina triangular, a qual é habitualmente virada para a prôa. Ha citações italianas e francezas da mesma palavra (F. *Cart* ou *Carre* n'este ultimo idio-ma), remontando ao seculo xvii, no *Glossaire Nautique* de Jal. Permitta-me o transcrever uma d'ellas, de Crescentio (*Nautica Mediterranea*, 1607):

«Il Carro è la parte di proda» (dell'antenna) «chè

nel far la vela quando si maniga sempre si volta al vento, et one ataca il cantillo della vela.»

Ora a barca do Inferno é uma caravela, como se vê no seguimento do texto. As suas velas triangulares envergam n'uma antena, cujo carro se volta para vante quando a vela está caçada. Tendo abicado a barca á praia, explica-se facilmente a manobra ordenada pelo Diabo, que mostra ser um perito arraes.

Desculpe-me o estendal de erudição marítima, que era indispensavel para perfeita comprehensão da minha glosa. Mas occorre-me ainda uma citação frisante, a qual se acha a pag. 102 dos meus *Estudos sobre navios portuguezes nos seculos XV e XVI*, em documento quinhentista que trata das medidas de uma caravela: «A verga grande terá de comprido deza-seis braças, fora o carro por respeito do virar que he latina...»

E basta de importunar os ouvidos da sua deliciosa Musa com estes prosaicos commentarios a Mestre Gil. Sirva-me de desculpa o estar persuadido, sem vaidade, de que a minha interpretação é segura e definitiva. Por muito feliz me darei se o seu luzido espirito assim a considerar.

Abraça-o o seu admirador e amigo obrg.^{mo}—*Henriques Topes de Mendonça*. S/C. 22 de janeiro de 1912»¹.

Ordinaria da convento de Santo Agostinho

N'um antigo MS. do archivo da Fazenda lê-se o seguinte:

«Por alvará de Sua Magestade de 15 de novem-

¹ No n.º immediato irão as cartas sobre o assumpto, da sr.ª D. Carolina M. de Vasconcellos (*Diario de Noticias* de 4 de fevereiro), e do sr. Oscar de Pratt (id., de 12 do dito mez), que não podemos inserir agora por falta de espaço.

bro de 1596, se concedeu a ordinaria a este convento em especies seguintes :

9 pipas de vinho—26 cantaros de azeite—26 candins de trigo—20 candins de arrôz preto—30 fardos de arrôz girçal—6 corjas de cutonias—2 candins de azeite—1 candil de cêra—1 candil de manteiga—2 fardos de assucar—10 caixas de marmelada—3 maons de ameixas—2 maons de amendoas—2 maons de passas—30 peixes serras.

De todos estes generos tendo-se feito liquidação pela ultima pauta feita em 1646, importou em 1996 xerafins, que desde aquella data para cá se continua a pagar.»

INDEX ALFABETICO, CHRONOLOGICO E REMISSIVO

(Continuação da pag. 200)

Ig

	Dia	Mez	Anno	N.º	Folhas
Igrejas, sobre serem em algumas dellas conservados dominicos ou franciscanos, se observe o Alvará de 5 de março de 1779, tendo porém o recurso d'embargos de obrepção, e subrepção.....	19 março		1781	162	269
Igrejas da ordem de Christo.....	Vide Mestrado.				
Igrejas do Padroado em quem, e como providas	10 abril		1743	116	299
	Vide Benefícios				

Il

Ilha de França, relação a seu respeito	29 junho		1779	159	987
Ilha de França tomada pelos Ingleses e expedição destes preparada contra a Java	29 abril		1811	191	151 l.ª p.
Ilha de França, seu commercio livre de direitos	7 maio		1776	156	154

Im

Imamo Sultão aberta huma correspondencia com elle para compra de cavallos.....	5 maio		1800	179	421
Immuniidade não vale aos mestres de campo, e mais officiaes de guerra á dos conventos.....	21 novembro		1714	81	96
Impostos que pagão os povos, ou ao Soberano, ou a Igreja, pede-se a sua relação com mapas das rendas reaes nos ultimos 3 annos, especificando-se o que produzirão em bruto, e depois entrou em liquido nos reaes cofres, e se estão arrendadas, ou em administração.....	14 setembro		1796	177	311
	16 março		1798	177	330
Impressas para prelos de livros não se concedão na India.....	20 março		154	127	415
Impressão regia, sua criação no Rio de Janeiro.....	7 julho		1808	189	32
	13 maio		1808	189	35

In

Inconfideneia, criação do seu tribunal á respeito dos Jesuitas, e seus sequazes	Vide Jesuitas.				
---	----------------	--	--	--	--

In

	Dia	Mez	Anno	N.º	Folhas
India, descripção do Estado da India em.....	20	dezembro	1712	78	129
India n'ella não havia quem soubesse carregar hum morteiro....	20	janeiro	1718	83	323
India seu estado politico	17	janeiro	1714	79	254
	22	janeiro	1721	86	606
	16	janeiro	1724	89	450
	19	janeiro	1726	92	366
	14	janeiro	1727	98	535
	30	abril	1726	98	1400
	22	dezembro	1730	97	549
	20	março	1731	99	246
	27	junho	1731	99	248
	1	agosto	1731	99	262
	24	janeiro	1732	99	263
India, seu estado politico, e paz com o Marata	26	janeiro	1732	99	299
India, seu estado politico.....	19	janeiro	1734	102	710
	13	dezembro	1733	102	780
	25	janeiro	1735	103	911
India, seu estado politico, e condições de paz com o Sunda.....	25	janeiro	1756	104	136
India, seu estado de guerra do Norte	25	fevereiro	1738	107	214
	23	dezembro	1738	108	64
	Vide Salsete.				
India, e sua guerra do Norte, que soccorros forão de Portugal &...	20	setembro	1738	109	28
	17	outubro	1738	109	89
	12	abril	1739	109	190
	9	março	1740	111	1
India, o seu Estado quasi todo atacado, e perdido. Freiras, e familias refugiadas para Mormugão: Bardez, Salsete, e Pondá tomado.	9	fevereiro	1740	110	3
	Vide Bardez perdida				
India, vantagens que tivemos com a chegada do V. Rey Marquez do Lourical, e ajuste da paz	27	dezembro	1741	111	59
India, seu estado politico.....	30	setembro	1742	115	5
	30	dezembro	1747	120	43
E o como, com prudencia se evitou a guerra do Marata, não respondendo positivamente, mas paliando com doenças do V. Rey, e do Secretario.					
India, seu estado politico, e tomada por nós a Praça de Neutim, e Rarim.....	28	janeiro	1749	121	225

In

	Dia	Mez	Anno	N.º	Folhas
India, seu estado politico.....	23	janciro	1750	122	347 351 353 669
	23	março	1750	123	204
	4	fevereiro	1751	123	330
India, sua força e municoens &....	6	fevereiro	1751	123	199
India, seu estado politico.....	2	novembro	1746	119	276
India, seu estado politico.....	2	fevereiro	1752	124	
India, seu estado politico. guerra com o Rey Sunda. Praça. e por- tos que lhe tomamos	4	fevereiro	1753	125	323 434
India, reflexoens sobre a conserva- ção do seu estado.....	7	fevereiro	1753	125	568
India, seu estado politico.....	22	novembro	1752	125	614
	18	janeiro	1754	126	676
	22	janeiro	1757	129	283
	21	janciro	1757	129	361
				131	421
	21	janeiro	1760	132	250
India, seu estado politico entre as nações Franceza, e Ingleza	2	fevereiro	1760	132	607
India, seu estado politico, sóccorro dado a Naná, paz com o Sunda conferida	13	dezembro	1760	133	384
India, instrucções politicas a seu respeito, e não hé da intenção de Sua Magestade novas conquistas nem reconquistas	26	março	1761	134	323
India, seu estado politico	31	janeiro	1763	135	549
	2	fevereiro	1763	135	555
	27	janeiro	1765	137	448
	30	janeiro	1765	137	490
India, estado em que os governado- res interinos neste anno tomarão posse della.....	23	dezembro	1765	138	291
India seu estado politico	11	fevereiro	1767	140	1
	11	fevereiro	1768	142	1
	4	fevereiro	1769	141	250
	9	fevereiro	1770	145	1
	21	fevereiro	1771	147	44
	27	fevereiro	1772	149	1
	26	janeiro	1772	149	70
	28	fevereiro	1773	150	270
	10	fevereiro	1774	151	201
	27	fevereiro	1775	152	464
	28	fevereiro	1775	152	529
India, Codigo politico, civil, e economico, para se governar o Estado.....	15	janeiro	1774	153	9

In

	Dia	Mez	Anno	N.º	Folhas
India, seu estado politico	28	março	1776	156	27
	29	março	1776	156	23
India, seu estado politico, e paz com Punein	15	abril	1776	156	84
	13	maio	1776	156	221
India, seu estado politico, e intelligencia do Estado com os Potentados, e Regulos d'Azia	19	abril	1777	157	211
India, seu estado politico	24	fevereiro	1778	158	18
	30	março	1781	161	841
	11	dezembro	1788	164	1431
India Portugueza, pede-se informação exacta do seu estado de defeza, ou abandono. Responde-se que emquanto houver Agoada, e Mormugão, será Goa inconquistavel	20	março	1789	171	392
	2	maio	1802	181	130
India, Memoria sobre a sua população, agricultura, commercio, forças militares, finanças	24	fevereiro	1808	187	234
E resposta que se dá a côrte a este respeito	7	junho	1811	191	1626 2.ª P
India, sobre a defeza do Estado se tomem as precauções necessarias, não obstante a neutralidade e o mesmo a respeito dos navios portuguezes	25	maio	1803	184	357
Informações, determina-se que as dê geral, todos os annos, o Vice-Rey, de todas as pessoas empregadas; e se dão as do anno de 1632, por onde se vê quaes praças, quaes prezidios, quaes conselheiros & tinha o Estado	7	dezembro	1632	15	44
Informações, remetão-se todos os annos dos Governadores, e officiaes de guerra, dos seus serviços, capacidade, e postos que se podem confiar, e dos prelados religiosos, e clérigos que podem ser lembrados para Bispos	22	outubro	1715	82	98
Informações para Sua Magestade sejam em termos claros, e precisos	25	abril	1771	148	409
Inglezes, providencias para evitar os seus damnos	6	agosto	1593	2	282
Inglezes, e outros estrangeiros não sejam admitidos na India	12	janeiro	1591	3	451
Inglezes, seu comportamento a nosso respeito	24	janeiro	1690	5	129 2.ª P.

In

	Dia	Mez	Anno	N.º	Folhas
Inglezes, feche-se lhes seu comercio na China.....	7	março	1640	21	3
Inglezes senhores de Bombaim....	Vide Bombaim.				
Inglezes de Bombaim dão despachos para Arabia &.....	22	novembro	1694	58	339
Inglezes de Bombaim fazem huma fortaleza defronte de Bandorá...	9	janeiro	1702	65	245
Inglezes de Bombaim excessos que tem praticado querendo obrigar os christaons a couzas contrarias á nossa religião, procurando que todos sejam nossos inimigos	10	janeiro	1715	80	231
Inglezes de Bombaim, repostas que se darão sobre quererem que os reyttores orassem pela companhia.	2	janeiro	1715	80	258
Inglezes de Bombaim, soccorros que prestão ao Estado	20	dezembro	1741	111	88
Inglezes não perdem occasião de molestar-nos	7	janeiro	1715	80	229
Inglezes que males nos fazem, introduzindo armas, e até officiaes europeus, com os nossos inimigos; o que pertenderão os de Bombaim contra nós, e como forão rechaçados pelo nosso General.....	4	janeiro	1717	82	166
Inglezes, representa-se a Sua Magestade, que se não deve ratificar o tratado de Bombaim, e D. João Fernando de Almeida apontando os motivos	20	janeiro	1718	83	311
Inglezes têm dado soccorros contra nós, e mais intrigas forjadas por palavras e obras.....	19	janeiro	1719	84	458
Inglezes, sua má fé, e se tem intro-metido em Bombaim em couzas de religião	20	janeiro	1719	84	511
Inglezes, expulsarão de Bombaim os parochos portuguezes, contra o tratado	22	janeiro	1721	86	606
Inglezes, manifesto das absolutas, e roubos que tem feito contra o tratado da cessão de Bombaim....	15	maio	1720	87	92 2.º p.
Inglezes, dificultarão muito a nossa paz com Angriá, sua má conducta para connosco, e que soccorros pedem da Europa.....	24	janeiro	1722	87	60

In

	Dia	Moz	Anno	N.º	Folhas
Inglezes, seus maos procedimentos a nosso respeito sobre o Passo do Rio de Bandorá ao pó de Bombaim Ajuste com elles contra os inimigos do Estado, e qual a sua pretensão contra nós, alterando o tratado da cessão de Bombaim, com as copias de todos os papeis a isto attinentes, onde se encontram todos os tratados.....	14	setembro	1722	88	66
Inglezes, a respeito do que obrarão em Bombaim contra o tratado se está negociando em Londres, e se praticarem alguma couza na India contra nós se rebata.....	2	abril	1725	92	326
Inglezes, o que se praticou com elles a respeito das salvas designaes entre as embarcaçoens que vem a Goa.....	17	janeiro	1726	92	407
Inglezes, como se portarão na guerra do Norte contra nós ...	Vide Salsete, provincia do Norte.				
Inglezes, perfidia que tem obrado contra nós na guerra do Norte ..	27	dezembro	1738	108	69
Inglezes na India que conceito faz d'elles o nosso Ministerio.	17	outubro	1738	109	89
Inglezes, perfidia da sua côrte, e companhia a nosso respeito na guerra do Norte annunciada pelo Ministerio de Portugal.....	14	abril	1739	109	214
Inglezes, collecção de todos os papeis relativos á disputa que com elles houve sobre os direitos da Ilha de Salsete	10	fevereiro	1742	111	822
Inglezes, repreza de algumas das suas embarcaçoens para se não soffrerem despezos, e insultos á bandeira de Sua Magestade	12	agosto	1752	125	307
Inglezes, o General de Bombaim commette o attentado de prender todos os nossos officiaes ali desembarcados, por lhe não entregarem hum piloto inglez neofito que levavão, tendo elles em Bombaim para cima de 500 portuguezes dezertores	23	janeiro	1757	129	424
Inglezes de Bombaim, protesto que se lhe fez por se supôr que querem tomar Salsete com a jurisdição do Norte. Sua approvação ..	9	abril	1768	136	149

In

	Dia	Mez	Anno	N.º	Folhas
Inglezes pertendem lhe entregue- mos as aldeas juntas a Rarim, e Tiracol	14 dezembro		1765	138	307
Inglezes fornecem petrechos ao Na- babo Aydar-Alikan	6 fevereiro		1766	138	511
Inglezes, recomendações e cautelas que a côrte nos manda ter contre elles	Vide Instrucções.				
Inglezes, sua perfidia a nosso res- peito, pelo que pertence a Man- galar	1 fevereiro		1769	141	228
Inglezes, seu mau comportamento a nosso respeito	11 fevereiro		1768	142	794
Inglezes, regras impreteriveis que nos dá a côrte, para nos haver- mos com elles sobre o seu mau comportamento, e descripção do seu mau caracter	20 abril		1770	146	75
Deve-se ver a Instrucção de 9 de abril 1765					
Inglezes, perfidia do comandante de humra sua nau, ou embarcação contra nós	28 fevereiro		1773	150	565
Inglezes, o como se tem comporta- do a nosso respeito	28 fevereiro		1773	150	270
Inglezes, seus progressos relativos aos exercitos do Brama no Pegú, Imperio da China	26 janeiro		1775	152	236
Inglezes, o que obrarão comnosco a cerca de Taná, e Baçaim: protes- tos nesses, suas repcstas &	28 feveerciro		1775	152	529
Inglezes, ordens que passavão des- confiando que queriamos recon- quistar Salsete do Norte	26 fevereiro		1775	152	641
Inglezes	Vide Instrucções.				
Inglezes suas tramas politicas....	Vide India, seu estado politico no anno de 1776.				
Inglezes, sua paz com Punem pouco subsistente	2 março		1776	156	139
Inglezes criarão em Bombaim hum batalhão, para ser composto de dezertores portuguezes facciona- dos por elles	1 janeiro		1780	159	960
Inglezes, o como tratarão humra cur- veta portugueza, em que hia hum embaixador francez, mandado a Puném, que d'ahi se auzentou com medo que o matassem	1 janeiro		1780	159	992

In

	Dia	Mez	Anno	N.º	Folhas
Inglezes prenderão hum consul francez em Surrate, e todos os mais da mesma nação, pela noticia da declaração da guerra.....	25	dezembro	1778	160	37
Inglezes, seu estado de defeza pela declaração da guerra da França.	23	dezembro	1778	160	39
Inglezes receião os francezes com Puném.....	5	janeiro	1779	160	90
Inglezes tem estabelecido em Cabo d'Correntes, e costa desta Bahia feitoria, e fortificação.....	20	janeiro	1781	161	132
Inglezes, parte de quanto nos são infestos, e prejudiciaes, que se dá á côrte; não ha torrilidade que não maquinem para enfraquecer a força do Estado; factos atrozes contra o direito das gentes, commettidos por elles contra a soberania de Sua Magestade, para fazerem ver a toda India o nosso pouco poder, e nenhuma influencia. Tem tomado os territorios de Salsete, Baçaim e Chaul, e protextos do governo de Goa a tal respeito.....	2	janeiro	1781	161	496
Inglezes, suas campanhas em.....	24	janeiro	1781	161	520
Inglezes pedem se não dê parte á nossa côrte dos atrozes factos que cometterão contra nós.....	24	janeiro	1781	161	522
Inglezes sem terem guerra comnosco diz-se, que prometem d'entrada a cada desertor de Damão 60 rupias, e de soldo por mez 20.....	15	junho	1780	161	757
Inglezes, cartas do Almirante Hús, e repostas, sobre a satisfação dos insultos feitos ao Estado.....	31	março	1781	161	772
Inglezes, sobre os attentados por elles cometidos na India, approva a nossa côrte toda a opposição até á força que nós lhe fizemos, na certeza de que a côrte de Londres não approva taes attentados, mas são filhos d'ambição, e irregular comportamento dos directores inglezes.....	5	março	1781	162	331
Inglezes resarcirão os roubos que cometerão em 2 manchuas do Estado.....	19	fevereiro	1782	162	1366
Inglezes, suas conquistas neste anno,	10	fevereiro	1783	163	220

(Continúa.)

O ORIENTE PORTUGUEZ

9.º ANNO. 1912

N.ºs 3 e 4

— Março e abril —



HA CEM ANNOS

Supressão da Inquisição de Goa

PASSA este anno o centenario d'um importantissimo facto da historia indo-portugueza. Completa-se um seculo sobre a total e completa abolição, de direito e de facto, do tribunal da Inquisição de Goa.

Inquisição de Goa! como, após um seculo sobre o seu definitivo desaparecimento, nos sôa ainda com repulsiva vibração o seu nome só! Como, revistando as paginas de Pyrard e Della — como, lendo a narrativa de fr. Ephraim de Nevers — o seu talvez mais famoso encarcerado — feita por elle proprio a Nicolau Manucci, se nos horrorisa e confrange o animo vêr essês dramas de fanatismo e de tyrannia, executados em nome d'um Deus de bondade e de misericordia?!



Segundo o testemunho de Pyrard, a Inquisição de Goa foi mais severa que a de Portugal. Escreve Ferdinand Denis que as crueldades, que semelhante tribunal praticava na Europa, subiam a maiores excessos na India. Bouillet exprime-se ainda melhor: em parte alguma a Inquisição foi mais rigorosa do que em Goa. E' possível que haja exaggero n'esta apreciação, a julgarmos pelas descripções da Inquisição de Hespanha, que o pincel de Goya admiravelmente synthetizou n'uma téla primorosa, magnificamente suggestiva.

Mas não padece duvida que o Santo Officio de Goa, com a sua dilatada jurisdição e immenso poder, nos apresenta, ao longe um largo e hediondo quadro de flagícios, tendo sido uma das principaes causas da decadencia do imperio portuguez no Oriente.

Bem o comprehendeu o Marquez de Pombal, o precursor de todas as reformas liberaes e progressistas em Portugal, que, se limitou na metropole o poder da Inquisição, impondo-lhe um regimento que lhe tirava toda a autoridade, e a reduziu a um simples tribunal régio, foi, quanto á India, mais adiante. Aboliu a Inquisição de Goa em 1774, tendo-se executado a suppressão sem estrepito, nem protestos de quem quer, n'esse mesmo anno.

Parece que, por todos os motivos, tão benefica providencia devêra ter sido duradoura; mas não escapou á furia com que, no reinado de D. Maria I, se desfez a obra do glorioso ministro de seu pae. A Inquisição de Goa foi restabelecida em 1778, devido á reacção clerical que se apoderou do espirito acanhado e pusillanime da rainha! Verdade seja que

lhe foram applicadas as restricções impostas por Pombal á da metropole, determinando-se ainda, pelo tempo adiante, que tivesse por presidente um funcçionario civil, o chanceller da Relação, sem cuja assignatura não tinham effeito, nem validade as sentenças ordens e mandados do tribunal. Mas, era sempre uma Inquisição ! . . .

Foi, porém, a civilisação fazendo o seu caminho e o progresso das luzes e da tolerancia enfraquecendo o já abalado poder do Santo Officio. Contra elle protestaram governadores e vice-reis. Um d'elles, Veiga Cabral, manifestou-se abertamente pela suppressão, merecendo registo o que dizia n'um officio dirigido ao ministro Visconde de Anadia. Participando-lhe, em 26 de março de 1806, a eleição, pouco antes realisada, dos inquisidores e do promotor, e a sua apresentação no palácio, escrevia : « eu lhes mandei abrir os titulos para cobrarem os seus emolumentos, fazendo-lhes muita festa, porque a havêl-os é preciso estimal-os ». ¹

A isso veio juntar-se o que foi estipulado entre Portugal e a Grã-Bretanha nos dois tratados de 19 de fevereiro de 1810, concedendo-se aos subditos britannicos, residentes em territorios portuguezes, completa liberdade de consciencia, e compromettendo-se o governo portuguez a não estabelecer a Inquisição no Brazil. Por esse tempo, achavam-se em Goa tropas britannicas que, após uma demorada permanencia de 13 annos, sahiram d'aqui em 1813, dando evidentes signaes do muito que lhe custava semelhante retirada.

Actuaram todas estas circumstancias na côrte do Rio de Janeiro, onde estava a familia real portugue-

¹ L.^o das *monções* do archivo do governo, n.^o 185, fl. 141.

za com o Príncipe Regente, mais tarde el-rei D. João VI; e seguindo-se o exemplo de Napoleão na Hespanha e das côrtes de Cadiz, foi por carta de 16 de junho de 1812 extincta *para sempre* a Inquisição de Goa.

E' dligno de lêr-se este memoravel diploma :

«Conde de Sarzedas, Vice-rei e Capitão general de mar e terra do Estado da India. Amigo. Eu o Príncipe Regente vos envio muito saudar como aquelle, que amo. Tendo manifestado em todas as minhas reaes disposições, e particularmente naquellas promulgadas depois que transferi a minha augusta residencia para esta côrte do Rio de Janeiro, quaes são os meus reaes desejos, e intenções de promover a prosperidade, e engrandecimento desse Estado da India, que o successivo tracto dos tempos, e alguns desastrosos acontecimentos haviam feito tão sensivel, e lastimosamente decahir daquella primitiva grandeza e esplendor, com que ali se fixou a gloria do nome portuguez, não havendo eu omittido para reanimar a industria, commercio, e navegação daquella parte dos meus reaes dominios todas as providencias, liberalidades, e isenções que me tem parecido conducen-tes a verificar tão importante projecto : Hei determinado auxiliar ainda o effeito destas beneficas disposições, procurando obter o necessario acrescimo de população, e industria daquella paiz, mediante a remoção daquelles obstaculos, que parecem ter desviado até agora d'ali o desejado concurso, e estabelecimento de povos de differentes seitas, e nações, a quem ainda intimida a idéa pavorosa dos antigos procedimentos com que a Inquisição de Goa aterrou as gentes da India, pelos rigores praticados no exercicio de suas funcções, tão contrarios ao verdadeiro espirito da sua instituição, como oppostos ás pias intenções de meus augustos e reaes progenitores.

Pelo que, unindo-me aos principios de bem entendida politica, com que o Senhor Rei Dom José, meu senhor e avô, que santa gloria haja, adoptou o arbitrio de mandar abolir no anno de 1774 o tribunal da Inquisição de Goa, e havendo cessado os motivos, e considerações, que poucos annos depois aconselharam a necessidade do restabelecimento daquelle tribunal; Sou ora servido extingui-lo para sempre, e declarar, como por esta declaro, que nos meus Estados da India será reconhecida a tolerancia de todos os cultos de seus differentes habitantes, contra os quaes prohibo que se commettam quaesquer actos violentos, pelo exercicio de suas seitas, praticando-se nesta parte aquillo que observam as nações mais civilisadas, e que procuram com esta tolerancia o engrandecimento do seu paiz, ficando comtudo entendido que na publicidade da profissão dos cultos gentilicos haja aquelle recato que exige o respeito, e veneração devidos á nossa sancta fé catholica romana, como a unica religião dominante do reino de Portugal, que me proponho guardar inviolavel em toda a sua pureza, e decoro. O que me pareceu participar-vos para vossa intelligencia e sua devida, e immediata execução. Escripta no Palacio do Rio de Janeiro em 16 de junho de 1812.— *Principe*» ¹.

Recebida esta carta, o vice-rei Conde de Sarzedas incumbiu de a ella dar cumprimento o chanceller do Estado, Antonio Gomes Pereira da Silva, ao tempo primeiro presidente da Inquisição, o qual effectivou a extincção a 8 de outubro do referido anno de 1812, concluindo-se os trabalhos secundarios nos dias subsequentes.

¹ L.º das monções n.º 102, fl. 290. Publicada por M. V. d'Abreu na sua traducção da obra de Dellon, *Relation de l'Inquisition de Goa*.



Uma circumstancia que merece lembrar-se, é que o chanceller, no seu relatório ao vice-rei, declarou bem expressamente que não teve de pôr em liberdade presos, porque nem um só havia nos cárceres do Santo Offício. E, contudo, Luis Jacolliot affirma que, tendo em 1865 estado em Goa, viu na velha cidade cinco ou seis individuos, horivelmente mutilados, derradeiras victimas da Inquisição!!¹ E' que o erudito indianista francez, cujos numerosos livros correm mundo, a par d'um estilo elegante, falta muito á verdade, e, o que mais é, amesquinha a Nação Portuguesa e especialmente os inesqueciveis heroes da epopéa luso-oriental, Gama e Albuquerque! Faz pena um escriptor desacreditar tão deploravelmente nas suas obras o seu brilhante talento!

Jacolliot affirma ainda que, entre as ruínas do edificio da Inquisição, pôde observar nitidamente a chamada casa dos tormentos. Outra *blague*.

Já nos fins do primeiro quartel do século fôra demolido aquelle edificio, e, em 1859, por occasião da exposição do corpo de S. Francisco Xavier, haviam sido removidas em grande parte as suas ruínas. Jacolliot, pois, podia só ter visto os seus vestigios, uns montes de pedras, porventura pedaços de paredes, mas nunca a execranda casa dos tormentos.

Hoje — e já desde muito — nem uma pedra! O visitante vê apenas ao sul do atrio da Cathedral um largo campo, onde asseberava outr'ora o magnifico palacio da Inquisição.

¹ *Voyage au pays des Brahmes*, pg. 15 e seguintes.

Em 1890, quando foi da exposição industrial e agricola, a comissão, que a organisou e dirigiu, escolheu deliberadamente esse logar para os seus pavilhões.

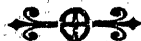
Foi ali que em larga arena, a todos aberta, sem distincções de especie alguma, se exhibiram, apreciaram e confrontaram, em tranquillo e sympathico certamen, as aptidões locaes, symbolisando a expressão mais elevada da liberdade do trabalho !

Ali onde campearam, em remota epoca, as masmorras e dominou a tortura, viam-se officinas, reunindo em laços de affectiva solidariedade productos e forças productoras do paiz, formando como que uma parte fecunda e energica da sua vida social !

Onde mal se ouviram, em outros tempos, os abafados gemidos d'um sem numero de infelizes, em infernal consonancia com o tinir das algemas, resoavam hosannas á livre manifestação da actividade humana !

Correram ali rios de lagrimas ; havia agora só alegria e sorrisos n'essa grandiosa festa do trabalho, de que ainda os estrangeiros, que visitaram a exposição, manifestaram as melhores impressões.

Além do sólo, onde assentavam os pavilhões de exposição, havia tambem, para lembrar o Santo Officio, duas reliquias suas, que figuravam na secção de archeologia: um enorme relógio e um missal romano, edição de 1597. Se pudéssem fallar, quanto nos teriam contado ? !



Faz cem annos a abolição total e completa da Inquisição de Goa, e o dia, em que foi effectuada, merece indubitavelmente consagração, como dia de festa,

no calendario civico. Não será tambem digna d'uma solemne commemoração centennial tão gloriosa data, em que o pensamento e as crenças conquistaram inteira liberdade, com reconhecido proveito da evolução mental, social e economica do paiz ?

J. A. ISMAEL GRACIAS.



CEYLÃO PORTUGUEZ NO PRINCIPIO DO SEculo XVIII

(Traducção do extracto do «Esboço historico», lido por seu autor, Mr. Paul E. Pieris, M. A., C. C. S.¹, na reunião da «Royal Asiatic Society, Ceylon Branch», na noite de 11 de julho de 1908).

«..... e procurar que se faça justiça e favores aos naturaes, porque com isso se fará mais a conquista que com as armas». (Carta do rei de Portugal ao seu vice-rei de Goa, de 12 de janeiro de 1607).

A minha conferencia comprehende meramente um esboço historico do periodo de 15 annos—ainda não tratado por nenhum historiador inglez—no principio do seculo 17.^o, ou mais precisamente de 1604 a 1614. E' uma informação summaria da condição dos portuguezes em Ceylão.

¹ Mr. P. E. Pieris, membro da Sociedade, singalez illustrado, intelligente e estudioso, educado na Inglaterra, é *Civil Servant* de Ceylão, occupando ao presente o cargo de juiz de direito de Mátara. S. ex.^a tem-se dado muito louvavelmente ao estudo do periodo portuguez em Ceylão, publicando já a traducção em inglez, em 2 volumes, da obra portugueza «Historia de Ceylão» de Ribeiro; mas tem o seu prejuizo castista, de que, aliás, deve estar apartado qualquer historiador imparcial.

As notas, que não trazem as iniciaes T. de M., são do conferente. T. de M.

Temos narrações de todo o periodo portuguez pelos historiadores officiaes portuguezes Diogo de Couto e João de Barros ; mas as *Decadas* d'aquelle findam quanto a Ceylão, em 1600, e a 13.^a *Decada* de Bocarro, propriamente referente a esta ilha, começa em abril de 1614, quando Manoel Mascarenhas Homem foi nomeado general da ilha.

O presente esboço possa talvez supprir esta lacuna. E' baseado exclusivamente nas cartas dirigidas pelos reis de Portual a seus vice-reis em Goa, nas respostas d'estes e na correspondencia particular—cerca de mil cartas ao todo — publicada em 4 volumes, proxima-mente de 2 mil paginas, pela «Academia Real das Sciencias» de Lisboa, com o titulo de «Documentos remettidos da India ou Livros das Monções». D'essas cartas umas 80 referem-se a Ceylão, das quaes apenas 3 ou 4 foram traduzidas e publicadas, ha tempo, por mr. D. Ferguson.

Deve haver n'este meu trabalho erros e omissões, sem duvida ; mas apresento-vos conscienciosamente tudo o que pensei ser de interesse historico.

Portugal estava, n'esse tempo, n'um periodo anormal. Por 1590 ¹ Dom Filippe II d'Hespanha, e marido da rainha Maria de Inglaterra, foi eleito rei de Portugal, e as cartas que estamos a referir, foram escriptas por elle e por seu successor, Dom Filippe III d'Hespanha e II de Portugal.

V. Ex.^a (Sir Henry E. Mac. Callum, governador de Ceylão e patrono da Sociedade, que presidia á reunião) deve estar informado de que nós nunca fomos uma nação conquistada, e os singalezes de terras baixas nunca foram conquistados.

¹ O Filippe intruso, aliás, jurou como rei de Portugal em 16 de abril de 1581. T. de M.

O grande ideal portuguez era *intermarriages* (cruzamento de diferentes raças). Que maravilhosa influencia devia ter tido o ideal de Albuquerque, que vencendo os escrúpulos sociaes, ordenou que os naturaes da casta superior casassem com as senhoras occidentaes e as meninas singalezas fossem dadas em casamento aos europeus ! Nós os singalezes que olhámos mal esses casamentos com os occidentaes, teriamos errado ? Quem o decidirá ? !

Os portuguezes honraram com o titulo de *Dom* certos naturaes de familias nobres, uns poucos, e não, como geralmente se pensa, elles os concederam *a tort et à travers* em troca de dinheiro.



A batalha de Danture, no anno de 1594, em que Pedro Lopes de Sousa e a flor do seu exercito foram trucidados, foi um golpe esmagador para o prestigio portuguez em Ceylão.

Para recuperar a posição perdida foi despachado de Goa, a toda a pressa, D. Jeronimo de Azevedo que foi infelizmente repellido no primero ataque, com perda de 300 portuguezes e um grande numero de alliados singalezes, pelo exercito do rei singalez—Wimala Dharma—commandando pelo bravo Domingos Corrêa.

Após o fallecimento de Dharmpala— «o mais estimado principe D. João, por graça de Deus rei de Ceilam, Pereira Pandar» — occorrido a 28 de maio de 1597 ¹ houve uma convenção em que os seus herdeiros prestaram juramento de fidelidade ao rei de Portugal.

¹ *Decada* XII de Diogo de Couto.

Seguiu uma serie de batalhas sangrentas, sendo os portuguezes vencedores em quasi todas e a sua força foi progressivamente augmentado pelos reforços vindos de todas as partes, sendo tal o seu poderio que o general resolveu, em 1599, enviar uma expedição punitiva para pôr nos seus eixos o turbulento rei de Jaffnapatam.

Mas a maré das victorias portuguezas baixou, e em 1603 D. Jeronymo teve de fugir depois d'uma batalha renhida contra os singalezes, em que o exercito portuguez foi vencido, desorganizado e destruido, e a sua reputação perdida ¹.

Esta campanha—a mais importante durante a longa administração de 18 annos, de D. Jeronymo—é chamada pelos historiadores portuguezes a *grande retirada* ² e foi seguida pela revolta da tropa nativa toda, excepção d'uma companhia de mil *lascarins* (singalezes) sob as ordens do bravo chefe de Mátara, christão singalez—Samarakon Ralá— conhecido dos historiadores portuguezes pelo seu nome de baptismo—D. Fernando Mudalyar.

Seguidamente todos os fortes do interior foram tomados pelos singalezes e os soldados da sua guarnição feitos prisioneiros e enviados a Kandy, ficando a ilha na mais triste e deploravel condição, como se vê nas cartas enviadas de Portugal a Goa.

Ouviam-se em toda a parte lamentos, pragas e queixas bem fundadas contra as oppressões e tyrannias, exercidas nos nativos pelos officiaes portuguezes, de quem aliás esperavam justiça imparcial e melhor protecção do que recebiam dos seus proprios chefes e reis.

¹ *Indiae Orientalis Navigaciones etc.* (Frankfort).

² Bocarro, pag. 45.

A gente de Manar estava bastante irritada por o seu capitão lhes lancar multas e fóros exorbitantes, impossiveis de se pagar.

A receita da pesca de perolas não entrava, como devia, nos cofres reaes.

Introduzia-se furtivamente no territorio do inimigo material de guerra, não só pelo portos de Jaffnapatam mas ainda pelos das colonias de Nagapatam e S. Thomé.

Alem d'isto, um novo perigo ameaçava o poder portuguez em Ceylão : appareceram 7 navios hollandezes em Batticaloa e apoderaram-se de 4 navios portuguezes ¹, quando o rei singalez tinha ido em pessoa encontrar-se com os recémvindos ² discutindo com elles sobre a tomada de Galle.



Mas Portugal tinha despendido rios de dinheiro e sacrificado milhares de homens na conquista da ilha e não podia agora retroceder. Ordenou-se, porisso, um rigoroso inquerito sobre a conducta dos officiaes culpados e mesmo do general ; que os navios despachados dos portos suspeitos deviam ser minuciosamente examinados e que tocassem só os portos portuguezes ; que deviam ser mandados 3 navios para policiar a costa da ilha, desde Manar até Galle, para impedir qualquer intercurso entre singalezes e os estrangeiros e aprisionar toda a carga de sal, fazendas e opio que fosse importada, na ilha ; que fossem melhormente fortificados os fortes de Colombo e

¹ Spibergen chegou a Ceylão em 28 de maio de 1602 (Ind. Or.).

² Isto refere-se á visita de Seebalt de Weert.

Galle, pois a perda d'um só traria serios cuidados ao commercio do sul da ilha.

Houve por outro lado um certo estímulo : ao mesmo tempo que chegavam os hollandezes a Ceylão, tinham sido enviados embaixadores do rei singalez para Goa, offerecendo paz, com a condição de fazer voltar o joven principe singalez que se estava educando no collegio real de Goa.

Este pedido, é inutil dizer, não foi accedido, nem o outro : de pelo menos tornar o outro principe, D. João ¹, neto de Rayú, que tambem estava sendo educado no mesmo collegio.

O restante tempo da administração de D. Jeronymo foi empregado em rehaver os fortes e as terras perdidas na batalha de 1603.

Um grande ensejo offereceu-se aos portuguezes, que não souberam aproveitá-lo. Em 1604, com o fallecimento do rei Wimala Dharma, os seus subditos metteram-se em guerras intestinas — guerra civil — e o general, sabendo isso, despachou cartas sobre cartas ao rei de Portugal e ao seu vice-rei em Goa, pedindo soccorros ; pois D. Jeronymo pensava terminar a conquista, se lhes mandassem uns 300 portuguezes.

O rei de Portugal ordenou ao vice-rei que puzesse á disposição do general as seguintes rendas :

Receitas aduaneiras dos portos de Colombo, Galle e outros, que montavam em 15 mil cruzados ;

Receitas das feitorias de Manar e de outras partes ;

¹ Este é provavelmente irmão de D. Catharina, que o Nicapety Bandar posteriormente personificou. Em 1606 estes 2 príncipes — D. Filippe de Ceitavaça e D. João de Candia — dirigiram um memorial ao rei de Portugal, pedindo permissão para embarcar para Lisboa, onde D. Filippe falleceu em 1612. Depois do seu fallecimento ordenou-se um inquerito para se descobrir os seus herdeiros e «D. Maria Pereira, herdeira de Rayu» e viuva de Simão Pinhão, foi reconhecida como única herdeira etc.

E 12 mil *cruzados* de tributo, pago annualmente pelos *naiks* das costas do sul da India.

Estavam, pois, em perigo, não só a posse da ilha, tão vasta em recursos e rica em especiarias e de grande importancia nos dominios indianos, e a rica pesca de perolas, mas ainda 30 mil christãos, de cahirem nas mãos dos infieis singalezes e herejes hollandezes.

Ao mesmo tempo foi prohibido terminantemente aos officiaes portuguezes commerciareem directa ou indirectamente, por ser isto contrario aos seus legitimos deveres, e pedido o bispo de Cochim, que visittasse Ceylão, animasse os portuguezes e visse de perto, se os nativos eram tratados com justiça e clemencia.

Mas as autoridades da India ficaram indifferentes: a tropa despachada do Malabar em 6 navios por Martim Affonso de Mello amotinou-se, e a expedição organisada não se levou a cabo. Por muitos annos não se fez nada digno de registo, a não ser a organização de duas invasões annuaes, ordenadas pelo general aos territorios singalezes, as quaes não passavam de incursões de rapinagem, levadas avante á força de terror e ferocidade que caracterisavam o militarismo portuguez.



Passado pouco tempo, D. Jeronymo tornou-se inimigo do leal singalez, Samarakon Ralá — D. Fernando — que tanto auxiliára os portuguezes, e enviou-o sob ferros para Goa. O nobre singalez, assim injuriado, mandou um memorial ao rei de Portugal, pedindo-lhe soltura; e o rei ordenou immedia-

tamente um inquerito secreto a seu respeito, dando ao mesmo tempo instrucções ao vice-rei para tratar com toda a consideração a elle e sua familia, abonando-lhes todas as despesas necessarias, em reconhecimento dos seus grandes e importantes serviços prestados aos portuguezes. Porém, achando inopportuno envial-o para Ceylão durante a governação de de D. Jeronymo, foi nomeado capitão de Goa em 1613, e posteriormente, quando se conheceu a falsidade de todas as accusações, mandou louval-o em termos muito encomiasticos e abonar-lhe um subsidio vitalicio de 3 mil cruzados por anno, do thesouro de Ceylão, e metade d'este subsidio a sua mulher, se lhe sobrevivesse, e nomeou-o capitão de Chaul, com expressa condição de nunca elle ou sua familia entrarem em Ceylão ¹.

Investigando sobre a descendencia d'elle, achei um remoto relacionado, que, sinto dizer-vos, mandei á cadêa na semana finda, por dever do meu officio, mas v. ex.^a póde absolvê-lo.

Um irmão de Samarakon — D. Diogo Mudaliyar — foi mandado preso para Portugal. Este, em 1612, pediu ao rei permissão para voltar á sua terra natal para reaver o seu thesouro, herdado a seus antepassados, que, junto com os haveres de sua mulher, então fallecida, tinha sido enterrado no fundo d'um rio, promettendo ao rei dar uma parte d'esta riqueza e indicar o sitio, onde estava occulto um grande *stock* de munições de guerra e de cobre.

Este extravagante offerecimento, é inutil dizer, foi rejeitado e a permissão denegada, recebendo o vice-rei summarias instrucções para o fuzilar, se algum dia, escapando de Portugal, chegasse ahi. E em 1614 ten-

¹ Sabe-se que o Samarakon foi morto logo depois n'uma batalha maritima na Índia.

do tentado fugir, foi encerrado na prisão do Alentejo, não sendo executado em consideração aos serviços de seu irmão Samarakon.



D'ahi até 1609 não houve nenhum facto importante; porém D. Jeronymo apoderou-se n'esse anno do districto de Balane, onde erigiu um forte, e dias depois incendiou a capital singaleza, Kandy. Então recebeu uma mensagem da rainha singaleza, pedindo a protecção do governo portuguez para si, para sua familia e para o seu thesouro, assignando em seguida um tratado de paz.

O rei de Jaffanapatam, subdito nominal do rei de Portugal, opprimia muito os seus jurisdicionados christãos. Um dia, a pretexto de visitar templos na costa fronteira, foi depositar na India uma grande parte do seu thesouro e pediu auxilio contra os portuguezes aos principes da costa de Coromandel. Quando o general soube d'isto, resolveu desthronal-o e não nomear outro rei para o futuro em Jaffanapatam.

Os negocios da ilha em fins do anno 1610 corriam de mal a peor.

Uma communicação confidencial, relativa a este periodo, de um portuguez, que esteve n'esta ilha 15 annos, ao vice-rei, ao vedor da fazenda e a Samarakon, descreve com tintas negras o estado da administração da ilha.

Sete mil aldêas — grandes e pequenas — estavam sob o dominio portuguez, administradas por 50 mil *maioraes* ou *headmen* aldeanos. Cada um d'estes pagava ao Estado um *pardau*¹ ao anno. Os *marallas*

¹ Não dou aqui a equivalencia d'estas e outras moedas por me parecer desnecessario.

e muitas produziam cêrca de 6 mil *pardaus* annuaes. A producção annual de canella avaliava-se em 2 mil *bahars*; d'estes 700 pertenciam ao general, fidalgos, clero, capitães, etc., emquanto os restantes eram vendidos em hasta publica, produzindo o minimo 6 *pardaus* por *bahar*. A producção de areca, que era muito mal cuidada, dava nada menos de 8 mil *amanões* por anno, avaliados em 20 mil *pardaus*.

Além d'isto a vasta producção de pimenta redonda e a grande quantidade de pedras preciosas rendiam muito, e esta industria estava nas mãos de pessoas autorizadas. Eram apanhados e vendidos annualmente 12 elefantes com dentes, avaliados em cêrca de 50 mil *pardaus*. E afinal havia a vasta receita aduaneira.

As guerras dos ultimos 20 annos—sendo commandante nos primeiros 16 annos D. Jeronymo e nos restantes Pedro Homem Pereira e Pedro Lopes de Sousa—custaram aos portuguezes 12 mil homens e meio milhão de *cruzados*. Mas nada de util se tinha feito. Uma das principaes causas d'isto era a ferocidade com que eram tratados os nativos. Os officiaes que os governavam tinham poderes absolutos e autocraticos. Os naturaes eram opprimidos com impostos excessivos e com leis ferinas e terriveis.

Todo o seu forte — ao que me parece — era arrasar templos budhistas, assolar terras, destruir idolos, perseguir dignitarios e o povo budhista, roubar-lhes tudo que encontrassem na sua carreira desordenada, mesmo antes de os nativos se tornarem familiares ao regimen portuguez e contra as expressas instrucções do rei, com que abrimos este esboço. . . — de procurar «que se faça justiça e favor aos naturaes, porque com isso se fará mais a conquista que com as armas». «Com justiça e affeição» podiam amoldar-se os singalezes mais facilmente do que qualquer outro

povo do mundo ; tratados elles com justiça e afeição, estavam promptos para tudo. Mas os generaes portuguezes e os seus subordinados, principalmente n'esse periodo, não entenderam assim ; eram avarentos e vorazes, um d'elles, por exemplo,—um general— apenas desembarcado em Colombo, enviou immediatamente um filho seu ao palacio do rei singalez, que levou d'ahi tudo que apanhou á mão inclusivamente escarradeiras de oiro. (*Riso*). Era assim que elles se deleitavam n'aquelles tempos. Mas —oh fatalidade!—receberam a retribuição, mais tarde, no Brasil! ¹.

Mas onde estão elles hoje? O proprio termo portuguez é applicado á mais baixa classe social — sapateiros, etc. ². E das ruinas dos templos e das cinzas dos budhistas, levantam-se hoje novos templos budhicos, mais sumptuosos!

Mas, reatando o fio do documento confidencial. Os soldados portuguezes eram poucos e insufficientes para guarnecer os raros fortes que possuiam, enquanto as continuas hostilidades dos commandantes de tropa nativa serviam de especulações e terminavam em batalhas.

Permittia-se aos nativos de castas baixas usar de titulos pomposos : como «rei, principe, e mudaliyer»,

¹ Mr. Pieris provavelmente pensa que a rebelião brasileira que, abolindo o imperio e desterrando o seu imperador, estabeleceu a republica, foi urdida pelos nativos brasileiros e não por portuguezes. Mas, tomando mesmo que o fosse, *quid inde?* ! A que attribuir a rebelião e depois a independencia norte-americana? *T. de M.*

² E' *moda* em Ceylão de todos os descendentes, *burguers* como se lhes chama lá, passarem por descendentes holandezes, de quem, salvo rara excepção, não possuem o nome, cor, nem mesmo a lingua que ninguem aqui sabe fallar ! usando pelo contrario *todos* em familia o *portuguese basso* — crioulo portuguez. Porém taxam de *portuguese burghers* ou *micós* (mechanicos) uns humildes profissionaes, em geral illetrados e pretos, que ás vezes nem appellidos portuguezes possuem ! *T. de M.*

e assim exercer influencia sobre os seus coaldeanos de castas superiores, que a cada passo se revoltavam contra estes pseudomandantes.

Qualquer victoria, na guerra, d'um official portuguez excitava inveja n'outro, o que aconteceu com Pedro Lopes de Sousa e Pedro Homem Pereira; este não querendo ajudar aquelle, levou á ruina e á morte o seu aguerrido exercito de 700 portuguezes.

Por outro lado, os vice-reis não mandavam a Ceylão nenhum reforço militar nem dinheiro; d'ahi a condição deploravel em que se encontravam os soldados, sem soldo nem uniformes.

Apezar das repetidas ordens do rei, os fortes de Colombo estavam abandonados ao tempo, não havendo bastiões nem trincheiras, e os poucos baluartes que existiam eram de *taipa* e *olas*, e em taes condições que serviam de pouso ao gado. (*Riso*).

Não havia hospital que merecesse esse nome e os soldados pereciam de fome, doenças e de outras privações.

Os leaes singalezes recebiam, em troca de sua lealdade e serviços aos portuguezes, a perda de todos os seus bens e maus tratos; enquanto os facinoras, os refugiados pela necessidade eram recebidos de mãos abertas e obtinham propriedades, honras, titulos, sendo collocadoos em posições superiores ás d'aquelles.

E a razão de tudo isto é que os portuguezes eram muito maus christãos, com pouco ou nenhum temor de Deus!

N'estas circumstancias, não surprehende que o rei tenha exprimido o seu profundo pezar pelos resultados da conquista, que elle tanto afagára, lamentando continuamente qua o seu exercito estivesse reduzido a uns 400 rebeldes, cujas invasões nos territorios inimigos tinham sido rapinagens; que os seus dominios

estavam deshabitados e as terras incultas, d'ahi a receita insignificante que não chegava para as despesas da guerra.

Porém, ainda assim, offercia-se mais uma oportunidade para levar avante a conquista encetada : pois tinha-se feito a paz com os hollandezes, e os singalezes estavam n'um periodo lamentavel, desorganizados, sem rei, nem guias !

Deram, porisso, ordens rigorosas para reparar os fortes de Galle, e de prevenção contra a possivel invasão hollandeza, mandou-se construir um arsenal para as reparações dos navios.

Outra medida que ao rei muito interessava, era estabelecer em Chilaw Negombo, nma colonia de bravos e leaes christãos, pescadores da Costa de Pescaria, trazendo-os todos de Naik de Madura, prometendo-lhes terras que elles deviam cultivar em tempo vago; nomeando-lhes um *ouvidor* especial, para lhes administrar justiça e resolver as suas disputas. O rei esperava que uma colonia d'estas auxiliaria na pesca de perolas regularmente, pois nos ultimos 6 annos não tinha dado receita alguma, por causas de continuas questões e diturbios occorridos principalmente entre os jesuitas, que superintendiam, e o bispo de Cochim recommendára tambem uma reconciliação immediata entre estes.

Mas o vicerei suggeriu ao rei de Portugal que semelhante colonisação fôra antes tentada pelo vice-rei D. Constantino e depois por Ayres de Saldanha, e que ambos acharam impossivel obter a cooperação dos *patangatins*, *leaders* d'esta gente; comtudo, como nova experiencia e para agradar ao rei, resolveram inicial-a enviando uns poucos de milhares de individuos para Negombo. Mas acharam que esse districto não era central para os bancos peroliferos, e lá ficou a iniciativa....



Pelos fins do anno de 1912, D. Jeronimo embarcou para India, como vice-rei, e em seu lugar era nomeado, interinamente, D. Francisco de Menezes Roxo, que foi um indolente, e propriamente falando nada fez alem d'uma curta invasão no territorio inimigo em março do anno seguinte, 1613.

Maß, com a partida d'este, perderam os portuguezes o forte de Balane, que foi atacado e destruido pelos singalezes na semana santa do mesmo anno.

Esta perda magoou muito o rei.

Em agosto do mesmo anno, logo após o fallecimento da rainha de Kandy, sua filha e seu genro — que estavam sob a protecção do rei de Portugal — aproveitando a ausencia da tropa portugueza, fugiram com o seu rico thesouro.

As queixas contra o general eram tantas, que o novo vice-rei ficou obrigado a despachar Manoel Mascarenhas Homem ¹ em lugar de Roxo, com instrucções do rei para o submeter a severo julgamento; pois havia queixas e memoriaes em que o accusavam de empregar todo o seu tempo mais no commercio — trocando pannos e opio por côco e pimenta redonda — do que em bater o inimigo.

No *Korales* ² Quatro e Sete o *dissava* ³ Luiz Pinto, portuguez, fazia o mesmo de parceria com o general, e Luiz Cabral, outro portuguez *dissáva*, em Kumwiti Korale e Sabarayamuwa.

No *dissavado* de Matara — fonte principal de côco e onde habitava a mais leal população nativa da

¹ Decada VII, Diogo de Couto.

² *Korale*, divisão administrativa — districto.

³ *Dissava*, auctoridade administrativa de *Korale*. T. de M.

ilha, e que era sempre administrado por um portuguez ou um singalez nobre—era nomeado *dissáva* um mouro de casta baixa, para que o general e seus officiaes pudessem levar avante a sua nociva pratica commercial.

A receita do districto era apropriada por elle ; os nativos eram maltratados e opprimidos com impostos e mulctas arbitrarias, que iam parar nas mãos do general, e tantos e taes excessos eram praticados a pretexto do commercio, que os nativos, scandalisados, estavam prestes a tomar armas contra os portuguezes !

Não havia quem tomasse conta dos officiaes e dos *dissavas*, que eram senhores absolutos e autocratas.

O general esqueceu-se inteiramente de precauções militares, como no caso da fortaleza de Balane, e sempre se guiou por *motu proprio*, arrecadando por todos os meios em seu proveito os impostos, pedras preciosas e elephantos !

D. Francisco de Menezes Roxo falleceu em Arracan, logo em seguida á sua retirada da ilha ; os seus herdeiros foram intimados a repôr o dinheiro apropriado da Fazenda Publica.



O vice-rei deu, porisso, restrictas e minuciosas instrucções ao novo general—Manoel Mascarenhas Homem—acerca da administração da justiça em Ceylão, recommendando-lhe que fixasse a sua residencia em Malvana, que era mais central do que Colombo.

Para activar a acção da justiça, o vice-rei, quando general da ilha, estabelecera um conselho de justiça em Malvana, composto d'um singalez experiente e

de alguns conselheiros. Este tribunal era autorizado a julgar todas as causas menores, deixando só as mais intrincadas ao general.

Tinha de se supprimir de todo a oppressão aos nativos e levar por diante a guerra; ordenou-se por isso o recrutamento obrigatorio a todo o individuo masculino, maior de 14 annos; organisaram-se 4 commandos de tropa nativa que deviam ser commandados pelos experimentados, Simão Corrêa, Luiz Pinto e outros.

O registo civil devia ser revisto, obrigando cada *lascarim* a pagar um *larim* por mez e cada *arachi* dois.

Deviam ser fortificados contra a invasão hollandesa Batticaloa, Trincomale e Cottiar — tres portos principaes dos singalezes: e o reino de Jaffnapatam devia ser reduzido a uma provincia portugueza.

A producção de canella devia ser monopolio do governo e annualmente se devia despachar mil *bahars* d'ella para Goa, a fim de serem ahi vendidos, vindo o seu dinheiro a Colombo para ser guardado em um cofre separado.



Em janeiro de 1615, o novo general tomou o commando das tropas, tendo os 4 commandos sob as immediatas ordens de 4 *dissavas* — Simão Corrêa de *Sete Korales*, Luiz Pinto de *Quatro Korales*, Luiz Cabral de Faria de *Sabaragamuve* e Domingos Carvalho Cam de *Mátara* — atravessando o rio Mahaewilinga em Gampola, com grande difficuldade, por causa de inundações, marchou por Maturatá, assolando e queimando todas as terras pelo caminho, e occupou Badulla.

Aqui teve um terrivel encontro com a força inimiga, composta de 3 mil homens, tornando-se vencido-

res os portuguezes. Então ordenou a queima de todo o districto, onde foram destruidas todas as arvores fructiferas e ainda da visinhança, e o general voltou a Malavana em março.

Em agosto seguinte os portuguezes saquearam os districtos de Tumpane e Harispattu e os seus habitantes foram passados a fio de espada; depois de perder em Aluwa n'uma emboscada alguns homens, seguiram até Matale, onde a força inimiga foi derrotada, e voltaram só em fins de dezembro para Malavana.

Em março do anno seguinte, 1616, chegou Nuno Alvares Pereira, que foi nomeado general e investido de autoridade pelo vice-rei, como seus predecessores, recebendo instrucções a respeito da administração financeira, civil e judicial.

Resolveu-se crear um conselho para administração dos negocios da ilha, sendo nomeado presidente o bispo de Cochim, quando estivesse na ilha por virtude de seu alto cargo, e na sua ausencia o general, de preferencia ao vedor da Fazenda.



Os negocios fiscaes tambem mereceram attenção ao rei de Portugal, que, em janeiro de 1607, enviou António Vaz Ferreira como vedor da Fazenda em Ceylão munido de poderes especiaes, e recommendou ao vice-rei que lhe dêsse por secretario um portuguez experimentado. O vice-rei nomeou para esse cargo Paulo Carvalho, que pouco se demorou por não se dar bem com o vedor.

O seu primeiro dever era organizar o tombo aldeano com informações da receita e despesa de cada aldêa. Para isso intimou todos os individuos a apre-

sentarem os seus titulos de bens e registal-os ; mas teve de affrontar difficuldades, pois ninguem tinha titulos — porque nunca os possuiram, nem foram destruidos no tempo de guerra, e d'ahi teve de registar bens por testemunhas onde as pudesse obter.

Achou que muitas aldêas eram possuidas por particulares, sem pagar fóros, a titulo de terem prestado serviço, aos quaes estabeleceu uma taxa rasoavel e fixa.

Resolveu com sancção do rei distribuir terras e aldêas, quando as houvesse, pelos seus habitantes, outras pelos capitães das differentes estações occupadas pela tropa portugueza, para com sua receita manter a guarnição. Os chefes que as não recebessem, deviam ter mais liberdade d'acção.

Outras aldêas deviam ser distribuidas pelos capitães e maiores, emquanto que poucas — as mais rendosas — deviam ser deixadas para uso especial da fazenda, para, na carencia de provisões, lançar mão d'ellas.

A aldêa Balategão — importante em producção de arroz e areca — devia ser reservada para a fazenda.

O vice-rei, e na falta d'elle o vedor, devia nomear os superintendentes d'essas aldêas.

Algumas d'ellas D. Jeronymo dõou a D. Manuel de Azevedo pelos seus bons serviços, as quaes lhe foram arrancadas em 1617.

Tambem deviam ser contemplados com terras os portuguezes que trabalhassem na conquista, e os nativos christãos que apresentassem lealdade excepcional.

A cultura d'estas terras devia ser feita pelos residentes n'ellas ; quando, porém, não os houvesse, devia ser dada de preferencia aos nativos christãos de outras partes, chamando-se, na falta d'estes, colonos christãos de S. Thomé.

Todos aquelles que recebessem terras, eram obrigados a residir n'ellas.

O rei ordenou que todos os que fabricavam armas, munições, etc., residissem em Colombo e Galle; mas o vice-rei suggeriu-lhe ser isso difficil á vista da pobreza d'aquella gente, e por isso prohibiu-lhes vender a outros que não fossem portuguezes.

Adoptou o antigo direito real contra todo o elephante da ilha e nomeou guardas para vigia d'elles, e pessoas para cuidar do seu sustento, e como este pessoal era muito importante na guerra, foi deixado sob as ordens do general.

Todos estes guardas e outros que eram em numero de 3.000, deviam ser escolhidos entre os singalezes, pelo védor e pagos pelo thesouro publico.

A venda de elephantes devia-se fazer a Naiks de Tanjore, que eram os melhores compradores.

O monopolio de canella da ilha era arrendado a 12 mil *pardaus* por tres annos a D. Jeronymo, quando general da ilha, prohibido ao depois, havendo a esse respeito larga correspondencia entre o rei e o general.

Ordenou que se enviassem todas as pedras preciosas colhidas na ilha para Goa e Cochim, para serem vendidas, nomeando Francisco Barbosa superintendente d'esse serviço; este, porém não pôde exercer o seu cargo por alguns annos por os districtos, que produziam pedras, estarem em revolta.

Fez algum esforço para dar impulso á cultura de pimenta redonda, ordenando que todas as rendas e impostos fossem pagos por este artigo.

A areca produzia largamente e o védor tomou especial cuidado na cultura do arroz necessario para o abastecimento interno.



Aos christãos da Costa da Pescaria que eram sujeitos ao *ouvidor* de Manar, foi admittido em 1613 escolher seus juizes, e o ouvidor foi recommendado para uma vez ao anno inspecção e vêr de perto se a justiça era devidamente administrada.

Todos os *mutiares*, *canacapulés* e *icaders de Korales* e aldêas tiveram ordens para auxiliar o védor no trabalho do tombo, quando não estivessem em serviço militar ou administrativo no seu districto.

Era costume no tempo dos reis singalezes, quando uma pessoa fallecesse sem herdeiros, os seus bens pertencerem á fazenda, ou um só terço quando deixasse herdeiros. Este costume foi abolido no tempo de D. Jeronymo, e introduziram-se as leis de successão adoptadas em Goa para os gentios, por se achar de grande serviço para a conversão dos nativos á christandade.

Nomeou um official para inspecção fortificações e prevenir a destruição de madeira, principalmente de jaqueira. Prohibiu a construcção de navios com tonelagem superior a 200 *candis*, e córtes de madeira sem licença do general.

Os capitães e outros officiaes menores foram expressamente prohibidos de commerciar.

O hospital era mantido pela receita aduaneira, que não chegava, havendo muitos doentes sem soccorros medicos; ordenou-se, por isso, dotal-o com fundos sufficientes da receita geral, até que tivesse outra fonte da receita para tanto, promettendo ao mesmo tempo o vice-rei enviar da India medicamentos, trigo etc.

Acontecia frequentemente que os criminosos, para evitar o castigo, se internavam nas terras dos infieis,

vivendo ahí vida abjecta e debochada. Para evitar tal escandalo, em 1610 foi considerado inviolavel o districto de Galle, onde ninguem podia ser preso, excepto pelo crime de *lesa-majestade*, de cunhar moeda falsa e de assassinar um juiz; e em Colombo, que era antes inviolavel, no tempo de André Furtado de Mendonça essa regalia foi abolida, dando um certo praso aos condemnados para se transportarem para Galle.

O costume em voga na administração da justiça nas aldêas era os *vidanes* imporem multas conforme a offensa e posição do offendido e ao arbitrio. No caso de suicidio n'uma aldêa, toda ella era multada, o que, por ser offensivo, foi abolido, tendo o general a faculdade de resolver taes casos, como entendesse.

Como os *vidanes* tambem empregavam grande numero de individuos para fabricar armas, munições, etc., que vendiam aos particulares, dentro e fora da ilha, se apoderavam do dinheiro, decidiu-se prohibir este trabalho e entregar a superintendencia d'este serviço aos portuguezes; pois os nativos em caso de guerra podiam safar-se com todas as armas.

Em março de 1611 alguns soldados portuguezes desertaram para Manar, onde foram perseguidos e fusilados pelos *vidanes* por ordem do ouvidor. Diz-se que foi isto por instigação de Simão Corrêa, que estava de mal com os desertores.

Quando o rei teve noticia d'isto, ordenou exilal-o com a sua familia para Goa, por ser perigosa a sua estada em Ceylão; mas D. Jeronimo o deixou ficar em vista dos seus importantes serviços.

O rei queria tambem que todos os logares dos *vidanes* fossem occupados por portuguezes durante poucos annos, com a condição de residirem nos districtos do officio; mas D. Jeronimo, que tinha larga experiencia dos negocios da ilha, observou-lhe que a

colônia não estava habilitada para taes innovações e que os nativos haviam de se resentir, se os privassem de honrarias e cargos a que estavam habituados; prometeu, porém, introduzir paulatinamente o novo systema, começando pelos districtos mais leaes, emquanto que iria reduzindo as terras possuidas pelos nativos, e distribuir as retomadas pelos *lasca-rins* mais leaes.

O vice-rei quiz desembaraçar os nativos guerreiros do jogo dos potentados aldeanos, promettendo dar-lhes um *amunam* de terras a cada um, nas aldêas dos portuguezes, para ahi se esbelecerem.



As rendas das aldêas pertencentes aos templos avaliavam-se em 70 mil *cruzados*— quantia mais que sufficiente para manter todo o culto christão estabelecido então na ilha.

Muitas sociedades religiosas receberam do general terras, que ao depois lhes foram tiradas, sendo as suas rendas recolhidas no thesouro geral. Então a ordem de S. Francisco apresentou uma reclamação pelo confisco das differentes terras, dizendo terem sido legadas a ella por D. João Pereapandar, para manter os seus collegios, seminarios e casas de cathecumenos; e apesar da attitude desfavoravel do vedor, o rei restituiu-lhes os bens, julgando-se obrigado a manter os legados de D. João, por ser seu herdeiro.

Quanto ás outras differentes ordens religiosas, adoptou-se a regra de não lhe ser abonado dinheiro algum sem a autorisação do rei, e só com esta condição deviam ser pagas pelos bens dos templos, quando os houvesse com dotação : assim em 1613 os dominicanos receberam uma dotação para dois an-

nos, enquanto no biennio anterior coube aos augustinianos.

Garantiu-se á Companhia de Jesus a renda de 15 aldêas de tres Korales, sem permissão superior, as quaes foram suspensas em 1615, dando-se-lhe como ás outras por turno. Soube-se, porém, posteriormente que essa ordem estava bem provida: pois recebia rendas de 62 aldêas do pagode de Municerão, que davam mais de 500 *pardaus* de tres *larins* cada um, e entre Colombo e outros Korales possuia algumas aldêas que rendiam mais de 400 *pardaus*: ambas estas rendas eram a dotação do collegio de Colombo. Alem d'estas, recebia 300 *xerafins* para as egrejas de Kaymel, Chilawe e Kalpitya, e os dois padres residentes em Matiagama percebiam rendas de duas aldeas, de cerca de 200 *xerafins* cada uma.

Foi recommendado mais cuidado na instrucção dos neophitos e pagar regularmente as pensões devidas ás ordens religiosas, pois, na falta de pagamento, ellas deixavam de pregar o Evangelho aos infieis e instruir os convertidos.

Em vista do prejuizo causado ao serviço de Deus pela presença dos mouros na ilha, prohibiu-se em 1615 a sua immigração.¹

A 3 de outubro de 1584, D. João Pereabandar por uma circular tinha isentado todos os casados e seus filhos, de Colombo, de pagar qualquer imposto á fazenda. Esta circular foi confirmada pelo vice-rei conde-almirante em 1597, mas foi abolida por decreto real em 1615, em vista da enorme perda da receita que a colonia soffria e obrigava muitos a perjurar, declarando-se casados sem o serem.

Em 27 de janeiro de 1607, por ordem de D. Jeronymo, as rendas das passagens de Mutival, Golegavy,

¹ A total expulsão dos mouros dos territorios portuguezes foi finalmente decretada por D. Constantino de Sá em 1626.

Matacore, Nacobegam e Betal— que importavam em cerca de 200 *cruzados* — foram concedidas á camara de Colombo, ordem que foi confirmada pelo rei em 1615. Mas, quando ella foi arrecadar essas rendas, um dos casados as reclamou, intentando a camara acção contra elle e entrando na posse por força. A disputa terminou ao depois amigavelmente.

A camara exigiu 50 *bahars* de canella, como doação de D. João, mas não pôde apresentar titulos, nem mesmo quando intimada para registrar no tombo.

A camara sempre pôz pêas para impedir o serviço de tombação, havendo muita correspondencia, a ponto de em 1617 ser compellida a acceital-a, por ordem do rei de Portugal.



Não se fez nenhum serviço de reparações nas fortalezas de Colombo, nem se levantaram muralhas para protecção da cidade contra as aguas do mar. Dom E. de Menezes Roxo apenas iniciou este serviço, que foi depois levado avante pelos particulares, sem onerar o thesouro da colonia.

Em 1616 o védor Antão Vás Ferreira, obtendo licença do vice-rei, regressou ao reino por causa da sua saude, que começou a deteriorar-se pelo continuo labutar, pois sempre trabalhou honrada e incansavelmente, apesar dos obstaculos encontrados no seu caminho, postos pelos officiaes superiores.

Teve de se queixar continuamente ao rei da falta de pagamento do seu ordenado, e apesar de continuas instrucções do rei ao seu vice-rei a esse respeito, o Estado lhe devia, quando deixou o logar, 14 mil *xerafins* do seu salario honradamente ganho !

O conde de Redondo, que succedeu a D. Jeronymo como vice-rei, nomeou para o lugar de vedor de Ceylão a Lançarote de Seixas.

Esse vice-rei teve instrucções régias para fortificar bem as fortalezas de Batticaloa, por ser o centro de aldêas ricas, e de Trincomalee, por ser capaz de resguardar grande numero de navios, contra a supposta invasão hollandeza, e mais uma vez o rei de Portugal repetiu as instrucções dadas ao seu predecessor em 1605.

«Ceylão é a mais importante conquista por se realisar na Índia; quando com o auxilio de Deus «chegares a Goa, eu te ordeno levar avante a sua «conquista, reduzindo toda a ilha á minha vassalagem: pois passaram tantos annos que esta tarefa foi «encetada, como é bem sabido, com muito dinheiro «da minha fazenda».

E' impossivel que os singalezes, como eu, lêam essas linhas sem terror. Depois de tanto dispendio do thesouro, e depois de sacrificar tantas e tão valiosas vidas na conquista d'esta pequena ilha de Ceylão, com o valôr dos portuguezes de então, morrendo talvez quasi todo o individuo masculino de 14 annos para cima, reduzida a sua população a meio milhão e depois de mais de um seculo de guerras sangrentas e desesperadas, os singalezes não foram conquistados, e nós nunca fomos, tenho orgulho em vos dizer, conquistados ¹. (*Applausos*).

¹ O esboço termina com uma informação a respeito da companhia de Jesus, que achei inutil traduzir. Supprimi tambem muitas notas por serem desnecessarias. Tenho conservado quasi todos os nomes proprios e dos lugares, conforme estão escriptos no esboço. *T. de M.*

Discussão

O presidente (Governador de Ceylão) pediu discussão sobre a conferencia aos membros da Sociedade.

O Rev. S. Sumangala Thero (padre budhista)—leu uma enorme lista das barbaridades e destruições dos templos, praticadas no tempo dos portuguezes e das conversões nominaes feitas á força da espada.

O *Hon'ble* Mr. A. Kanagasabai (tamil, membro do «Conselho Legislativo» de Ceylão)—tambem fallou sobre o regimen de terror e destruições hávidas em Jaffna e disse que o titulo de *Dom* — ao contrario do que disse o conferente—era vendido a todo aquelle que podia pagar uns poucos centos de *cruzados*.¹

Mr. C. W. Horsfall (europeu)—notou que o titulo *Dom*, como o presentemente usado, é equivalente a *Mr.* (!!).

Mr. P. E. Morgappa (mudaliyar, singalez)—queria saber porque é que a lingua e a musica portugueza e a sua religião subsistem, e a lingua hollandeza desapareceu?² Parece-lhe que a razão é: os padres

¹ Os historiadores inglezes são quasi unanimes em dizer que o titulo de *Dom* ou *Don* — como se usa em Ceylão—foi largamente vendido pelos portuguezes e ao depois, á imitação, pelos hollandezes, n'essa ilha.

² Mr. Morgappa talvez se referiu ás cantigas que se dizem portuguezas, mas que antes parecem dos negros d'Africa, por exemplo a *Cafrinha chicote, batte batte* etc.—algumas d'essas publiquei no «Nacionalista» de Goa, ao depois na revista *Lusitana*, de Lisboa—que são muito populares, principalmente entre os singalezes e os *burguers*. T. de M.

goezes com sacrificios pessoases nutriram a sua religião, que ainda existe (*applausos do traductor*), enquanto os hollandezes nunca ensinaram sua musica, nunca mandaram padres finda a sua dominação; e por isso perderam tudo.

Mr. G. Weerakon (mudaliyar, singalez)—disse que os portuguezes abriram o caminho da civilização para depois os hollandezes e inglezes colherem os fructos. No tempo dos portuguezes, como no dos hollandezes e dos inglezes, houve bons e maus administradores; tanto estes como aquelles fizeram bem e mal, sendo por isso muito mal cabido lembrar-se só do mal feito pelos portuguezes. Devemos-lhes muito. Agora quizéra ouvir uma conversação do melhor singalez ou tamil, que pudesse fallar por 5 minutos sem recorrer ás palavras portuguezas ¹. Não, não podemos conversar, não podemos discutir, não podemos descrever sem recorrermos, até hoje, a esta bella lingua dos portuguezes. Elles introduziram a luz do Evangelho e da civilização e nós devemos sempre ser-lhes gratos. (*Applausos*).

Mr. W. F. Gunawardhana (mudaliyar, singalez) pediu ao conferente a sua opinião a respeito do titulo *Dom*, que, todos sabem, era vendido, conseguindo os portuguezes, por este meio, muitos milhares, principalmente em Jaffna.

Mr. P. E. Pieris (conferente)—respondendo-lhes, disse que a respeito do titulo *Dom* não possuia nenhum documento, e que era bem possivel que tivesse sido vendido em Jaffna, e não em outra parte; pelo menos assim lhe parecia.

¹ Isto é facto: as vernaculas abundam em termos portuguezes.

Quanto a subsistir a lingua, deve-se isto aos modos suasorios que os portuguezes empregaram para se familiarisarem com os nativos. O seu fim, quando vieram ao Oriente, era «colonisar, estabelecer, constituir familia». Elles casaram com mulheres singalezas e os singalezes tiveram um rei casado com uma portugueza — Dona Catharina ¹. — Houve um kandiano feito conde em Portugal, onde se casou; assim a sua lingua se tornou familiar e de moda — como ao presente o é a ingleza. Os hollandezes nunca foram sympathicos aos nativos e a sua lingua nunca foi fallada por elles. Muito poucos d'elles casaram com os nativos. Ainda nos tempos dos hollandezes, o portuguez era a lingua fallada em alguns tribunaes e repartições, o que não era no proprio tempo dos portuguezes. Os mais presumidos descendentes hollandezes usaram portuguez em familia; d'ahi é que, com a retirada d'estes da ilha, a sua lingua desapareceu de todo. (*Applausos*).

Sir Henry E. Mac Callum (presidente)—propondo um voto de agradecimento da Sociedade a mr. Pieris pela sua interessante conferencia, claramente enunciada, disse que se orgulhava saber que os singalezes, como os escossezes, como elle é, não foram nunca conquistados.

Disse tambem que se interessava muito em formar uma galeria das photographias dos governadores que foram da ilha — portuguezes, hollandezes e inglezes, seus predecessores — sob os auspicios d'esta illustre Sociedade—Royal Asiatic Society—e elle encarrega-

¹ As minhas informações dizem o contrario, isto é, que D. Catharina foi singaleza convertida ao catholicismo. T. de M.

va desde já mr. Pieris— e a escolha não podia ser melhor—de colligir as photographias dos governadores portuguezes de Ceylão. (*Applausos*).¹

Raia.

B. C. TAVARES DE MELLO.

¹ Ao que me consta, foram o seguintes governadores— ou generaes ou capitães generaes— no periodo portuguez em Ceylão, por ordem de sua successão :

O primeiro governador fixo chegou em 1592.

Pedro Lopes de Sousa,

Jeronimo de Azevedo,

Francisco de Menezes Roxo,

Manoel Mascarenhas Homem,

Nuno Alvares Pereira,

Constantino de Sá e Noronha (2.^a vez),

Jorge de Albuquerque,

D. Jorge d'Almeida,

Diogo de Mello,

Antonio Mascarenhas,

Filippe Mascarênhas,

Manoel Mascarenhas Homem (2.^a vez),

Francisco de Mello e Castro,

Antonio de Sousa Coutinho (no tempo d'este os hollandezes apoderaram-se de Colombo) e

M. Menezes (commandante de Jaffna e Manar).

A este seguiram 39 governadores hollandezes, e a estes os inglezes, sendo Sir Henry E. Mac Callumoo 21.^o T. de M.

VARIA VARIORUM

Dr. J. F. Fleet, C. I. E.

Aeste notavel indianista acaba de conferir a Real Sociedade Asiatica a medalha d'ouro, que se concede cada tres annos por serviços distinctos em estudos orientaes, dando-se-lhe assim a merecida recompensa pelos seus trabalhos sobre a epigraphia indiana. O dr. Fleet é autor da notavel obra intitulada *Inscriptions of the Early Gupta Kings* (3.º vol. do *Corpus Inscriptionum Indicarum*) e de muitos artigos sobre a historia e antiguidades da India, publicados no *Indian Antiquary*, na *Epigraphia Indica*, no Jornal d'aquella Sociedade e em varias revistas semelhantes. (*Times of India*, de 14 de março).

Sobre um verso de Gil Vicente

Eis as cartas sobre este assumpto, a que nos referimos a pag. 41 d'este volume, sendo a 1.ª da sr.ª D. Carolina Michaelis de Vasconcellos, precedida d'outra, do sr. Henrique Lopes de Mendonça (*Diario de*

Noticias, de 4 de fevereiro), — e a 2.^a, do sr. Oscar Pratt (Id., de 12 do dito mez) :

Meu presado amigo

D'esta vez não lhe peço desculpa. Pelo contrario. Exijo que me agradeça. A minha modesta prosa deve uma collaboração inesperada: nada mais e nada menos que a da eminente romanista D. Carolina Michaelis de Vasconcellos. Distinguiu-me s. ex.^a com a carta que remetto, e cuja publicação por meu intermedio solicita. Não tenho senão que felicitar os seus leitores.

Mas não ha medalha sem sem reverso. Ainda quando a minha contumacia não me induzisse á replica, não a escusa a muita e admirativa deferencia que merece a minha illustre contradictora.

Por isso, desde já lhe peço para o numero seguinte um cantinho em que possa dispor as minhas mingua-das hostes contra a poderosa fortaleza que me assoberba.

Este ultimo sacrificio é que lhe agradece o seu admirador e amigo obrg.^{mo}.

31-1-12.

Henrique Lopes de Mendonça.

Ex.^{mo} Sr. Henrique Lopes de Mendonça

Só duas palavras muito á pressa, em replica á *carta aberta* de v. ex.^a—que não me é dirigida, mas em que figuro. Desconheço o outro artigo publicado em «A Mascara», a que v. ex.^a se refere e que combate, mas tentarei vel-o antes de responder *explicitamente* a ambos e ao gentilissimo e benemerito modernizador dos *Autos*, que já deverá estar sobresaltado, e arrependido de me haver consultado, aceitando o meu alvitre por deferencia. O meu alvitre, ou os meus alvitres, visto que se trata da restauração de toda a quadra inicial do *Auto d's Barcas*, deturpada

na edição de Hamburgo, e também na de 1561 que lhe serviu de modelo. Para socegal-o é que traço estas linhas provisórias de defeza. A demonstração plena da minha these sairia longa, não cabe n'um *Diario*; reservo-a para a *Revista Lusitana* ou para o *Dionysos* de Coimbra.

Não é por teimosia que fico com a minha ou na *minha*, continuando a ler *Ora venha o Caron à ré!* Desde já seja dito que a modernisação *Caron e*, que não approvo, é de Affonso Lopes Vieira, e que elle a introduziu naturalmente para se tornar comprehensivel, visto que a forma *recta, nominativa*, usada de proposito pelos Humanistas, a fim de distinguir bem o Velho da Barca do rio Acheronte que elle sulcava, é hoje desusada.

Rejeito decididamente tanto *acáron*—preposição composta, ainda hoje vujgar na Galiza, familiar a Gil Vicente e minha conhecida—como o carro que v. ex.^a propõe — *carro* do qual sei pouco; apenas o que aprendi no grande dictionario nautico polygtota, de Bobrik, o suficiente todavia para o vocabulo figurar desde 1890 com traducção cõrrecta no dictionario portuguez-alemão de H. Michaelis (minha irmã).

Fico na minha—porque posso apresentar provas concludentes geraes e particulares, intrinsecas e extrinsecas, ou paleograficas e literarias—hauridas parte nas proprias obras do grande Gil, parte nas de um seu traductor castelhano coevo, em duzias de outros textos quinhentistas—em preciosas edições ignoradas da *Barca do Inferno* e—*last not least*— nas ideas universaes da idade-média sobre os tres reinos de além tumulo, tal como ellas se manifestam nas *Dansas Macabras*, na *Divina Comedia*, nos *Cortes de la Muerte* e na demonologia dos theologos.

Reconstruam vv. ex.^{as} pela leitura da Trilogia inteira e das outras obras de devoção do fundador do

theatro portuguez a sua philosophia, e verão que curiosa mescla de ideas pagãs e christãs, de elementos populares e de mythologias classicas ella é! Lembrem-se das innumeradas reminiscencias greco-romanas que ha no folklóre portuguez. Para o caso da Barca servem o dinheiro metido nos caixões, verdadeiro obulo de Caronte, e as locuções *passar o rio--passar o vao--passar a barca* etc. Lembrem-se do esplendido Charonte de Luciano, o grande satirico de Samosata e dos *Dialogos* dos seus imitadores italianos e castelhanos, muito em voga no tempo de Gil Vicente.

Persuadidos de que a idea das *Barcas* é do poeta portuguez, inspirada pela actividade maritima da nação, vv. ex.^{as}, não vêm que elle acolheu, como todos os escritores, as concepções e ideas do seu tempo e do seu meio; e talvez me apredejem por não acceitar aquelle dogma e por estar persuadida que o profundo braço de mar—fóz do rio—largo—ou lagoa em que colloca as Barcas é a *triste ribeira tartarea de Acheronte*—e que o barqueiro ou arraes que, remando, conduz as almas ao Inferno não pode ser outra coisa senão o *Velho da Barca—elnocchier d'ella livida palude*, de Dante Alighieri, cuja Divina Comedia Gil Vicente talvez (?) não conhecesse de viso, mas seguramente de fama.

Podem descansar, porém: não vou amesquinhar o meu predilecto—o genio mais inventivo que Portugal produziu. Muito pelo contrario, pretendo provar (quando tiver tempo) que elle não imitou modelos estrangeiros, a não ser nos seus principios pastoris. Mesmo aproveitando elementos preexistentes foi creador. Especialmente na Trilogia das Barcas que é a obra mais transcendental que lhe devemos.

Mas vamos ao verso *Ora venha o Caron a ré*.

Assim leio ha muitos annos. Há vinte ou mais que guardo nas gavetas etimologicas um pequeno estudo

sobrescritado *Caron e Acheronte* em que provo que n'esta península e sobretudo na occidental praia Lusitana, bem pouco afeiçoada aos estudos classicos, houve confusão entre *Chronte e Acheronte*, e que por isso mesmo os espiritos de selecção preferiram dar ao velho da Barca o nome *recto e nominativo*, reservando o obliquo para o rio que sae da lagoa do Styx, ou para ella corre. As provas que apresentarei são dez portuguezas; e outras tantas castelhanas.

Posteriormente conheci a admiravel redacção castelhana da *Barca do Inferno*—em duas edições raras por igual; e nellas vi com muita satisfação, que o coevo de Gil, *que assistiu em Lisboa a uma representação do Auto*, trata o companheiro de Satanaz constantemente de *Caron*; e que, além d'isso, reforçou a nota, tratando do *obulo* dinheiro ou *tostão* dos mortos e do *Cão Cerbero* etc. (transformado na boca d'um Innocente por etimologia popular n'um *cão cerveiro*—papa-cervos). Eis um dos passos (do Introito); abreviado só nas partes mais claras :

Mia fé, yo os quiero contar
no sé qué que vi en Lisboa
que dicen que es *cosa boa*
segun su comun hablar...

.....
no sé que navegacion
en un lago, rio o mar...

.....
un hidalgo portuguez
venir a aqueste paraje
con gran rabo, silla, e paje
que de verlo reirés...
adonde queriendo ó no
embarcó segun vi yo
con Caron y su valia

.....
E outro :

todos estos han entrado
con Caron

.....
camino del Cancerbero.

Passo os restantes muito significativos tambem.

Agora o principal. Possuo em *fac-simile* ou antes photocopia duas edições antigas da Barca. Uma é a verdadeira *editio princeps* !, impressa ainda em tempo de el-rei D. Manuel —entre 1517 e 1521— corrigida provavelmente pelo proprio Gil, que teve privilegio para todas as suas obras —igual ao que Garcia de Resende tinha obtido para o Cancioneiro Geral.

Pois bem. N'esta impressão (superior á de 1561 em todos os sentidos) —a quadra inicial diz textualmente :

di. (=Diabo) Aa barca aa barca oulaa
que tenemos (*sic*) gentil maree
ora venha ho caro a ree

cõ. (=Companheiro) feyto feyto
dia, bem esta (a)

Como v. ex^a vê : com todos os defeitos das impressões antigas— sem pontuação e sem letras maiúsculas com um espanholismo etc., etc..

Em outra impressão solta posterior, mas que derivava directamente d'aquella, cortaram apenas o *h*, metteram algumas virgulas e maiúsculas, emendaram *tene- mos*; cortaram alguns *aa* e *ee*.

Diabo

Aa barca aa barca oula,
que temos gentil maré
ora venha o caro are.

Cõp. Feyto feito, dia bem esta.

Sem destacarem a replica do diabo.

Em ambas falta apenas o til sobre *caro* para termos o meu *Caron*.

V. ex.^a dirá que tambem falta apenas um *r* para o seu carro.

Mas francamente— eu não comprehendo (olhando para as lindas gravuras de cárvelas que adornam os frontispicios de ambas as impressões) como o tal *carro* pôdesse *vir* de repente — e saltar *à ré* !

Páro aqui — pedindo desculpa.

Porto, 28-1-12.

De v. ex.^a,
admiradora sincera

Carolina Michaelis de Vasconcellos.

Sr. Redactor

Com a epigraphe acima publica v. no *Diario de Noticias*, de quinta feira, uma carta-aberta do sr. Henrique Lopes de Mendonça ao sr. Affonso Lopes Vieira sobre a interpretação que este illustre poeta deu ao verso 3 do *Auto da Barca do Inferno*, seguindo a opinião da douta romanista D. Carolina Michaelis de Vasconcellos.

A lição que o sr. Lopes Vieira nos apresenta, embora em nome de uma doutissima senhora que todos veneramos, pelo seu alto saber, tambem não satisfaz a minha curiosidade de simples estudioso. E, embora —lealmente o confesso—eu não encontrasse na sumária analyse que venho fazendo aos *Autos* de Gil Vicente, melhor explicação do caso, é certo, porém, que sempre supuz que o verso se explicaria por uma ordem de manobra nautica, como outros seguintes.

A interpretação agora apresentada pelo sr. Lopes

de Mendonça parece-me clara e irrefutavel, suggerindo-me porém as seguintes observações :

Embora em todos os *Autos* de Gil Vicente haja signaes evidentes do desleixo e desatenção dos copistas, que muitas vezes se arvoravam em correctores, não me parece que no verso em questão :

ora venho a caro a ré,

como se lê nas edições de Hamburgo e Lisboa (1852), haja mais que um descuidô de composição consistindo na troca entre a vogal do artigo e a vogal final do verbo, facto frequente ainda hoje em provas typographicas.

Quanto á falta de geminação ou dobramento do *r*, não me parece constituir motivo para o illustre investigador acusar o copista, ou antes, o typographo que apenas comporia o que Gil Vicente escreveu.

Certas alterações, que soffreram as palavras da nossa lingua em determinadas epocas, atravessaram os tempos e, a par das formas cultas, veem até nós aferradas ao linguajar do povo que é um grande mestre. Temos abundantes exemplos no proprio texto vicentino.

Caro seria pois forma popular de *carro*, no sentido apontado, porque ainda hoje a ouvimos entre os maritimos do nosso Tejo, a par das equivalentes : *cairo* e *carro*.

«Navegar a *carro*, *cairo* ou *caro* largo» é navegar com a escota folgada e verga atravessada, caçando a orça de barlavento.¹

¹ *Cairo* era tambem, no mesmo sentido, termo de velha nautica como diz Moraes, citando a *Restauração* de Pinto Ribeiro : «navegar tanto a *cayro* largo».

A ν ζ do arraes do Inferno :

ora venha o caro a ré

equivale perfeitamente á que ainda hoje emprega o arraes de uma embarcação de latino triangular : «ala ou pucha o *caro* (*carro*, *cairo*) a ré» para que, quando orça, a parte da vela que está a vante do mastro, ficando n'um plano perpendicular á linha do vento, ao chegar ao caes, quebre ou retarde a velocidade da marcha.

Mas melhor que eu o sabe o sr. Lopes de Mendonça, esta manobra só se faz navegando, quer á chegada, quer á partida de um ponto qualquer, desde que o vento é á pôpa.

Teria caravela do diabo abicado á praia, no instante em que começa a *auto*, como diz o sr. Lopes de Mendonça? ¹ Não o poderemos determinar bem. Os versos seguintes parecem indicar que ela se dispõe a partir :

«E atesa aquêlê palanco

.....
A' barca, á barca, hu !

Asinha que se quer ir.

Oh que tempo de partir !

.....
Faze aquella poja lesta

e alijs aquella driça.

.....
Verga alta, ancora a pique.»

Por isso me parece, com o devido respeito pelo criterio do sr. Lopes Vieira, que, para harmonisar

¹ Uma embarcação de latino, chegada a um caes, preparando-se para ficar, «mete-o carro dentro».

rigorosamente a encenação com o texto, deveria o Diabo dizer parte d'esta sua primeira fala, dentro da caravela ou barca, no seu posto, como bom arraes... *cacilheiro*.

O que não sofre duvida é que o verso :

«ora venha o caro a ré»

está perfeitamente justificado como *voz* nautica que os versos seguintes autorizam, mas será bom ter-se em vista, para os effeitos da encenação que esta *voz*, hoje e no tempo de Mestre Gil, só se dava *navegando*.

Que me perdoe este atrevimento o sr. Lopes de Mendonça, que eu muito admiro e considero.

Subscrevo-me, sr. redactor, com consideração.

De v. etc.,

Oscar de Pratt.

Ordinaria do convento de S. Francisco, de Goa

No mesmo MS., citado a pag. 42 do presente volume, encontramos tambem o seguinte :

«Por doação dos srs. Reys D. Manoel, e D. Filipe de 30 de janeiro de 1523, e 23 de outubro de 1591 forão concedidas ao convento de S. Francisco desta cidade, e aos de Cananor, Cochim, Couião, Manar, e suas Ilhas as ordinarias seguintes :

33½ pipas de vinho do reino — 59 cantaros de azeite de Portugal — 25 candins de trigo — 19 candins de arroz chamburral — 56 fardos de arroz giracal — 2 candins de azeite — 1 candil de manteiga — 2 candins de cera — 22 corgias de cutonias — 3 fardos de assucar — 15 maons de ameixas passadas — 15

maons de passas—15 maons de amendoas—12 caixas de marmelada—1 resma de papel—120 xerafins para mezinhas da botica.

A requerimento dos Definidores tendo-se feito repartição dos artigos acima, coube ao convento de S. Francisco desta cidade entrando a do convento de Ceylão, e S. Thomé 29³/₄ pipas de vinho, e 39 cantaros de azeite, que tendo tudo cobrado em especie até 1614, se determinou por provisão de vice-rey D. Jeronimo de Azevedo, que se pagasse a dinheiro a respeito de cem xerafins a pipa, e 8 xerafins o cantaro de azeite, e importou o vinho, e azeite em 821:03:45, e o arroz, e mais artigos em 428:01:15, e huma e outra em 1.250 xerafins por quartil.

No anno de 1641 se agregarão mais 66 xerafins por anno de 2 barris de vinho, e 2 cantaros de azeite, do convento de S. Thomé de Meliapor.

A ordinaria de vinho sempre ficou pelo mesmo preço, sendo alterada a dos outros artigos no anno de 1646, em que se fez nova pauta, e por esta conta importou tudo em 1217:00:45. Nesta quantia por portaria do Governo se mandou abater no anno de 1666 a importancia de 567:03:30 de vinho, azeite, e mais artigos dos conventos de Ceylão, S. Thomé, Cannanor, e Coulão, reduzindo-se o quartel a 1.077:3:30 em que, augmentados 30 xerafins de mezinhas que coube a este convento, importa o quartel em 1.107:00:17, e 4.428 xs. por anno.»

Beatificação de S. Francisco Xavier

A canonisação de S. Francisco Xavier, em 1622, foi precedida, em 1619, da sua beatificação. A este respeito lê-se na *Annua* do Provincial da Companhia

de Jesus em Goa, de 1620, publicada no *Examiner*, de Bombaim, n.º de 9 de março, pelo erudito padre H. Hosten, o seguinte :

«Foi recebida com immenso jubilo pelo bom povo de Goa a noticia da beatificação de S. Francisco Xavier com permissão para se dizer missa propria. Os padres da Casa Professa e do Collegio dirigiram-se á igreja de S. Paulo, onde se achava o corpo do Apostolo, para dar graças a Deus por tão assignalada honra, e, estando os seminaristas a cantar o *Benedictus*, chegou inesperadamente Sua Ex.^a o Bispo de Goa, de grande pontifical, com todos os seus conegos e clero. Cantou-se em seguida o *Ecce Sacerdos*, e, terminadas as orações, estando ainda todos de joelhos, levantou-se o prelado, pediu uma cadeira e sentou-se para proferir um panegyrico solemne. Fallou com tal energia e mostrou-se tão commovido que, ao findar, rompeu em lagrimas e ninguem, n'essa grande assistencia, deixou de chorar de alegria.

Acabado o sermão, o Bispo entôou o *Te-Deum*, cantando alternadamente os conegos. Immediatamente ao canto de *Adesto, Domine, supplicationibus*, o Padre Provincial, dirigindo-se ao *Bispo*, lhe agradeceu o ter assim honrado o «Bemaventurado S. Francisco» ainda antes de se receber o breve apostolico. Durante os 8 dias subsequentes houve romarias ao caixão, e muitas pessoas ficaram curadas tocando as reliquias do Santo, especialmente a sua sobrepeliz que era levada aos enfermos. Conservava-se essa sobrepeliz n'um cofre de prata e parecia tão nova, como se fôra feita e collocada ahi apenas uma hora antes.

A 13 de dezembro chegou a Goa uma nau fóra da monção, trazendo o breve de Paulo V, concedendo a permissão para a missa, que, por isso, pôde, embora

tarde, dizer-se ainda este anno. Aliás, teria de aguardar-se a chegada das outras naus.

Preparavam-se grandes festas em honra do novo *Beato*».



GENERAL JOSÉ FREDERICO D'ASSA CASTEL-BRANCO

A 5 de março falleceu na sua casa em Pangim, com 76 annos d'edade completos — pois nascêra em egual dia de 1836, na villa de Margão — o general reformado José Frederico d'Assa Castel-Branco.

O Oriente Portuguez regista com immenso pezar o passamento d'esse illustre cidadão e bemerito funcçionario, que foi vogal da 1.^a commissão de archeologia, creada em 1894, e collaborou activa e proficuamente no estabelecimento do Museu Archeologico de Velha Goa, e se não pôde continuar a prestar mais serviços, foi isso devido a ter mudado de situação, e principiar já a minal-o a cruel e prolongada enfermidade que o victimou.

José Frederico d'Assa Castel-Branco sentou praça em 25 de junho de 1850, no antigo 1.^o batalhão de caçadores, estacionado na villa de Margão. Após um brilhante curso da Escola Mathematica e Militar, foi promovido no corpo de engenheiros a 2.^o tenente em 9 de agosto de 1860 e a 1.^o tenente em 11 de maio de 1871. Entrando, depois da extincção do exercito da India, no quadro militar geral, obteve em 26 de maio de 1880 o posto de capitão, — em 26 de março de 1885 o de major, — em 12 de setembro de 1890 o de tenente-coronel, — e em 29 de março de 1894 o de coronel. Por decreto de 14 de novembro de 1901, foi reformado em general de brigada.

Tinha o habito, officialato e commenda d'Aviz, e as medallhas d'ouro de comportamento exemplar, e da expedição á India.

Foi lente da Escola Mathematica e Militar e do Instituto Profissional, professor do Lyceu Nacional, administrador fiscal da 2.^a divisão das Novas Conquistas, por longos annos director das obras publicas, vogal dos conselho do governo, de instrucção publica e das obras publicas, membro de numerosas e importantes commissões. Muito larga e honrosa é a sua folha d'assentamento official.

Não nos permite o espaço, de que é possível dispôr, alongar a presente noticia; rematal-a-hemos com o discursos que preferimos á beira da sua sepultura, no dia 6 de março:

«Meus senhores

Para poucas palavras peço-vos attenção, pois, além da hora ir adiantada, a intensa amizade, que me ligava ao illustre morto — amisade que é agora dôr amarissima e amanhã será saudade acrisolada— peja a expansão do meu espirito, roubando-me a serenidade indispensavel para uma longa oração. E é só com enorme esforço que, obedecendo ao impreterivel dever d'essa mesma amisade, procuro aclarar as minhas idéas e coordenar os meus pensamentos.

Acaba de baixar á sepultura um patricio distincto entre os mais distinctos, que justamente se nos afigurava um medalhão insculpido no bronze dominador da nossa antiga aristocracia intellectual, — que incontestavelmente pode considerar-se uma das maiores illustrações da India Portugueza.

Morreu—e, por coincidencia rara, no mesmo dia do seu anniversario natalicio—não tanto vergado ao peso dos annos, quanto succumbido ás enfermidades derivadas do seu laboriosissimo viver. De forma que os tristes despojos

mortaes que vistes — ó miseria humana! — contrastam com o corpo avantajado, quasi athletico, do general Assa, e com o seu aspecto marcial, caracteristicamente muito seu, porventura de influencia atavica. Pois elle era bisneto, em linha recta, do brigadeiro Antonio d'Assa Castel-Branco que o Marquez de Pombal, no intento de reformar e levantar o exercito da India do abatimento, a que tinha chegado, escolheu e expressamente mandou á India, na chamada *monção da restauração* para commandar a *legião dos voluntarios reaes de Pondá*.

Meus senhores

E' dilatada a área em que o general Assa exercitou a sua incansavel actividade e os seus excepçionaes talentos. Foi engenheiro, professor, desenhista e pintor, evidenciando em tudo superior aptidão. Ao mesmo tempo, homem de excellentes habitos moraes, chefe de familia exemplar, muito dedicado na amisade.

Não descreverei n'este momento todos os prestimosos serviços, que o paiz lhe deve e que a bem dizer formam um capitulo da nossa historia contemporanea. Tãmpouco o esboçarei como um *self-made man* que, luctando a principio com difficuldades de toda a sorte, afinal triumphou, obrigando a renderem-se á cogente evidencia dos seus méritos os que lh'os deviam apreciar, e tambem os seus émulos. Limitar-me-ei tão somente a lembrar em breves palavras o que foi o general Assa, como professor e como director das obras publicas, logares que por longos annos exerceu e em que mais se notabilizou.

Professor—foi-o por mais de 40 annos, começando na Escola Mathematica e Militar, continuando no Instituto Profissional e terminando no actual Lyceu. Se á primeira vista lembrava pelo seu porte e sobrolho catonico o hieratico *magister* dos antigos modelos classicos, era, no

fundo, bom, consciencioso e integro. Os estudantes applicados tinham n'elle um amparo certo e guia espontaneo.

Empolgava-o, é verdade, o amor á arte que adorava ; queria que todos os seus alumnos tivessem a mesma aptidão para o desenho, a mesma intuição artistica e o mesmo culto escriptuloso da forma como elle. D'ahi as *gaucheries* de momento na aula, dissipadas, porém, totalmente no balanço final do aproveitamento lectivo a que procedia sereno, desapaixonado, imparcialissimo!

A direcção das obras publicas é um dos trechos de mais relevo da sua vida.

Sendo ainda tenente, foi escolhido em 1879 para esse importante cargo n'uma difficil conjunctura pelo governador, almirante Caetano d'Albuquerque, um dos melhores administradores que a India tem tido, e que sabia apreciar e honrar, sem distincções nem preconceitos, o merito onde quer o achasse.

Tratava-se da realisação das importantes obras do saneamento da capital, mandadas executar sem delongas pelo governo da metropole, e o aterro marginal, que era a maior, andava a passos de carangueijo. Era, portanto, preciso collocar á testa dos trabalhos publicos um homem que á comprovada competencia alliasse energia e actividade. Encontrou-as reunidas no engenheiro Assa o almirante Albuquerque, não tendo senão motivos de se applaudir com a escolha feita do prestantissimo official, que foi, durante toda a sua administração, o seu collaborador mais aproveitado em melhoramentos materiaes executados em todo o Estado, e que esse governador, ávaro em elogios, honrou n'um documento official com o titulo de *engenheiro distincto e de impolluta probidade*.

Depois, Assa Castel-Branco foi continuando, até ha bem poucos annos, salvo algumas intermittencias, na direcção das obras publicas, sempre com inconcussa inteireza e honradez, fazendo, a olhos visto, uso proficuo das suas poderosas faculdades de trabalho, alliadas á sua capacidade intellectual e ao seu *saber d'experiencias feito*, de que

dão claro testemunho varias obras de vulto, modernamente realisadas em Pangim, como a reforma do palacio do governo, o paço patriarchal, os edificios do observatorio meteorologico, dos correios e das obras publicas, e varias outras disseminadas por Goa toda.

Muitos outros trabalhos valiosos existem ainda, a que vinculou o seu nome.

Ide á sua modesta casa, onde vereis um pequeno, mas attrahente *salon*; ide ao Lyceu Nacional—a antiga Escola Mathematica e Militar—e tereis ensejo de apreciar o seu delicado pincel em varios quadros, expressivos de energia de evocação e representação, revelando um certo cunho de majestade, de exteriorisação esthetica que faz recordar as télas dos grandes mestres.

Tendes visto certamente a sua carta do territorio de Goa, dada a lume em Paris, no anno de 1878. E' um trabalho importantissimo, por elle só levado a cabo. Conhecendo muito bem todo este districto que, no desempenho de serviços officiaes, havia percorrido desde Patardeu até Polém e desde Mormugão até aos Gattes de Tiném,—tendo, além d'isso, procedido por vezes junto com funcionarios indo-britannicos a demarcação da fronteira, foi quem elaborou essa primeira carta regular de Goa, tomando por base o mappa do tenente inglez James Garling, dos principios do seculo passado, rectificando-o e additando-o,—carta sobre a qual foi calcada a que a commissão de cartographia publicou em Lisboa, ha sete annos.

Vou concluir, meu senhores.

Raro é encontrar n'um conjuncto tantos predicados intellectuaes e moraes, como os que possuia o illustre extinto, e, porisso mesmo, sensivel é a lacuna que abriu hoje em a nossa sociedade.

Na sua longa carreira, teve, é certo, arduas e penosas canseiras. Não lhe faltaram tambem mesquinhas rivalidades, nem deprimentes injustiças. Mas não desanimou; dominou tudo, não só com os dotes que a natureza lhe

outhorgára, mas ainda e principalmente com uma firme fé no futuro, com severa applicação ao estudo, com exacto cumprimento das suas multiplas obrigações e com um methodico e infatigavel aproveitamento do tempo.

Por tudo isto fica a sua vida como exemplo e lição para todos nós, para a geração presente e vindoura. Riscado o seu nome do rol dos vivos, acaba de transpôr o portico da Historia, que lhe fará a devida justiça. E eu vim só apontar esse exemplo e registar essa lição, n'esta derradeira homenagem em que d'elle nos despedimos para sempre e que, de certo, segredará palavras d'amor pelas fendas da sepultura ao cansado que adormeceu.

Adeus, mestre e amigo! Devia-te este preito; aceitam'o, embora modesto e desluzido.

Operarios, como tu, têm direito a dormir triumphantemente o sonno eterno.

Repousa, pois, em paz, que bem o mereces.

Adeus! »

J. A. ISMAEL GRACIAS.

O ORIENTE PORTUGUEZ

9.^o ANNO. 1912

N.^{os} 5 e 6

— Maio e Junho —



BEATI PAUPERES SPIRITU

Nos conventos havia de tudo: talento, sciencia, artes, letras e até . . . creaturas simples e ingenuas. Ponto estava em que se sabia apropriar os homens aos mistêres, no que residia o segredo do perfeito funcionamento de todos os serviços monasticos, desde a alta cultura intellectual até aos infimos trabalhos materiaes.

D'uma d'essas creaturas dá o esboço biographico fr. Jacintho de Deus no seu *Vergel de plantas e flôres*, ou seja a chronica da Provincia da Madre de Deus de Goa. Trata-se do Irmão fr. Gregorio, que se distinguio pela sua *santa simplicidade*. Pareceria inverosimil, um conto de João Pateta, o que d'elle se refere, se não tivessemos d'um lado a autoridade do laborioso chronista, que diz ter apurado o cabedal das suas noticias *com grande trabalho*, consul-

tando *cartorios, archivos, informações e papeis*,— e por outro a circumstancia da obra haver sido publicada após as competentes censuras e licenças. E não vá sem notar que já o proprio Patriarcha Seraphico tivêra por companheiro e discipulo—segundo conta fr. Marcos de Lisboa nas *Chronicas dos Frades Menores* ¹ — um fr. Junipero, notavel pelas suas chistosas simplicidades, a quem Santa Clara chamava com razão — *chocarreiro de Christo*.

Ouçamos a historia do bom fr. Gregorio, narrada em capitulo especial no *Vergel*, que, um dos seus revisores, o padre mestre fr. João Ribeiro, qualificador do Santo Officio, classifica de *thesouro de pedras preciosas e cofre de salutiferos aromas*:

«A lagartixa, que anda com as mãos, tem sua morada nos paços reaes, disse Salomão. Pergunta S. Gregorio em os seus moraes, porque as aves não occupam as casas dos principaes. O formoso leão não mora nellas, e só da lagartixa faça o sabio rei menção? A esta negou a natureza toda a industria, privou-a das pennas com que industriou as aves para subir ao ceu; ao leão deu garras, com que se faz temido na terra; porém a pobre lagartixa, núa de tudo, só tem mãos, com que sobe ás altas torres: é ella simbolo da simplicidade, ou dos simples, e supposto que a natureza nem lhe deu prudencia, nem sagacidade, nem por isso lhe fecha as portas dos paços reaes, por os quaes se entendem a casa de Deus, onde habitam os simples sem sciencia, como o sabio com suas sagacidades: como vemos em fr. Gregorio, tão dotado de natural simplicidade, que se podia reputar a innocencia; comtudo teve mãos que são obras, com que subiu, e morou na casa de Deus.

Teve seu nascimento na cidade de Vizeu, bem conhecida em Portugal: ignoramos a qualidade de seus paes,

¹ Cit. por Cunha Rivara no artigo *Fr. Junipero*, — *Boletim do Governo*, n.º 39 de 1856.

só achamos escripto, que outro frade, seu paizano, por lisonja, ou por cortezia disse, presente com alguns circumstantes, conhecia os paes do irmão fr. Gregorio, homens muito honrados e estimados em Vizeu. *Hermano*, respondeu elle, *es senal que no ás conocido mis padres, menos a mi, si la honra entiendes por la nobleza, porque mi padre fue remendon, y yo con un asnillo llevaba el estiercol a unas huertas, con que ayudava a sustento.* Não foi simples para o desprezo das vaidades, e honras do mundo: fallava castelhano, sendo portuguez, porque em moço, ou por necessidade, ou ignorancia fôra para Castella, e lá andou largo tempo, e pôde tanto com elle a criação, que fez propria a lingua estranha, ou como simples não conheceu que era escandalo portuguez o idioma castelhano. Veio para Portugal em uma das provincias Capuchas, tomou o habito seraphico na profissão de frade leigo, nem tinha pericia para superior estado. Mandou-o a rainha Dona Catharina com outro frade, sacerdote da mesma provincia, que os indicios dizem que era da Arrabida, nas naus da Índia, no anno 1572, para fundarem uma egreja na Ilha de Santa Helena, porque buscando n'ella nossas naus refrescos, tivessem os passageiros a assistencia, e exercicio dos sacramentos: tão grande era o zelo dos nossos reis, que não queriam ter vassallos menos christãos, que opulentos: ou julgavam que os portuguezes não podiam soffrer muito as saudades dos sacramentos, e divino culto, de que então não usaram em suas naus, e queriam que, emquanto se recreavam na ilha, lograssem suas almas o pasto celestial. Falleceu o sacerdote na viagem antes de tomar porto na ilha, onde quizera ficar fr. Gregorio, que não consentiram os mareantes, ou por não se privarem de sua companhia, e lograrem suas simplicidades, ou, por ser leigo, com quem se não effectuava a tenção de Sua Magestade.

Chegou fr. Gregorio a Goa, e tendo noticia do convento capucho da Madre de Deus, sem se divertir a ou-

tros, o foi buscar sem guia: mostraram-lh'o, e como ignorava o caminho, se meteu pelos lamaroens das varzeas, que entre o convento, e a cidade nesse tempo em larga distancia com sua verdura recreavam a vista, e encubriam o passo: e estava o senhor arcebispo Dom Gaspar a uma janella, que cahia sobre as mesmas varzeas; vio-o vir menos composto do que pedia sua modestia, ou por fugir das lamas, ou por a pressa com que procedia, disse que era frade, e não o parecia: chegou á porta fr. Gregorio, deu recado o primaz que lho levassem, pelo ver, e saber quem era, e donde vinha: em breves razões lhe deu fr. Gregorio noticia de si, e de sua jornada, e de suas palavras inferiu o arcebispo seu espirito, santidade, e simplicidade: apresentou ao guardião a patente do superior, que rezava, o mandava por ordem de Sua Magestade ao intento que relatamos.

Fizeram-n'o hortelão; que na casa de Deus se não soffre ocio, disse Santo Ambrosio. Passeava uma tarde o arcebispo pela horta a tempo que fr. Gregorio andava muito occupado para meter os bois na nora, e vendo-o, lhe perguntou que fazia. Respondeu-lhe fr. Gregorio ao que lhe perguntava o primaz: *Hermano Arcebispo, no se hará buey un dia, que estos estan ya cansados?* O santo pontifice, tão edificado de sua simplicidade com o desejo de se desprezar, disse-lhe que sim, de boamente. *Pues lleguese*, disse fr. Gregorio: sugitou o arcebispo o collo ao jugo, e fr. Gregorio mui alegre o começou a tanger, e como o castigava com o rigor com que o fazia aos mesmos bois, lhe disse o primaz, que moderasse a mão, e fosse menos rigoroso. Ao que fr. Gregorio ficou mui espantado, e disse: *Hermano, el buey no habla*; assim queria que fizesse o exercicio do boi, que perdesse os órgãos, e articulações da voz humana.

Luctava com o anjo Jacob, que alguns querem fosse o mesmo Deus: já cansado se despedia: se não concedia a palma da victoria a Jacob, dava mostras de vencido.

Jacob com estes brios alentados disse, que o não deixaria, se lhe não concedesse duas cousas, que lhe havia de dar sua benção, e lhe havia de dizer quem era, e que nome tinha. Concedeu-lhe a primeira, negou-lhe a segunda, dizendo: Que te importa a ti o conhecimento de meu nome? Em Jacob nos ensina Deus, que para alcançarmos a sua benção, e a graça, não é necessario saber questões de theologia, inda que para a santidade é meio mui efficaç: comtudo o simples, que ignora as subtilezas de seu nome, poderá succeder que seja santo só com sua benção. Como nos serve de exemplo fr. Gregorio, que se não sabia soltar duvidas subtis, por sua rara simplicidade, sabia amar muito a Deus para ser santo: concedeu-lhe o senhor sua benção, que é sua graça, para o amor, negou-lhe subtileza para a sciencia. E quanto mais crescia na santidade e se accendia com as flammæ do divino amor, tanto mais simples parecia; que esta é a condição do amor de Deus, tirar as malicias do mundo, sem destruição da prudencia; é incompativel malicia com amor divino, e a simplicidade não é contraria á prudencia. Foi fr. Gregorio prudente, pois se soube salvar, como piamente cremos: foi simples, porque nunca n'elle coube maldade, cresceu a fama de suas simplicidades, que granjearam aplausos, e edificação: e não dava motivos a escaerneos, e ludibrios, porque as acompanhava a benção de Deus. Tão affeiçãoado lhe foi Mathias de Albuquerque, que já mais sabia de seus paços para a barra, ou outras partes em que pernoitava, que o não levasse. Sobre mesa lhe perguntou o vice-rei se sabia cantar. Sim, lhe respondeu frei Gregorio, e começou a cantar: *Llamó Dios al peccador, y dixo él vil, con el mundo me tengo de ir*, etc. com tanta simplicidade, e força de espirito, que ao vice-rey foi de muita devoção, e aos circūstantes de credito de sua santidade. Muitos casos de admiravel simplicidade passaram com o dito vice-rei, e outros que deixo por affectar brevidade, só referirei dois.

Mandava a obediencia a fr. Gregorio para o convento de Chaul, que por ficar nas terras que foram de Cambaia, lhe chamavam partes do Norte. Foi-se despedir do dito vice-rei que tinha umas cartas de importancia para os capitães da cidade, e fortalezas lançadas d'essas bandas; entregou-as a fr. Gregorio, repetindo-lhe muitas vezes o cuidado, que as não perdesse, pela importancia, que lhe prometteu de o ter mui grande. Partiu-se para o Norte, e não chegavam respostas ao vice-rei que andava cuidado: passou-se tempo: a mesma obediencia o trouxe a Goa, foi ver ao vice-rei, que lhe disse: Que fizestes fr. Gregorio ás minhas cartas, apostarei que as perdestes? *No berrmano, aun las tengo aqui, pues me las encomendaste tanto*; e tirou-as da manga, e lhas deu, que como lhe encomendára grande cuidado, e que as não perdesse, pareceu-lhe que as não devia de tirar de si; tão bem as guardou, que lh'as restituiu. Tomou-as o vice-rei, e disse: Não tendes vós fr. Gregorio a culpa, que toda é minha, que bem previa o que havia de ser.

Estando no Norte escreveu ao dito vice-rei, e dizia no sobrescrito: A Mathias de Albuquerque, vice-rei da India, que mora defronte do lanceiro torto: tendo para si que seria o lanceiro, que morava junto aos paços, mais conhecido que o vice-rei. E dentro dizia tantas simplicidades, que por recreação mostrava a todos a carta: uma dellas era, que dêsse muitos recados seus a Fernão Telles, e ao seu boi de sombreiro (que assim chamavam a quem o leva, para impedir os raios, e furor do sol, que não offendam a seu amo) com outras muitas que moviam a riso devoto; dava-lhe larga conta de seus bois, e como andavam na nora, e pedia lhe mandasse uma pouca de palha para os sustentar, como se faltára áquellas partes essa vianda.

Era porteiro no convento de Damão, e achando-se o guardião um dia occupado, por evitar estorvos, e visitas que lhe impedissem o exercicio, disse a fr. Gregorio,

que se alguém viesse perguntar por elle, dissesse que não estava em casa: succedeu que veio o reitor do collegio da Companhia, e queria ver, e fallar ao guardião; respondeu-lhe frei Gregorio: *Dize el hermano Guardiano, que no está en casa; asse me lo ha ordenado dicesse a los que por su charidad preguntassen, porque tieno uno ocupacion de que no quiere que lo diviertan.* O reitor que já o conhecia, rindo-se, entrou, e foi andando pelos claustros: deram recado ao guardião, que estava ahi o padre reitor da Companhia, que contou o que passara com fr. Gregorio, edificado de tanta simplicidade, misturada com muita santidade, que por não mentir, repetiu o mesmo que o guardião lhe dissera.

Houve um guardião, a quem desagradavam suas simplicidades, e o tratava com muita aspereza, e menos caridade, e da mesma virtude tomava motivos para o mortificar, ja que não achava outros por onde entendesse com elle, que soffria com muita paciencia, e Deus o permitiria, porque constasse que sua simplicidade era santa, e se não desacompanhava da paciencia na perseguição. Acontava-se fr. Gregorio todos os dias com uma cadêa de ferro, em que estavam quatro rozetas, de que o guardião tinha noticia, ou presumpção, e indo um dia para a disciplina, lhe pediu mostrasse as suas; deu-lhas fr. Gregorio, e o dito guardião lhas tomou; e fr. Gregorio tão simples, como sofrido, disse: *Hermano, son quatro, dome dós, y que de se con las otras;* que o guardião não quiz, antes asperamente o reprehendeu, pela singularidade de sua disciplina: tanta penitencia acompanhava a sua simplicidade, a quem se igualava a humildade.

Era elle hortelão em o convento de Damão, e fr. Antonio da Cunha, guardião, a quem disse fr. Gregorio que saltava esterco para a horta, e o guardião lhe respondeu: toma tu, e outro leigo o teu cesto, e vae-o buscar á estrebaria do capitão. Deu fr. Gregorio recado ao companheiro, que devia ser igual em religião, e santida-

de, e ambos sahiram, cada um com seu cesto ás costas : foram á estrebaria, e os encheram de esterco, que já traziam, quando o guardião (chamando a toda a communi-
dade, a quem contára o preceito) sahia com os mais (com seu cesto cada um) e foram, e fizeram o mesmo que haviam feito os irmãos leigos : porque não fizessem os subditos actos de humildade, em que o prelado, e os mais graves não fossem os primeiros, e companheiros. Acudiu o capitão, e logo muita gente principal, que á porfia queriam levar a seus hombros o esterco, e aliviarem aos frades da carga : a edificação os fez emulos da humildade : tanto é a força do bom exemplo. E á obediencia de fr. Gregorio se deve este acto tão religioso, porque a todos fosse notorio, que sua obediencia não era menor que sua humildade, e a união das virtudes não tira o sujeito de ser simples, que os graus moraes imitam aos methaphisicos.

O mesmo guardião, por provar sua obediencia, e devoção, lhe disse a noite do Natal : Irmão fr. Gregorio, toma um pandeiro, vae ao cruzeiro, baila, e canta ao menino em o seu presepio. Sem replicar, fr. Gregorio sahio ao presepio, occupada a egreja de muita gente de ambos os sexos, bailou, e cantou tantas endechas ao menino nascido, que bem se conheceu que lh'as ensinára o amor divino que em seu peito ardia. E desta simplicidade, e obediencia ficaram todos colligindo sua muita santidade, e Deus dispondo estes meios para o fazer conhecidos e manifestar as perfeições que o acompanhavam, e como preciosas joias ornavam sua alma, que já na opinião commum era havido fr. Gregorio por santo, já veneravam todos suas simplicidades, que as festejavam com riso, pelo que tinham de galantes, e como lagrimas, pelo que traziam de santidade, e devoção.

Com toda esta simplicidade que temos contado, não ignorava as obrigações de sua regra, tinha mui claro o conhecimento do essencial, e inda dos apices, e acciden-

tes que menos obrigam: guardava o primeiro por obrigação, o segundo por perfeição: bem experimentado em todas as virtudes, exercitado na oração, em que recebia muitas consolações divinas, além da muita penitencia, abstinencia, e jejuns, já velho, desfeito do tempo, e rigores com que toda a sua vida macerou a carne, se passou á perpetua requie, segundo de seus santos exercicios se presume, sendo arcebispo de Goa o senhor Dom fr. Aleixo de Menezes, da ordem do grande padre Santo Agostinho, que, tendo noticia de seu fallecimento, se quiz achar nas suas exequias, a quem acompanhou grande concurso de povo, que segundo a opinião, que d'elle tinham na vida, na morte o veneraram, e o puzeram no jazigo commum do convento da Madre de Deus de Goa, santuario de muitos corpos, que inda hoje lançam de si suavissimo cheiro, indicio evidente da santidade de suas almas, que logram eternal presença do objecto beatifico.»¹

J. A. ISMAEL GRACIAS.

¹ *Vergel*, pg. 107 a 113.

CHRISTOVAM DA COSTA

Africa te genuit, fertilis et Asia pavit,

Te nunc Europa, Doctor Acosta, tenet. ¹

Quien es aquel que tanto ha procurado
Resistir a mi fuerça? Acosta ha sido,
Que pretende ganar lo que ha perdido
Siguiendo la mudança de tu estado.
Que busca? el nombre eterno que le he dado,
Despues de en tierra, mar, auer suffrido
Nauffrágios, seruidumbres, con olvido
Del patrio suelo y gente. Y que ha hallado?
La virtud de las Plantas, que en el suelo
Do el fuerte y valeroso Lusitano
Estiende su puder, planto Natura.
Y lo que en ellas puso el alto Cielo.
Dexar nos quiso aca su diestra mano
Con biva, natural, y fiel pintura. ²

Ha um intenso interesse em evocar do passado vultos eminentes, fazel-os reviver, retocando com as cores de critica as suas principaes linhas e feições moraes e observal-os atravez do prisma da actualidade. Esse confronto deixa conhecer as similhanças, as diferenças e as relações. Para nós duplica-se na in-

¹ *Distichon Claudii Libessardi Atrebatensis ad Acostam.*

² *Dialogo entre Fortuna y Fama al autor Christoval Acosta por el bachiller Alonso Gonçalez de la Torre, publicado no Tractado de las drogas, etc. de C. da Costa.*

tensidade o interesse, quando a vida d'esses vultos estiver relacionada com a actividade politica, religiosa e scientifica do dominio portuguez no Oriente na epoca do seu maximo esplendor.

Entre as grandes figuras que a sciencia do seculo xvi legou a historia, destaca-se, d'uma maneira especial, a de Christovam da Costa. A sua vida, tão assinalada por vicissitudes extraordinarias e as suas obras de verdadeiro merito e de vária indole devem excitar a attenção ou a curiosidade, tanto dos medicos, pharmacographos e paleo-bibliographos, como dos que se dedicam ao estudo das cousas portuguezas no Oriente. E todavia o seu nome tem apenas echoado no espirito das gerações medicas do mundo, com a fugacidade d'uma citação ephemeramente feita pelos cultores de botanica e materia medica. E, apesar da existencia de esboços biographicos, feitos por investigadores eruditos e pacientes, são raros os que conhecem Christovam da Costa e o seu tratado de pharmacographia indiana, o mais importante de todos os seus livros.

Não pareceria deslocada nas paginas d'*O Oriente Portuguez* uma bem elaborada biographia d'esse celebre naturalista, que peregrinou estas partes por amor da sciencia. Mas não tenho nem vigor, nem ensejo, nem dados, e, sobretudo, a aptidão necessaria para fazer essa biographia. Seria realmente interessante identifical-o logo á nascença, acompanhal-o nos seus estudos, seguil-o na sua viagem de Lisboa para a India, e nas suas excursões botanicas pelas florestas d'esta peninsula, observal-o debuxando o cajueiro em Cochim, o tamarinheiro em Goa e varias outras plantas medicinaes d'estas e d'outras localidades, consolal-o no seu captiveiro, e, depois da sua torna-viagem para a Europa, vê-lo estabelecido em Burgos, exercendo a medicina, visital-o

no seu recolhimento á Serra de Tyrses, onde escreveu as suas obras scientificas e sociologicas.

Como não posso narrar todas as phases da sua existencia, desde o berço até ao tumulo, estudar a epoca em que elle viveu e descrever o quadro onde se moveu, por eu não possuir o poder evocativo necessario para animar com a vida communicada todo esse mesmo quadro historico, vou aqui unicamente traçar com pouco esmero tudo isso, como que em fugitiva miniatura, e depois entrar na apreciação do seu valioso livro, que nos toca muito de perto.

O nome aporuguezado do naturalista é Christovam da Costa. No rosto do seu livro, o assumpto d'esta revista, esse nome é Christoval Acosta. Entre os documentos de introdução estão estampados um despacho para a venda e um alvará de privilegio para impressão do *Tractado*.

O despacho, collocado em primeiro logar, dado em Madrid aos 24 de abril de 1578 e firmado por Pedro Çapata del Marmol, secretario do conselho de Sua Magestade, o rei de Castella, regista o nome Christoval de Acosta. No alvará passado aos 15 de setembro de 1577 em *Sant Lorenço o Real*, rubricado pelo soberano — *Yo el Rey* — e referendado por Antonio de Erasso, apparece o nome Christoval Acosta.

A dedicatoria do autor principia assim: *Al muy illustre senado de la Real ciudad de Burgos cabeça de Castilla, y camara de Sua Magestad, Christoval Acosta Africano, S.*, — e finda com a assignatura: Cristoval Acosta. Por baixo do seu retrato inserido no *Tractado* está inscripto: *Christophorus Acosta Africanus*. Na occasião da sua nomeação para o logar de medico-cirurgião da cidade do Burgos, foi celebrado um contracto entre elle e o administrador do con-

celho da dita cidade. Na escriptura ¹ d'este contracto, que existe no respectivo archivo municipal, vê-se o seu autographo, como um dos outorgantes, Cristobal Acosta y Buenaventura. Mas no corpo da mesma escriptura figura o seu nome como Cristoval de Acosta de Buenaventura.

Divergem os biographos sobre o sitio e a data do nascimento de Christovam da Costa, dando-o alguns como nascido em Tanger ou Ceuta, que então faziam parte do dominio ultramarino de Portugal, e outros, em Moçambique. Elle proprio, nas suas obras, diz-se africano, sem designar precisamente a terra da sua naturalidade ².

Escrevem uns que nasceu no primeiro terço do século xvi; outros asseguram, mas sem grande fundamento, que foi no fim do século xv. Em vista de certos successos conhecidos da sua vida, é licito collocar a data do seu nascimento no terceiro decennio do século xvi.

Ha uma deploravel carencia de noticias autenticas relativas á sua infancia e á sua instrucção primaria. Não sabemos onde elle passou os primeiros annos da sua vida, se na terra da sua naturalidade, se em Portugal. Ignoramos tambem completamente os nomes de seus paes. Quanto ás circumstancias ou meios de fortuna da sua familia, temos apenas a allusão que ao assumpto faz um amigo anonymo que prefacia o livro *Tractado en loor de las mujeres* ³. N'esse

¹ Reproduzida juntamente com o autographo pelo dr. D. Joaquin Olmedilla y Puig no seu *Estudio Historico de la vida y escritos del sabio medico, botanico y escritor del siglo XVI Cristóbal Acosta*. — Madrid — 1899.

² *Tractado delas drogas*, etc., 1578, fl. 3.

³ *Tratado en loor de las mujeres y de la Castidad, Onestidad, Constancia, Silencio y Justicia: con otras muchas particularidades, y varias historias. Dirigido A' la Serenissima Sennora Infanta Donna Catalina d'Austria. Por Cristoual Acosta Africano. Fortior est qui se, quam qui fortissima vincit. Con privilegio, In Venetia. — MDXCII — Presso — Giacomo Corneti.*

prefacio ou artigo, que se intitula *De un amigo del autor al lector*, se consigna, entre outros conceitos sobre os livros de Christovam da Costa, o seguinte :

«..... Y assí te suplico con sano zelo y atencion los leas, agradeciendo al autor el deseo que há tenido de favorecer á las mujeres y de nos mostrar sin afectacion muchos y grandes exemplos, al qual se tu no conoces tan bien como yo, suplicote no juzgues con pasion y repara un poco en lo que dice el divino Platón, que no puede juzgar bien de dos, sino aquel que conosciere á los dos, porque sabe de cierto que allende el buen nacimiento y sangre deste auctor, de su preclaro y agudo ingenio y de su noble condicion, en muchas cosas sobrepuja á muchos varones que las escripturas celebran...»

Conforme esta curta indicação ficamos sabendo que descendia de uma familia illustre e nada mais. Temos, portanto, apenas dois factos devidamente comprovados, para serem consignados como dados historicos seguros e fóra de toda a discussão, e são a sua raça portugueza e a sua naturalidade africana.

A' mingua de documentos e perante a deficiencia de informações dos contemporaneos, é-nos forçoso lançar-nos no mar de conjecturas, soccorrendo-nos de inducções mais ou menos fundamentadas, quer para apurar pontos controversos, quer para elucidar factos muitas vezes envoltos nas sombras do mysterio.

Os alvarás regios ¹ de licença para a venda e de privilegio para a impressão do *Tractado*, aos quaes ja fiz referencia, dão ao autor os titulos de *Doctor e medico y cirujano*. Manoel Severim de Faria ² infor-

¹ Philippe II de Hespanha (1556-1598).

² *Noticias de Portugal*, Lisboa, 1655, pag. 208.

ma que Christovam da Costa cursou os estudos de medicina na Universidade de Coimbra, mas não nos diz em que epoca. A cadeira de cirurgia n'essa Universidade foi instituida em 1557 ¹. Portanto, se dermos inteira fé e credito á informação de Severim de Faria, poderemos concluir, que Christovam da Costa tivesse completado o seu curso medico em qualquer dos primeiros dois annos lectivos, depois da instituição d'aquella cadeira.

A esse tempo, conforme mandavam os seus estatutos, a Universidade de Coimbra não dava diplomas de medicos, se não aos que, sendo licenciados em artes, tivessem cursado 8 annos de estudos theoricos e praticos da faculdade de medicina, e provado a sua aptidão. Considerando, por isso, que nos estudos preparatorios e academicos se gastavam mais de 12 annos, julgo por presumpção que o nosso autor contasse os seus 28 a 30 annos d'idade na epoca da sua formatura. Sendo assim, o seu nascimento deveria ter occorrido entre 1527 e 1529. Essa era uma quadra venturosa ao povo portuguez, ao qual ainda não tinha passado o momento historico, apropriado ao desenvolvimento do seu valor e da sua audacia. Annos antes era fallecido o rei D. Manoel I, testando uma riquissima herança e D. João III lhe succedera n'um reino que estava no fastigio do poder e da prosperidade.

Os paes de Christovam da Costa se achavam na Africa que, então como agora, attrahia a attenção da Europa. O futuro autor do *Tractado* deveria ter passado a sua infancia em Ceuta ou em Tanger. Que recordações historicas não evocam estas duas

¹ A Universidade em Coimbra : os primeiros mestres da faculdade medica, 1537-1556, por Pedro A. Dias, nos *Archivos da historia da Medicina portugueza*, V, 1895.

praças de guerra ! Ceuta ! o primeiro florão da corôa marcial de Portugal. O povo ainda no início da sua vitalidade nacional palpita com a esperança de conquista de novos mundos e de novos ideaes, esperança acalentada ao som virilizador do bater forte das ondas do mar, que lhe attrahe como um abismo. Mal tinham cessado de echoar nos campos de Aljubarrota e Valverde os clarins de guerra da Independencia, estavam-se ainda abrindo os alicerces do monumento de batalha para perpetuar o grande feito de 14 de agosto de 1385, e já a embryonaria nação sahia do continente europeu e abatia o seu vôo conquistador sobre as costas d'Africa e a primeira terra, que empolgava, arrancando-a ao dominio mourisco, foi Ceuta, e exactamente em identica data—14 de agosto de 1415. Esse feito teve grande fama e foi considerado tão alto e digno de ser cantado em prosa e verso, que até foi chamado a Lisboa o mestre Matheus de Pisano, um dos sabios d'aquelle tempo e o mais versado no conhecimento da lingua latina, para descrevel-o n'esse idioma ¹. Foi em Ceuta que D. Henrique, o 1.º duque de Vizeu, tendo apenas 21 annos d'idade, foi armado cavalleiro. Foi tambem ahi que seu irmão, o principe D. Fernando, morreu prisioneiro refém. Foi n'essa mesma praça que militou por algum tempo, tomando parte nas refregas contra os mouros, e perdendo em um d'esses recontros o olho direito, como affirmam alguns biographos, o grande poeta que deixou a vida *pelo mundo em pedaços repartida*.

Ceuta teve um remoto passado, celebre e revolto. De uma colonia carthagineza, que era, passou a ser romana, sendo conhecida então por *Ad Septem Fratres* e tambem por *Ex-lissa* ou *Lissa Civitas*. Aos ro-

¹ Alexandre Herculano, *Historia de Portugal*, 4.ª edição, I, 9.

manos a arrancaram os vandalcs. Depois foi uma possessão de Byzancio. Posteriormente sob a denominação de *Septon* cahiu em poder dos visigodos. Em 711, porém, foi a ultima fortaleza que no norte d'Africa conquistaram os arabes, denominando-a *Cibta* ou *Sebta*. D'ahi por deante foi agitada por frequentes guerras e alternadas subjugações pelas dynastias berberes ou amazighs e hispano-mouras. E apesar d'isto floresceu em commercio e industria, sendo especialmente importante pelo seu trafico de escravos, ouro, marfim e artefactos de bronze. Hoje Ceuta é uma estação militar e presidiária com uma população de mais ou menos 13000 habitantes. Mas durante os 175 annos da dominação portugueza era uma cidade ainda mais povoada e famosa, uma praça de guerra de primeira classe e residencia de numerosas familias illustres.

Tanger (localmente Tanjah) tambem teve tempos historicos e agitados. Foi a *Tingis* dos romanos. No tempo de Augusto já era uma cidade livre. Durante o imperio de Marcus Salvius Otho *Tingis* era capital de Mauritânia, que por isso era chamada *Mauretania Tingitana*. Depois foi conquistada, successivamente, pelos vandalos, byzantinos e arabes. Para apossar-se d'ella D. Affonso V, o *Africano*, teve de dirigir tres expedições; na primeira tomou Alcacer Seguer; na segunda perdeu a flôr do exercito; e só na terceira é que se apoderou de Arzilla e Tanger. Sob a dominação portugueza, que durou pouco mais de um seculo, Tanger foi o theatro de contínuas campanhas offensivas e defensivas contra as guerrilhas mouras, as quaes foram ahi derrotadas por Duarte Pacheco em 1512. Era então uma cidade fortificada, com guarnição militar e material de guerra mais que sufficientes.

Qualquer das duas — Ceuta ou Tanger — que fosse

a terra natal de Christovam da Costa, era então localidade de elevada importância commercial, militar e social, um emporio.

O commercio exterior e as expedições militares medievaes de Portugal se dirigiam para a Africa Occidental que, pela sua posição e circumstancias, se offerencia propria para n'ella se lançarem os fundamentos do poderio ultramarino, que seria de mais proveito e de mais facil sustentação e que, pela acção evolutiva do progresso, viria a ser um famoso imperio sonhado por D. João I, D. Duarte, D. Affonso V, D. João II, e mais tarde, pelo infeliz D. Sebastião.

Poucos annos antes da epoca em que nasceu Christovam da Costa, o poder de Portugal soava já pelo interior da Africa. Os reis de Ethiopia e do Congo mandavam embaixadas a el-rei D. Manoel I. Os guerreiros portuguezes alcançavam victorias sobre victorias em diversos pontos do littoral d'este continente. Tomava-se Azamor á viva força e Benacafiz, Fafut e Tetnest eram simultaneamente investidas. Os mouros descorçoados abandonavam as cidades de Tite e Almedina. Rendia-se Mazagão e o imperador de Marrocós tremia na sua propria capital. A Africa Occidental continuava a ser a escola onde eram formados os famosos capitães, que tempos depois, mantinham o brilho das armas na India.

Aos primeiros assomos da decadencia do poder no Oriente via-se nitidamente quam desastrosa era a politica de conquistas e expedições longinquas, e sentia-se quam difficil era manter o equilibrio entre as forças da nação e as suas emprezas. Desde então as attensões se dirigiram principalmente para a Africa e entrou a convicção de que seria mais vantajoso consolidar o dominio ahi já adquirido. E por isso, ao tempo do nascimento e infancia do nosso autor, a vida das cidades como Ceuta e Tanger era muito activa.

Já temos por mais provável que, em qualquer d'estas duas localidades, importantes centros das artes, industrias e commercio. tivesse Christovam da Costa passado a sua infancia e idade juvenil, e aprendido as primeiras letras. Se é que cursou os estudos superiores na Universidade de Coimbra, conforme o testemunho de Severim de Faria, elle devia estar já matriculado em 1544 a 1545. Essa Universidade, modelada pela de Salamanca, foi fundada por D. Diniz nos fins de XIII seculo em Lisboa. O proprio fundador, vendo que as distracções da côrte não deixavam medrar o instituto, transferiu-o para Coimbra e ampliou-lhe os estudos. Quando a côrte esteve em Coimbra no reinado de D. Affonso IV, a Universidade voltou para a capital em 1338, donde mudou outra vez para Coimbra em 1354. D. Fernando concedeu a ella novos privilegios e isenções, solicitou do papa Gregorio XI a bulla que estabeleceu os graus de bacharel e doutor, mandou vir lentes estrangeiros, e, allegando que estes não queriam lêr senão em Lisboa, trasladou-a para essa capital em 1377. E ali ficou por espaço de 160 annos, até que foi transferida definitivamente para Coimbra por D. João III, em 1537.

Não são bem conhecidos os verdadeiros motivos d'essa mudança. Alguns historiadores attribuem o facto á real ou supposta influencia prejudicial do bulicio da côrte, caracteristico da epoca, sobre os estudos; outros á boa impressão que produziram no animo do rei os então florescentes e certamente superiores estudos de Santa Cruz de Coimbra.

E' possivel que houvesse ainda outros motivos. Logo depois da aclamação de D. João III a Universidade não tratou, negligente ou intencionalmente, de elegend-o para seu protector, como então se julgava ser seu dever, que cumpriu só passados dois annos e por advertencia régia.

Malquistado por isso, ou porque eram n'esse tempo effectivamente notorias a deficiencia e irregularidade funcçionaes d'esse primeiro estabelecimento litterario de Portugal, o novo monarcha procedeu contra elle com legitima severidade, como attestam as censuras e syndicancias repetidas no decurso de mais de 10 annos, anteriores a 1597.

Um dos acontecimentos mais importantes nos annaes da litteratura portugueza é a reforma da Universidade, realisada logo depois da sua installação em Coimbra. D. João III, que conhecia perfeitamente a decadencia scientifica e mesmo moral d'esse instituto, tomou o firme proposito de elevar o nivel dos estudos universitários. E para esse fim convidou para professores homems de subido merito e com reputação europêa, uns estrangeiros, outros nacionaes, graduados nas universidades dos outros paizes e foi creando novas cadeiras á medida que lhe se apresentassem lentes idoneos. A faculdade de medicina tinha no anno lectivo de 1537-1538 uma unica cadeira, a de Prima, regida por um unico professor. Por alvará régio de 25 de abril de 1538 foi creada a cadeira de vespera; mais tarde, em 1540, instituia-se a cadeira de Avicena. Em 1545 a faculdade de medicina teve mais uma cadeira menor ou *cathedrilha*, a de Hypocrates. Dois annos depois foram creadas mais duas *cathedrilhas*, uma de Galeno e outra de Aristoteles. Em 1556 foi instituida a cadeira de anatomia, que foi occupada por Affonso Rodrigues da Guevara, o qual regeu tambem cumulativamente a cadeira de cirurgia creada em 1557 ¹.

Christovam da Costa frequentou a Universidade enquanto esta estava atravessando um periodo de

¹ A Universidade em Coimbra, nos cit. *Archivos da historia da medicina portugueza*.

uma completa reorganisação. Quando sahiu de Coimbra, feita a sua formatura, devia ter levado não pequena bagagem scientifica, porque o ensino ministrado por esse estabelecimento depois da reforma, embora agora nos pareça falho ou incompleto, era profundo e relativamente vasto. Em humanidades era necessario um estudo solido de letras e linguas hebraica, grega e latina, sobretudo a ultima, porque um dos primeiros cuidados de D. João III foi ordenar expressamente, que nas aulas se não falasse outra lingua, que não fosse a latina, que elle entendia ser propria da gravidade dos estudos academicos e a qual era então não só a lingua escripta, mas tambem a lingua falada dos eruditos. Exigia-se tambem o conhecimento litterario do hespanhol ou castelhano e do italiano. Em philosophia estudava-se a obra de Aristoteles, desde a logica até ás noções de psychologia.

Quanto a sciencias accessorias, liam-se volumosos tratados de mathematicas, de physica e de historia natural. Os que se destinavam á medicina, eram primeiro obrigados a obter o grau de licenciados em artes. O curso medico durava 8 annos e comprehendia 6 cadeiras distribuidas, conforme certas determinações, pelos primeiros 6 annos. Nos restantes dois annos aprendia-se a pratica de curar, andando em companhia de qualquer medico, que exercesse a clinica urbana ¹. A epoca em que Christovam da Costa fazia o seu curso academico, era de uma feliz oportunidade para aproveitamento nos estudos profissionais. A restauração da Universidade, a excellencia dos professores escolhidos, o patrocínio regio dispensado aos corpos docente e discente, a creação do Hospital de Todos os Santos, a inauguração dos ensinos anatomicos e chirurgicos centralisados n'esse hospital,

¹ Theophilo Braga, *Historia da Universidade de Coimbra*, II, 267.

a afirmação da Renascença no campo das sciencias medicas, sobretudo na medicina hypocratica, a ampliação da pharmacographia com as novas e valiosas conquistas para a therapeutica, obtidas pela exploração de remotas flora e fauna, e varias outras circumstancias concorriam para tornar a sua formatura a mais aperfeiçoada possivel para o seu tempo. Os seus lentes provavelmente foram Rodrigo Reynoso, Thomaz Rodrigues de Guevara, Cosme Lopes Netto, Francisco Lopes Netto, e Antonio Luiz ¹. Concluindo o seu curso universitário, parece que passou alguns annos em Portugal, visitando varias localidades com o fim de estudar plantas medicinaes, como se depreheende das referencias, que faz no *Tratado de las Drogas*, ao palmito ou miolo das palmeiras do Algarve ², á apparição do ambar em Setubal e Peniche ³; á erva babosa que viu em muitas partes de Portugal e a achou tão amarga como a da India ⁴. E' muito provavel que tivesse residido por algum tempo em Lisboa, visto que no *Tratado de las mujeres* se refere a logares e pessoas d'essa cidade ⁵.

Parece tambem verosimil que lá estivesse até á sua partida para a India. Não é difficil conjectuar os motivos que o levaram a emprehender essa viagem.

No alvor da historia, durante toda a idade média e ainda no primeiro periodo de renascimento, o Oriente exerceu uma fascinação sobre o occidente. Hoje que o feitiço voltou contra o feiticeiro, é o Occidente que attrahe o Oriente. Os projectos para alcançar as regiões orientaes, productoras de pedras preciosas, de

¹ Lista dos professores de Medicina da Universidade, na *Historia da medicina em Portugal*, por Maximiano Lemos, I, 193.

² *De la Palma y de su fructo*, Cap. XIII, pag. 106.

³ *Del Ambar*, Cap. XXVI, pag. 216.

⁴ *Del azivar*, Cap. XXV, pag. 198-199.

⁵ Conf. Maximiano Lemos, *op. cit.*, I, pag. 293.

ouro e das drogas aromaticas e condimentares preocuparam todos os espiritos. O *Livro* de Marco Polo (1254-1324), as *Epistolas* de Giovanni de Monte Corvino (1247-1328), as *Epistolas* e *Mirabilia* de Catalini Jordan (1321-1330), a *Pratica della Mercatura* de Francesco Balducci Pegollotti (1315-1340), descrevendo os diversos e desvairados caminhos do trafico do Oriente, e rasgando um pouco o veu que encobria as quasi fabulosas terras, aguilhoavam a curiosidade e atiçavam a cobiça das nações européas, especialmente as dos paizes meridionaes. Descoberto o caminho maritimo, as relações com o Oriente muitas vezes interrompidas, tornaram-se muito amiudadas em procura dos seus productos naturaes, que eram considerados raros e custosos. As narrações dos primeiros navegadores portuguezes, a chegada das naus da India abarrotadas de canella, de cravo, de gengibre, de nóz, de pimenta, de sandalo, de metaes valiosos, de finissimos perfumes, sedas e porcellanas e de varias outras preciosidades, a opulencia e o movimento de Lisboa mercantil e da *Casa da India*, contribuiam para encarecer a fama das riquezas do Oriente e das suas «drogas salutiferas e prestantes». A India absorvia as atenções do governo e do povo de Portugal. Era geral o desejo de chegar á patria das *especiarias*. Em Lisboa não se pensava em outra cousa. Os productos naturaes, levados das regiões tropicaes, interessavam a actividade intellectual dos naturalistas, dos eruditos e dos estudiosos que, n'essa epoca, não eram poucos e que logo viam a necessidade de alcançar essas regiões, para poderem estudar melhor, localmente, os mesmos productos e tirar d'estes o maximo proveito para a sciencia.

Christovam da Costa não podia esquivar-se á influencia da grande idéa que agitava a vida social da capital onde vivia. Tendo propensão para a botanica,

dedicára-se ao seu estudo com verdadeiro enthusiasmo. E' verdade que a botanica não tinha até então conquistado os fóros de sciencia autonoma, mas mesmo no estado rudimentar era muito apreciada, depois que a therapeutica revestiu uma feição especial com o estabelecimento das relações com o Novo Mundo e o Oriente.

Uma cadeira de botanica, a primeira na península iberica, havia sido creada na Universidade fundada pelo Cardeal Francisco Ximenez de Oisnéros em Alcalá de Henares, no anno de 1510.

A regencia d'essa cadeira foi confiada a Elinio Antonio de Lebrija ou de Nebrija (1444-1522), mais conhecido por Nebrissensis, um homem de vasta erudição ¹, autor do *Lexicon artis medicamentariae* e de diversos outros tratados, e que concorreu poderosamente para operar o renascimento das letras e das sciencias em Hespanha e Portugal.

(Continúa).

VICENTE PHILIPPE DE SÁ.

¹ *Damiani a Goes Opuscula, Conimbricæ, MDCCLXXXI, pag. 77.*

VARIA VARIORUM

Os 20 homens mais notaveis do mundo



mallogrado jornalista W. T. Stead, cujo termo tragico deplora o mundo inteiro, abriu, ha pouco, um inquerito para se apurar quaes são os 20 maiores homens na historia, que, pelos seus serviços e talentos, têm concorrido para o progresso, bem-estar e felicidade da raça humana.

Para este fim, dirigiu-se a notabilidades europeas nas sciencias, nas letras, na politica e na estadistica, pedindo-lhes o seu parecer e lista.

Poucas respostas recebeu e umas 27 listas, que deixou registadas na sua excellente *Review of Reviews*, de janeiro, fevereiro e março do corrente anno.

Pondo totalmente de parte uma d'essas listas, cujo autor, n'uma orientação essencialmente catholica, limitou a sua selecção ao Velho Testamento e ao Flos-Sanctorum, e a fechou com o actual pápa, pode com as outras 26 formar-se o seguinte quadro, que offerecemos aos nossos leitores, pela ordem numerica dos votos, muitos dos quaes foram justificados pelos respectivos votantes: •

- 1 — Shakespeare, principe dos poetas modernos, 1564-1616 26

2 — Christovam Colombo, descobridor da America, 1435-1506.....	17
3 — Newton, fundador da physica e astronomia moderna, 1642-1727.....	
4 — Darwin, fundador da nova sciencia, 1809-1882.....	
5 — Julio Cesar, fundador do imperio romano, 100-44 antes de Christo.....	16
6 — Dante, pae da poesia moderna, 1265-1321.....	
7 — Gutenberg, inventor da typographia, 1450-1468.....	
8 — Homero, representante da poesia antiga, X ou XI seculo antes de Christo.....	12
9 — Aristoteles, philosopho e politico, 384-322 antes de Christo.....	
10 — S. Paulo, o grande Apostolo do christianismo, I seculo da nossa era.....	
11 — Miguel Angelo, pintor e esculptor, 1475-1564.....	11
12 — Stephenson, inventor da locomotiva, 1781-1848.....	
13 — Moysés, representante da antiga civilisação theocratica, XV seculo antes de Christo.....	
14 — Budha (Sakia-mouni), fundador do budhismo, V seculo antes de Christo.....	10
15 — Socrates, philosopho e moralista, cerca de 469 annos antes de Christo.....	
16 — Luthero, autor da Reforma, 1483-1546.....	
17 — Franklin, descobridor das forças electricas, 1706-1790.....	9
18 — Watt, inventor da machina a vapor, 1736-1819.....	
19 — Abraham Lincoln, notavel presidente da Republica norte-americana, 1809-1865..	
20 — Confucio, philosopho chinez, inventor da regra aurea (regra de tres), 551-479 antes de Christo.....	

Algumas listas incluíam o nome de Jesus Christo, que a maior parte, porém, considerou, por obvios motivos, *hors concours*.

Sobre um verso de Gil Vicente

Sobre este assumpto, já conhecido dos nossos leitores (vide pags. 41 e 90), ainda se publicaram mais quatro cartas no *Diario de Noticias* — do sr. Henrique Lopes de Mendonça e da ex.^{ma} sr.^a D. Carolina Michaelis de Vasconcellos (n.º 16.698 de 8 de maio), — do sr. Affonso Lopes Vieira (n.º 16.901 de 11 do referido mez), — e do sr. Oscar de Pratt (n.º 16.705 de 15). Eil-as :

I

Meu presado amigo — A' carta da sr.^a D. Carolina Michaelis de Vasconcellos, cuja publicação s. ex.^a solicita por meu intermedio necessita de umas explicações preliminares, que procurarei quanto possivel abreviar.

Em resposta ás minhas observações, respeitantes á interpretação por mim proposta ao debatido verso de Gil Vicente, endereçára-me a illustre professora uma carta particular em 27 de março. Parece que ao mesmo tempo enviára uma carta destinada á publicação, a qual se extraviou. Muito mais tarde, extranhando com razão não a ver publicada, e informada de que ella não me chegara ás mãos, resolveu reconstitui-la sobre a carta particular a que me refiro. E' esta reconstituição que lhe envio, rogando-lhe o favor de a dar a publico no seu jornal, e agradecendo a s. ex.^a uma retratação que muito me desvanece. Fica assim explicado o tardio da publicação.

Quanto ás perguntas e observações que a sra. D. Carolina Michaelis se digna fazer-me, algumas d'ellas já particularmente respondi, ignorando que ellas fizessem objecto da sua carta aberta. E se não respondi ainda a todos, é porque não me tem sobrado tempo para ar-

duas investigações sobre uma complicada materia, como é a archeologia naval. Lamento não ter agora á mão essas respostas, para as methodisar convenientemente e para as completar quanto possivel, a fim de as entregar á publicidade, visto que s. ex.^a me colloca n'essa obrigação, ampliando até a sua carta aberta com a replica ás observações minhas, feitas posteriormente á recepção da carta particular a que alludi.

Mas attenta a complexidade do assumpto e a multiplicidade das minhas occupações, reservo para mais tarde a resposta d'esta vez publica, ás considerações e ás inquirições da minha eminente contradictora.

Aproveito o ensejo para agradecer, por intermedio do seu jornal, o valioso reforço que me prestou o sr. Oscar de Pratt e que muito contribuiu de certo para a minha incruneta, mas gloriosa victoria.

E ao meu amigo agradeço a inserção das presentes linhas, e, em nome da sra. D. Carolina Michaelis, a publicação da sua preciosa carta, que vae substituir com vantagem a minha desataviada prosa.

S/C 2-5-12 — Admirador e amigo obrigadissimo,
Henrique Lopes de Mendonça.

II

Porto, 27-III-12.

Ex.^{mo} sr. Henrique Lopes de Mendonça.—A amabilissima e bem instructiva carta particular com que v. ex.^a me honrou, respondendo a que eu lhe dirigira a respeito de *Um verso de Gil Vicente*, é de 31 de janeiro! — a official, publicada no *Diario de Noticias*, é pouco posterior. E ainda não agradei nem uma nem outra!

Creia-me que, se guardei silencio durante tanto tempo, não foi, de modo algum, por falta de interesse.

E muito menos porque me repugne confessar-me *ven-cida* — quando a superior sabedoria e intelligencia de um

contradictor me *convence* de haver errado e exorbitado, como no caso de que se trata.

Foi exclusivamente por falta de saude e de ocio que tive de adiar esta explicação.

Começando agora— n'estas abençoadas ferias primaveris—a pagar as dividas literarias que contrahi nos ultimos dois mezes (primeiros da minha actividade de lente na Universidade de Coimbra, e por isso fatigantes e absorventes) apresso-me a apresentar a v. ex.^a a expressão do meu sincero reconhecimento pela maneira gentil, com que, como distincto marinheiro profissional, me elucidou sobre assumptos em que sou leiga e mais ainda do que imaginára.

Muito mais! — porque apesar dos esclarecimentos, que v. ex.^a e o ex.^{mo} sr. Oscar de Pratt me deram — cavalheiro ao qual esta minha resposta tambem se dirige— continuo com duvidas e hesitações, não sobre o sentido do verso em questão (esse ficou bem demonstrado), mas sobre a palavra *carro-carro-cairo*, e sobre outras manobras. quer ordenadas pelo *Arraes do Inferno* ao seu tambem infernal *Companheiro*, quer indicadas por vv. ex.^{as} nos seus commentarios.

Quanto ás que occorrem na *Trilogia das Barcas*, ignoro por ex. o que seja *ciça*—vocabulo que o poeta e patriota, a que devemos a resurreição de Gil Vicente, deixou subsistir como se o conhecesse, e não explica no seu glossariosito.

Considerando essa forma como erro de imprensa, moderno, leio com a edição principe (manuelina)

Oo caça ! oo iça, iça!

(só a pontuação é minha), lembrada de que D. Antonio de Guevara cita os dois verbos nauticos na sua curiosa *Arte de márear y Trabajos de la Galera*, em que tambem aprendi o que era *ciavoga* e o *levaremo* do *Auto da festa Templo de Apollo*.

Quanto aos termos technicos empregados por vv. ex.^{as}, se para me explicarem a locução «navegar a *carro largo*, (resp. *caro cairo*) me dizem que é *navegar com a escota folgada e verga atravessada caçando orça de barlavento*, fico na mesma ou peor, — envergonhada da minha ignorancia — e lamentando cada vez mais que os dictionarios communs sejam tão omissos e tão inexactos em materia nautica, a pnto tal que nenhum estrangeiro é capaz de entender por ex. certas novellas de Gomes de Amorim, aliás tão dignas de serem conhecidas.

Com relação a *caro carro cairo* — (essa ultima forma, apontada por Oscar de Pratt como viva entre os maritimos do Tejo, e autenticada como antiga por um passo no Vocabulario de Moraes), ignoro ainda se se trata do proprio vocabulo *carro* = *carrum*, em sentido figurado — ou se teremos de partir o *cairo*, nome indiatico das febras de coco e dos cabos dellas feito, usado por Barros, Castanheda, Goes, Corrêa, e sobretudo pelo dr. Garcia de Orta.

Embora phoneticamente a duplicação emphatica de *r*, originariamente simples, seja mais frequente do que a substituição de *rr* por *r* — (exemplos da primeira são entre outros *borrasca de Boreas*, *carranca de cara*, *arrranhar de arar*; da segunda não me ocorre caso algum) — duvido d'essa identificação, por não perceber por que motivo o nome geral de *corda* seria dado a vergas, feitas de pinho de Flandres, salvo erro.

Pena é não poder eu ir de fugida a Lisboa para v. ex.^a perante algum modelo de caravela, na Sociedade de Geographia ou Museu do Arsenal, ou á vista das barcas do Tejo, me dar umas *Lições practicas* relativas ao *carro*, ao *lais*, á *poja*, á *ariça*, ao acto de *caçar* e *içar*, etc.

Na impossibilidade de agora realisar esse sonho, ousou rogar a v. ex.^a duas grandes finezas:

1.º a de me fazer, com poucos traços, um ligeiro *croquis* da vela latina com as antenas, marcando a forma e o sitio do carro, para eu verificar, se entendi bem as explicações já dadas (como espero);

2.º a de redigir uma descripção das embarcações diversas, que se vêm nas gravuras dos frontispícios das antigas edições avulsas da *Barca do Inferno* que lhe remetto registadas — autorisando-me, bem se vê, a servir-me della nos trabalhos vicentinos que estou a elaborar.

Representam as gravuras typos verdadeiros? determinados? ou serão apenas vagas imagens de embarcações quinhentistas?

A divergencia notavel que ha nas estampas, falla a favor da segunda hypothese.

E o proprio Gil denomina a sua *Barca de Caronte* ora *caravela* e mesmo *caravelão*, ora *barca*, *batel*, *barinel*, *zambuco*, *carraca*; e mesmo *nau* e *navio*, ou simplesmente embarcação.

*

* *

E o verso debatido?

Repito o que disse no principio desta carta: dou-me por *vencida*.

Quanto ao teor e significado da ordem nautica.

Foi *por nelas*, por desconhecer o termo *caro*, que eu fiz entrar nella o velho *Caron*, barqueiro de Acheronte.

Logo que a lição *Venha ora o caro á ré!* — tal qual ella está na edição-principe do Auto, impressa e corrigida por mandado do proprio autor, com privilegio d'el-rei D. Manoel — dá sentido, sem que lhe alteremos outra cousa do que a grafia archaica *ora venha ho caro aree* — e sentido que está em perfeita harmonia com os versos que se lhe seguem, é dever impreterivel deixarmo-la intacto.

A' vista das explicações combinadas de v. ex.^a e do ex.^{mo} sr. Oscar de Pratt, temos de ler d'oravante:

Diabo

A' barca ! á barca ! houla !
que temos gentil maré !
Venha ora o caro á ré !

Companheiro

Feito ! feito !

Diabo

Bem está !

Ponhamos portanto de banda, como inutil e inconsistente, a minha proposta ; e tambem a do ex^{mo} sr. Alberto Lenschinen, publicada em «A Humanidade» de 25 de fêvereiro :

Ora venha o (meu) caro (amigo) para a ré!

*

*

*

Eis como imagino agora a situação ideada pelo poeta comico : o panno sobe no momento em que a barca do inferno, vindo da banda do mar, vae abicar á praia. O arraes salta nella. O companheiro fica com os remos nas mãos — largando-os, porém, logo que principia a realizar as manobras recommendadas pelo outro. Ao longe vêm-se todas as pessoas do *Auto* — mas tão distanciadas que ainda nem se distinguem as que chegam primeiro : o fidalgo D. Henrique com o seu pagem, que lhe segura a cauda roçagante e traz nos hombros a cadeira de espaldar. A ellas dirige o Diabo-arraes as primeiras palavras : voz em grito (verso 1 e 2), ainda antes de dar a ordem da manobra inicial, destinada a quebrar a velocidade da marcha (?). — Todas as restantes importam em preparativos para a torna-viagem. A barca, que é só *de passagem* de vae-vem, deve estar *apercebida* para partir, mal esteja cheia.

Logo essora. — Asinha ! que se quer ir !

Oh que tempo de partir ! etc.

Não se prepara para ficar. Como os electricos viram apenas o *trolley*, assim o companheiro vira o *caro* para a ré.

*

* *

Da concepção geral da vida de além-tumulo, tal como Gil Vicente a exteriorisou não sómente na *Trilogia*, mas também na *Historia de Deus*, não posso tratar aqui. Apenas repito que ella é cristhiano-pagã, a meu vêr, como grande parte das festas, praxes e costumeiras religiosas, medievaes.

Pense v. ex.^a p. ex, nos *Ex-votos* e no *Entrudo*. N'uma pequena discussão sobre a procissão funebre de almas que os antigos chamavam *oste-antiga* (*stantiga*), — travada outr'ora entre mim, D. Ramon Menendez Pidal, e F. A. Coelho na *Revue Hispanique* e na *Tradição de Serpa*, ha materiaes sobre o thema. Ampliá-los-hei na minha contribuição ao *Dionysos*.

As notas filológicas sobre *Caronte-Acheronte* irão para a *Revista Lusitana*. O estudo litterario sobre a *Trilogia* será uma das *Notas Vicentinas* de que a «Revista da Universidade» tomou conta.

Termino perguntando : *um barqueiro do inferno, que é senão o velho Caronte ?* que outra cousa pode ser, vestido embora de diabo ?

Se a convicção de v. ex.^a relativa ao vocabulo *caro* *carro*, foi e é inabalavel, a minha, quanto a esse outro ponto, também o é. Nem me faz mudar de idéa o facto de Gil Vicente haver desdobrado em dois personagens, dramaticamente, aquelle que *só e senheiro* exercia na antiguidade o seu lugubre mister : um patrão ou arraes (orador), e um seu ajudante, remador quasi-mudo, sem outros nomes na lista das figuras e nos dialogos da Divi

na-Tragi-comédia, do que *Arraes do Inferno e Companheiro*.

Liberdades poeticas como essas, Gil Vicente as tomou ainda com relação a outros typos internacionaes que tirou da tradição viva ou de obras litterarias medievaes—como p. ex. a Mofina Mendes (a *propria (metipsa) desgraça*) e o *Ninguém do Auto da Lusitania*—que preexistia como *Nonadie* nos Entremeses de Lope de Rueda. *Aniun* numa *Moralidade* francesa: *Nemo* numa elegia latina de *Ulrico von Hullen*: *Niemand* num pamphleto allemão do seculo xvi; e... no *Outis* de Homero.

Verdade é que ambas essas figuras são profanas, ao passo que as Barcas são obras de devoção—christianissimas pela inspiração e execução—apezar de Caronte.

Quanto a esse, o testemunho do Anonimo castelhano, que assistiu em Lisboa a uma representação do então chamado *Auto de moralidade*, e escreveu logo depois, em vida do poeta, a excellente versão (que tambem conto publicar), sempre vale alguma cousa, e elle emprega o nome classico de *Caronte* como mostrei, familiar a todos os cultos do seculo xvi, quer soubessem latim e grego, quer não.

Gil Vicente era latinista. Mas não era *Humanista*, apezar de muitos biographos o afirmarem dando mesmo fé á lenda genealógica, para mim inacreditavel, que fôra mestre de rethorica d'el-rei D. Manuel.

Não versava com mão febril, dia e noite, obras classicas.

Ainda asssim nomêa Virgilio: e falla do tenebroso charco estigio (*aquela Estyse laguna infernenta*) e do enorme trifaucio *Cão Cerbero*.

E que os não nomeasse, nas idéas geralmente reconhecidas, relativas ao Inferno, o Limbo, o Purgatorio, o Paraíso, havia tão numerosas reminiscencias pagãs, que não é de modo algum estranhavel a sobrevivencia da Barca de Caronte.

Se tiver á mão o *Orpheus* de Salomon Reinach, relêa as paginas que nessa concisa Historia das Religiões dedica ao Animismo dos Helenos, ao Pantheon Romano, aos Celtas e Germanos e á Demonologia Christã.

Desculpe a insistencia! Desculpe a demora! Receba os meus sinceros agradecimentos pelo seu valioso ensino, e crêa na subida consideração de — *Carolina Michaelis de Vasconcellos*.

III

Carta á senhora D. Carolina Michaelis de Vasconcellos

Minha senhora: — Quando decidi levar ao theatro o *Auto da Barca do Inferno*, — projecto este que ha cerca de dois anos alimentava, — decidi tambem no meu espirito seguir este caminho, que se me afigura ainda o mais seguro em casos tão melindrosos, como são as adaptações de theatro classico: — guardando o respeito maximo pelo original, conservar n'este tudo que possivel fosse conservar, desde a prosodia arcaica; mas aclarar os pontos obscuros, para que o *Auto* ficasse absolutamente *intelligivel* aos ouvidos do publico.

E' certo que alterci tres versos do original — do que me não arrependo um instante — embora algumas pessoas me accusassem por esse facto, sem que, — o que torna a accusação extremamente pitoresca — citassem em seus escritos os versos como elles são.

Do mesmo modo supprimi duas figuras, por exigencias da scena; mas não é esta a ocasião de fallar d'isso.

A maior difficuldade filologica que me surgiu, porém, logo que comecei a estudar o *Auto*, foi a do verso absurdo que provocou a serie de estudos publicados neste jornal. Socorri-me, então, da sciencia e da bondade de v. ex.^a; como seu mau discipulo, mas devotado admirador. E v. ex.^a teve a amabilidade de me propor uma lição, que eu adoptei do melhor grado, porque de v. ex.^a pro-

vinha. Essa lição foi impugnada, aliás nos termos mais honrosos para ambos os interpretadores, pelo meu amigo e illustre escritor sr. Henrique Lopes de Mendonça, que, por sua vez, propoz, em uma carta-aberta que me dirigiu, uma interpretação diversa da de v. ex.^a, e com a qual V. Ex.^a começou por não concordar. Assisti calado, como me cumpria, a essa erudita e amavel polemica. Desde que v. ex.^a me propuzera uma lição, que eu lhe pedira, o meu dever era aceitar-a sem a discutir, e continuar a aceitar-a quando outros a discutissem; porque eu ponho acima dos meus deveres litterarios, os deveres de homem bem educado.

Agora, porém, v. ex.^a não hesita em abandonar a sua interpretação, concordando com a que foi proposta pelo sr. Henrique Lopes de Mendonça, que allia á sua capacidade geral de escritor illustre a especialidade dos conhecimentos nauticos — interpretação esclarecida depois com o interessante depoimento do sr. Oscar de Pratt.

Pratica v. ex.^a assim, minha senhora, uma acção de alta beleza moral, que constitue, só por si, uma lição bem mais preciosa do que uma lição vicentina, — porque é a lição que nos dá a sua consciencia primorosa, a sua sinceridade admiravel. Acção praticada com tanta simplicidade, que talvez v. ex.^a se não agrade até de que lh'a celebrem. Mas para nós outros, portuguezes, gente indisciplinada, impulsiva e caprichosa, estes exemplos são sempre de aproveitar, e pelo que este pessoalmente me aproveitará, eu o agradeço.

Caronte será, pois, retirado da minha edição do *Auto*, visto que v. ex.^a o deseja.

E, de ora avante, o verso será no theatro recitado desta maneira :

ora venha o carro à ré

E agora resta-me, minha senhora, cumprir o grato dever de beijar respeitosamente a mão d'aquella escritora, — hoje, para nosso orgulho, portugueza, — a quem

Menendez y Pelayo chamou a generosa fada que a Alemanha enviou a Portugal para nos ensinar a amar as cousas nacionaes.

Sou, com excepcional consideração—de V. Ex.^a discipulo e admirador. — *Affonso Lopes Vieira*.

C. de V. Ex.^a —Lisboa, maio de 1912.

IV

Carta á mesma sr.^a D. Carolina M. de Vasconcellos

Minha senhora. — Devo ainda a v. ex.^a uma resposta á sua amabilissima carta, datada de 27 de março, sobre o caso do verso de Gil Vicente, em que eu apenas figuro como intruso. Creia, minha senhora, que só os meus affazeres profissionaes me teem impedido de cumprir esse gratissimo dever.

A carta de v. ex.^a no *Diario de Noticias*, de 8 do corrente, dirigida ao sr. Lopes de Mendonça, carta em que v. ex.^a se digna citar o meu nome e a insignificante contribuição que prestei, obriga-me não só a uma immediata resposta mas tambem a tornál-a publica, para esclarecer e ampliar as observações com que me atrevi a metter foíce em seara alheia.

Honro-me prestando a v. ex.^a a rendida homenagem da mais alta veneração pela sua erudição vastissima, allia-da á superioridade de um caracter pouco vulgar.

Noto com satisfação que v. ex.^a, ponderando as razões do sr. Lopes de Mendonça e adoptando-as com renuncia do seu parecer, certamente muito valioso e digno de estudo, admite *caro*, que eu apresentei como o resultado de uma observação pratica, no sentido que ainda hoje tem entre os arraes do nosso Tejo e explica o debatido verso como uma *voz* de manobra nautica quinhentista, que tem equivalente na *voz* moderna : ala o *caro* a ré».

Caro, *carro* e *cairo* disse eu que são formas equivalentes. Devo acrescentar, em vista de observações posteriores, que é *caro* a mais usada entre os *marítimos não illustrados* e foi só entre estes que fiz as minhas observações.

Velhos marítimos do Rosairinho, Seixal e Vale-do-Coí-na, deram-me informações que, alliadas ao meu conhecimento anterior, me habilitam a apresentar *caro* como forma mais usual. *Caro* dizem também os de *agua-acima* (Ribatejo) e, segundo informação, os algarvios dos caiques que veem ao Tejo. (Creio que será digna de apreço esta ultima nota, que eu não posso apresentar já como positiva).

No entanto — veja v. ex.^a — o sr. Lopes de Mendonça, official muito illustrado e espirito superior, julgaria talvez desusada esta forma, referindo-se apenas a *carro* de que cita os equivalentes francez e italiano, respectivamente *cart* ou *carre* e *carro*, extrahindo *carro* de um documento quinhentista, portuguez.

Carro lê-se também a pag. 23 do *Apparelho e Manobra de Navios* do official da armada João Braz de Oliveira: «Nos cabiques o lais inferior (da verga) chama-se *carro* e o superior *penol* ou *pena*.» O *Codigo Internacional de Signaes* (vocabulario) não cita nenhuma das formas na accepção que tratamos.

Devemos concluir que seja *carro* a forma mais correcta? Em minha desvaliosa opinião não o julgo assim. Tenho por meu lado o hesp. moderno *car* e o velho cast. *caro* (V. *Segui*).

Observa v. ex.^a, e muito bem, que, phoneticamente, é mais frequente a duplicação do *r* que a substituição de *rr* por *r*, apresentando varios exemplos de duplicação em derivadas que eu ampliarei com um exemplo minhoto de modificação do proprio vocabulo: *carrocha* por *carocha*.

Creio que, do segundo caso, haverá rarissimos exemplos que desconheço, mas devidos talvez á influencia de vocabulos similares mais usuaes.

¿ Como se daria aqui a redução da vibrante de um vocabulo tão popular em favor de um outro, cuja significação se perdeu, persistindo teimosamente na linguagem maritima de hoje ?

¿ Pois não seria mais natural que a influencia de um vocabulo popularissimo como *carro*, viesse modificar foneticamente uma forma semelhante mas inexpressiva ?

Mas v. ex.^a, duvidando da identificação de *carro* com os casos foneticos de duplicação emphatica do *r*, toma a forma *cairo* como originária, parecendo-lhe inexplicavel que o nome de certa qualidade de *cordas* podesse ser dado a um pedaço de madeira.

Não seria, minha senhora, caso unico, e v. ex.^a que, com tão elevada competencia e erudição, tem estudado o character da lingua, sabe bem que este facto se dá frequentemente em casos em que ha determinadas relações de analogia ou proximidade, que não seriam difficeis de conjecturar neste ponto.

¿ Porque motivo não admitte v. ex.^a *cairo* como variante explicavel de *caro*, pelo menos tão explicavel como *carro* ? Teria v. ex.^a apenas a duvida — se o seu lucido espirito a tivesse ! — da origem de um vocabulo que não tem, nem teria (?) outra accepção. ¹

Embora a expressão do *Portugal Restaurado*, citada por Moraes: «navegar a *cairo* largo» se possa relacionar, como a relacionei, com outra moderna: «navegar a *caro* largo» fica-me a duvida, porque não tenho á mão a obra a que o dictionarista se refere, se ambas exprimem a mesma manobra nautica.

¹ Cf. *carola* e *carôlo* = cabeça ; real e figuradamente.

6 Será *caro* um masculino anómalo de *cara* por representar a parte *de vante* e «mais larga» da verga? (Cf, *cabêço*, *cabeça*). Nas *caranguejas*, que envergam velas latinas quadrangulares, a extremidade correspondente ao *caro*, tem o nome de *boca*, e a extremidade mais fina, ou *lais*, chama-se, como nas vergas de latinos triangulares, *penol* ou *pena*. Não será isto uma identificação de termos apropriados?

7 Representará o *caro* (*cara*) a supervivencia de qualquer costume phenicio, por ex., de adornar as extremidades inferiores das vergas com simbolos ou figuras estranhas? Talvez a archeologia naval possa dizer alguma cousa.

*

Devo ainda a v. ex.^a outras explicações e uma observação á maneira por que v. ex.^a imaginou a situação ideada por Gil Vicente no *Auto da Barca do Inferno*. Não me permite por agora mais explicações o receio de abusar da benevolencia do illustre director deste jornal, por isso reservo o seguimento e umas observações á carta do illustre poeta sr. Lopes Vieira, hontem publicada, para occasião proxima.

Permitta v. ex.^a, minha senhora, que com a mais alta consideração e elevado apreço me subscreva—De v. ex.^a, admirador e criado — C/V. ex.^a, Azinheira, 12 maio 912 — *Oscar de Pratt*.

Significação da palavra «ola»

Na sessão da Academia das sciencias de Lisboa, realisada em 9 de maio, o socio monsenhor Rodolfo S. Dalgado lêu uma erudita memoria sobre a significação da palavra *ola* (folha de palmeira), cujo extracto, conforme se lê no n.º 16.701, do *Diario de Noticias*, de 11 de maio, é este :

O sr. Rodolfo Delgado tratou da palavra «ola», que

com muita frequencia é empregada pelos nossos antigos antigos escritores, especialmente com respeito ás cousas do Malabar, e que da parte dos lexicographos portuguezes não tem merecido o devido tratamento.

Uns omittem o vocabulo, outros lhe dão errada significação, mas outros registam sómente alguns dos significados.

Uns lhe attribuem procedencia hebraica, outros notam que é termo asiático, designação demasiado genérica,

Quanto á etymologia, «ola» é de origem dravidica: «ola» em malayálam (lingua do Malabar), «olei» em tamul, «folha de qualquer especie de palmeira». O termo passou ao canaréz e ao túlu, na forma de «wólas» e com os significados «folha de palmeira para escrever, carta escrita em semelhante folha».

Quanto á sematologia, a dicção «ola» emprega-se em tres acepções distinctas e bem definidas: 1.^a, folha de palmeira em geral e em particular de coqueiro; 2.^a, tira de folha tenra de palmeira brava (*Borassus flabellifer*) ou de palmeira de sombreiros (*Corypho umbraculifero*), preparada para nella se escrever ou inscrever; 3.^a, escrita feita na folha de palmeira, como carta, decreto, composição litteraria.

Todos estes sentidos se alongam com a autoridade dos escritores nacionaes, Duarte Barbosa, Castanheda, João de Barros, Simão Botelho, Gaspar Correia, Garcia da Orta, Gabriel Rebello, Diogo do Couto, João Ribeiro, e dos estrangeiros como Gasparo Balbi, Fryer, Rumphius, Buchanan, Emerson Tennent.

A escrita era conhecida na India no 8.^o seculo antes de Christo; e pelas investigações paleographicas do Dr. Buhler se sabe que é de origem phenicia, semelhante á do estilo moabita, introduzida por via de Mesopotamia. Os mais antigos documentos que possuímos, são as inscrições lapidares do imperador Asoka, que viveu no 3.^o seculo antes de Christo.

A remodelação e adaptação dos caracteres semíticos á phonetica indo-árica deram em resultado o alphabeto «bráhmí», do qual derivam todos os alphabetos modernos da India, incluindo os dravidicos.

Duas especies de material estavam em voga para a escrita: tiras de casca de bétulo e folhas de palmeira. O primeiro exemplar do manuscrito em «ola», que conhecemos, pertence ao 5.º seculo.

Mas uma lamina ou placa de cobre, que deve datar pelo menos do 1.º seculo, imita a fórma de «ola».

Com a introdução de papel pelos arabes, caíram em desuso as folhas de palmeira no norte da India, onde sempre se tem escrito com caniço e tinta. Mas no sul, onde um estilo ou ponteiro serve para traçar as letras, as «olas» ainda hoje estão em voga, até mesmo para a correspondencia epistolar.

Mons. Delgado, quando esteve em Ceylão, teve á mão duas «olas» em tamul, uma das quaes offereceu á Sociedade de Geographia e a outra offerece agora á Academia, para que pelo especime se conheça o que é uma «ola» escrita. Mons. Delgado fez acompanhar a «ola» com a respectiva traducção.

O penhor das barbas: paralelo entre Affonso de Albuquerque e D. João de Castro

Na referida sessão da Academia, o seu illustre presidente, sr. H. Lopes de Mendonça, leu um interessantissimo estudo sobre o penhor das barbas, que se tornou celebre em D. João de Castro, que filia em gesto igual, sem apparatus solemnes, de Affonso de Albuquerque, facto que não obteve notoriedade.

Esse estudo — diz *Diario de Noticias* (cit. n.º de 11 de maio) é baseado na justificação de dois versos do seu drama «Affonso de Albuquerque», que um critico reputou erro historico, por attribuir a este heroe da India o que se passára com D. João de Castro.

Os versos são :

E forçado a irmanar o esplendor que me abarba,
Ha dias empenhei tres pêlos d'esta barba.

* Isto baseara o autor sobre a seguinte passagem, de Castanheda :

«Vendo outra vez a elle (Albuquerque) um lascarim, com grande necessidade, segundo mostrava, a pedir-lhe algum soldo do que lhe era devido, não lh'o podendo elle dar, por o não ter, rogou-lhe que alguns dias o buscasse emprestado por seus amigos. E escusando-se o lascarim, dizendo que o não achava sem penhor, e que não tinha outro que dêsse senão suas armas, que lh'o dêsse elle ; e, lançando mão á barba, acertou de tirar quatro ou cinco cabellos, sem o querer fazer, e quando os viu mostrou que os tirára por sua vontade e por contentar o lascarim, deu-lh'os, dizendo que buscasse dinheiro sobre elles, por que não tinha outro penhor que lhe dar. E o lascarim, muito lêdo, levou os cabellos e achou dinheiro sobre elles, com que suppriu sua necessidade. E o que tinha os cabellos em penhor, sabendo que o governador tinha dinheiro, foi-lhe dizer que os desempenhasse ; o que elle fez muito lêdo, e lhe fez mercê por dar o dinheiro sobre os seus cabellos».

Este episodio é, na opinião do sr. Lopes de Mendonça, a lenda geratriz do gesto celebre e theatral de D. João de Castro. E, a proposito, o illustre academico traça um elo-quente e brilhante parallello entre a individualidade do heroe de Goa e a do heroe de Diu, frisando o «culto de si proprio», que tanto preocupou D. João de Castro.

Legados pios

O sr. conego Francisco Xavier Vás, digno vogal da commissão de archeologia e nosso illustrado collaborador, envia-nos o seguinte curioso documento:

«Os Governadores do Estado da India &.

Fasemos saber aos que esta prouisão uirem que

59190

que porquanto somos informados que muitas pessoas pessuem bens comprados com o dinheiro das capellas e das pençoins das missas e por suas neceçidades os vendem a terceiros sem contribuirem as ditas pençoins que sã devidas, e obrigatorias, e por esta causa segue prejuizo, asim ao dinheiro das ditas capellas como as almas dos defuntos que as instituiram e para o euitar—Havemos por bem e Mandamos que não admitão requerimento algum dos pretendentes que requerem entrancia dos officios e uenda dos bens sem apresentarem folha corrida do escrivão da Camara Ecclesiastica e mostrar por ella não estarem obrigados a penção alguma das missas e ao dinheiro das capellas os tais bens e o official que admittir o requerimento dos pretendentes e solenizar as tais vendas sem a dita folha sera suspenço da occupação que a tiver que se executara irremitiuelmente e pera constar do que nesta está disposto ¹ na Rellação Fz.^a contos na chr.^a ² e na Secretaria do estado e o proprio se guardara na dita camera notificando assy ao O.^{or} geral da fz.^a e ao ch.^{er} do Estado mais ministros officiaes e pessoas a quem pertencer para que assim a cumprão e guardem e fação inteiramente cumprir e guardar esta prouisão como n'ella se contém sem duvida alguma e não pagará a meya Nota ³ nem o dr.^o da Ch.^{ra} por ser do serviço de Sua Mag.^o — João de Ataíde Official mayor da Secretaria do Estado a fez a uinte e oito de Fevereiro de mil seis centos noventa e tres.— O Secretario Joseph da Silva Maciel a fez escrever.— *Arcebispo Primas.*— *Dom Frz Martim Mascarenhas de Lencastro.*—*Joseph da Silva Maciel.* (Do L.^o de registo dos documentos das capellas, do archivo da Sé Patriarchal).

¹ Parece que faltam as palavras = será registada =, ou outras semelhantes.

² Chancellaria.

³ Meia annata.

O ORIENTE PORTUGUEZ

9.º ANNO. 1912

— Julho e agosto —

N.ºs 7 e 8



FR. EPHRAIM DE NEVERS

E

A INQUISIÇÃO DE GOA

(1650-1651)

(Continuação da pag. 10)

Processo ou Summario das accusações que se fazem a fr. Ephraim

NO processo contra fr. Ephraim de Nevers, de nação francez, frade capuchinho e missionario apostolico, residente em Madrasta ao tempo da sua prisão e actualmente preso no carcere do Santo Officio d'esta Inquisição, diz a accusação :

Artigo 1.º

Que o réu, sendo christão baptizado e, demais, religioso d'uma ordem, sujeito consequentemente á maior

perfeição da vida, crença e ensino, conforme os mandamentos da nossa Santa Madre Igreja Catholica, não deve professar sentimentos hostis ás respectivas tradições e decretos, interpretando perniciosamente os seus concilios, cerimoniaes e costumes. Comtudo, tem procedido exactamente ao contrario, e esquecendo as suas obrigações, não tendo medo nem de Deus, nem das penas d'este tribunal, afirmou em certo lugar e tempo indecorosas e escandalosas proposições, ensinando doutrinas novas, negando a obrigação de adorar as imagens sagradas, condemnando o uso publico d'ellas, corrente entre os christãos, prohibindo ou condemnando a veneração prestada ás sagradas reliquias dos santos, communicando muitas d'estas opiniões aos nossos convertidos, ignorantes e fracos na fé; conversando escandalosamente com os herejes, lutheranos, calvinistas e protestantes; approvando-lhes com o seu convivio a condemnavel heresia; lendo livros d'elles e muitos outros prohibidos pelos santos concilios e pela bulla *In Coena Domini* ¹.

Assim, tendo o réu delinquido em todas estas cousas com grande prejuizo da sua propria alma e escandalo dos fieis,— e peccado contra a nossa santa fé, catholica, apostolica e romana, a accusação requer que seja elle castigado como merece.

Resposta

Gratis dictum jure negatur et absolute ²

Este artigo é como que um prologo, no qual o accusa-

¹ Bulla assim chamada, não pelas palavras com que principia, mas por ter sido expedida n'uma quinta feira santa. Refere-se á excommunhão dos herejes e contumazes, e foi pela 1.^a vez expedida por Paulo III, a 13 de abril de 1536. Em Roma era lida em voz alta todos annos em quinta feira santa, até ao pontificado de Clemente XIV (1769-774). Em 1610 Paulo V deu-lhe a forma definitiva, e em 1627 foi novamente publicada por Urbano VIII (W. R. P.).

² Estas palavras e as da parte final da defesa são evidentemente formulas juridicas.

dor diz, quanto pode, mal do réu. Não se tratando senão de formalidades, o defensor, conforme é de uso, replica fazendo ao seu cliente rasgados clerigos. Diz, *v. g.*, que este foi escolhido pelos seus bispos e mandado ás Indias para pregar a fé, sendo bém conhecido como verdadeiro catholico etc.

Artigo 2.º

Tão verdade é o que acima se disse, que o réu confessou já perante esta Mesa, nas sessões passadas, ter avançado certas proposições, como, entr'outras, as seguintes: que a SS.^{ma} Trindade não deve ser representada pela forma como o faz a Igreja, — que um clerigo anglicano é um verdadeiro sacerdote, — que a adoração de *latria*¹ não é devida á Cruz, — que não deve haver imagens esculpidas, acrescentando que é preferivel, visto a fraca fé de christãos ignorantes, usal-as pintadas como se costuma nos conventos franciscanos e varias egrejas de França, e que, por isso, não tinha dado permissão, quando lh'a pediram, para a collocação da estatua de Santo Antonio no altar da sua igreja em Madраста. Confessou mais perante esta Mesa que escreveu uma carta ao governador d'uma praça pertencente a christãos, carta que lhe foi mostrada n'esta Mesa, e na qual não só defende as proposições mencionadas, mas outras muitas, semelhantes. Foi isto reconhecido por elle proprio no exame feito perante esta Mesa. Confessou tambem possuir muitos livros hereticos e scismaticos, prohibidos e condemnados pela Igreja. Além d'isto, tem lido a Biblia em portuguez, ensinando-a a creanças. A accusação admite a confissão de todas estas cousas tanto quanto depõem contra o réu.

¹ *Latria* = culto prestado somente a Deus em opposição á *dulia*, culto dos santos.

Resposta

No que respeita á imagem da SS.^{ma} Trindade, lêa-se Peruyuer ¹, Tostado ² e outros, e vêr-se-ha que não careço de responder a este artigo. Quanto ao clérigo inglez, é falsa a accusação, pois eu nunca disse que elle era um verdadeiro sacerdote, mas para me accumular mais este crime, imaginaram este item. É certo que disse uma vez que o clérigo que tenha sido sagrado por um bispo, com o cerimonial da Egreja, possúe, a meu vêr, o character do sacerdocio, — que havia lido em certos livros que os inglezes tinham conservado esse cerimonial ou sagração dos seus bispos e clérigos. Portanto não se podia dizer d'um clérigo inglez que fosse um leigo, pois podia elle ter os attributos d'um sacerdote. Eis o que disse e nunca o que a accusação affirma. Dir-se-ha que fr. Francisco da Fonseca ³, instruido e afamado pregador na India, que tambem foi inquisidor, me contradiz, isto é, que os bispos hereticos, sagrados conforme o cerimonial marcado, não podem conferir attributos alguns, por não estarem a isso autorisados pelo Soberano Pontifice. A mesma resposta n'este particular pode ser consultada nos papeis que mandei á Sorbonna.

Quanto á adoração da Cruz, lêa o accusador tão-somente o decreto do concilio de Nicéa, que elle proprio no 3.^o artigo da accusação reconhece por concilio universal, e verá qual de nós ambos é melhor catholico.

¹ Provavelmente Bento Pereira, S. J., expositor da Escriptura Sagrada, que morreu a 6 de março de 1610, com 75 annos d'idade. Sem duvida o réu se refere ás passagens de pg. 81, 82, 155-159 da sua obra *Commentariorum in Daniele Prophetam Libri Sexdecim*, nas quaes se trata do culto das imagens.

² Alfonso Tostado, bispo de Avila, fallezido em 1455. Referencia á sua obra *Opera omnia* em 27 volumes, Quest. V e XXXIX. Adiante se menciona tambem este autor.

³ Na *Synopsis* de A. Francisco (1726) mencionam-se 3 FONSECAS entre 1617 e 1647, como tendo vindo ao Oriente, mas nenhum d'elles com o nome supraindicado.

Com respeito ás imagens, é falso que eu as tenha condemnado ou reprovado, como diz a accusação. Lêa-se a minha carta, e se o que n'ella escrevi importa reprovação das imagens, direi que pelo mesmo fundamento os padres portuguezes reprovam a sagrada communhão, desde que recusam administral-a a um grande numero de indios por indignos; entretanto que Jesus Christo, Nosso Senhor, disse—*nolite sanctum dare canibus* (Math. VII, 6),—que se poderia interpretar que reprova as cousas sagradas.

Quanto ao que se allega relativamente aos costumes dos nossos conventos, a accusação não o repete no sentido que empreguei, porquanto nada mais disse senão que, sendo o nosso altar em Madrasta identico aos dos nossos conventos em França, não era obrigado a conformar-me com os caprichos de certos indios. Tinham-me pedido para collocar a imagem de S. Antonio conforme está declarado no fim da minha carta. Se fora verdade que eu reprovos as imagens, usaria sempre o crucifixo de bronze?

Com respeito á carta que enviou ao governador, d'ella propria coustam as minhas razões. No interrogatorio, que sobre o assumpto se fez, não se me imputou nenhum erro, nem qualquer expressão inconsiderada; aliás, estou prompto a retractar e renunciar.

Relativamente a livros prohibidos, todos sabem, que sou missionario e que os missionarios têm privilegio para possuirem livros impressos. Verdade seja que o inquisidor me disse uma vez que tal privilegio não se extendia á India, ao que respondi que, ainda assim, não transgredi no meu procedimento. Porquanto, em 1640 sua ex.^a o Primaz de Goa ¹ os viu, e permittiu o seu uso dentro do arcebispado. Em 1642 leu-os duas vezes o revd.^o padre mestre Francisco da Cruz, dominicano, commissario do Santo Officio ² e fez-lhes um minu-

¹ D. Fr. Francisco dos Martyres

² Provavelmente este fr. Francisco da Cruz é o mesmo fr. Lucas da Cruz, a que adiante se refere o réu.

cioso exame sem descobrir cousa alguma que censura merecesse. Ainda em 1646 o padre administrador da diocese de S. Thomé ¹, meu accusador, deu-me um documento do seu punho, permitindo-me usar no seu bispado os privilegios a que me refiro. D'onde tiro (esperando assim provar que estava elle procedendo com paixão) a seguinte conclusão: on tinha elle visto os meus privilegios, ou não. No 1.º caso, porque me accusa pelos usar? No 2.º, se não viu os meus livros, como me passou um documento do seu proprio punho, certificando que os tinha visto e approvado?

Quanto á Biblia em portuguez, tambem é falso. É certo que verti em portuguez uma parte do Novo Testamento, e não de toda a Biblia, como se affirma. Os motivos por que o fiz, já foram expostos ás pessoas a quem tenho obrigação de dar conta dos meus actos.

Artigo 3.º

Tambem é accusado o réu de não fazer completa e verdadeira confissão das suas culpas, mas, de tel-as, pelo contrario, minimisado, tergiversado e occultado. Procura por argumentos, subterfugios, signaes superficiaes e enredos sophisticos, occultar e palliar o condemnavel proposito que nutria em fazer uso das proposições que proferiu,—os actos por elle praticados relativamente á fé,—o desdem que mostrava fallando das cousas sagradas, acceitas e approvadas pela Igreja desde o tempo dos apostolos até hoje. Sob color de zelo, occultou o veneno secreto, contido nas opiniões que defende. Mostrou visivelmente a sua intenção vangloriosa e a sua determinação heretica em se não conformar com a crença de toda a Igreja universal. Com as suas declarações, confirma os erros que tem

¹ O padre Jeronymo de Sá, vide nota (1) a pag. 4.

commettido e ensinado. Eis o que temos apurado n'esta Mesa e tem sido tambem confirmado pelos interrogatorios que se lhe fizeram, provando-se d'ahi com a maior evidencia, que elle está infeccionado da heresia dos lutheranos, calvinistas e protestantes, não só em materia de invocação dos santos, mas ainda quanto á adoração de reliquias e á veneração das sagradas imagens. Egualmente trabalhou falsa e ignorantemente por ensinar essa heresia com argumento plausivel, completamente extranho e alheio á verdade. Quiz espalhar esta heresia na India, dizendo que nada havia n'ella de censuravel.

Não só cabiu nas heresias, contra a honra e veneração devida ás sagradas imagens dos santos e contra as suas sagradas reliquias, mas ainda em muitos erros. Disse que a abstinencia aos sabbados não era um acto de devoção, mas um engano,—que as *novenas* aos santos são uma invenção do diabo e um simples rito de superstição. Reprovou as imagens em esculptura, declarando que é mais proprio fazer uso de pinturas. Leu livros prohibidos e traduziu na lingua vulgar a Biblia Sagrada. Com estas erroneas doutrinas, contraveio ás regras de muitos concilios, aos decretos pontificios, e ao uso ordinario da Igreja catholica, apostolica e romana. Alem d'isto conversou e manteve amisade com os herejes, não só em materias civis, mas tambem nas da fé e da religião.

Visto que o réu é missionario apostolico, conhecido do publico, cumpria-lhe não variar em minima parte o que praticam outros frades e missionarios apostolicos. Pelo contrario, tem dado logar, por uma carta que escreveu a certo governador, a crêr que não só ensina as proposições e erros que n'ella se contém, mas que os affirma e defende na citada carta cujo authographo se junta. Não o desculpa a allegação de que em França não é costume collocar imagens de metal, nem o recurso a outros semelhantes subterfugios. Porquanto, sem embargo de se

não reconhecer n'aquelle reino o concilio de Trento ¹, o uso de imagens é contudo acceito pela Igreja universal, que as usava muito antes d'aquelle concilio, ou da publicação dos respectivos decretos, tendo sido este assumpto definido pelo concilio de Nicéa, que é recebido e approved por toda a christandade. Do exposto resulta que o réu está cívado de varias heresias e que nega e occulta a sua verdadeira intenção, qual a de não observar as cerimoniaes da Igreja Romana, nem de as defender, mas de continuar n'essas heresias, como se mostra da petulancia e impertinencia com que as sustenta.

Resposta

Quando me foi lido este artigo, disse-me o inquisidor que o mesmo artigo havia suscitado as presumpções e conclusões contra mim tiradas. Por isso, respondi negando formalmente e condemnando tão levianas conclusões. Peço ao leitor que examine com toda a attenção este artigo, e pondere bem as repetições n'este arrazoado, e a especie de prova que produziram contra mim sobre todas as calumnias que inventaram. A carta foi escripta ao governador; lendo-se e confrontando-se com as accusações, vêr-se-ha a sophistica a que recorreram contra mim. *A dicto secundum quid ad dictum simpliciter.* Por quanto, nunca fui accusado do que me accumularam n'este escripto. Tudo procede unicamente dos homens doutos de Goa desapprovarem e criticarem a minha carta. Ainda passaram por cima d'um dos principaes crimes de que sou accusado—o de ser inimigo do Rosario e de que reprovei a proposição de certos humildes catholicos, que diziam que não deviamos pedir cousa alguma directamente a Deus,

¹ No que se refere os artigos promulgados pelo concilio de Trento, nunca houve opposição da Igreja gallicana; mas as provisões disciplinares nunca foram acceitas pelo governo francez.

mas que todas as nossas supplicas deviam ser dirigidas á Virgem. A isto dei no interrogatorio a competente resposta. Não quero mais responder a este artigo que se limita a inferencias. Quanto ás outras accusações que seguem, respondi que eram obra de bebados, como taes conhecidos, feitas *ipso facto bibendi*. Consequentemente, essas accusações não merecem attenção e, menos ainda, refutação.

(Continúa).

J. A. ISMAEL GRACIAS.

CONFRARIAS NA SÉ DE GOA

É coéva da conquista da cidade a fundação, ordenada por Affonso de Albuquerque em cumprimento do seu voto, da egreja de Santa Catharina, de Goa, a qual parochia ¹ na sua instituição originária, veio a ser collegiada ² cathedral ³ e finalmente metropole ⁴ primaz ⁵ e patriarchal ⁶.

Na sua primitiva construcção teve apenas duas capellas collateraes ⁷ uma, pelo lado do Evangelho, dedicada a

¹ Até ao anno de 1512 foi a unica egreja parochial na cidade. Successivamente foram creadas outras novas desde 1543.

² Da collegida de S. Catharina, cujo inicio não nos foi possivel fixar com exactidão, faz menção a Bulla *Aequum reputamus*, de Paulo III, 3 nov. 1534. Na cidade de Goa crearam-se tambem as collegiadas de Nossa Senhora do Rosario e Luz: o fóra de Goa as de Cochim e Malaca, que rrais tarde, em 1557, foram cathedraes, e as de Maluco, Ormuz, Chaul, Baçaim, Damão e Diu.

³ Suffraganea ao archiepispado do Funchal, que fóra elevado á metropole pela Ced. Consist. *Hodie Sanctissimus*, de Clemente VII, 31 jan. 1533, confirmada por Paulo III, Bulla *Roman Pontifices*, 8 junho 1539, cit. Bul. *Aequum*. Antes de constituida, porém, em metropole, e pela redução do Funchal a bispado, Goa era suffraganea a Lisboa,—Bulla *Etsi Sancta* de Paulo IV.

⁴ Bulla *Etsi sancta* de Paulo IV, 4 fevereiro 1557.

⁵ A Santa Sé reconhece a dignidade de Primaz da Cathedral de Goa; vej. o Brev. *Pastoralis officii*, de Gregorio XIII, 13 março 1572, o Breve *Ecclesiarum omnium*, de Leão XII, 20 dezembro 1826, e as Concordatas de 1847 e 1886.

⁶ Concordata de 1886.

⁷ O governador Nuno da Cunha erigiu na Sé Velha uma nova capella, dedicada a S. Sebastião, em a qual jaziam os restos mortaes dos seus irmãos Sinão da Cunha e Manoel da Cunha. Por escriptura de 26 setembro 1536, o governador instituiu o legado perpetuo de uma festa ao Santo, um officio e 3 missas semanaes no altar, do estipendio de 0:1:4, sendo aos domingos em louvor da Resurreição de N. Sr., ás 5.^{as} em louvor dos Anjos e ás 6.^{as} Vera-Cruz, e constituiu o seu dote em umas casas, que, antes de 1720, foram convertidas em Aljube. Devido á deterioração do fundo, o archiepispo D. Ignacio de S. Thereza reduziu ao n.º de 75 as missas, as quaes, em 1769, desceram a 60 de meio xerafim cada.

Nossa Senhora ¹ e a outra pelo da Epistola, ao Apostolo S. Pedro, com outras tantas confrarias ou irmandades, que foram as primeiras d'entre as que, pelo correr dos annos, se estabeleceram no territorio de Goa.

Com o desaparecimento da cidade, desapareceram tambem ambas essas confrarias, cuja historia apezar dos esforços empregados durante alguns annos, não conseguimos reconstruir, por absoluta falta dos seus compromissos e outros quaesquer documentos. Diremos, porisso, o pouco que conseguimos apurar.

A confraria erigida em 1540 na capella de N. S.^a ² tinha o titulo de N. Sr.^a do Rosario, com os privilegios, como tudo nos leva indeclinavelmente a crêr, da ordem dominicana. Do seu compromisso restam unicamente as seguintes verbas, que encontramos registadas em um livro velho da Sé:

«Item a dita Irmandade avera sempre mordomos e hum escriuão e serão sempre emlegidos em odia de santa M.^a candelarum e os mordomos que entrarem no dito dia tomarão conta a passados e ao tomar da conta sua o vigario da See desta cidade prezente e não valera a tal conta ou quitação que se lhe fôr dada. ³

«Item se dira na dita comfraria huma missa cantada sabbado. Em todos los dias de nossa Senhora se dirá a dita missa cantada como se diz em os ditos sabbados e darssea de esmola por cada missa aos padres duas tangas e aos moços que servem no altar ao emcençar em a dita missa meio vintem. E assim cada dia de nossa senhora

¹ Por assento de 13 de setembro 1526 o Vigario Geral da India Bastião Pires e o Provedor-mór dos defunctos Ruy Gonçalves de Caminha mandaram que, por ser muito escura a capella, se abrisse uma fresta, destinando para as despesas uma parte do fundo (1500) e um legado de missas, instituido por D. Manoel e Sampaio, fidalgo e capitão de Naroá, por seu testamento de 13 setembro 1532.

² N. Sr.^a da Esperança.

³ Esta disposição foi revogada pelo compromisso ou assento de 20 maio 1536.

atarde se dirão humas vesporas e finados e ao outro dia se dera hum missa cantada com hum nocturno pellas almas dos confrades e bem feitores e se dara de esmola pelas ditas vesporas e missa quinhentos e vinte rés e o confrade que na çidade estiuer e não vier ouuer a dita missa pagara de esmola dous Leaes. porque a vespóra de nossa senhora candelar se dizem sempre humas vesporas e se dauua aos padres hum conçoada ordenarão ora que se dee a cada padre hum tanga desmolla somente sem mais couza outra nenhuma.»

*

* *

Encontramos tambem transcripto no Livro Tombo das Capellas da Sé, fl. 41 v., o seguinte assento:

«Em quatro dias do mez de março de quinhentos trinta e sete forão iuntos nesta sé—comuem a saber o vigario geral com o vigario della e padres com os confrades abaxo asinado e por elles todos foi acordado que por quanto está em costume se dar conçoada aos ditos padres por o dia de nossa senhora do Rozario foi acordado por elles não lhe darem mais que quatro pardaos em tangas com uem a saber polla missa e vesporas e assy trazer a çera tudo mui solem mente como athe agora foi costumado. E por assim o acordarem como asima diguo asinaram aqui—o qual asento eu Matheus desiqueira fis no dia mes e era—Michael Vaz—Francisco Fernandes,¹—Matheus de siqueira—esteuão madeira—Domingos de morais—Ruy dias—Ruy barbudo—christouão preto—Dioguo fernandes—André ferreira—Antonio Fernandes—Jorge Ribeiro—Francisco Ribeiro da costa.»

¹ Vigario da collegiada, promovido a conego pelo Bispo Albuquerque quando da inauguração da cathedral (1539); falleceu occupando a cadeira de arcediogo.

*

*

*

A confraria de S. Pedro era também conhecida pela denominação de *Mordomia de S. Pedro*¹. No primeiro quartel do século XVII correu um pleito importante entre ella e a irmandade da St.^a Casa da Misericórdia, cuja instituição, como já fica notado, é posterior á d'aquella.

Desde a sua fundação a confraria de S. Pedro viera sempre assistindo com a *tumba propria* e *pano debrocado* aos enterros dos seus confrades. A Misericórdia, porém, allegando ser ella «a unica irmandade de tumba e do interramento», pretendeu privar a confraria d'esse seu direito, como o haviam sido as irmandades de N. Sr.^a das Angustias (do convento de S. Agostinho), de N. Sr.^a dos Remedios (collegio de S. Thomaz) e da casa professa do Bom Jesus. A questão percorreu todas as instancias.

Por sentença de 7 de junho de 1625, o ouvidor geral do civil, Sebastião Rodrigues Cardoso, decidiu o seguinte:

«O que visto e o mais dos autos pernuncio não cometer força noua a confraria de São Pedro a Irmandade da casa da Santa Misericórdia em quanto aos clérigos Irmãos com sua tumba e pano d'ella com o acompanhamento dos mais irmãos com suas vellas da confraria, visto estar na dita posse do tempo que esta cidade era dos xpãos athe o presente e ser mais antiga nella que a irmandade da santa Misericórdia e se lhe comettera força em cazo que enterre seculares porque ainda que enterrasse alguns por serem irmãos esta posse esta interrupta.»

Esta sentença foi confirmada em 3 de setembro de 1626. Antes d'isto, a côrte de Lisboa havia mandado a seguinte resolução:

«Conde Viso-Rey. Amigo. Eu El-Rey vos envio mui-

¹ A imitação da Sé, o clero de Candolim, Bardez, instituiu na sua igreja identica *Mordomia*, cujos fundos estão presentemente aggregados á confraria principal.

to saudar, como aquelle que amo. — O Arcebispo de Goa Me escreveu pelas náos do anno passado o que tinha feito na reformation da irmandade dos clérigos de São Pedro, que achou muito attenuada; havendo visto com o que também Me escreverão sobre a mesma irmandade o provedor, e irmãos da Misericordia da cidade de Goa; Resolvi, que o Arcebispo tem bem provido, e que nessa conformidade se proceda não admittindo porém a Irmandade dos clérigos secular algum, nem enterrar-se na tumba dos clérigos e que não usem de guião nem bandeira e nos enterros leve somente a cruz da irmandade: de que Me parecem avisar-vos para que o saibais, e ordeneis que desta minha carta se envie copia do Arcebispo, e a Misericordia de Goa para na forma della se proceder — Escrita em Lisboa a 10 de Abril de 1629. — *D. Diogo da Silva — D. Diogo da Costa.*»

Não obstante estas ordens, a confraria de S. Pedro julgou-se feliz por não ter sido comprehendida na generalidade dos alvarás de 9 de março de 1612, da carta régia de 3 de fevereiro de 1614 e nas penalidades ¹ do alvará de 17 de janeiro de 1614 ².

*

*

*

A 3.^a confraria que se instituiu na Sé, foi a do *SSm.º Sacramento*, também extincta sem restar d'ella algum vestigio.

*

*

*

Na 2.^a metade do século XVII D. Domingas de Moraes instituiu na capella de S. Antonio, onde está sepul-

¹ 50 cruzados de multa e 2 annos de degredo para Ceylão.

² Na importante *Historia da Misericordia de Goa*, I, 428 e seg. (Nova Goa, 1910) do sr. J. F. Ferreira Martins estão já publicados todos esses diplomas.

tada, a confraria de *N. Sr.^a do Mar*, doando-lhe todos os seus bens, com o encargo de missa quotidiana por sua alma e pela do seu marido D. Aleixo de Menezes, Príncipe e Rei de Abadaxam. No livro Tombo não se acha transcripto *in integra* o testamento. Um dos testamenteiros é o *Snor. Bispo Matheus Gomes Ferreira* ¹, fallecido aos 11 de dezembro de 1678; torna-se, pois, evidente que a instituição da irmandade de *N. Sr.^a do Mar* foir n'quelle anno. No archivo depauperado da Sé não existe nenhum documento relativo a essa, hoje extincta, irmandade.

Por não ter recebido integralmente o fundo com que fôra dotada a capella, a missa quotidiana foi proporcionalmente reduzida a 73 missas annuaes do estipendio ² de uma tanga e meia (2 tangas actuaes), as quaes mais tarde, tendo sida paga mais uma parte do fundo, se elevaram a 74, do estipendio de *meio xerafim*. Em 1868 o arcebispo Amorim Pessoa ³ englobou em uma e unica todas as antigas capellas da Sé.

*

*

*

Presentemente, e em virtude da concordata feita com o cabido em 26 de dezembro de 1841, funciona na Sé a

¹ Bispo eleito (entenda-se *apresentado*) de Meliapôr. Permittimo-nos sobre este ponto afastar da opinião do venerando e eruditissimo auctor das *Mitras Lusitanas* (ed Lisboa 1897, pag. 166 e 613.)

² Nos primeiros tempos o estipendio das missas instituidas na Sé era de 1 tanga (0:01:04 da actual moeda); dentro de alguns annos, chegou a ser 1 tanga e meia (0:02:00), e a Prov. 15 setembro 1711 (arcebispo Annunção) elevou a 2 tangas (0:02:08). O arcebispo Neiva Brum (Prov. 30 junho 1755) fixou em *meio xerafim* (0:03:04); o arc. Amorim (Port 14 set. 1868) em 1 *xerafim* (0:06:08) e por Port 5 julho 1909 (Bispo Governador) em *meia rupia*.

³ Por. n.º 482 de 14 set. 1868.

confraria de N. Sr. das Angustias, instituida em 1609 no convento de S. Agostinho. A essa confraria estão aggregados os fundos das extinctas confrarias de S. Amaro (da collegiada do Rosario) e S. Aleixo (da egreja parochial do mesmo titulo).

CONEGO FRANCISCO XAVIER VAZ.

CHRISTOVAM DA COSTA

(Continuação da pg. 132)

DUAS outras circunstancias importantes devem ter preponderado decisivamente na resolução de Christovam da Costa para a partida para a India. Consta haver chegado em 1563 a 1564 a Portugal um flamengo por nome Carlos de Lécluse, mais citado pelo seu nome Clusius, naturalista e botânico de eleição ¹.

Nascido no anno de 1526 em Arras, hoje a principal cidade do departamento de Pas-de-Calais, Clusius nas suas excursões scientificas e principalmente botanicas, percorreu a Europa em todos os sentidos. Penetrando na peninsula hispanica ficou entusiasmado com a presença do variado numero de exemplares vegetaes, em que pela primeira vez lograva o prazer de pôr os olhos.

Em Portugal viajou a pé, herborizando largamente na zona média do paiz, designadamente, nos sitios de Thomar, Evora, Coimbra, Aldegallega, Rio Frio

¹ Inventorum recentioris aevi indefessis laboribus notitiam debemus plurium Plantarum, quam omnibus praeceptorum temporum eruditiss, inter quos imprimis nominandi Clusius, Columna, Bauhin, Hermannus, Rheede, Rumphius, Sloane, Sherardus, Rafus, Plukenetius, Tournefortius, Plumierus, Vaillantius, Dillenius, Burmannus, Gronovius, Rayenius, Gmelinus, Millerus, Brownius, Jacquinus. — Species Plantarum, Caroli Linnaei, Tom. I, Ed. tertia, Vindobonae, MDCCLXIV, pag. 2.

e Montemór-o-Novo. Demorou-se por algum tempo em Lisboa. Durante a sua curta estada ahí iniciou os estudiosos portuguezes no cultivo de botanica, embora a sua obra, referente á flora luso-hispanica ¹, tivesse sahido a lume no anno de 1576 em Antuerpia. A visita de Clusio não podia deixar de ser um evento em Portugal, porque elle foi o mais celebre botanico do seu tempo e inventou um systema de classificação de plantas ². Passou quasi um meio seculo, pois morreu tendo de idade 83 annos, nos estudos da flora da Europa, manifestando tambem uma pronunciada paixão pelo estudo da historia natural das regiões afastadas. E como não podia visitar essas regiões, lia todas as publicações sobre o assumpto, colhia todas as informações dadas pelos navegadores, entrevistando uns e correspondendo com outros. O proposito da sua peregrinação a Portugal fosse talvez para conferenciar com os que voltavam do Oriente e examinar os productos tropicaes á venda nas lojas da Rua Nova de Lisboa. Embora houvesse n'aquella epoca difficuldades e delongas nas communicações entre Goa e Portugal, e ainda mesmo entre este e os outros paizes europeus, é licito admittir que Clusio tivesse ouvido falar da obra de Garcia muito antes d'ella ter sahido da officina de João de Endem, em Goa «aos X dias de abril de 1563 annos».

¹ *Rariorum aliquot stirpium per Hispanias observatarum Historia.*

² *Ecluse* fez uma obra intitulada *Rariores et exoticae plantae*, e seis annos depois uma escolha de 1385 plantas que dividiu em sete classes: — 1º volume, *Plantas raras*, que comprehende: 1. *Arvores, arbustos e subarbutos*; 2. *Plantas bolbosas*; 3. *Plantas de flores odoríferas*; 4. *Plantas sem cheiro, ou de mau cheiro*; 5. *Plantas venenosas, narcoticas, e acres*; 6. *Plantas leitosas, umbelíferas, felos, grammas, leguminosas e cogumelos*. — 2º volume, comprehende: 1. *Arvores e arbustos*; 2. *Fructs estrangeiros*; 3. *Siliquis estrangeiras*; 4. *Lenhas, cascas, raizes, succos, estrangeiros*; 5. *Aromas*; 6. *Plantas da India*; 7. *Plantas de Monard e appendice*. *Compendio de Botanica de Felix de Avellar Brotero*, editado por Antonio Albino da Fonceca Benevides, Tom. II, Lisboa 1839.

Se, por um lado não existem provas ou vestígios de relações epistolares entre estes dois naturalistas, por outro lado ha evidencias de que ambos entretinham uma activa correspondencia scientifica com os homens mais notaveis do seu tempo. Na dedicatoria dos *Coloquios*, o autor diz :— « Bem podera eu compor este tratado em latim, como o tinha muytos annos antes composto..... ». O alvara de privilegio para a impressão é assignado pelo « Conde-viso-rey »¹ em Goa « a 5 de novembro de 1562 ». Nos proprios *Coloquios* abundam citas de livros da especialidade, publicados ainda até ao anno de 1562. Se Garcia na India tinha essas oportunidades, Clusio na Europa devia tambem tel-as forçosamente. Elle que aguardava com vigilancia qualquer publicação de botanica de terras longinquas, não podia deixar de ter, antes da sua sahida de Antuerpia, onde fixára a sua residencia por alguns annos, para a sua excursão a Portugal, noticias dos *Coloquios* que se imprimiam em Goa.

Parece, porisso, quasi certo que tivesse ido a Portugal expressamente para procurar o livro de Garcia, que lhe podia servir nos seus estudos predilectos. É possivel que ahi tivesse tido difficuldades em encontrar um exemplar do mesmo livro, que ainda então era raro, por a sua tiragem ter sido limitada. Mas sempre o encontrou e não foi para elle um achado inesperado, como dizem alguns escriptores.²

Já conhecedor da grande utilidade e importancia da obra, resolveu dar-lhe a maior publicidade. Pre-

¹ D. Francisco Coutinho, Conde de Redondo, 8.º vice-rei e 24.º governador. Governou desde setembro de 1561 até á sua morte em Goa a 19 de fevereiro de 1564.

² « *Olysiþone cum esset, incidit fortè fortuna in Dialogos Garciae ab Orta, disse Everardo Vorst na oração fúnebre de Clusio. Conf. Garcia da Orta e o seu tempo, do Conde de Ficalho.*

parou, por isso, em latim, a lingua commun de todos os eruditos, um resumo ¹ methodico e coordenado dos *Coloquios*, contendo tudo o que se refere á materia medica. Esse resumo, mais nitidamente impresso em um dos mais celebres prelos da Europa, escripto em uma lingua mais conhecida do que a portugueza, e tendo um cunho puramente scientifico, teve muita acceitação e contribuiu para o livro e a memoria de Garcia da Orta não cahirem no olvido a que estavam fatalmente condemnados.

As cuidadosas herborizações de Clusio em Portugal e a obra classica «das mézinhas e frutas da India» impressa em Goa no anno de 1563, e essa mesma obra *in Epitomen contracta* na Europa, em 1567, incitaram, sem duvida, o insigne botanico Christovam da Costa para principiar as suas viagens longinquas, tendo em mira o estudo da historia natural exotica. Decidido a partir, aproveitou o ensejo favoravel que se lhe offerecia de «buscar por diversas regiones y Provincias sabios y curiosos, de quem eu pudesse aprender cada dia algo de nuevo» e «ver la diversidad de Plantas que para la salud humana Dios ha criado» ².

Esse ensejo favoravel foi a partida de D. Luis de Athayde, nomeado vice-rei da India, o qual sahiu de Lisboa em março de 1568, commandando uma esquadra de 5 naus em que embarcaram a sua comitiva e um grande numero de soldados. Christovam da Costa fez parte d'essa comitiva, mas não existe documento algum para provar, se elle estava ligado

¹ *Aromatum et Simplicium Aliquot medicamentorum apud Indos nascentium Historia: Ante bienium quidem Lusitanica lingua per Dialogos conscripta, D. Garcia ab Horto, Proregis Indiae medico, auctore: Nunc verò primum Latina facta et in Epitomen contracta à Carolo Clusio Atrebat. Antwerpiae — In officina Christophori Plantini. CIC.IOLXVII. Cum Privilegio.*

² *Tractado de las drogas. Al lector.*

ao serviço do vice-rei, como medico effectivo. A esquadra chegou a Goa em outubro do mesmo anno.

Convém, de relance, rememorar o curto periodo da historia da India portugueza que abrange o vice-reinado de D. Luis e a estada do nosso naturalista n'estas paragens. Foi por certo uma epoca das mais convulsionadas e de immaculada gloria para o vice-rei e para Portugal. Durante a minoridade de D. Sebastião exerceram a regencia do Estado, primeiro a rainha D. Catharina, e depois o Cardeal-Infante, e n'esse tempo os negocios portuguezes no Oriente sustentavam-se a muito custo. Já quasi que estava para findar a *edade perfeita*. Eram os derradeiros accordes da grande epopéa nacional.

«No mais, Musa, no mais; que a lyra tenho
Destemperada, e a voz enrouquecida,
E não de canto, mas de ver que venho
Cantar a gente surda, e endurecida.
O favor, com que mais se accende o engenho,
Não no dá a Patria, não; que está mettida
No gosto da cubiça, e na rudeza
D'uma austera, apagada, e vil tristeza.»

A ventura dos portuguezes no Oriente tinha chegado ao apogeu e a sua declinação começava. Aquelle movimento expansivo d'uma nação pequena tinha de ter necessariamente um limite. As leis de decadencia politica são fataes. Imperios mais opulentos desaggregaram-se e ruíram, erguendo-se sobre os seus escombros outros. O imperio portuguez-oriental não podia fugir ao pendor irresistivel.

Dir-se-hia que para Portugal a India foi uma sereia, o monstro fabuloso, metade mulher, metade peixe, cujo canto era suave, que attrahia os navegantes aos escolhos do mar de Sicilia, onde naufragavam e morriam.

Os portuguezes não souberam evitar os escolhos da India. Durante mais de uma decada antes da 1.^a governação de D. Luís, o dominio lusitano no Oriente passava por uma vergonhosa desorganisação, que mal se podia occultar deante da serie successiva de despotismos, immoralidades e outras occorrencias deploraveis.

Eram umas epidemias moraes que faziam á causa da nação mais damno do que as epidemias physicas e os desastres militares, reclamando energicas medidas preventivas e curativas.

Os *Disparates da India* e outras satyras pungentes não produziram, nem podiam produzir effeitos salutaes; serviram sómente para causticar os viciosos e render ao imprudente, mas verdadeiramente patriotico censor o degredo para as Molucas e o cargo de provedor dos defunctos e ausentes.

Os potentados orientaes entreviam na decadencia dos portuguezes o momento opportuno para sacudirem o jugo e para se locupletarem. Era, portanto, um lance extremo em que se arriscavam não só a dignidade da nação e a reputação das armas, mas tambem as conquistas. N'essa difficil conjunctura era preciso um vice-rei que mostrasse character e força de vontade. D. Luis de Athayde era um grande homem para as grandes occasiões. A sua nomeação para o governo da India foi, pois, um dos actos bem avisados do reinado de D. Sebastião, logo depois de estar liberto da tutoria.

(*Continúa*).

VICENTE PHILIPPE DE SÁ.

VARIA VARIORUM

Zoroastro e o Zend-Avesta



Referindo-se á obra *The Religion of the Iranian Peoples*, do erudito professor hollandez, Cornelis P. Tiele, já fallecido, traduzida sobre a versão allemã por mr. G. K. Nariman, diz o *Times of India*, de 29 de maio :

«Entre outros assumptos trata-se n'este livro da edade do Avesta e da epoca e personalidade de Zoroastro. E' opinião corrente entre muitos eruditos europeus, que Zoroastro floresceu no 6.º seculo antes de Christo, seculo que produziu tambem Budha, Confucio e Lao Tze. Divergindo, porém, de sabios como West, Geldner Justi e outros, Tiele colloca 2 ou 3 seculos mais antes o grande propheta iraniano. Mostra-se tambem mais ou menos convencido de que Zoroastro existiu e não é um mytho, como imaginaram Kern e Darmesteter, não julgando, comtudo, que os *gathas* ou psalmos, que levam o seu nome, tenham sido obra sua.

Mais interessante é a sua opinião sobre a data e edade do Avesta, livro sagrado dos povos iranianos. E' bem

sabido que o grande erudito francez Darmesteter, quasi ao fim da sua carreira, attribuiu ao Avesta, na sua forma actual, uma epoca menos remota, declarando que devia ter sido compilado no 2.º seculo depois de Christo. Este asserto não foi bem acceito por muitos dos que têm estudado essa religião, tendo sido vigorosamente combatido por altas autoridades, entre as quaes Tiele occupa o primeiro lugar. Em varios artigos decisivos, Tiele sugeriu á severa critica a excentrica theoria de Darmesteter e chegou a concluir que o Avesta dáta de 800 a 1000 annos antes da era christã, o que se repete na sua citada obra em forma concisa.»

Dia fixo para a Pascoa de Ressurreição ¹

Achar o domingo de Pascoa, sem recorrer ao almanach annual ou ao Calendario perpetuo, é, de facto, em chronologia um problema de laboriosa resolução.

Com um compendio de chronologia á vista, sabe-se muito bem que o concilio geral de Nicéa (anno 325 da era christã), em ordem a evitar que a nossa Pascoa coincidisse com a dos judeus, que é sempre no dia da lua cheia de março, determinou que aquella fosse invariavelmente celebrada no primeiro domingo depois da lua cheia que segue o equinocio vernal, 11 de março. Mas viu-se, com o transcurso de longos periodos, que esse equinocio se ia antecipando bastante (por exemplo em 1577 cahira a 11 de março), o que, para haver a indispensavel concordancia do dia marcado com os annos solares, sem se alterar o preceituado pelo concilio, motivou a reforma chamada

¹ Excerpto d'un artigo do Director d'esta revista, publicado no *Heraldo*, n.º 1218 de 11-7-1912

gregoriana, executada em Roma e Portugal no anno de 1582, e aqui em Goa um ou dois annos depois, não está bem apurado.

De todo esse arranjo, que já se tem notado não muito conforme com o calculo astronomico, resulta que a Pascoa não póde celebrar-se *antes de 22 de março*, nem *depois de 25 de abril*. Rarissima vez tem cahido a 22 de março, como no seculo passado só em 1818, e a 25 de abril, como ja vimos em nossos dias, no anno de 1886, unico d'esse seculo em que tal facto se deu, sendo por esse tempo divulgada, antecipadamente, e com picarescos commentarios, em jornaes d'aquém e d'além-mar, uma antiga prophesia apocripa, constante da seguinte quadra:

*Quando Jorge a Deus pregar,
Quando Marcos a Deus resuscitar,
E o Baptista em triumpho o levar,
Ai do mundo ! que então ha de acabar.*

Quer dizer : n'esse anno davam-se tão singulares coincidencias como estas : a festa de S. Jorge na sexta-feira santa — a de S. Marcos no domingo de Resurreição, — e a de S. João Baptista no dia de Corpo de Deus. O mundo ia acabar!

Mas o tetrico vaticinio não se realisou, como, annos depois, se não verificou tambem o do astronomico Falb, que á *consumação dos seculos* tinha assignado o dia 13 de novembro de 1899. Nada houve de notavel n'esse ultimo dia no planeta em que vivemos; n'este pobre cantinho do globo, Pangim acordou apenas com um denso nevoeiro, que durou até ás 7 h., 50' da manhã. O mundo continúa o mesmo, e o immenso problema do seu destino continúa igualmente a envolver-nos na sua vastidão; somos arras-

tados por elle—na conceituosa phrase de Flammarion — como o infusorio microscopico perdido no seio dos mares, que tentasse comprehender o fluxo e o refluxo das aguas! Em 1943, d'aqui a 31 annos, a Pascoa será tambem a 25 de abril, se ainda então vigorarem as instrucções do concilio niceno. Effectuar-se-á o que na quadra atraz transcripta se prediz? . . .

Tendo-se em vista essas instrucções e conhecendo-se a epacta e a letra dominical de qualquer anno, não é difficil achar a Pascoa; demanda apenas algum tempo e trabalho; mas, ainda assim a regra estabelecida tem, de longe em longe, soffrido excepções, sancionadas pela propria Egreja.

E bem simples o motivo de taes excepções. As luas novas do calendario, pela pouca exactidão com que se calculam, distam ás vezes das luas novas astronomicas. D'ahi resulta que, um domingo que, observando-se os principios estatuidos, devêra ser de Pascoa, deixe de o ser. Dois exemplos: Em 1724 a lua cheia astronomica foi no sabbado, 8 de abril; o domingo subsequente, 9, devia ser, portanto, o de Pascoa; mas o calendario marcava para este domingo a lua cheia, e por isso foi a festa adiada para o domingo immediato, 16. Em 1825 o caso foi ainda mais curioso: a Pascoa foi celebrada no proprio dia da lua cheia, o que teve logar no domingo, 3 de abril, ás 6 e meia horas da manhã. A Egreja decidiu que não alterava a ordem do concilio, porquanto a festa se fazia *algumas horas depois* da lua cheia!

Por tudo isso era muito para desejar, e por vezes se manifestou tal desejo, que para essa importantissima festa christã, que é o ponto de partida para todas as festas moveis do anno, se fixasse um dia certo, invariavel, liberto das imposições do calendario e de calculos chronologicos.

Seria evidentemente vantajoso e commodo para todos, sendo tambem conforme com as indicações da sciencia.

Lêmos agora n'um jornal catholico ¹ a boa nova de que é exequível, sem graves difficuldades liturgicas, essa fixação, e parece que a Igreja, progressivamente reformadora e cada vez menos rigorosa em muitos dos seus preceitos, vae attender a tão ponderoso assumpto.

Fr. Vido, Geral da Ordem Camilliana, tem estudado muito a questão vertente, e, entrevistado, respondeu que, para estabelecer a fixação do domingo de Pascoa, a difficuldade consiste em escolher um dia appropriado. Para uma reforma, como esta, Pio X não é menos competente do que o foi Gregorio XIII para a que lhe memoria o seu nome. Immensas devem ser as vantagens de tal fixação, que será universalmente adoptada.

Observando o actual praso, durante o qual se pode celebrar a Paschoa—22 de março a 25 de abril—Fr. Vido propõe o dia 15 de abril, que será sempre um domingo conforme o systema que preconisa. As actuaes festas moveis serão fixas, guardando-se a sua ordem natural. Tambem o Natal será n'um domingo.

O anno compôr-se-á de 364 dias, distribuidos em 4 trimestres, dos quaes os dois primeiros mezes terão 30 dias e 31 o terceiro.

O actual 365.º dia ficará fóra do calendario, e Fr. Vido, em vez de o intercalar entre 31 de dezembro e o 1.º de janeiro, como suggerem alguns, pretende collocar-o, como um dia extra, entre 15 e 16 de abril, fazendo-o, porém, um segundo domingo—*dominica bis*.—D'est'arte o domingo de Pascoa, por excellencia o dia do Senhor,

¹ *Catholic Press*, transcripto no *Examiner* de Bombaim, n.º de 6 de julho.

terá superioridade sobre todos os outros domingos do anno, tornando-se uma dupla festa—*dies Domini magnus*.

Quanto ao 366.º dia dos annos bissextos, que tambem não deve figurar no calendario, diz Fr. Vido que lhe é indifferente a sua collocação; o autor do artigo que estamos seguindo, julga preferivel intercalal-o entre 31 de dezembro e o 1.º de janeiro.

Eis os traços geraes da reforma em projecto, que tem suscitado tal attenção. especialmente na Inglaterra, Alemanha e Suissa, que Fr. Vido pensa não dever adiar-se a sua execução. Claro é que mudança alguma pode tornar-se effectiva sem a sancção da Egreja. A Sagrada Congregação dos Ritos estuda todas as propostas concretas, que se lhe submettem relativamente ao ritual catholico. E', comtudo, provavel que a iniciativa da reforma parta directamente da Santa Sé.

Esperemos. Se tivermos, como parece, a reforma durante o actual pontificado, Fr. Vido terá sido para Pio X o que o afamado Luis Lilio foi para Gregorio XIII.

Conversão d'um prussiano em Goa

O nosso erudito collaborador, sr. conego F. X. Vás, envia-nos o seguinte curioso documento, que encontrou no L.º dos baptismos da Sé de Goa, de 1790, a fl. 16 :

«Fr. Joze da Conceição L.^{or} 1º Jubilado em Sag.^a Theologia Examinador Sinodal do Arcebispo.º de Goa e Regio dos Professores da Azia Portuguesa. — Certifico q' provendo o Livro das detriminaçoens Prelaticias do Colegio

1 Leitor.

de S. Boaventura as fl. 60 achar o assento em todo Bautismo, e abjuração de Jorge Brand, Alemão, nacional da cid.º de Berlim capital do Reino da Provincia ¹, que tal he como se segue — Anno do Nascim.º de N. Snor JEsus de mil setecentos noventa. Aos trinta do Mez de Julho do d.º anno com Licença vocal do Ex.^{mo} e R.^{mo} Sr. D. Fr. Manoel de S. Catharina, Arcebispo Metropolitano de Goa, Primaz do Oriente, eu Fr. Joze da Conceição Religiozo Observante da Provincia de S. Thomé da India Oriental Bautisey Sub condicione e puz os S.^{tos} Oleos a Jorge Brand, n.^{al} de Berlim capital do Regno da Prussia ², e receby a sua publica abjuração, q' fez da Seita Luterana em q' vivia. Sendo Padrinho do Bautismo o M.^{to} RR. Pregador Fr. Joze de S.^{ta} Roza de Viterbo G.^m ³ deste convento de S. Boaventura, e sendo testemunhas os PP. difinidores Fr. Franc.º de S.^{ta} Thereza, Fr. Philipe da Conceição e os P.^{os} Pregadores Fr. João de Christo, e Fr. Antonio de S.^{ta} Maria, em fé do q' se fez este termo em q' todos comigo assinarao, cuja copia vay remetida a Sé Primacial, Fr. Joze da Conceição, Fr. Joze de S.^{ta} Roza de Viterbo G.^m, Fr. Francisco de S.^{ta} Thereza, Fr. Philipe da Conceição, Fr. João de Christo, Fr. Antonio de S.^{ta} Maria, e não se contem mais, no d.º assento a que me reporto. Convento de S. Boaventura de Goa 6 de 8br.º de mil setecentos noventa. Fr. Joze da Conceição em fé de q' se fez este, hera ut supra. — Pe. cura Francisco Caetano de Mello.»

Uma inscripção antiga

Sob esta epigraphie lê-se no *Times of India*, de 2 de julho :

«Calcutta, 1 de julho. Um mahometano, residente na

¹ Sic — lê-se Prussia.

² Sic.

³ Guardião

aldêa de Belano, districto de Dacca, estando a cavar n'um terreno, descobriu uma lamina de cobre com inscripção. O professor R. Basak, do Collegio de Rajshahi, a quem foi apresentada, decifrou 26 linhas das 51 de que consta a inscripção. E' escripta em sanskrito, mas em caracteres bengalís do seculo xi. A lamina tem 10×9 pollegadas, e no alto o sello da face de Vishnú. E' o registo de concessão d'uma terra feita a um brahmane por Maharajadhiraj Bhojaverman, filho do Maharaja Shymala, de Bikarampora. A data traz o nome d'uma era adoptada pelo proprio rei Bhojaverman.»

Sobre um verso de Gil Vicente

Tem continuado a controversia sobre este assumpto, e em continuação dos documentos publicados a pag. 135 a 148 do presente volume, damos hoje os seguintes:

I

Carta á ex.^{ma} sr.^a D. Carolina Michaelis de Vasconcellos

Minha senhora

Quando me propunha completar em nova carta as desvaliosas considerações que formulei na minha primeira, de 12 de maio, li no extracto que os jornaes deram da sessão do dia 23, da Academia das Sciencias de Lisboa, que o douto romanista sr. Gonçalves Vianna «desejava fazer á Academia uma comunicação a respeito da discutida passagem de Gil Vicente «o carro á ré»; — mas não estando presente o sr. Lopes de Mendonça, guardava-a para quando o illustre academico a podesse ouvir.»

Prevendo que, da desejada comunicação do sr. Gonçalves Vianna, uma nova interpretação podesse ser dada

ao debatido verso, cumpria-me aguardar a opinião do illustre foneticista e assistir attentamente á lição de controversia filologica que o caso viria suscitar tendo por importunas as minhas considerações anteriores.

No conciso relato que os jornaes de hoje trazem da sessão do dia 13 na Academia, vejo porém que o sr. Gonçalves Vianna, na sua comunicação, aceita e justifica a forma *caro* equivalendo a *carro*, no sentido da interpretação que a este deu o sr. Lopes de Mendonça, «como representando a forma veneziana do vocabulo toscano *carro*».

A comunicação é importante, como se vê, porque certamente o douto romanista faria sérias considerações historicas e filologicas, para demonstrar quo o velho veneziano *caro* é anterior aos velhos castelhano e portuguez *caro*.

Só assim, julgo, poderia ser finalmente determinada a etimologia do nosso vocábulo que, como v. ex.^a suppõe, se não poderia talvez formar dentro da nossa lingua, com redução improvavel e julgo que unica da vibrante *rr*.

Sendo natural este caso fonético no veneziano, e dado que a forma neste dialecto seja anterior ás formas portugueza e castelhana, como o sr. Gonçalves Vianna demonstraria, razão têm os meus velhos maritimos de Tejo preferindo uma forma que, apesar da sua *fragilidade*, vem intacta dos tempos gloriosos das primeiras conquistas.

Lamento não conhecer na integra a interessante comunicação do illustre academico, o que me priva de aproveitar os valiosos ensinamentos do seu estudo.

Embora *carro* e *caro* se equivalessem em technologia nautica no tempo de Gil Vicente, como hoje se equivalem, certo é que o Poeta empregou *caro* ou por ser a mais usual ou, o que não é improvavel, por não conhecer outra.

Eis porque, ao ler a modelar carta que o sr. Lopes Vieira dirigiu a v. ex.^a no *Diario de Noticias* de 11 de maio, extranhei que a forma do vocabulo preferida por este illustre Poeta, em harmonia, diz, com o parecer de v. ex.^a, fosse exactamente a mais impopular, a que Gil Vicente não usou e a que v. ex.^a, em face da lição da edição-principe, como das seguintes, julga dispensavel:

«ora venha o *carro* á ré.»

Em vista destas razões, o sr. Lopes Vieira, um alto espirito ponderado e justo, julgará natural o meu reparo e dir-nos-á, se assim o entender, as razões da sua preferencia.

Dispenso-me, minha senhora, de esclarecer as pequenas duvidas de v. ex.^a quanto aos termos technicos, de que me servi na minha primeira carta, porque certamente o sr. Lopes de Mendonça, como se depreheende da carta que precede a de v. ex.^a, se encarregou já de o fazer com a sua alta competencia e illustração, que em absoluto me falham.

Devo contudo dizer a v. ex.^a, por me parecer que n'este ponto a minha opinião está em desacordo com a do illustre academico, que o acto de «vir o *carro* á ré» não pode identificar-se, como v. ex.^a diz, com o que se dá com o «trolley» dos electricos que, virando-se para qualquer dos lados, fazem, em estilo nautico, «da prôa pôpa e da pôpa prôa» quando caminham em sentido inverso.

O caso é differente. Nas manobras nauticas de hoje a voz de «alar o *carro* a ré» pode ser interpretada de tres modos, que as circumstancias de occasião perfeitamente definem: 1.º. Como disse na minha carta de 12 de febreiro, por se me afigurar a mais compativel com a situação scenica, o *carro* «vem a ré», i-é, puxa-se para o lado de ré, por fóra da borda, mas sem que o *penol* ou parte

superior da verga passe para vante do mastro, para que a embarcação que vem com vento de lado, ao chegar ao caes, e aproando ao vento, apresente a este perpendicularmente o plano da vela, que fica para vante do mastro. Desta manobra combinada do leme e vela, que exige muita pericia, em que são mestres os *cacilheiros*, resulta que o barco perde todo o seu seguimento e acosta serenamente ao caes. 2.º Para «navegar a caro largo» quando o vento é a popa, o arraes folga a escota e o *camarada* folgando tambem a amura—que é o cabo que segura n'um olhal á proa um dos angulos da vela, para que o caro suba,—*caça* ou puxa a orça de barlavento, i-é, o cabo que segura o caro do lado contrario á posição da escôta, fazendo-o vir, por fóra da borda até perto da enxarcia do mastro. A verga atravessa-se pois n'este e a vela apresenta toda a superficie á linha do vento que é neste caso a da quilha. 3.º O *caro* pode «vir a ré» ou mais propriamente «mete-se dentro,» i-é, encosta-se á parte interna do bico da prôa como ponto de apoio, quando a embarcação chega á praia e depois de enrólada a vela, para a verga não soffrer com o balanço das aguas e para o panno se não deteriorar na amura.

Julgo que a este ultimo caso se referiu o sr. Lopes de Mendonça, como interpretação mais provavel da situação scenica e da rubrica do *Auto* que diz «põe o Autor per figura que no dito momento ellas (as almas) chegam a hum profunde braço de mar, onde *estão* dous bateis . . .»

Embora, porém, este caso pareça o mais provavel, porque não exigiria tambem artificios e maquinações engenhosas da fingida navegação, ainda que em alguns casos, como refere Rui de Pina na Chronica de D. João II, esses artificios scenicos chegassem a uma grandiosa concepção (V. a nau do *Triunfo do inferno*) devemos ter em vista que elle representa uma disposição de demora, «para ficar», como diz o sr. Lopes de Mendonça. Os versos se-

guintes, porém, afirmam o contrario. A barca prepara-se para partir, só espera «preencher a lotação», d'ahi a impaciencia do arráes.

«A' barca, á barca houlá»

Tambem, minha senhora, contrariamente á opinião de v. ex.^a, eu direi que o arráes não «salta em terra». Que está no seu posto, á ré, di-lo o verbo «*venya* o caro a ré» e dizem-no varios versos ssguintes, do começo ao fim do Auto :

«entrae que cá se dirá

«*Fid.* Parece-me isso cortiço
Diabo. Porque vêdes lá de fóra»

e no final:

Diabo. Entra cá e remarás.

Emf. Não é essa a nao qu'eu governo.»

Em nenhum dos casos apontados o Diabo poderia dar ordens de manobra a passear na praia.

O sr. Lopes Vieira com o seu são criterio de fino artista, bem andou porém em accommodar n'este ponto o auto ás exigencias da scena moderna, dando á figura extraordinaria do Diabo, que Augusto Rosa encarnou magistralmente, o realce do primeiro plano.

Em boa verdade, minha senhora, attentas as razões expostas, confesso a minha ignorancia quanto a admitir outra situação scenica inicial que não seja a que primeiro apontei com o arraes no seu posto até final das ordens de manobra (v. 22), visto que a segunda representa uma manobra de navegação, «ao largo», e a terceira tem os inconvenientes de representar um dispositivo de demora com que v. ex.^a não concorda e a minha nullidade não julga admissivel.

De resto, não vejo que a scena, tal como a suppoz, exigisse altos recursos de carpintaria theatral, dando-se apenas, com a embarcação immovel, uma rápida illusão de chegada n'uma movimentação facillima de velas e cabos.

O sr. Lopes de Mendonça, com a sua alta competencia technica e a sua vasta illustração, prometteu desenvolver os pontos essenciaes da sua carta. Terci então o prazer de; sobre este ponto, como sobre os demais, esclarecer a minha ignorancia.

Perdõe-me v. ex.^a, minha senhora, a insignificancia destas banaes considerações, que terão um merito: o de representarem a elevada consideração e apreço qee lhe tributa o — De v. ex.^a, admirador e creado — C/V. ex.^a, Azinheira — Barreiro, 14 junho 912 — *Oscar de Pratt*. (*Diario de Noticias*, n.º 16.746 de 25 de junho).

II

Na sessão que, em 27 de junho, celebrou a 2.^a classe da Academia das Sciencias de Lisboa, o sr. H. Lopes de Mendonça, a proposito do termo nautico «carro» ou «caro», fez uma communicação citando passagens em que se encontram não só aquellas formas, mas tambem a forma «cairo». Não deseja entrar em explanações filologicas para que se considera incompetente, mas, apesar da autoridade scientifica do sr. Gonçalves Vianna e da que merece como perito o sr. Pratt, que no *Diario de Noticias* se referiu ao assumpto, é ainda sua convicção que a forma legitima é «carro», attribuindo as variantes a negligencias ortograficas ou aberrações prosodicas. Para fundamentar esta opinião, apresenta varios argumentos resultantes do habito vulgar no seculo xvi de não duplicar as consoantes r e s, da existencia quasi constante da forma «carro» em todos os vocabularios e tratados nauticos portuguezes e do predominio desta forma na actua-

lidade entre os nossos mareantes. Em todo o caso, oferece aos competentes estes subsidios, para se poder chegar a uma conclusão definitiva, sem apego pertinaz á opinião que defende.

O sr. Gonçalves Vianna, sobre a interessantissima comunicação do sr. Lopes de Mendonça, ácerca do vocabulo tão debatido «caro» ou «carro» do afamado verso vi-centino, disse ocorrer-lhe ponderar que se apresentam tres formas, todas citadas na comunicação «caro» «carro» e «cairo», e todas ellas existentes ainda, como temos visto pela discussão que esse verso suscitou. A menção feita por Jal da forma grega «karoson», de que o latim medieval «carium» não é mais que uma transcrição acomodada, sugere-lhe uma pequena observação. A pronunciação do vocabulo grego, na idade média, devia de ser a que o grego moderno lhe atribue, isto é «carion». Ora, a reversão do ipostinico á silaba predominante, que vemos em «cavaleiro», comparada ao latim barbaro «caballarium», dava-se no grego antigo, e deu-se no médio; assim de «cáron» deduziu-se a forma «cairon», que uma das tres formas citadas, «cairo», é a portuguezamento: e só resta, não apenas averiguar se tal forma subsistiu ou subsiste em outras linguas ou dialectos romanicos, mas tambem qual dellas seja ou fosse a primordial em portuguez, e só um attento exame de toda a nossa antiga literatura adeantada o poderá decidir auctorisadamente. (*Diario de Noticias*, n.º 16.749 de 28 de junho).

III

Sr. redactor. — Volto a importunar v. ex.^a mas desta vez faço-o sem constrangimento, porque me cabe a honra de lhe apresentar, por amavel deferencia do seu autor, a summula da comunicação que, á Academia das Sciencias

de Lisboa, fez o erudito romanista sr. Gonçalves Vianna, sobre o v. 3.º do *Auto da Barca do Inferno*.

Como se verá pela leitura da carta que vae seguir-se, o sr. Gonçalves Vianna, contrariamente ao que me aventurei a conjecturar, não versou a questão da prioridade de qualquer dos vocabulos em portuguez. Não julgou possuir elementos seguros para uma afirmação positiva, mas afirma desde já, em face de outros casos da influencia do veneziano, que este dialecto contribuiu para a nossa nomenclatura nautica.

Como o illustre foneticista nos deixa entrever a possibilidade de se dedicar á averiguação segura do caso, fica ainda de pé, a meu ver, a questão da etimologia do *caro* portuguez, pois que, embora o veneziano, pela extrema doçura da sua pronuncia, reduzisse a *caro* o toscano *carro*, é certo que no velho portuguez, sêgundo todas as probabilidades, estas duas fórmulas se equivaliam, como hoje se equivalem, denotando duas origens, visto que a redução é improvavel dentro da lingua.

Presumo que, antes da influencia veneziana na nossa nomenclatura nautica, antes da febre aventureira das conquistas, quando a alma deste pequenô povo de grande genio, expandindo-se avassaladoramente para o sul, pisou as praias do Algarve e alongou a vista para as cidades mouriscas da Africa, as frotas primitivas de pequenas fustas de velas triangulares saberiam já dar um nome á extremidade inferior das suas vergas altaneiras.

Arrisco-me nesta genealogia tão remota, mas o velho casto *caro* (moderno *car*) mostra uma afinidade que pode vir do tempo em que as duas linguas se tocavam e os genios se repeliam.

Não me compete, porém, formular agora conjecturas desvaliosas (como sempre), mas apenas agradecer ao sr.

Gonçalves Viana, com profundo reconhecimento, a valiosa lição da sua carta.

Digne-se v., sr. redactor, aceitar os protestos da minha gratidão pelo penhorante acolhimento que me tem dispensado e creia-me com muita consideração, de v. etc.—Azinheira, Barreiro, 26 de junho de 1912.—*Oscar de Pratt*. (*Diario de Noticias*, n.º 16.756 de 5 de julho).

IV

Lisboa, 25 de junho de 1912.—Largo de D. Estefania, 11, 3.º — . . . *Sr. Oscar de Pratt*.—Li com o maior interesse a carta de v. publicada no *Diario de Noticias* de hoje, e vi que v. se refere nella a uma comunicação minha á Academia das Sciencias de Lisboa, relativa ao celebre verso, *ora venha o car(r)o á ré*, o 3.º do formoso auto de Gil Vicente, *Barca do Inferno*.

Reconstituirei de memoria a sumula da minha comunicação, a qual só lá para depois aparecerá na acta correspondente, quando esta fór publicada no Boletim da 2.ª classe.

— «Lendo o ultimo fasciculo da «*Revue de Dialectologie Romane*» despertou-me a curiosidade um artigo do sr. Paulo Barbier, intitulado «*Quelques mots français avec br ou bu initial*» A paginas 69 depara-se-nos o seguinte: —«*Il faut comparer á brugot l'italien brugotti noté par Duez (1660): «certains cordages liés au carro et á la penne de l'antenne.»*

Consultando o excelente dicionario de José de Boério (*Dizionario del Dialetti Veneziano*, 2.ª edição, Veneza, 1836) encontrei esta inscrição, que me parece digna de reparo: —*Caro*, detto in terminologia di marina: *Carro*,

La parte grossa dell'antenna, che risguarda la prora.—**Fare el caro de la vela**, *Fare il carro colla vela*, si dice. Quando si fa passare l'antenna colla vela attaccata da una parte all'altra dell'albero—*Far di carro penha* dicono i nostri Marinai quando fioriscono la vela, civé abbassano la penna dell'antenna e in consegua il carro s'alza. V. **Dar de braccio in Brazzo**. Procurando este, lê-se; **Dar o butar de braccio**. Espressione marin (aresca). Si dice quando si fa passar l'antenna colla vela apiogata da una parte all'altra dell' albero—**Dar de braccio senza la vela**.—*Far il carro a secco*, dicesi Quando da una parte all' altra del albero si fa passare l'antenna senza che sia apiogata la vela.

O veneziano é um dos poucos dialectos italianos em que se não differençam as consoantes dobradas das singelas, nem na pronuncia, nem na escripta; assim, *belo* corponde nele ao toscano *bello*, *tera a terra*, consequintemente *caro* a *carro*. Ora este dialecto contribuiu para a nossa nomenclatura nautica do que são outros exemplos *coxia* (*corsia*) *gávea* (*gabia*,,) etc.

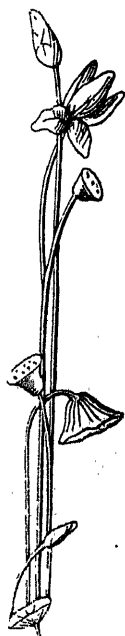
Parece, portanto, que não ha que emendar no verso vicentino *caro* para *carro*, o que já era de presumir, pois na Peninsula Hispanica nunca se confundiu *r* com *rr* a começar no vasconço, que os differença igualmente. Os casos que apontam de alternativa entre *r* e *rr* como *arranhar*, castelhano *arānar*, *carranca* como provindo de *cara* são muito suspeitos: no castelhano *aranar* influiu sem duvida a palavra *a rana*, e eu creio ter provado nas **Apostilas** que *carranca* não procede de *cara*, mas é talvez um vocabulo da India, *karanka*, que lá designa o coco em que se guarda o bêtele para mascar. Em outra ocasião procurarei explicar algumas outras, poucas, palavras em que *r* parece alternar com *rr*.» —

Vê v. que não entrei na questão da prioridade de *caro* ou de *carro* em portuguez. Para isso faltou-me ensejo, e

alem disto faleceram-me elementos de confiança para a averiguação, que é indispensavel, como v. diz na sua carta para nos abalançarmos a emendar para o *carro* o *caro* do discutido verso. Verei se o posso fazer ao depois, e se conseguir, comunica-lo-hei.

Como v. decerto julgará, esta carta pode ser publicada se lhe parecer que o merece po proprio *Diario de Noticias*

Sou com maior consideração e estima— De v., at.º, ven. e servidor—*A. R. Gonçalves Vianna* (cit. n.º do *Diario de Noticias*).



INDEX ALFABETICO. CHRONOLOGICO E REMISSIVO

(Continuação de pag. 50)

In

	Dia	Mez	Anno	N.º	Folhas
Inglezes, a nossa Feytoria de Mangalor, e se em possarão dos Effeitos da Fazenda Real que nella havia.....	26	março	1784	164	881
Inglezes respostas da côrte sobre os pretextos feitos pelo governo de Goa a respeito das conquistas que elles fizeram em terras que forãr nossas e que se examine, e de parte de quaes ellas são, com hum Mapa que se remeteo a Lisboa.....	6 15	março fevereiro	1782 1783	163 163	243 244
Inglezes Paz que fizeram com o Marata.....	6 30	maio abril	1784 1784	164 164	1135 1179
Inglezes Paz com o Tipú Sultão....	6	maio	1784	164	1135
Inglezes cautelas, e prevenções a seu respeito, tanto em relação ao Bonsulô, Tipú, Sunda, etc., como á respeito do arros, e Tabaco...	18	março	1784	165	1248
Inglezes pertendem chamar a si o rey Sunda, com fins sinistros já conhecidos pela corte.....	18	março	1785	165	1375
Inglezes consentem Vigarios nomeados pelo Arcebispo Primaz, em Bombaim.....	Vide Bombaim.				
Inglezes combinados com o marata seus progressos contra o Tipú...	30	novembro	1790	172	13
Inglezes continuação da guerra contra o Tipú.....	18 19 20	abril abril abril	1791 1791 1792	172 172 173	334 494 222
Inglezes paz com o Tipú.....					
Inglezes passos que dá o governo da India para se congrassar com os governos de Bengala, e de Bombaim.....	13	dezembro	1794	176	16
Inglezes com elles se tomem as medidas necessarias contra os Francezes.....	1	setembro	1793	176	552
Inglezes Almirante Eophilston veio a Goa, e conferio com o governo sobre as conservação e defeza do Estado.....	28	março	1798	177	309
Inglezes seus successos contra o Tipú.....	30	abril	1799	178	106 e segs.
Inglezes comprometidos com o Estado.....	Vide Director de Surrate comprometimento.				

In

	Dia	Mez	Anno	N.º	Folhas
Inglezes combinemo-nos com elles contra os Francezes.....	1	março	1799	179	13
Inglezes sobre os motivos porque entrarão de socorros em Goa....	23	dezembro	1799	179	375
Inglezes solicite-se de seus Almirantes conterem as Fragatas Francezas, sahidas das Mauricias, e Bourbon.....	18	maio	1799	179	85
Inglezes entrada das suas tropas em Goa e porque motivos	12	setembro	1799	179	379
Inglezes que tropas tem em Goa ..	24	janeiro	1800	179	416
Inglezes suas tropas	Vide tropas inglezas.				
Inglezes suas tropas sahem de Goa contra Bradora, ficando comtudo alguma porção d'ellas: elogio. do seu comportamento.....	14	fevereiro	1801	180	40
Inglezes conserve-se boa harmomonia com esta nação, e boa correspondencia com as suas tropas...	7	março	1800	180	586
Inglezes querendo o governo da India fazer sahir as Tropas, que se achavam em Goa, avista da ordem, que se diz neste officio receber da corte, mas que não apparece nos livros competentes, não só o não conseguio, mas antes foram ellas reforçadas com huns poucos de mil homens, que este governo recebeo, e nomeou para comandante de todas, entrando as portuguezas, a Charke a quem deo patente de Major General, e forão tambem para Dio, e Damão, mas chegando a noticia da paz sahio parte desta tropa, ficando alguma para guarnição do hospital, e petrechos, e ficou tambem o enviado Inglez	12 1 11	março maio fevereiro	1802 1802 1803	181 181 182	54 57 11
Inglezes e suas forças nos estabelecimentos de Bengala e Madras-ta.....	12	fevereiro	1803	182	12
Inglezes combinados com os Maratás a favor do actual dominante de Punem, para desmanchar huma revolução contra elle.....	17	fevereiro	1803	182	13
Inglezes que forças tem em Goa...	16	março	1804	183	8
Inglezes que forças tem na India..	14	março	1804	183	26 té 28

In

	Dia	Mez	Anno	N.º	Folhas
Inglezes seus progressos n'Azia ...	14	março	1804	183	29
Inglezes, seus correios de terra o mar	5	março	1804	183	196
	6	março	1804	183	197
Inglezes, pede o governador da India a patente de Marechal de Campo para comandante das tropas, e de ser indispensavel a existencia da Soccorro Britanico em Goa pelas alteraçoes da presente conjuntura	4	abril	1804	183	411
Inglezes aprova a corte as medidas tomadas em Goa sobre as suas tropas	29	março	1803	183	442
Inglezes regulações para prevenir negociar a sua companhia da India com estrangeiros	8	março	1787	168	1183
Inglezes a sua tropa em Goa	30	abril	1807	186	91
Inglezes a sua tropa na India	25	abril	1807	186	94
Inglezes, noticias mais veridicas sobre a sua tropa em Goa; sitios que occupão, como forão para Agoada, como commandão as novas companhias de granadeiros: como está o povo com elles, o seu Enviado, direito que não pagão & &	8	fevereiro	1808	187	22
Inglezes sobresaírem as suas tropas de Goa, tem a corte feito requisições á Londres	17	março	1809	189	333
Inglezes aprova a corte o procedimento de opposição, que teve com elles o V. Rei com força armada, quando pelas circumstancias da Europa derão passos não equivoccos para nos surprenderem em Goa em 1808	12	maio	1810	190	68
Inglezes sua estreita alliança com-nosco	17	março	1808	189	7
Inglezes tratado de comercio com a nossa corte	19	fevereiro	1810	191	1651 2.º P
Dito de alliança					
Dito Se os paquetes					
Inglezes não admitem agentes estrangeiros, nas possessões da sua companhia					Vide Agentes.
Inglezes a sua tropa pague direitos nas alfandegas					Vide alfandegas nellas.

In

	Dia	Mez	Anno	N.º	Folhas
Inglezes sobre pagarem direitos dos effeitos que lhe pertencerem, e resposta a este officio	2 maio		1811	191	917 2.ª p.
	21 dezembro		1811	191	918 d.ª
Inglezes e outros estrangeiros resolução serem entregues livres do direitos mercadorias para seu uso	19 outubro		1810	191	1661 2.ª p.
Inglezes.....					Vide Agentes.
Inglezes					Vide Bombaim
Inglezes					Vide Por.
Inglezes guerra com Tipú.....					Vide Tipú.
Inglezes prejuizos causados pelas suas tropas nas nossas Praças &.	26 abril		1811	192	117 1.ª p.
E que satisfação todos estes prejuizos	23 maio		1812	192	120
					Vide 122
Inglazes tomam a ilha de França..					Vide Ilha de França.
Inglezes expedição contra a Java..					Vide Java.
Inglezes suas tropas sahem de Goa	24 janeiro		1813	192	639
	9 abril		1813	192	653
Inhabane, os Hollandezes se pre-tenderão estabelecer, e o como se obviou fabricando-se huma fortaleza.....	2 janeiro		1730	98	58
Inquisição de Goa seja soccorrida pelo governo e quando se assente que esta deve representar, o faça pelo ministro, a quem está commettida a repartição de Inquisição.....	31 março		1791	173	415
Inquisição e rellação, pede-se informe sobre a sua extincção, e se informa ser util a extincção d'aquella, e não a desta.....	21 abril		1800	180	120
	2 maio		1801	180	124
Inquisição e rellação, pede-se informação, se he, ou não conveniente abolirem-se estes tribunaes.....	19 novembro		1800	181	115
	12 abril		1802	181	117
Inquisição.....					Vide Fisco.
Inquisição de Goa remetem-se as provisões para a sua extincção : instrucções e providencias a este respeito.....	10 fevereiro		1774	152	149
Inquisição de Goa, nomeação do seu primeiro presidente, e fazendo dependente do seu voto a execução de tudo quanto se deliberar n'aquella mesa.....	2 junho		1809	189	158
	29 maio		1809	189	159
Inquisição.....					Vide gentio povo.
Inquisição não se intrometa com os casamentos dos gentios.....					Vide casamentos dos gentios.

In

	Dia	Mez	Anno	N.º	Folhas
Inquisição de Goa abolida, e tolerância das scitas.....	16 junho		1812	192	290
	27 setembro		1813	193	429 1.ª P.
Inquisição.....	Vide Goa a sua deficiencia.				
Inquisidores não se metão em causas da juridição real.....	16 março		1598	2	484
Inquisidores obedeção aos chamados do V. Rey.....	3 abril		1632	16	171
Inquisidor mais antigo seja chamado ao conselho pelo V. Rey.....	6 fevereiro		1670	36	155
Inquisidor quando vai ao conselho do Estado, que lugar tem.....	10 janeiro		1677	41	53
Inquisidores podem ser chamados á Relação, mas só os aprovados para o Real serviço.....	24 março		1686	51	135
Inquisidores sejam chamados á Relação de Goa para sentenciareem causas crimes de pena capital, para se decidirem pela pluralidade de votos.....	Vide Relação.				
Inquisidor da 1.ª cadeira chamado João Nogueira he provido em hum lugar honorario de dezembargador desta Relação com meio ordenado, e prerogativa d'entrar no conselho do Estado nas occasioens que o houver.....	29 março		1783	165	156
Instrucção a que trouxe o Marquez de Louriçal.....	2 maio		1740	111	955
Instrucção a que trouxe o Marquez de Castel novo.....	25 março		1744	117	173
Instrucçoens Militares.....	Vide Livros de registo.				
Instrucçoens dadas a D. Frederico Guilherme de Souza, sobre o Estado da India antigo, e presente, sobre a religião, reedificação de Goa, e mais obrigações do seu Governo.....	7 abril		1778	159	1307
Instrucção dada ao conde de Louzam.....	9 abril		1765	138	516
Instrucçoens dadas a D. José Pedro da Camara.....	10 fevereiro		1774	155	1
Instrucçoens dadas a D. José Pedro da Camara em 1774 se pede a sua copia para a corte, e conceito que dellas faz o actual Governador da India.....	11 abril		1804	184	81
	6 maio		1805	184	83

In

	Dia	Mez	Anno	N.º	Folhas
Intendente e inspector das fabricas, sua nomeação	21	abril	1784	165	1557
Intendente d'agricultura.....	Vide agricultura nomeação.				
Intendente da marinha, e armazens do arsenal real sua creação.....	28	abril	1778	158	376
Intendente da Marinha não tem voto na Junta da Fazenda, mas deve ser ouvido por escripto, sobre os objectos pertencentes á Marinha.....	1	março	1776	157	705
Intendente da marinha, e instrucções que lhe dá a Junta da Fazenda da Marinha.....	24	abril	1799	179	440
Intendente da Marinha não hé da Intenção de S. A. Real innovar cousa alguma a respeito do que representa Diogo da Costa, provido n'este logar, nem que lhe resulte diminuição da consideração do seu posto, na intelligencia de que não pode pertender, se não o que fôr compativel com o exercicio do seu emprego.....	18	abril	1800	180	76
Intendente de Pondá.....	Vide Pondá.				
Interdicto posto pelo ordinario abrange todas as parochias do Ultramar	15	abril	1733	102	344
Inventarios não sejam os gentios obrigados a dalos.....	23	fevereiro	1779	159	40
	30	junho	1818	197	16
					17

Jo

S. João de Deus aos seus frades se abonão quatro xerafins por dia a quatro religiosos, e se procure melhorar a sua acomodação no Hospital Real	20	maio	1812	192	63
Jonos se entreguem aos ausentes com algumas limitações.....	21	novembro	1713	80	55
Jonos dos ausentes se guardem em deposito nas communidades, e se observem as ordens de 1710, e 1713.....	1	fevereiro	1720	86	460

Ju

Jubilações de Dignidades Conegos & Vide Bispo de Funchal.

Ju

	Dia	Mez	Anno	N.º	Folhas
Judeos sobre não virem a India, e sahirem os que lá estão.....	16	março	1585	2	23
Judeos não serão Letrados, nem Ouvidores.....	19	fevereiro	1598	2	486
Juiz d'alfandega de Goa seu ordenando de dois mil xerafins aprovado.	25	abril	1784	165	120
Juiz d'alfandega como deve escrever ao Senado.....	Vide Senado.				
Juiz dos Cavalleiros na India.....	5	março	1594	1	44
Juiz dos cavalleiros sobre não poder annular a devassa tirada por outro ministro, e mais couzas a respeito da sua jurisdição	6	novembro	1725	93	212
Juiz dos cavalleiros fez mal em annullar a devassa tirada por juiz secular contra cavalleiro na residência do governador de Moçambique, e o porque	7	abril	1728	95	104
Juizes da segunda instancia.....	Vide cavalleiros.				
Juiz dos feitos da Coroa restitue, e se lhe suspende o ordenado que o Conselho da Fazenda lhe estabeleceo como juiz privativo de todas as rendas reais	26	março	1766	139	33
Juizes privativos, não se lhes podem tirar as cauzas por portarias dos vice-reys	6	abril	1720	86	579
Juiz das justificações se observe o estilo antigo, sobre se-lo o ouvidor geral do civil.....	20	março	1717	83	11
Juizes	Vide magistrados.				
D. Justiana Dias, aprova-se a licença que teve para comprar huma aldea, e se lhe concede para mais, por ser ella muito grata ao Mogol.	20	outubro	1715	82	90
Junta da Real Fazenda sua criação, cofre de 3 chaves, e mais providencias, sobre execuções, arrecadação, e escripturação.....	10	abril	1769	143	15
Junta da Fazenda Real passa para ella a jurisdição do Conselho da fazenda extincto.....	Vide Conselho da familia extincto.				
Junta da Fazenda Real estabelecida com o numero dos vogaes competentes, cofre de tres chaves, pagamento, e recebimento como se deve fazer, execução dos devedores, administração dos bens do confisco, cuja escripturação será feita pelo methodo remetido pelo Real Erario	18	janeiro	1764	152	60

Ju

	Dia	Mez	Anno	N.º	Folhas
Junta da Fazenda Real incumbida de decidir de pleno, das dividas antigas, e averiguaçoens sobre quem confiou o dinheiro do cofre a respeito dos fallidos.....	15	janeiro	1774	152	66
Junta da Fazenda Real sobre seus deputados, e o lugar de thesoureiro não ser de accesso. Parte que se propoem a côrte.....	5	maio	1800	179	494
Junta da Fazenda Real observe-se a provisão de 28 de março de 1798, e se vigie sobre a conducta das pessoas suas subordinadas, não tendo lugar o que propoem o governador a seu respeito.....	17	março	1801	181	560
Junta da Fazenda Real passa para ella a administração dos bens do confisco dos Jesuitas	Vide Jesuitas.				
Junta da Fazenda Real administre o tabaco do Estanco	Vide tabaco a junta.				
Junta das missoens sua creação...	7	março	1681	46	11
Junta de comercio de Mossambique seus ministros tirem cartas	19	fevereiro	1720	86	187
Junta de comercio de Mossambique, contem-se com os annos de serviço, que nella tiverem os Deputados, e o secretario	8	abril	1726	93	445
Junta de comercio de Mossambique, seja administrada pelo Conselho da Fazenda de Goa	23	março	1744	117	100
Junta das missoens a respeito dos assentos dos seus empregados se observe o estillo.....	9	março	1723	89	136
Junta de ministros para resolverem as contestaçoens que nascerem dos concilios provinciaes, e encontrarem as resoluçoens reaes, ou pontos duvidosos.....	4	março	1681	46	17
Junta de ministros para examinar as ordens, e estillos antigos, e dar parte a Sua Magestade, presidente o governador, deputados o chanceller, o secretario do Estado, e outro desembargador da Relação.....	9	abril	1778	159	70
Junta d'administração dos bens dos Jesuitas	Vide Jesuitas.				

(Continúa)

O ORIENTE PORTUGUEZ

9.º ANNO. 1912

N.º 9 e 10

— Setembro e outubro —



FR. EPHRAIM DE NEVERS

E

A INQUISIÇÃO DE GOA

(1650-1651)

(Continuação da pag. 161)

Artigo 4.º

QUE, estando o réu presente n'um certo lugar onde se achavam varios individuos, tanto herejes, como catholicos, succedeu que um d'estes declarasse que era thesoureiro da bulla da Cruzada e que desejava em breves dias organizar a procissão. O réu principiou a fallar d'isso com grande desdém, dizendo que a referida bulla era uma fraude pura e simples, que tinha por fim unico arranjar dinheiro. Com isso o dito catholico ficou muito chocado e fez máu conceito do réu.

Resposta

Esse bebado deve ter provavelmente contado a varios inglezes o que se expõe n'este artigo, e os fumos do vinho levaram-n'o de certo a imaginar que eu fallei o que sahio da bôca d'algun outro.

Artigo 5.º

Que, estando o réu n'um certo lugar e tempo, em companhia de varias pessoas, tanto herejes como catholicas, entre outros assumptos sobre os quaes se conversou, se veio a fallar do papa e do tribunal do Santo Officio. O réu principiou por dizer: «O que é o papa? o que a Inquisição?» Que no seu paiz não havia, nem se conhecia tal Santo Officio, mas cada um tinha a liberdade de viver conforme a sua consciencia. Ouvindo isto, um certo catholico ficou muito scandalisado e sahio daquella companhia.

Resposta

Foi esse bebado que, bebendo uma vez com alguns inglezes, disse que o pápa era successor de Nosso Senhor Jesus Christo. Ouvindo taes palavras, aquelles inglezes puzeram-se a rir e troçar d'elle. Por minha parte, vendo-o tão ignorante, repreendi-o por pretender fallar da religião. Entreguei-lhe um papel escripto em latim, no qual declarei que os catholicos romanos reconheciam o pápa como vice-gerente de Nosso Senhor Jesus Christo, e successor de S. Pedro. Recommendei-lhe que mostrasse esse papel a homens, instruidos em S. Thomé. Porque não foi enviado esse papel ao Santo Officio? As inferencias são proprias d'um bebado.

Artigo 6.º

Que, estando o réu em certo lugar e tempo, em companhia de varias pessoas, alguém lhe enviou um escripto,

queixando-se e julgando muito mal que á sua propria vista um sacerdote, com cura de almas, permittisse que um clérigo inglez, leigo e hereje, baptizasse publicamente na sua freguezia filhos de mães catholicas. Tendo-o lido, o réu se irritou e disse que o clérigo era tão bom sacerdote como elle proprio, o que repetiu tres ou quatro vezes. Alguem, que estava presente, ficou gravemente escandalizado, ouvindo estabelecidas taes comparações, e, por estas e outras conversas, julgou que o réu não é catholico e desde então formou d'elle mau conceito.

Resposta

O tal bebado trouxe-me uma carta, e eu lhe disse que o homem que a tinha escripto, estava doido, se acreditava que eu podia impedir o clérigo inglez de baptisar o filho d'um inglez principal dentro do seu proprio territorio. O autor da carta era o padre governador de S. Thomé, Jeronimo de Sá, que se ufanava de ter estudado a theologia e, com uma audacia sem exemplo, affirmava que o clérigo inglez era um leigo. Declarei que, por minha parte, não podia arriscar-me a asseveral-o; era bem possível que elle tivesse a qualificação de sacerdote, como já disse. Essa testemunha era um homem tão honesto que muitos o conheciam no paiz como um mentiroso, alcoviteiro, desavergonhado, bebado e assassino. Mas, se os 3 governadores que vi em S. Thomé, ou o reverendo fr. Lucas da Cruz ¹, inquisidor, ou o reverendo fr. Manoel de S. José ²

¹ Dominicano Principion por soldado e entrou na ordem em Cochim, obteve o grau de doutor, foi nomeado chefe do collegio dos dominicanos em Goa, e depois em 1634 visitador em Ceilão e Manar. Diz-se que, sendo vigario geral de Solor e Timor, conseguiu uma combinação dos reis christãos nas terras do archipelago indiano contra os holandezes, recebendo elle proprio uma lançada em Malaca. Serviu ultimamente de vigario geral dos dominicanos na India, de inquisidor e commissario do Santo Officio. Faleceu em setembro de 1663. Veja-se o *Annuaire Dominicaine*, de setembro de 1906, pags. 33 e 34. O pe. Nazareth nas suas *Mitras Lusitanas*, I, 89 e 123, falla tambem de fr. Lucas da Cruz.

² Veja-se adiante o attestado passado por este frade.

disserem que o seu testemunho (do tal bebado) merece credito, concordo que seja admittido. Note-se que provêm d'esse digno homem todas as tres accusações acima expostas.

Artigo 7.º

Que, estando uma vez o réu em companhia de varios individuos, catholicos e herejes, versou a conversação, entre outras cousas, sobre a collecta na missa, quando se pede a Deus pelo pápa. Disse o réu que, nessa collecta, não orava a Deus primeiro pelo pápa, mas, antes de mais, pelo agente dos inglezes, em cujo territorio habitava, e depois pelo rei de França. Ao que um dos catholicos lhe replicou que tivesse cuidado no que fallava,—que antes de tudo deviamos pedir a Deus pelo pápa, porque era o soberano pontifice e cabeça da Egreja. O réu tornou a dizer que não nomeava primeiro o pápa, mas o soberano do logar onde vivia, e depois o rei de França. Aquelle catholico ficou, por isso, muito escandalisado e não formou bom conceito do réu.

Resposta

No livro de Esdras podem lêr-se os effeitos da embriaguez ¹. É esta uma accusação d'um bebado.

Artigo 8.º

Que, estando, uma vez o réu, em certo logar, com varios outros, catholicos e herejes, chegou um individuo a falar ao agente inglez acerca de duas mulheres que

¹ Esdras, III, 17, 24.

tinham fugido de Madраста para S. Thomé. O governador de S. Thomé requisitava-as áquelle individuo, que lhe respondera que essas mulheres eram brancas e catholicas; não podiam ser captivas da Companhia ingleza. Tendo ellas procurado asilo dentro da egreja, o governador de S. Thomé não tinha direito algum de intervir, a menos que não estivessem implicadas em qualquer cousa concorrente ao Santo Officio. Ao que o agente respondeu que o Santo Officio só prendia os ricos. Essa resposta irritou o referido individuo a ponto que replicou empunhando os copos da sua espada e dizendo: «Isto se faz unicamente nas seitas de Lutherô e Calvino, e poderia elle proval-o; mas no tribunal do Santo Officio está presente o Espirito Santo, só ahi se pode encontrar a verdade, como bem sabe fr. Ephraim (que estava presente)». A isto acudiu o réu em favor dos herejes, dizendo que em França, sua terra natal, não existia o Santo Officio. «Por isso—replicou o tal individuo—o paiz de sua reverencia está cheio de herejes», e levou a mal que o réu não confirmasse as suas palavras, quando estava discutindo com um hereje.

Resposta

Esse bebado tem uma imperfeita reminiscencia do que fallámos ambos, eu e elle. Vendo-o algum tanto animado com o vinho, perguntei-lhe se o governador o tinha mandado para conversar sobre o Santo Officio, ou para tratar do assumpto da carta; mas que, existindo uma Inquisição no seu paiz e nenhuma no meu, ficavamos ambos na mesma como d'antes.

Artigo 9.º

Que, estando o réu uma vez em certo logar onde se achavam reunidos catholicos e herejes, proferiram-se palavras contra o soberano pontifice e contra o Santo Officio.

Contrariou-as um catholico, mas o réu esteve calado, não disse palavra, e principiou a rir. Foi como se se collocasse ao lado dos herejes e lhes favorecesse os intuitos, demonstrando quão pouco tinha a peito a defeza da Egreja e dos christãos portuguezes.

Resposta

Este pobre bebado viu-me rir aos absurdos de que era culpado e, na sua embriaguez, imaginou que eu o fazia por qualquer outro motivo. Quem poderia deixar de rir á vista d'um bebado a discutir semelhantes assumptos?

Artigo 10.º

Que, estando o réu uma vez em companhia de varias pessoas, tendo rolado a conversa sobre o tribunal da Inquisição, declarou que o não havia no seu paiz. Acrescentou que o tribunal era muito severo, e não lhe parecia procedesse conforme a justiça nos seus actos; não revelava aos réus os nomes das testemunhas. Ao que alguem replicou que seria muito inconveniente tal revelação, visto que os réus podiam perseguir as testemunhas.

Resposta

Informaram-me alguns portuguezes de que tremiam de só ouvir o nome do Santo Officio, onde eram presos individuos sem saberem porquê, nem conhecerem os nomes dos seus accusadores ou das testemunhas. Disse, é verdade, que não havia d'isso no meu paiz e que isso me parecia d'gro. Creio que se aproveitou isso *ut me caperet in sermone* ¹.

¹ S. Mathews, XXII, 15, — S. Lucas, XX, 20, — e S. Marcos, XII, 13 (W. R. P.).

Artigo 11.º

Que, estando o réu uma vez em certo lugar, conversando muito amistosamente com herejes, houve uma occasião em que podia impedir a fuga de muitas mulheres casadas e raparigas catholicas para casas de herejes, onde corriam evidente perigo de perversão, e comtudo não a impediu.

Resposta

Se esta accusação me fazem os quatro governadores de S. Thomé que têm ali estado durante o meu tempo em Madраста, ou os prelados e padres que me conheceram, submetto-me a ser punido como criminoso. E' possivel que tantos homens honestos, que me têm conhecido, não desenvolvessem zelo sufficiente para fazer uma queixa, e só me accuse um imprudente e apaixonado ébrio?

Artigo 12.º

Que, estando o réu junto com varias pessoas, succedeu fallar uma dellas acerca de muitos individuos que residiam n'uma praça de herejes, vivendo com homens perdidos e seguindo o seu culto. Disse o réu que muitos d'elles eram catholicos, que se confessavam com elle pela quaresma. A isto replicou aquella pessoa, que os que assistiam n'esses serviços, não podiam confessar-se, a menos que não fizessem profissão solemne de habitarem longe de tal lugar, porquanto peccavam por esse acto externo pelo qual manifestavam aquelle scisma. O réu declarou, porém, que elles podiam seguir o seu culto com a idéa de implorar a Deus á sua maneira, e que (o réu) ia varias vezes ás reuniões dos inglezes e fazia as suas rezas no seu breviario, em quanto os outros estavam a recitar os seus psalmos.

Resposta

Quando eu disse isso, tinha bebido dois ou três copos de vinho portuguez generoso e, por isso, não me admira que não tivesse sido muito cuidadoso. Nunca assisti ás devoções dos inglezes, como elles proprios o certificarão, e com elles os catholicos romanos que estão em Madrastra. Como, pois, eu podia dizer que fui ás reuniões dos inglezes e que lia ahí no meu breviario! O que eu disse, referia-se áquelles que assistiam as devoções dos hollandezes (pois tratava-se apenas d'estes), e que, embora conhecidos como catholicos romanos, eram, contudo, sujeitos sob multas, a estarem presentes a varios exercicios religiosos dos hollandezes. Quando soube d'estes factos, declarei que os referidos catholicos não podiam ser condemnados tão severamente como o queria o padre que me accusa. É só isto e mr. Sperrely estava presente á discussão.

(Continúa).

J. A. ISMAEL GRACIAS.

DOM MATHEUS GOMES FERREIRA



A historia da archidiocese de Goa ainda ha diversos pontos a esclarecer, pois, devido á deficiencia de elementos em que se es-tribam, as affirmações, feitas a seu respeito por escriptores eruditos e conscienciosos, nem sempre constituem a ultima palavra.

N'essas condições se encontra, para nós, Matheus Gomes Ferreira, mestre-escola da Sé de Goa, que, durante o agitado periodo da nossa historia ecclesiastica no seculo 17.º, foi uma figura de destaque.

Em volta dessa individualidade suscita-se uma questão:—Foi ou não Matheus Gomes Ferreira bispo eleito?

O erudito e venerando padre Casimiro Christoyam de Nazareth, nas *Mitras Lusitanas* do Oriente, diz d'elle:—«depois veio a ser bispo de Cochim». (pag. 166). No fim, porém, da obra (pag. 613), reforma a sua asserção, nos seguintes termos:—«Matheus Gomes Ferreira não foi bispo de Cochim, como ahi (a pag. 166) se diz. Era mestre-escola da Sé de Goa, quando falleceu a 11 de dezembro de 1678, e no seu epitaphio se lê: *D. Matheus Ferreira sendo vigario geral deste arcebispado*» Refere-se ás *Inscrições Lapid. da Ind. Port.*, de Cunha Rivara.

Eis o epitaphio de Matheus Gomes Ferreira, que aqui deixamos trasladado da propria lapide, que fica na Sé Primacial, defronte da capella de S. Pedro:

S.^a de Dom Mathe
 vs Gomes Fereira
 Conego M.^o Scho
 la qve foi des
 ta Santa Sé e h
 vm dos mais zel
 lozos Ministro
 s qve teve na co
 ntinvação do co
 ro della a q'asis
 tio 50 annos e fa
 leceo aos 11 de de
 zebro de 1678 sen
 do Vigr.^o Geral des
 te Arcebispado
 tendo de idade
 passante de 80
 annos

Como se vê, o erudito autor das *Mitras Lusitanas* fundando-se unicamente no epitaphio, que apenas fala de *Dom Matheus*, mestre-escola e vigario geral, conclue pela regeição da hypothese de que tenha elle sido bispo eleito de *Cochim*, ou de qualquer outra diocese.

Os documentos, porém, que compulsamos nos archivos da Sé Primacial nos fornecem elementos para affirmar que *Dom Matheus*, se não foi bispo eleito de *Cochim*, foi, de certo, *bispo eleito*, isto é, *apresentado*, de *Meliapur*.

No *Livro Tombo* vê-se a f. 270 uma escriptura de 5 de maio de 1666, lavrada pelo tabellião *Antonio Calz* (Alvares), na qual se lê:—«... nas pouzadas de *Dom Matheus Gomes ff.^{ra} Bpõ.. eleito de Miliapor*». E ainda est'outras referencias:... *elle dito Rdo. Bpõ.. —elle Rdo. Bpo.*».

No mesmo livro a f. 270 existe uma escriptura de aforamento de umas casas sitas na *rua de Tanoeiros*, datada de 7 de julho de 1667 e lavrada pelo tabellião Francisco Xavier Gomes, na qual se lê «... e se assignarão aqui nestas notas o *Bispo Matheus gomes fr.^a mestre escolla e o d.^o R.^{do} Conego An.^{to} Roiz asinadores do d. R.^{do} Cabido*....».

Em outra escriptura de 11 de janeiro de 1670 (*Livro Tombo* a f. 280) lavrada pelo tabellião Francisco Corrêa Gomes, se diz :o *Rdo. mestre-escola Dom Matheus fr.^a*...».

Na escriptura de 6 de maio de 1670, a f. 276, lavrada pelo tabellião Francisco Corrêa:«... e desp^{oa} (despachos) do *Rdo Bpõ Dom Matheus Gomes fr.^a*...».

Na de 21 de julho de 1670 (*Livro cit.*, f. 245) tabellião João Lopes do Figueiredo: «.... sendo em *Cabido* (por parte do Cabido) o *Rdo Conigo D. Matheus gomes fr.^a Bispo de Miliapor e mestre schola Vigr.^o gr.^{al} e provisor deste Arcebispado de Goa e o Conigo Domingos de Mattos*...».

Na de 14 de agosto de 1175 (*Livro cit.*, f. 300) lavrada pelo tabellião Antonio Nobre de Oliveira: «... nas pouzadas do m.^{to} Rd.^o *Dom Matheus Gomes ferreira, Prouizor e Vigario geral deste Arcebispado e Mestre escola*....»

Na de 23 de agosto de 1678 (*Livro cit.*, f. 294), tabellião Manuel Nogueira: «..... nas pouzadas do m.^{to} R.^{do} Conego Matheus Gomes fr.^a prioste e Vig.^{ro} gr.^{al} deste Arcebispado» Esta mesma escriptura faz menção do *Deão João Corrêa*

Borges simplesmente como *conego*, o que nos leva a crer que o tabellião, sem se preocupar com a exactidão dos titulos das pessoas mencionadas na escriptura, supprimiu a Matheus Gomes Ferreira o *Dom* e a dignidade de *mestre-escola*, titulos que, de certo, lhe pertenciam, como o constataam escripturas de datas *anteriores*, atraz referidas.

Simultaneamente encontram-se outras escripturas e documentos ainda posteriores á morte de Matheus Gomes Ferreira, o qual n'elles não figura nem como *bispo*, nem com o titulo de *Dom*, nem de mestre-escola —o que em boa hermenentica não pode servir de argumento contra documentos atraz mencionados, alguns dos quaes por forma clara e positiva lhe dão uns o titulo de *Dom*, outros o de bispo, e, pelo menos dois, o de *Bispo eleito de Meliapur*.

De certo D. Matheus, *eleito* ou *apresentado* para bispo de Meliapur, jámais logrou ser confirmado pela Santa Sé, acabando os dias da sua vida com o simples titulo de *bispo eleito*, o que aconteceu, n'essa epocha, a diversos bispos portuguezes, pois, como é sabido, desde a aclamação da Casa Brigantina até muitos annos depois, a Santa Sé recusou reconhecer a independencia de Portugal e por consequencia o seu Padroado.

Verdade seja que na inscripção do epitaphio, que acima transcrevemos, não se menciona o titulo de bispo eleito de Meliapur, mas certamente nem essa omissão pode constituir argumento contra nós. O titulo de bispo *eleito*, isto é, simplesmente *apresentado*, não tem fóros de canonico, nem importancia alguma na hierarchia ecclesiastica:—eis, para nós, o motivo de se ter omittido no epitaphio.

CONEGO FRANCISCO XAVIER VAZ.

CHRISTOVAM DA COSTA

(Continuação da pg. 174)

D Luiz de Athayde, conde de Athouguia, era um bravo com larga folha de serviços e com grande experiencia militar. Não era um novo na India. Depois de servir na profissão das armas na Europa e na Africa, viera á India durante o governo de D. Estevam da Gama; pelejara em 1540 ao lado de Ruy Lourenço de Tavora em Baçaim e no anno immediato tomara parte na expedição ao Mar Vermelho contra a frota mussulmana; fôra armado cavalleiro pelo governador no monte Sinai. Voltando para Portugal fôra enviado como embaixador junto do imperador Carlos V; acompanhara o exercito d'este para a conquista dos Estados Lutheranos; tivera parte na victoria de Muhlberg e estivera presente nas occasiões em que fôra feito prisioneiro de guerra o eleitor de Saxonia e Philippe de Hesse se rendera.

Em Muhlberg batera-se como um heroe e depois renunciára pundonorosamente a honra de ser armado cavalleiro pelo imperador.

A sua chegada a Goa foi motivo para jubilo geral. Logo depois de tomar posse do seu cargo, tratou de pôr em execução as instrucções especiaes ou o *Regimento geral* que recebera de el-rei D. Sebastião. O

seu primeiro cuidado foi manter a disciplina militar e melhorar as forças de terra e de mar, e depois enviar para diversos pontos do imperio expedições bem organisadas. E, durante o curto periodo de 3 annos, se accumularam tantos e tão memoraveis acontecimentos — victorias sem revezes, defezas do sólo conquistado e conquistas novas — que pareciam o echo distincto de um passado não muito remoto, a repetição dos tempos heroicos de Affonso de Albuquerque.

Christovam da Costa demorou-se 4 ou 5 mezes em Goa e n'essa occasião encontrou o doutor Garcia de Orta ¹, já carregado de annos. Naturalmente teve a oportunidade de estudar com o livro deste na mão a exuberante vegetação local. No *Tractado* refere-se a esquinanto ² e assevera que esse junco nasce espontaneo em Goa e que é commum. As suas herborizações parece que não se limitaram ás ilhas de Goa, visto que diz que «nas terras firmes de Goa» ³ se encontra em não pequena quantidade a planta de que se obtém o cato. E' o primeiro europeu que dá a descripção historica e analytica, mais ou menos completa, da arvore triste ⁴ e affirma que a sua reproducção artificial por estaca é frequentemente feita em Goa com grande successo. Falando das jacas de Goa, diz que são menores, piores e mais insipidas que as do Malabar ⁵. Regista a informação de medicos hindús de Goa sobre as especies,

¹ «... y encuentre en las Indias Orientales con el Doctor Garcia de Orta, medico Portugues, y varon grave, de raro e peregrino ingenio: cuyos loores dezo para mejor occasion por ser tantos, que quando pensasse aver dicho muchos, no serian mas los que me avria dexado». Al Lector.

² Cap. VII, pag. 62.

³ Cap. XX, pag. 147.

⁴ Cap. XXVII, pag. 223.

⁵ Cap. XXXVII, pag. 264.

usos e propriedades de mirabolanos ¹. Fala das «muy boas mangas» de Goa ². Narra anedotas de elephantes ocorridas na velha cidade «que es en donde residen los Gobernadores y Virreyes» ³.

Não é necessario accumular mais citações porque das já feitas infere-se que o autor jornadaou varios pontos desta provincia com o fim de estudar as riquezas da sua historia natural.

Em fevereiro de 1569, talvez na qualidade de medico, Christovam da Costa acompanhou Martim Affonso de Miranda que commandava uma esquadra que era destinada a cruzar o mar do Malabar, para exterminar os piratas que infestavam aquella costa.

N'um encontro da esquadra com alguns navios que andavam a corso, Martim Affonso ficou ferido e foi conduzido a Cochim, onde morreu. Parece que Christovam foi seu medico assistente.

Desde o segundo semestre do mesmo anno ficou exercendo as funcções de medico do hospital real de Cochim ⁴. Os ocios que as obrigações officiaes e profissionaes lhe concediam, Christovam da Costa os empregou no estudo de exemplares botanicos locaes. dá uma descripção longa e minuciosa da arvore ⁵, da qual, na sua opinião precedia o *macer*, arvore que encontrou em «y la mas cantidad en la isla Sancta Cruz de Cochin». Observou e debuxou a esquina ou esquinezza, planta que tornece a raiz da China ⁶. Descobriu nos jardins e hortas da mesma cidade alguns exemplares do cajueiro, que descreve com o seu

¹ Cap. XLI, pag. 274.

² Cap. XLIX, pag. 317.

³ Tract. del Elephante y de sus calidades, pag. 431, 432 e 441.

⁴ «En el anno de nuestro Redemptor Jesu Christo de mil y quinientos y sessenta y nueve (residiendo yo en la ciudad Sancta Cruz de Cochim, por medico del Hospital Real del Serenissimo Rey de Portugal con salario) . . . » *Tractado*, cap. XXV, pag. 206.

⁵ *Dela macer*, cap. V, pag. 41.

⁶ *Del palo dela China*, cap. X, pag. 80.

fructo ¹. Elle viu o rei das Maldivas ² que era christão e que «vive en la ciudad de Sancta Cruz de Cochim, tratando-se como Portugues y arrienda estas Islas a los Portugueses» ³. Conta que, estando nas vespersas de partida para Hespanha e saltando tempo para mais pesquisas, apresentou o capitulo *Del Turbit* a «un Bragmene medico muy buen letrado a su guisa, y mui curioso, y buen simplicita, y leyendo selo muy de espacio, y pèrguntando le, y poniendo le algunas dubdas, me dixo que me affirmava estar muy bien dicho todo, y que todo lo que del Turbit dezia era verdad: y me mostro algunos pedaços del, assi del gomoso, como sin goma, y del blanco y del negro: del qual negro me dixo, que quanto a el, mas lo queria, y mejor se hallava con el, mas que el vulgo avia dado en gastar el branco, de suerte que no havia que porfiar qual era mejor, pus el blanco estava y a bien recebido del pueblo» ⁴.

Continuando Christovam no exercicio das funcções de medico do hospital real, adoeceu gravemente de uma febre contínua o rei de Cochim «Gentilico Bragmene, y hermano en armas del Chistianissimo rei de Portugal», o qual quiz que fosse tratado por elle sem assistencia dos medicos indigenas ⁵.

Estas são as principaes das muitas referencias a Cochim que no livro se encontram.

¹ *Del caíus*, cap. LI, pag. 324.

² *Esse rei deve ser provavelmente Dom Manuel por graça de Deus rei das ilhas de Maldiva e de tres Patanas de Cuagdú, e de sete ilhas de Pullaboy, da conquista e navegação de toda a costa brava de Sumatra, e do estreito do Manacima, etc. A família deste rei continuou a estar em Cochim e Goa por mais de um seculo, até de todo se extinguir. Viagem de Francisco Pyrard de Laval, vertida do francez em portuguez por J. H. da Cunha Rivara, — T. I, notas (6) pag. 87 e (a) pag. 201 e 202, feitas pelo traductor.*

³ *Delos cocos contra veneno*, cap. XIII, pag. 109.

⁴ *Del Turbit*, cap. XLVII, pag. 301.

⁵ *Del Axiuar*, cap. XXV, pag. 207.

Durante a segunda metade de 1569 e provavelmente durante o subseqüente anno, Christovam da Costa herborizou não só nas immedições de Cochim, mas tambem em Cranganor e Tanor, que lhe offereciam um vasto campo de observações e investigações completamente novo e extremamente rico em variados productos vegetaes. No *Tractado* ha tambem evidencias de ter elle peregrinado quasi todo o territorio marginal occidental da India. O phenomeno das monções, as condições de relevo orographico e a constituição do sólo são n'essa região muito favoraveis á vida vegetal. Rios mais ou menos caudalosos e curtos descem do pendor da alta cordilheira dos Ghates occidentaes e descrevendo nas terras de quasi toda a costa, desde Cambaia até ao Cabo Camorim, curvas mais ou menos irregulares, ou dividindo-se em complicados esteiros, ou espreado-se ao sahirem ao mar, formam ilhotas e peninsulasitas. Em toda essa região, enriquecida com alluviões successivas e favorecida por muitas outras circumstancias, a vegetação é activa e soberba.

Parece que Christovam se demorou por alguns dias em cada um dos principaes portos do Malabar, Kanará, Konkão e até do Guzerate.

A miudo visitara as margens do rio Mangate ¹. Descreve detidamente e desenha a *Yerva Biva* ² e refere «Via caso andando um dia herbolizando junto al rio Mangata, un Gentilico assentado en el suelo, diziendo, o cantando unas palabras, como que rezava, y hablando yo, yel nome respondiendo, hizo senñas con la mano al farante, que yo comigo llevaba: el

¹ *Dela Pimenta*, cap. II, pag. 20. N'esta pagina vê se o debuxo de uma folha e de um cacho de pimenta e abaixo lê-se o seguinte:

En el Malabar, en los bosques de Cranganor junto al Rio Mangata, saque esta boja dela propria planta Año Domini. M.D LXLX.

² *Dela yerva biva*, cap. XXXI, pag. 238.

qual entendiendole, se desvio a priessa, y me hizo desviar, diziendo-me que supiesse, que aquel Gentilico era adevino de un capitán de aquella tierra, a quen ellos llaman Caymal: y que estava alli echando unas suertes sobre la yerva biva, y que para hazer aquella hechizeria, alimpiava todo el suelo al rededor de aquella yerva, quanto un estado de hombre, y que diziendo ciertas palabras, esperaba a la primeira ave, o cosa biva que por cima la yerva passasse, y que la primera cosa que por ella passava, durante aquellas palabras, la banãva en sangre, y sino podia aver aquella misma ave o animal, de otro de su misma especie: y esto hazia con muchas cerimonias: y de esta manera hazia su engãno o vellaqueria: y por yo tener esto por burla, y indigna de se saber, lo dexe. Despues vi esta yerva seca entre las ropas de una enamorada».

Eram tambem frequentes as suas excursões botânicas para os bosques de Cranganor onde viu a arvore de *macer* ¹ e a raiz da China ². Em muitos capitulos faz referencias ao systema de tratamento seguido pelos medicos naturaes de Cranganor e menciona que uma libra de *cannafistula* ³, quando era escassa, se vendia a vinte maravedis ⁴.

Ahi como em Tanor viu um páu cheiroso que na lingua vernacula se chamava *sambarane* ⁵, mas que «no es Sandalo, ni los medicos de aquellas tierras lo tienen por tal: sino dicen, que es una especie del, y que es buenpalo para la gente, que poco puede: y alaban lo pora las Erizipolas, y inflammationes: y usan deste palo, como del Sandalo bermejo o colorado» ⁶.

¹ *Dela Macer*, cap. V, pag. 41.

² *Del Palo dela China*, cap. X, pag. 80.

³ *Dela cannafistola*, cap. XVII, pag. 128.

⁴ Uma antiga moeda hespanhola de infimo valor.

⁵ A resina de *Shorea Talura*, Roxb. (*S. Laccifera*, Heyne).

⁶ *Delos sandalos*, cap. XXII, pag. 171.

Em Tanor conheceu «Canacapola nayre, escrivano de camara del Rey de Tanor, muy discreto y bivo y de grande habilidad, y astucia, y nota, que comia cada dia peso de cinco dragmas ¹ e ante mi lo tomo» ².

Referindo-se a Calicut escreve «... ay muchas sierras asperas e fragosas, llenas de Elephantes, Tigres, Puercos monteses, Onças, culebras de capillo, y outras muchas sevandijas : y los pezos arenosos, y esteriles campos, llenos de Palmas que dan los Cocos, o las Nuces Indicas (como eu su capitulo se vera) y todo cercado de mar, y de rios, y a esta causa se acabo y consumo ya la nobleza, grandeza, riqueza, y sumptuosa poblacion de Calecut y sus nombradas ferias. Y agora triumphan los Portugueses de todas aquellas partes, como absolutos señores de toda aquella mar y costas. Alos quales no se deve menos (por nos aver descubierto y hecho participantes de tantas y de tan singulares medicinas, y descubierto tantos mundos, y tantas regiones con sus larguissimas navegaciones, y con el esfuerço y nobleza de sus animos)...» ³. Consigna que viu em Calicut, Cananor e em todo o Malabar o açafão da India, cultivado em grande abundancia ⁴. Esteve em Baticala ⁵, Dhabul ⁶, Chaul ⁷, Baçaim ⁸, Manora ⁹, Damão ¹⁰,

¹ Comia cinco oitavos de opio.

² *Del opio*, cap. LXVIII, pag. 415.

³ *Delos sandalos*, cap. XXII, 167.

⁴ *Del açafran delos Indios*, cap. XXXV, 257.

⁵ *Delos mirabolanos*, cap. XLI, pag. 273.

⁶ Log. cit., e *Del Gengibre*, cap. XXXVI, pag. 260.

⁷ *Del amomo*, cap. XXVIII, pag. 226.

⁸ *Del cate*, cap. XX, pag. 147, — *Del gengibre* cap. XXXVI, pag. 260,

— e *Del Turbit*, cap. XLVII, pag. 303.

⁹ *Del cate*, cap. XX, pag. 147.

¹⁰ Log. cit.

Diu ¹, e Surrate ². E' muito provavel que tivesse tambem estado na Cambaia ³, e em Ormuz ⁴.

Parece que visitou o Balagate onde conheceu excellentes maçãs da India, ou jujubas ⁵ e encontrou tão boas mangas como as de Goa ⁶. Para o sul de Cochim, esteve em Coulão, onde observou a raiz da China ⁷.

Dá muitas e interessantes noticias de Ceylão ⁸, fundadas umas nas observações pessoais, outras adquiridas. Passeiou até a uma certa distancia o interior da ilha. Refere-se ao *Pico de Adão*, o monte mais alto d'aquella terra, e conta o que os escriptores anteriores, contemporaneos e posteriores registam a cerca da pégada humana ou *sri-pada* que se encontra no cume d'aquella montanha, acrescentando uma informação nova, que os *jogues* ⁹, os habituaes romeiros áquelle lugar santo lhe deram «... y en donde me affirmavon algunos destos, que en el alto deste pico, avia un arbol mediano y muy grueso, la boja pequena, y crespá, de color empolvorizado, y la cortiza de color de ceniza: el qual arbol de noche por el escuro alumbrava, y tanto, que se havia grande escuro, parecia estar alli um fuego vivo, y que de dia nodava ningun resplandor: yo no lo vi y a los que me lo affirmaron lo remitto» ¹⁰.

¹ *Del Turbit*, cap. XLVII, pag. 303.

² Log. cit.

³ *Del Canáfistala*, cap. XVII, pag. 129, — *Del cate*, cap. XX, pag. 147, — e *Delos mirabolanos*, cap. XLI, 273.

⁴ *Del Turbit*, cap. XLVII, pag. 303.

⁵ *De las mançanas de la India*, cap. XIV, pag. 112.

⁶ *De las mangas*, cap. XLIX, pag. 317.

⁷ *Del Palo de la China*, cap. X, pag. 80.

⁸ *De la canela*, cap. I, *Tractado del Elephante, y de sus calidade*; pag. 417 et seg.

⁹ A palavra deriva do sanscrito e significa gymnosophistas, ascetas nomadas e mendicantes. O vocabulo é applicado tambem aos prestigitadores ou feitiçeiros e aos incantadores ou domadores de cobras peçonhentas.

¹⁰ *De la canela*, cap. I, pag. 15.

Do cabo Comorim passou á Ilha das Vaccas ¹ onde viu as cabras selvagens em cujos intestinos se encontram as *pedras bezoares* ², que tiveram na therapeutica; n'aquelles tempos, uma universal e excepcional reputação como um poderoso antidoto. Visitou Siam onde observou a cannafistula ³. Esteve em Malaca onde viu a planta e provou o seu fructo, o durião ⁴. Ahi encontrou tambem o sandalo ⁵, cannafistula ⁶, e mangas ⁷. A Ilha de Timor, que então era o importante e principal ponto donde se exportava o sandalo do commercio ⁸, foi visitada pelo naturalista que ahi viu tambem o ambar. De Cantão onde re-

¹ Tambem chamada ilha dos cavallos e ás vezes ilha das cabras. Dizem alguns escriptores que essa ilha foi depois denominada pelos holandezes ilha de Delft. N'uma versão inglesa da *Fatalidade Historica* de João Ribeiro, feita por George Lee em 1847, lê-se a seguinte relação de illas nas proximidades de Jéflnapatam: *Ourature* ou dos *Pagodas*, *Caradiva*, *Porcardiva* ou *Deserta*, *Dona Clara*, dos *Bramines*, das *Vaccas* e *Paletiva*,—e em seguida assevera-se que «there is one to which the Portuguese gave no name and which the Dutch have called Delft». E mais adiante —«To the south-east of Ourature is the island das Vacas or das Cabras, so named on account of the immense number of goats to which it gives pasture, which yield the best bezoar in the East. Teixeira, as well as Rodriguez de Sá and Menezes, says that when this island was under water, the goats were transported elsewhere, and so long as they were off the island, they gave no bezoar; this proves, he adds, that the drug is not produced by a particular species of goats, but that the nourishment they obtain there creates bezoar. The goats borne on the islands of Hoorn and Enkhuyzen also yeild bezoar. Das Vaccas is now called by the Dutch Middleburg and by the country people Nirdundiva, and has about 900 inhabitants. They say that it was long without fresh water, which prevented its being inhabited, but a thunderbolt having fallen on some rocks, split them open and discovered some springs yeilding water sufficient for the use of the residents and their herds (History of Geylon, etc. translated from the French Edition by George Lee. 1847, pag. 82-83).

² *Dela Piedra Bezañar*, cap. XXI, pag. 154.

³ *Dela canáfistola*, cap. XVII, pag. 128.

⁴ *De los Duriones*, cap. XXIX, pag. 727.

⁵ *De los sandalos*, cap. XXII, pag. 161.

⁶ *De la canáfistola*, cap. XVII, pag. 128.

⁷ *De las mangas*, cap. XLIX, pag. 317.

⁸ *De los Sandalos*, cap. XXII, pag 161,—*Dela ambar*, cap. XXVI, pag. 216.

sidiam os portugueses ¹ passou para algumas partes do interior da China, cuja riqueza e civilização muito admirou. Escreve «y quanto al Rey de la China... es uno delos mayores Reyes, que entre todas las gentes del mundo oy se sabe, que para se hablar del y de sus tierras, era menester hazer un grande volumen. Porque esta China en grandeza de reyno, en numero de gentes, en excelencia de policia, y de posesiones, y riquezas y en govierno excede a qualquie otro reyno del mundo. Y son tantas y tan excelentes las cosas dignas de memoria que entre ellos ay, que no seyo qual baste ni con que lengua se atreva a esplicar lo mucho, que neste grande reyno ay. Y aunque los cosas de lexos, por la mayor parte suenan mas de lo que en fison: lo de la China es tanto al contrario, que por mucho que della se dicesse, mucho mas es, y mucho mayor, y mas diferente impression haze el ver lo que el leerlo y oyrlo. Por lo que yo he visto, leydo, y oydo della, no se qual hombre viendo la, no dixera a boca llena, que las grandezas de la China, se hande ver, y no leer, ni oyr» ². Aos que queiram saber «parte delo mucho que en la China ay» recommenda a leitura do livro de fr. Gaspar da Cruz ³, um dominico illustrado e um dos mais antigos e autorizados sinologos e orientalistas, que residira por muito tempo na China, christianizando o povo a exemplo de S. Francisco Xavier.

Não se sabe se Christovam da Costa viu o Japão, mas a elle faz referencia em um dos capitulos do seu livro ⁴.

¹ *Del reobarbaro*, cap. XLIV, pag. 287; Prologo do licenciado Juan da Costa no *Tractado*.

² *Dela canfora*, cap. XXXIII, pag. 250.

³ *Tractado das cousas da China e de Ormuz*. Não vi o livro Houve uma 2.^a edição. *Tractado da China*, Lisboa, 1829. Fr. Gaspar da Cruz foi á China juntamente ou talvez pouco depois do jesuita Melchior Nunes.

⁴ *Dela macer*, cap. V, pag. 44

Não visitou o interior, a costa oriental e o norte da India. Quando se preparava para ir a Bengala foi feito prisioneiro no Malabar, como elle proprio declara¹. Ignoram-se os pormenores d'essa prisão. Temos apenas uma vaga informação do licenciado Juan da Costa, o qual escreve assim: « sino en la dureza de tristes captiverios, qual el los padescio en la Africa, en la Asia, y en la China. . . »². Na falta de mais detalhadas noticias relativas a esses captiveiros devemos ficar satisfeitos com a conjectura tirada de factos historicos succedidos n'aquella determinada epoca.

N'essa epocha era sombrio o aspecto dos negocios luso-orientaes. Como todos os monopolios são odiosos, a suzerania dos portuguezes nos mares e nas costas asiaticas, desde Ormuz até Malaca, tinha despertado o odio dos potentados indigenas e dos mercadores forasteiros. A vaidade, o despotismo, as rivalidades, os egoismos indisciplinaes, a desmoralisação e a falta de tino administrativo dos dominantes davam azo aos dominados para crescerem em insolencia e insubordinação. Na India os principes do Malabar, que entre si sempre se viam divididos, agora se uniam e n'um habil e persistente trabalho de intriga e de conjuração diplomatica, machinavam não só a queda do imperio, mas ainda a ignominiosa expulsão dos portuguezes do sólo indiano. Essa colligação³ era evidentemente muito poderosa, porque dispunha de um grande exercito de tropas de todas as armas e de mais de 2 mil elephantes adestrados para a guerra, e tinha o apoio dos povos affrontados ou opprimidos, que guardavam lembrança das offensas e nutriam

¹ *De la Pimenta*, cap. II, pag. 24.

² Prefacio ao *Tractado*, fl. 4.

³ Os alliados eram : 1, Nizam el-Mulk Xaoxem, de Ahmednagar,—2, Adilkan I, de Bijapur,—e 3, o Samorim de Calicut.

vehemente desejo de as vingar. Os alliados contavam com a victoria. E o grandioso imperio legado pelos que levavam nos corações e nas espadas a fé, a honra e o engrandecimento da patria, estaria perdido, muito tempo antes da sua ruina final, se não se achasse providencialmente á testa do governo um insigne general e homem do bem, como Dom Luiz de Athayde. Só um homem como elle, experiente, árrojado, disciplinador e moralmente superior, poderia galvanisar o exercito portuguez para vencer os inimigos, manter o prestigio politico e a reputação das armas. E felizmente ficou desfeita a famosa liga e os alliados desbaratados em toda a linha.

N'estes tempos revoltos as possessões portuguezas eram expostas á simultaneos ataque dos povos assanhados que rompiam hostilidades em todos os pontos de Malabar e usavam de represalias para com os portuguezes. É muito provavel que n'essa occasião Christovam da Costa tivesse tido o immerecido infortunio de perder a sua liberdade, quando estava nas vespas de partir de Cochim para Bengala. Depois de sahir da prisão, seguiu viagem para China, onde tambem n'aquella epocha vigorava uma lei durissima com respeito aos estrangeiros em geral, e os chins estavam particularmente de prevenção com os portuguezes. Não deve extranhar-nos por isso a noticia de que o naturalista tivesse de cortir as agruras de um novo captiveiro no celeste imperio. O certo é que mesmo assim não foi tão infeliz como Thomé Pires, natural de Leiria e pharmaceutico de D. João II, ou do seu filho D. Affonso, e que, tendo vindo á India em 1511 como feitor das drogarias, no exercicio das suas funcções estivera em Cananor, Cochim e Malaca, e sendo d'esta ultima paragem enviado pelo vice-rei da India em 1516 como embaixador á China, na armada commandada por Fernão Peres

d'Andrade, não só não conseguira fazer-se acreditado junto de dois reis chins, um após outro, mas ainda tivera de lutar com diversas adversidades, variamente relatadas pelos historiadores.

Da China Christovam da Costa voltou a Cochim, onde permaneceu até embarcar para a Europa. Não é possível fixar precisamente a epoca em que se realizou essa partida. Em Cochim continuava a estar quando D. Luiz de Athayde para ahi foi, em dezembro de 1571, depois de entregar o governo da India ao seu successor D. Antonio de Noronha, e concluir o tratado de paz com dois dos alliados, Nizam-el-Mulk e Adil Khan II.

Segundo se consigna na versão italiana do *Tractado*, Christovam da Costa visitou varios pontos da Asia, então pouco conhecidos, e se demorou por alguns mezes em Alepo, Damasco e Jerusalem. Foi depois para o Egypto e deixou-se ficar no Cairo na esperança de proseguir a sua viagem pelo Mar Vermelho, mas diversas contrariedades se oppuzeram á realização d'esse seu desejo.

Seguiu por isso pelo Mediterraneo, mas durante a viagem foi preso e maltratado, perdeu os seus preciosos manuscritos e esteve em perigo de vida. Não chegou ao seu destino, por ficar detido na Africa, e quando embarcou para a Italia teve a desdita de padecer naufragio, salvando-se, porém, quasi milagrosamente.

Elle proprio nos diz que esteve na Persia ¹. D. Pedro Manrique ², referindo, nos seguintes versos, os

¹ *Tractado de las Drogas. Al Lector.*

² *Tractado de las Drogas. Don Pedro Maurique ao auctor.*

grandes infortúnios que Christovam experimentou no decurso das suas peregrinações, informa que esteve não só na grande Ásia, mas também na desértica Libya ¹: —


La rica Europa, y China al arte unida,
Con la grande Asia, y fiera Libia ardiente
No solo tanta tierra, mar, y viento,
Passó, sulco, y hendio, y su sangre pura
Vertio, y sue esclavo a un barbaro sangriento.

(Continúa).

VICENTE PHILIPPE DE SÁ.

¹ Originalmente o nome grego da Africa do norte com a exclusão do Egypto, que era considerado como parte da Asia. Posteriormente o norte da Africa, sempre não incluindo o Egypto, era dividido em Mauritania, Numidia, Africa Propria e Cyrenaica.

BARCOS NATIVOS DA INDIA

OR nos parecer que têm interesse e applicação á nossa limitada marinha de tráfego local e costeiro, traduzimos, com a devida venia, os seguintes excerptos d'um curioso artigo de Mr. Samuel Miley, que foi *Preventiv Officer* das alfandegas de Bombaim, artigo que foi publicado na revista *The Mangalore Magazine*, n.º 7, de junho do corrente anno. Ajuntamos ligeiras notas que se nos afiguram opportunas.



«..... Na costa occidental ás denominações usadas para os barcos são *gulbut*, *mahaguiri*, *prow* ou *padau* e *muchwa*, applicando-se as primeiras duas a barcos de grande capacidade, ou seja de 20 a 45 toneladas, e as duas ultimas aos de 5 a 15 toneladas Presentemente, porém, esses termos são empregados para designar quaesquer barcos sem attenção á sua tonelagem. Cada barco tem seu nome proprio, como *Dariadoulut* (riqueza do mar), — *Dandoulut* (cheio de riqueza), — *Daria Bahadur* (veleiro poderoso), — *Laximi* (deusa da riqueza),—

Suriaban (raios do sol),— *Naggin* (cobra de capelo femea),— *Sakurkudi* (consumidor de assucar),— *Dariamouz* (ondas do mar),— *Bavani* (nome d'uma divindade),— *Sardari* (governadora do mar),— *Chandini* (estrella do mar), — *Alimudat* (amparo divino), — *Shudgoon* (bons desejos)— e outros assim.

Estes nomes usam-se junto com os prefixos acima mencionados, como *Gulbut Dariadoulut*,— *Mahaguiri Dandoulut*, *Muchiva Daria Bahadur*, *Padau Laximi*.

Cada barco possui geralmente um unico mastro com uma vela muito larga. Tem um limitado convez, de pôpa á prôa, com uma galéria no meio do barco, e da mesma forma um leme e uma ancora. A maior largura é no centro; a prôa é mais aguda do que a pôpa e o seu tamanho todo é proporcionado.

A madeira de teca, por causa da sua durabilidade, é a unica empregada na sua construcção. Os barcos são oleados duas vezes ao anno, gastando-se nisto 3 a 4 rupias. São fabricados especialmente em Tanná, Baçaim e Bombaim, orçando o custo de cada um entre 100 a 1000 rupias.

Os termos nauticos em voga são os seguintes: *daman*, porto, — *goss*, estibordo, — *abes*, içã, — *aria*, arria.

*

*

*

Quando o barco está prompto e prestes a ser posto a nado, o seu dono tem de fazer algumas despesas, como alviçar as ao constructor, armações no barco com plantas e pannos, e doces aos convidados para a festa.

O funcçionario mais importante, que preside a esta solemnidade, é um sacerdote brahamane (se o proprietario do barco fôr hindú), e que vae a bordo

cumprir a cerimonia religiosa, em ordem a pedir para o novo barco as benções de Deus.

As suas ofrendas consistem em flôres, arroz, cocos e bananas, e depois de recitar certas orações adaptadas á occasião, toma uma alampada acesa nas mãos, que faz circular por um ou dois minutos, e em seguida na mão direita um coco, que parte sobre o mastro, enquanto o dono dá o nome ao barco. Feito isto, o barco é posto a nado no meio de clamorosas saudações dos circumstantes.

*
* *

Eis a derivação dos nomes dos barcos.

Balaum — corrupção do nome portuguez *balão*, que se dá a um grande barco com remos. Tem um *cabin* e é empregado em Goa no transporte de passageiros. O *ballon* francez é um barco com muitos remos, que se usa em Siam ¹.

Balao — Usa-se em Cochim, para transporte de passageiros nas marés baixas. Tem um *cabin* e é tripulado por christãos indios, convertidos do hinduismo, e conhecidos como *Ernudikaran*, nome derivado do malayalam *egi*, sete, e *noora* cem, e que significa um dos 700. Primitivamente, existiam uns 700 d'esses convertidos; d'ahi o termo. Pequenos *muchwas*, que existem no porto de Bombaim, são tambem denominados *balões*. Transportam passageiros dos barcos para o porto e vice-versa, conduzindo tambem limitada carga.

Baliyaws — nome guzerate que significa um pequeno bote.

¹ Em Goa já se não usa a palavra *balão*, cujo enpreço se vê apenas em varios livros e documentos antigos.

Balias — em francez *balise*, boia. Conheci um barco d'esta especie vindo de Malvane, de 41 toneladas e 12 tripulantes.

Bumboat — (*bumboat* holandez, barco de pesca feito de vime, sendo o termo derivado de *bum*, reservatorio, no qual se costuma arrecadar o peixe vivo, e *boat*, bote). Serve para conduzir provisões para bordo dos navios.

Barca — palavra portugueza, que se emprega para designar um barco veleiro. Pequenas embarcações, que veem de Goa com 20 a 30 toneladas de carga, chamam-se *barcas*, nome que os christãos indios applicam a barcos de pequena lotação, que um proprietario hindú chamaria *muchwa*.

Batel — em maratha e guzerate, *batila*, *batelo*. Pequenas embarcações indianas, que comportam 15 a 500 candis de carga. Em francez *batelet*, pequeno barco. Os barcos grandes, que vêm do Golfo Persico, chamam-se *bateis*, da capacidade de 100 a 200 toneladas; são agudos em ambas as extremidades, prôa e pôpa, e veleiros, com andamento rapido; vela muito larga ¹.

Bugla — em guzerate, um barco mercante da Arabia. Em francez, *baclage* é uma fileira de barcos em qualquer porto, e *bachot*, barca de passagem. Um *bugla* é um barco grande, de 200 a 250 toneladas. Tem *cabin*, convez, e o necessario reservatorio de agua, bombas e uma agulha de marear. O *nakudha* (capitão), differente do tandel das pequenas embarcações nativas, possui conhecimentos de navegação.

Chabina — nome persa que significa escaler de vigia. Existem no porto de Bombaim dois, pertencentes á

¹ Veja-se a nota antecedente. Os portos de Goa são frequentados por *batelões*.

repartição da respectiva alfandega, de *Dutiable and free anchorages*.

Cottia—em guzerate *Cottiyoom*, uma jangada, uma canoa. Em francez *cotier*, bem conhecedor d'uma costa.

Gulbut—nome maratha, que significa um barco de mastros fixos ¹.

Malim—nome maratha que significa official d'um navio e que tem a seu cargo o respectivo curso. Em guzerate *malam*, piloto ou mestre de barco. Os marinheiros de Bombaim chamam a qualquer official d'um navio *Malim Sab*.

Mahagiri—das palavras persas *mahi* peixe e *giri* apanhar ².

Muchwa—maratha—uma especie de barco.

Lancha—palavra portugueza. Muitas embarcações nativas, pequenas, que vêm de Damão, chamam-se *lanchas*, tendo nomes portuguezes ou hindús. Comportam 10 a 15 toneladas de carga.

Noudi—palavra guzerate, que significa um pequeno barco.

Navik—em guzerate significa um navegante, ou piloto.

Padow ou *Prow-Padon* ³—palavra maratha que se applica a um barco, que conduz 5 a 20 candís. O francez *proue* é a prôa d'um navio.

Patimar—palavra mahrata e guzerate, que significa um pequeno barco de viagem ⁴.

Pangai—do mahrata *pagar*, uma especie de canoa. Os pangaioes vêm de Goa. *Pagar* é uma pequena

¹ Corrupção da palavra portugueza *galveta*.

² Em Goa, *manguet*.

³ Em Goa, *padão*.

⁴ Em Goa, *patamarim*.

canôa usada pelos tripulantes das pequenas embarcações nativas ¹.

Nakuda — maratha *nakua*, mestre ou capitão d'um barco.

Sirang — palavra pêrsa que significa moço de barco (grumete?).

Sowala — em arabe, um grande balde — Barcos d'esta natureza vêm de Jaitpoor e Ratnaghiry, de 20 a 30 toneladas.

Sambuck — em arabe, um pequeno barco ².

Shibad — maratha, significa um navio.

Tindal — maratha, *tandel*, mestre do barco, significando tambem o chefe d'um corpo de *lascars*.

Tony — uma canoa. Tona em portuguez, — *doan*, em konkani, — *vodi*, em guzerate, — *doni*, em canarez, — *hori* ou *hodi* em maratha.

Dinghy — em hindustani *donghi*, um pequeno bote.

Van — guzerate *vahan*, um navio.



Eis os nomes usados nos differentes portos :

Cutch Mumdivi — neste porto os barcos chamam-se *gunja* e *cottia*. O *gunja* é assim denominado porque tem uma figura de cabeça e a sua construcção é mais solida do que a do segundo, que é grosseiro na apparencia. Os tripulantes são mahometanos. Os barcos d'esta ordem têm 100 toneladas e são guarnecidos com mais de 12 tripulantes; os de 179 toneladas le-

¹ Em Goa, *pangaio*.

² Antigo *zambuco* portuguez. Veja-se Gaspar Corrêa, *Lendas da India*, I, 33-34.

vam mais de 24; os de 200 toneladas mais de 28; e os de 300, 50 tripulantes.

Guzerat—N'este porto os barcos grandes chamam-se *van*, e as canôas, *vodi*—Tripulantes mahometanos e hindús.

Golfo Persico e Mascate—*bugla* e *cottia* são os nomes dos barcos procedentes d'estes dois portos, e os seus tripulantes são arabes e negros. A sua tonelagem é de 230 e a tripulação mais de 35; os de 240 toneladas têm mais de 40. O *nakuda* (capitão) possui conhecimentos precisos de navegação; usa agulha de marear e regula a sua viagem por meio de quadrantes.

Malwane—*batel*, *balias* e botes.

Ratnagherry—*gulbut* e *muchwa*.

Tripulantes todos, mahometanos.

Todas as *tonas* no porto de Bombaim são tripulados por mahometanos de Ratnaghiry e Dabul.

Damão—*lança*.

Rajpur—*hori* e *muchwa*.

Jaitpur—*sowalla*, um barco de mais ou menos 20 a 30 toneladas, tripulado por mouros.

Paribunder—*noudi*, barco de 58 a 90 toneladas.

Goa—*barca* e *tona*, *gulbut*, *patimar*, *mahagiri*, *pangai*, *padow* e *muchwa*. Tripulados por christãos indios e por hindús.

Mangalore—*patimar* e *muchwa*. Os seus tripulantes são *karvis* (pescadores), hindús, que fallam o *konkani*; *mogars* (pescadores) também hindús, gente que falla o *tulu*, e mahometanos ahi espalhados. *Manee* é o nome que se dá a um barco de carga, correspondendo a *padow*.

Costa do Malabar—*patimar*, *cottia* e *balão*. Os tripulantes são *mookuas* (pescadores), gente que fala o *malayalam*.

Karachi—Neste porto fabricam-se grandes barcos, que são conhecidos por *dinghy*. São de 100 a 170 toneladas e o custo de cada um varia entre 5 a 8 mil rupias. Cada barco tem um *cabin* e dois mastros. Os tripulantes são mahometanos. Não existem ahi vestigios dos primitivos nomes de tribus hindus, *sangars*, *medho* ou *jats*. Existem espalhados os *sikhs* que, porém, pertencem á classe official e mercantil.

Os mahometanos de Karachi conseguiram substituir os mahometanos ratnaghirinenses de Bombaim, por isso que são habéis em trabalhar nos melhores barcos. Os primeiros são valentes e possuem escales chamados *dinghy*, que transportam 15 a 20 passageiros, em quanto os segundos possuem pequenos *tonies* para 3 ou 4 passageiros».

Goa-Velha.

CASIMIRO DE SEQUEIRA NAZARETH.



VARIA VARIORUM

Quando morreu Camões?



OB esta epigraphe foram publicadas, ha poucos mezes, no *Diario de Noticias*, de Lisboa, algumas communicacões muito interessantes, que trasladamos com a devida venia, deixando-as archivadas em unico logar n'esta revista, para poderem ser facilmente consultadas pelos estudiosos d'este paiz.

I

Um dos muitos e seguramente dos mais apreciados documentos, com que o prestimoso e benemerito visconde de Juromenha contribuiu para enriquecer a biographia do Principe dos poetas da nossa peninsula, foi por certo o que elle encontrou a fls. 173 v. do Liv. 3.º das «Ementas» existentes na Torre do Tombo e cujo teor é como se segue: «bi bij lb rs (6:755 reaes)—no thz.º (thesoureirc) da chr.^a (chancelaria) da casa do ciuel a Ana de Sá may de luis de camões q deus aja por outros tantos q ao dito seu f.º eram devidos do primr.º de janr.º do anno de bixxx (1580) até 10 de junho delle e o q faleceo, a razão de xb rs (15:00

reaes) por anno de tença ¹, em Lx^a a xiiij de n^{ro} (13 de novembro) de ipixxij (1582) per dō dr.^{to} de castelbr.^{co}».

Referindo-se a este documento—que por engano, diz encontrar-se nas «Doações de D. Sebastião e D. Henrique, Liv. XLV, fl. 388» — o sr. Dr. Theophilo Braga é dos que entendem que esta «Ementa» marca «authenticamente o dia, mez e anno da morte de Camões».

Será assim?!... Ha todavia circumstancias varias a que é mister attender, e que natural e logicamente nos levam a modificar os nossos juizos e concepções a respeito do documento official de que se trata. Vejamos.

Em primeiro lugar, é de notar que, feitas as competentes operações arithmeticas na proporção de 15~~7~~000 réis por anno, o numero de dias que se obtem correspondentemente aos 6~~7~~755 réis mandados pagar, não é 162 — ou sejam tantos como os

¹ «A tença dos 15~~7~~000 réis, o apregoado escandalo da sovinnaria dos ministros, não era, aquelle tempo, a miseria que se nos cá figura... Luiz de Camões não se julgaria desdourado com os 15~~7~~000 réis, nem essas hyptheses de fomes, frios e mendicidades que se encarecem, deve aceita-las a critica desligada de velhos preconceitos... Os Luziadas talvez lhe não surtisses o equivalente da tença nos oito annos da sua maior popularidade. («Estudo sobre Camões—Notas biographicas» por Camillo Castello Branco, apud «Camões» pelo visconde de Almeida Garret, Porto, 1880, pg. LXXIII e segs.).

«Faria e Sousa... escreve da tença que, *muito embora não fosse grande, é preciso dizer que para aquelle tempo era consideravel*. Acho acertada esta opinião, depois de comparar alguns ordenados da época... Tudo quanto se tem dito sobre a mesquinhez de D. Sebastião para com o cantor dos Luziadas é ocioso; provém de, ignorando a situação do paiz, terem desconhecido o valor da moeda e o preço dos viveres». («Vida e obras de Luiz de Camões», por W. Stork, pag. 708 da traducção feita pelo sr.^a D. Carolina Michaelis).

Os 15~~7~~000 reaes de tença annual haviam sido ordenados, por tres annos, por alvará de 28 de julho de 1572 («Doações de D. Sebastião»—Liv. 32, fl. 86 v.) e renovados, por igual periodo, pelas apostillas de 2 de agosto de 1575 (Ibid.—Liv. 33, fl. 229) e 2 de junho de 1578 (Ibid.—Liv. 44, fl. 119 v.). O vencimento era mandado contar a partir do dia 12 de março de cada anno, e era feito aos quarteis—segundo a praxe.

que vão de 1 de janeiro a 10 de junho do anno bissexto de 1580 — mas sim 164 ¹. Quer dizer, ao contrario do que se lê na propria «Ementa», o falecimento de Camões só terá occorrido no dia *doze* e não *dez*. Engano aliás de facil explicação em quem leu o diploma ou o apontamento fornecido, ou fez o respectivo registo ementario. *Dez* e *doze* facilmente se confundiriam numa ligeira e descuidada leitura de occasião, demais a mais sobre o pormenor que menos importancia poderia ter para o encarregado de tal registo.

Como se vê, o meu raciocinio parte do principio de que não ha erro na designação da verba a pagar, nem na determinação do *começo* do tempo vencido, a que essa importancia dizia respeito. Sobre estas premissas, é que logicamente sou levado á conclusão de que ha erro, para menos, na indicação do *extremo final* desse espaço de tempo, isto é, na fixação do dia do falecimento do glorioso autor dos *Lusiadas*.

O registo está manifestamente errado.

Storck applicou o mesmo raciocinio e admittiu a exactidão da importancia mandada pagar ; mas, aceitando como boa a fixação daquelle extremo final, chegou naturalmente a uma diversa conclusão : que a divida datava, não do primeiro de janeiro de 1580 — como se lê na «Ementa» — mas sim de alguns dias antes, isto é, desde o dia 24 de dezembro de 1579

¹ Storck (obra citada, pag. 726, nota 2) diz que, «bem feita a conta, resulta que a somma paga não corresponde aos 161 dias indicados, mas sim a 169». Quanto ao primeiro destes numeros, é manifesto que o autor allemão não se lembrou de que o anno de 1580 foi bissexto ; relativamente ao segundo, não o sei explicar senão como o resultado de uma operação arithmetica menos acertadamente effectuada.

inclusivè ¹, visto as contas que fez, lhe terem dado 169 dias em vez de 161, alias 162.

Concordantes em aceitar como exacta a verba de 67755 réis, a minha discordancia essencial com o illustrado e muito erudito autor allemão consiste primordialmente em elle admittir como incontroversa uma data (10 de junho), que unicamente consta de um documento, que elle proprio é o primeiro a declarar menos exacto — a «Ementa», — ao passo que a outra (1 de janeiro), por mim admittida como verdadeira, tem por si não só o facto de ser este o principio do anno civil, e economico de então — o que a torna muito natural — mas tambem a circumstancia, ainda mais importante para o caso, de ser igualmente no mez de janeiro que começara para Luiz de Camões o atrazo de pagamento da tença correspondente ao anno de 1575, a qual lhe foi mandada pagar em 22 de junho do anno seguinte, como consta do Liv. 2.º de «Ementas», fl. 145 v., e da propria transcripção feita por Storck, a pag. 708, nota 5, da sua obra ².

¹ «Foi a 24 de dezembro de 1579 que o Camões se encaminhou pela ultima vez á thesouraria-mór da casa real, a fim de receber a parte da tença que se lhe devia desde que passara o ultimo recibo... Mas, porque escolheria o Poeta a vespera do Natal? Certamente porque mesmo na Mouraria festejavam o nascimento do Salvador, e a idosa senhora D. Anna de Sá tinha desejos de, cumprindo com os velhos preceitos, juncar o soa-lho de flores, ter castanhas ao braseiro e uma mesa bem posta e guarneci-da de algumas iguarias além das quotidianas».

Se o resultado do calculo ao menos coincidis-se com o dia 12 de dezem-bro, em que se vencia o terceiro quartel da tença!...

² Publicando esta «Ementa», diz o sr. dr. Theophilo Braga que por ella se vê «que o poeta não recobeu a tença que lhe pertencia desde Janeiro e que terminava em 12 de Março de 1275, nem tampouco a nova mercê, a começar d'esse dia em adiante até 22 de junho de 1576... De janeiro de 1576 a 22 de junho de 1576, achou-se Camões privado dos recursos econo-micos da sua mesquinha tença» — («Camões—Epoca e vida». Porto, 1907, pag. 778 e 779).

A «Ementa», como se vê pela propria transcripção feita pelo sr. Dr. Theophilo Braga, apenas se refere aos 15:060 reaes «que lhe são devidos de sua tença do anno passado de 1575, que lhe não foram levados no ca-derno do Assentamento do dito janeiro, nem pagos em parte alguma por a provisão da dita tença não estar assentada no Livro da Fazenda».

E' porém, tão natural a data em que a «Ementa» fixa o extremo inicial do tempo decorrido e por pagar, que o mesmo autor allemão chegou a acrescentar, com relação ao atrazo de 1575: «O thesoureiro esquecera em *janeiro* de incluir no orçamento das despesas, relativas ao anno de 1575, a mercê com que o monarcha promettera agraciar o Poeta, e sem o respectivo assentamento a paga não se podia effectuar».

Em conclusão. Dentro do periodo limitado pelos dois mencionados extremos— 1 de janeiro e 10 de junho— não cabe o numero de dias a que corresponde a importancia de 6755 réis. A não ser, pois, que se demonstre ou prove, que o erro do registo feito nas «Ementas» consiste apenas na indicação da da importancia vencida, ou na fixação do extremo inicial em 1 de janeiro— ha todo o direito em não aceitar, como sendo o da morte de Luiz de Camões o dia que a Commissão do Centenario e a Vereação municipal de Lisboa aceitaram ou escolheram, e os poderes do Estado na monarchia e na republica sancionaram, para celebrar-se o passamento do glorioso Epico.

Em quanto uma tal prova se não produzir—e visto nenhum outro documento até hoje conhecido a isto se oppor— é licito assentar que o filho de Luiz Vaz de Camões e de Anna de Sá faleceu a *doze* e não a *dez* de junho.

*

Pelo que respeita ao anno do falecimento, seria demasiada ousadia da minha parte affirmar que elle tambem está errado na «Ementa» em questão. Tal não posso, nem devo fazê-lo. Faltam-me as provas, e ai da Historia e da Critica historica se, desacompanhado de provas e de documentos, alguém se aba-

lança a negar o que a Historia documentada nos attesta e affirma. E mais imbecil, leviano ou temerario do que ninguem seria eu, se tal fizesse.

De ha muito, porém, que no meu espirito umas duvidas se formaram e me acompanham, sobre este ponto.

Diz Storck (pag. 752): «E a data 1579 é falsa».

Será verdade que Camões não morreu em 1579, ao contrario do que constava do epitaphio mandado fazer e collocar sobre a sepultura de Camões pelo tambem poeta e seu grande amigo D. Gonçalo Coutinho ¹, fidalgo de quem a tradição, registada por Barbosa Machado, diz «que muitas vezes o tinha por hospede na sua Quinta de Vaqueiros»?!

Deverá admittir-se que D. Gonçalo Coutinho — cujo pae faleceu a 4 de agosto de 1579 ² — tivesse confundido o anno da morte do seu amigo com o da do pae, mandando insculpir o anno 1579 em vez de 1580?! ³ Pelo contrario, não será mais razoavel reconhecer-se que, por ser o anno de 1579 duplamente memorando para o filho e para o amigo, é que nos epitaphios dos dois mortos D. Gonçalo mandou gravar o mesmo anno?!

E' costume escrever-se que este epitaphio foi man-

¹ «Ac velut Orphaeo revocasti munera amicum
Orphaeus existet nominis ille tui».

(Epigrama de Fr. Luiz de Sousa, dedicado a D. Gonçalo Coutinho, na já mencionada edição das *Rimas* de Camões, de 1595).

² Assim o verifiquei pessoalmente, sobre a respectiva sepultura, na igreja parochial da freguezia de Vaqueiros, no verão passado. Opportunamente trarei a publico os apontamentos que ando colligindo sobre esta Quinta e Morgado do mesmo nome, cuja instituição data de 1519.

³ Diz o sr. Dr. Theophilo Braga a pag. 806, alludindo á peste que grassou em Lisboa em 1579 e 1580: «Este erro não proveio da ignorancia da facta, mas do syncrétismo dos dois annos de 1579 e 1580, em que a mesma peste grassou terrivelmente.»

dado fazer 16 annos passados sobre o obito do Poeta, isto é, em 1595; e para isso se baseiam os que tal escrevem, na dedicatória que, a 27 de fevereiro deste anno, fez a D. Gonçalo o mercador de livros Estevam Lopes, na edição das *Rimas* do mesmo anno. A passagem é esta: «Mas como não ey de exalçar até o ceo a magnifica & mui heroica obra que v. m. fez em dar sepultura honrada aos ossos deste admiravel varão que pobre & plebeiramente jazião no Mosteiro de Santa Anna. Tomou v. m. á sua conta a obrigação commua, não deste Reino soo, mas de toda a Espanha e assi recolheo para si toda a gloria que a toda esta prouincia viera, se por tão deuida obra se ajuntara».

Quanto a mim, este trecho não nos diz que a sepultura de Camões foi feita no referido anno de 1595; apenas nos obriga a reconhecê-la como já existente anteriormente á data da dedicatória. Nestes termos, tanto poderemos dizer que ella foi feita 15 annos depois da morte do Poeta, como passados menos annos ¹.

Como quer que fosse, pergunto eu ainda: Acaso algum escriptor — mesmo dos que viveram mais pro-

¹ Severim de Faria disse: «...pouco depois de seu fallecimento, movido Dom Gonçallo Coutinho do zelo da patria, a quem o Poeta tinha tanto merecido, lhe mandou cobrir o lugar da sepultura com huma campa de marmore com este epitaphio: Aqui jaz Luiz de Camões, Principe dos Poetas de seu tempo: viveo pobre, & miseravel, & assi morreo o anno de 1579. Esta campa lhe mandou aqui pôr D. Gonçalo Coutinho, na qual se não enterrará pessoa alguma».

A' cerca deste epitaphio diz Fr. Fernando da Soledade, chronista da Ordem de S. Francisco, a que pertencia o Convento de Sant'anna: «No Prologo, que compos Pedro de Mariz, & anda no principio dos Comentários feytos pelo Licenciado Manuel Correa aos *Lusiadas* deste famoso Poeta, se acrescentou ao solredito estas palavras, *Viveu pobre, & miseravelmente, & assim morreu*. O mesmo achamos em a ultima impressão d's suas obras, que sahio á luz no anno de mill & settecentos & dous: & taes clausulas não apparecem na pedra da sepultura» (Historia Serafica—Chronica da Ordem de S. Francisco, tomo 5.º, 1709, pag. 528).

ximo da epoca de Camões — rebateram esse registo epigraphico da Igreja de Santanna?! Reproduziram-no, a começar em Pedro Mariz, mas nem duvidas levantaram a tal respeito. E assim se passaram quasi 3 seculos. Só depois de o visconde de Juromenha descobrir a «Ementa» de 13 de novembro de 1582, é que o anno de 579 passou a ser substituido pelo de 580 (blXXX).

Como se viu e se vê, este registo é posterior cerca de 2 annos e meio não só ao espaço de tempo a que correspondiam os 6755 réis, mas tambem á ahi indicada morte de Camões. O facto não me merece reparo, sob o ponto de vista da importancia a pagar: tanto fazia que os 164 dias vencidos fossem do anno de 1579 ou 1580, ou qualquer outro. Registemo-lo, porém, e não deixemos de considerar a possibilidade de o encarregado do registo ter escripto bixxx, em vez de blxxix. Quem escreveu *dez* por *doze* bem poderia ter commettido tambem estoutra inexactidão.

Na mesma pagina encontram-se mais 5 «Ementas». Com excepção da primeira, que é de 1581, todas ellas são de 1582. A antepenultima é de 25 de junho e diz respeito tambem a 1580; a penultima tem a data de 22 de outubro e é respeitante a 1577 e 1578; a ultima é de 30 de julho e concernente a 1579-1581. Para notar é ainda o seguinte: as tres «Ementas» immediatamente anteriores ás 6 da fl. 137 v. são datadas do mez de novembro do sobredito anno de 1582.

Quer dizer: 1.º não ha ordem chónologica no registo; 2.º por vezes, e nomeadamente na «Ementa» relativa a Camões, a ordem de pagamento é posterior dois annos e meio e mais, á epoca a que a divida se refere.

Conjuguem-se, pois, todas estas circumstancias que resultam do exame desta parte do registo emen-

tario, approximem-nas dos dados com que formulei as minhas perguntas de ha pouco, e digam-me os leitores se me é licito ou não manter-me na duvida de que o anno da morte de Camões não haja sido o de 1579.

Seguindo o trilho aberto por Storck e girando em volta de um apertado circulo vicioso, diz-nos, porém, o sr. Dr. Theophilo Braga, logar citado: «Antes da descoberta do documento que fixa o falecimento de Camões em 10 de Junho de 1580, já se podia provar, que ainda vivia o Poeta em 24 de Dezembro de 1579:— Para receber a sua tença tinha Camões de provar a rssidencia na côrte ou ir pessoalmente receber-a á thesouraria-mór como inscripto na Moradia dos fidalgos da Casa Real. Tendo ficado por cobrar os quartéis que lhe pertenciam a contar do comêço de Janeiro a Junho de 1580, inferiu o Dr. Storck, que os 7755 reis pagos a sua mãe, correspondem a 169 dias (á razão de 15000 reis por anno) e que portanto fôra *pessoalmente* receber o seu ultimo quartel em 24 de dezembro de 1579».

«Já se podia provar»?!. . . Como?!

Salvo erro e melhor conceito das palavras do illustre Professor, alem d'um bem manifesto circulo vicioso, o que resulta é a conclusão— bem verdadeira, por signal— de que sómente pela «Ementa» de 13 de novembro de 1582 é que Storck poudé concluir, aliás erradamente (a meu ver) e por processos menos seguros e exactos, que Camões fôra *pessoalmente* receber uma parte da sua tença em 24 dezembro de 1579 á thesouraria da Casa real.

Ajuda, 8 de junho de 1912. — *Jordão de Freitas.*

II

Sr. Redactor.—Acabo de ler com a maxima attenção o artigo que o meu amigo e sr. Jordão de Freitas hoje insere no *Diario de Noticias*, subordinado ao titulo «Quando morreu Camões»

Quanto a mim, julgo não restar duvida de que o grande epico faleceu a 10 de junho, e se não vejamos:

Tanto Storck como o sr. Jordão de Freitas baseiam as suas duvidas no facto da soma paga, na importancia de 6:755 riae, não corresponder aos 162 dias discorridos, naquelle anno, de 1 de janeiro a 10 de junho, iste em relação á tença de 15.000 reis anuais.

Mas qual foi a formula arithmetica de que serviu o thesoureiro para liquidar (permitta-me o termo mais moderno) os 6:755 riae? Esta é que é a base da discussão. Ora, se dividirmos os 15.000 riae por 12 mezes, encontramos 1250 riae e estes por 30 dias resultam 41,666.

Para arrendodar o thesoureiro teria escrito 41,7 e multiplicando então pelos 162 dias achou os riae de que resa o documento a f. 173 v. do L. 3.º das «Ementas existentes na Torre do Tombo. Seria isto?

Pela publicação muito agradecido me confesso — De v., etc., — *João G. Fernandes.* — Ajuda 10 de junho de 1902.

(Cit. *Diario* n.º 16733 de 12-6-912)

III

No *Diario de Noticias* n.º 16:731 de 10 do corrente, propoz-se o sr. Jordão de Freitas, bem conhecido e festejado homem de letras, provar, em con-

trario do que geralmente está admitido, que Luiz de Camões morreu a 12 de junho. E, cousa notavel, baseia a argumentação, com que pretende demonstrar a sua tese, precisamente no documento que o visconde de Juromenha tornou conhecido, e se encontra no liv. 3.º das «Ementas», existentes na Torre do Tombo, e no qual clara e nitidamente vem indicado o dia, o mez e o anno da morte do poeta — 10 de junho de 1580.

O documento, transcripto no citado numero do *Diario de Noticias*, reza assim:

«bj bij lb. rs no thz.º da chr.ª da casa do civil a Ana de Sá may de luis de camoes q deos aja por outros tantos q ao dito seu f.º erão devidos do primr.º de janr.º do anno blxxx até dez de junho delle e q faleceo, a razão de xb rs por anno de tença, em Lx.ª a xuj de nr.º de iblxxxij per dõ dr.º de castelbrc.º» ¹

*

*

*

Da leitura da Ementa conclue-se:

a) — que a Luiz de Camões fôra concedida uma tença de 15#000 rs. anuais;

b) — que na data da sua morte lhe era devida a quota parte dessa tença importando em 6#755 rs.;

c) — que a origem da contagem do tempo correspondente a essa divida era o primeiro de janeiro;

d) — que a morte do grande épico aconteceu a 10 de junho.

¹ Os numeros bi hij lb e xp parece estarem inexactamente escritos devendo ser bj bijc lb e xp, respectivamente.

Com estes dados formula o sr. Jordão de Freitas o problema, que se propõe resolver, assim :

Dada a importancia de uma tença anual—15#000 réis; a origem da contagem do seu vencimento—1 de janeiro; e a quota parte dessa pensão—6#755; determinar o tempo ou o numero de dias a que correspondem esses 6#755 rs. e por consequencia a data da morte de Camões.

Feitas as operações aritmeticas, diz o sr. Jordão de Freitas, acha-se que o numero de dias correspondentes aos 6#755 rs. é 164; e por consequencia começando a contá-los a partir de 1 de janeiro, e atendendo a que o ano de 1580 foi bissexto, chega-se á conclusão que a data da morte de Camões é 12 de junho.

Ha portanto na Ementa um erro, inexactidão ou equivoco, aliás facil de explicar, quando fixa a morte de Camões em 10 de junho.

Tal é a sumula da argumentação do sr. Jordão de Freitas, a qual, salvo o devido respeito, se me afigura insustentavel.

*

*

*

Fazendo as operações aritmeticas a que o sr. Jordão de Freitas alude, mas não pormenorisa, obtem-se, para o numero de dias, correspondentes aos 6#755 rs. — 162 ou 164, desprezando fracções, conforme a considera o ano de 360 dias, ou 365 ou 366— 1580 foi bissexto; o que debilita já extremamente a argumentação de s. ex.^a, visto ser este numero — 164 a pedra fundamental sobre que ela assenta, e poder discutir-se se na realidade é — 164 ou 162.

Mas onde, em meu parecer, a argumentação do sr. Jordão de Freitas peca insanavelmente, é na forma

de pôr o problema em equação. Efectivamente s. ex.^a considera indiscutível a verba 6⁷55 rs., mas não se recorda que ela não podia ser determinada sem de antemão ser conhecido o numero de dias, a que corresponde e «que este é fixado pela data da origem da contagem e pela da sua terminação — data da morte do poeta» a incognita, para s. ex.^a, do problema. Não sendo admissivel, ou pelo menos sendo muito pouco provavel que de dados errados se deduzisse um numero certo, ou que de uma data certa se deduzisse um numero exacto para entrar na formação d'uma verba, figurando aliás errada ao assinalar o facto, que a tornou notavel.

Isto é, não se comprehende que o numero de dias, a que corresponda a quota parte da pensão 6⁷55 rs. — 164 como quer o sr. Jordão de Freitas — fosse deduzido da comparação das datas 1 de janeiro e 10 de junho, esta ultima a errada; e tambem mal se percebe, como sendo deduzida da comparação das datas 1 de janeiro e 12 de junho, ambas certas, esta ultima fosse transformada em 10 de junho, errada, ao fixar-se a data da morte de Camões.

Além disso, é facil o equivoco escrevendo «dez» em lugar de «doze»?

Não é muito facil, mas incontestavelmente é possível. Mas no documento original estará escrito «dez» ou «x», visto na epoca serem os caracteres, usados no sistema da numeração escrita, as letras do alfabeto? Se está escripto «x», então como «doze» se representava por «xij», o erro ou equivoco é mais difficil de explicar. Não tendo porém visto o documento, senão na transcrição do *Diario de Noticias*, e não tendo possibilidade, na ocasião presente, de o poder examinar, limito-me apenas a formular a hypothese, provavelmente injustificada.

*

*

*

Da Ementa consta — a importância de tença 15 000 rs. anuais — «indiscutível»; — a origem da contagem do tempo por que ela era devida 1 de janeiro — indiscutível, não obstante observações do falecido Dr. Storck; — a data da morte de Luiz de Camões 10 de junho — que é um facto, e que até prova em contrario se deve considerar «exacta»: sendo apenas discutível por variavel, a quota parte da tença devida ao poeta na occasião da sua morte, que depende da importancia da tença, e do tempo porque é devida, e que se obtem por meio de uma operação aritmetica, sujeita por isso a erro.

O sr. Jordão de Freitas, salvo o devido respeito poz o problema mal, devendo em lugar de querer os elementos constantes da Ementa deduzir a data da morte de Camões, limitar-se a operar, como fatalmente procedeu quem determinou a quota parte da tença de 15 000 000 reis, devida a Ana de Sá, pelo tempo decorrido desde um de janeiro de 1580 até á data da morte do immortal épico; e se o resultado fosse igual, ou sensivelmente igual — podendo a differença se existisse, explicar-se por equivoco de copista — á verba 6755 rs. que consta da Ementa, concluir que a data de 10 de junho, na mesma indicada era na realidade aquella em que Camões deixou de existir.

O problema deve pois, em meu entender, ser posto assim:

Dada uma tença anual de 15 000 000 reis; a origem da contagem do tempo para o seu vencimento — 1 de janeiro; a data em que findou essa tença — 10 de junho; determinar a quota parte dessa tença devida

pelo tempo, que decorre de 1 de janeiro a 10 de junho. E comparar depois o resultado encontrado, com o que consta da Ementa.

Dividindo 15#000 reis por 360 encontra-se $41 \frac{2}{3}$ e contando o numero de dias, que vão de 1 de janeiro a 10 de junho, notando-se que o ano, de que se trata é bissexto, encontra-se 162; e finalmente multiplicando 165 por $41 \frac{2}{3}$, encontra-se exactamente 6750 rs., cifra que não concorda com a que está inscrita na Ementa, mas que dela difere apenas em 5 reis, discordancia que se pôde explicar por erro da Ementa; conclusão identica a que chega o sr. Jordão de Freitas. S. ex.^a supõe que erro se deu em se escrever lá 10 de de junho, em vez de 12 de junho, e em se ter escrito 6#755 réis em julgar de 6750 rs.

O erro que eu supponho existir na Ementa, tem, pelo menos, explicação tão plausivel como a dada pelo sr. Jordão de Freitas — um simples equivoco de copista. No documento está bj bij.c lb rs., eu imaginei que devia ser bj. bij.c lrs.

Note-se que nos milhares ha um «b»; nas centenas outro «b»; que é de admirar, pois, que com a velocidade adquirida, e pela repetição dos «bb», o escrevente puzesse tambem adiante do «l» um «b»?

Não oculto que o equivoco seria mais facilmente explicavel, se fosse possivel escrever-se, e lá estivesse escrito «bl» em vez de «lb», mas ainda assim não me parece difficil de dar-se.

*

*

*

Em resumo de tudo quanto desataviada e atabalhoadamente deixo exposto, parece poder concluir-se com segurança :

—que efectivamente existe na Ementa um erro ou um equivoco;

—que esse erro ou equivoco consiste em lá estar escrita a verba 6\$755 rs. em lugar de 6\$750 réis; muito mais facilmente explicavel do que a suposição de se ter escrito dez, em vez de doze, quando estes numeros se referem a um facto, a um acontecimento, e aqueles ao resultado de uma operação aritmetica;

—que a data da morte do principe dos poetas portuguezes é indubitavelmente 10 de junho de 1580.

Luso, junho 1912.

V.

(Cit. *Diario de Noticias*, n.º 16746 de 25-6-912).

(*Continúa*).

Goa e seus suffixos gentilícios ¹

Como vejo com a maior satisfação ter v. recomendado as suas instructivas *Palestras* em que versa com proficiencia e esmero estudos da lingua, peço-

¹ Excerpto d'uma carta escripta pelo director desta revista ao sr. Castro Alves (dr. J. M. da Costa Alvares) a proposito d'um artigo do *Examiner*, de Bombaim, e publicada no *Heraldo*, de Pangim, n.º 1272 de 18 de setembro.

hoje um bocado de attenção para uma pequena palestra, a que me aza ensejo o *Examiner* de Bombaim.

O artigo editorial do n.º de 31 de agosto findo, d'esse importante semanario, é uma *Nota* sobre o uso de nomes em inglez, applicaveis a individuos de Goa, residentes no territorio britannico. Extensa é, mas a sua summula, na parte essencial que mais vem a ponto, é a seguinte:

*

*

*

Menciona e discute o illustre autor do artigo as palavras *Goanese* e *Goan*, julgando que a uma e outra corresponde *goez* na lingua portugueza.

Quanto a *Goanese*, remonta-o á primeira parte do seculo xix, invocando Cottineau, que frequentes vezes o empregou na sua *History of Goa*. Ao mesmo tempo cita um autor inglez que, em 1850, escreveu *Govanis* (fazendo-lhes referencias derisorias, note-se), e d'ahi deduz que *Gove*, antigo nome de Goa, tivesse dado origem a *Govani* com o plural *Govanis*, que gradualmente passou a *Govanese* e *Goanese*.

Relativamente a *Goan*, diz que esta palavra apparece pela primeira vez por 1885, n'um livrinho do sr. J. A. E. da Silva, sendo certo que, anteriormente, não estaria em voga em portuguez, nem em vernaculo, e, menos ainda, em inglez. Acrescenta que, durante a questão do Padroado, o sr. Silva iniciou um movimento para ser o tradicional *Goanese* substituido por *Goa*, que foi logo adoptado pela fracção educada da comunidade e nos titulos de algumas instituições. Em outro passo declara tambem que, nos primeiros tempos, em que o corpo dos immigrants de Goa era principalmente limitado ao serviço de

domesticos, se lhes applicou o *Goanese*, que significa aliás um individuo de Goa, associando-se assim essa denominação a idéa de inferioridade social e de falta de cultura e educação.

Evidentemente o assumpto da *Nota* interessa, por igual, tanto aos nossos emigrados (conforme o ultimo censo da Presidencia de Bombaim, vivem ahi 49.546 naturaes de Goa), como á nossa população de facto, porquanto duvida alguma pode haver em que esses dois nomes gentilicios procederam primeiramente de Goa, e passaram depois com a necessaria adaptação linguistica para o idioma inglez. Não acha, pois, justo, sr. Castro Alves, registar tão curioso artigo e, a um tempo, vêr o que tem succedido aqui, a dentro d'este territorio, desde que é portuguez?

*

*

*

Cinco são—que me conste—os suffixos gentilicios de Goa, que se tem usado em portuguez: *goanense*, —*goense*, —*goano*, —*goez*, —e *goanez*.

Goanense — parece ter sido o mais antigo. Apparece já em latim (*goanensis*, e) em documentos ecclesiasticos do seculo xvi (veja-se por exemplo o Breve *Pastoralis officii*, de 13 de dezembro de 1572), e é de presumir que seria então corrente em portuguez. De industria alludo a documentos em latim, porquanto foi consideravel em Goa a influencia d'essa lingua sobre o ensino do portuguez, ou, melhor, pelo latim se chegava a estudar completamente o portuguez.

No decreto de 28 de janeiro de 1788, pelo qual mandou executar as as Constituições archidiocesanas,

o arcebispo D. Fr. Manoel de Santa Catharina escreve em tres logares *goanense*. O eminente lexicographo, sr. Candido de Figueiredo, não o menciona no seu *Novo Diccionario* da lingua portugueza. Hoje inteiramente em desuso.

O *Goanese* inglez parece, pois, filiar-se antes no correcto *goanense* ou *goanensis*, do que no rasteiro *govanis*. Era muito facil supprimir alli o segundo *n*. Cottineau era sacerdote catholico romano e um erudito. Esteve em Goa ¹, de convivio apenas com o alto clero secular e regular. Não seria, portanto, natural que escrevesse sob a influencia da terminologia latina ou portugueza? Demais, reteria-se a homens e cousas do proprio territorio de Goa, e não á humilde classe dos *govanis*, com tão immerecido menosprezo tratados, annos depois, pelo tal escriptor inglez.

Goense — Não se vê muito em documentos ou publicações de Goa. Usado por alguns escriptores antigos e modernos da metropole. Inscripto no citado *Novo Diccionario*.

Goano, a — Corrente no seculo findo, ainda em latim (*goanus, a, um*) e em documentos emanados de Roma. Simultaneamente com o *goanensis* na Bulla de confirmação do arcebispo Amorim Pessoa (1862). Incluido tambem no referido *Novo Diccionario*. Usou-o mais d'uma vez Camillo Castello Branco

¹ *Spent some years at Goa*, diz o *Examiner*. Não é assim. Cottineau esteve em Goa apenas desde 24 de novembro a 29 de dezembro de 1827, nms 36 dias, mas bem aproveitados (veja se o seu *Journal* em francez, publicado na revista *Instituto Vasco da Gama*, III, 426 e 287).

(*Doze casamentos felizes*, IX) ¹, mas vêr-se-á logo que depois adoptou outro.

Tinha, pois, o sr. Silva um bom e seguro precedente em portuguez a seu favor, ao contrario do que se affigura ao *Examiner*, para formar o *Goan*, em substituição do *Goanese* que lembrava baixesa e concitava desdém.

De alguns annos a esta parte tem ido, porém, o termo *goano* desaparecendo da circulação. Visto confundir-se na expressão verbal, principalmente na terminação masculina, com uma outra que os leitores conhecem, evitam já muitos o seu emprego. Verdade seja que o dr. Garcia da Orta observou: «as cousas não são sujas, senão quando as dizem os sujos e com não limpa intenção». Mas nada se perde, antes muito se lucra, pondo de parte o que é dispensavel, tanto mais que, no caso, é facil utilizar-se de outro termo, que entrou em uso sob a égide d'um mestre da lingua, de incontestatada supremacia. Refiro-me a

Goer, a, — Que eu saiba, este vocabulo não partiu de Goa; deve-se a Camillo Castello Branco, que já tinha, aliás, escripto, como vimos, *goano*, mas a quem, mais tarde, provavelmente não sôou bem tal termo pelo mesmo apontado motivo. O insigne romancista, que enriqueceu a lingua com um semnumero de vocabulos, exhumando uns de vetusta livralhada (termo tambem d'elle, v. *A queda d'um anjo*) e

¹ No logar citado nota-se um pequeno senão historico. Trata-se da conversão e casamento da Princeza do Meale «em 1557 no viso-reinado de Martim Affonso de Souza.» Ora Martim Affonso foi governador e não viso-rei, desde 1542 até 1544. O grão caso da fôrmosa Meale succedeu em 1587 no governo de de Francisco Barreto. Di-lo o proprio *Oriente Conquistado*, citado pelo romancista. Ademais, Camillo era forte em historia, mas ... *quandoque bonus dormitat Homerus*.

creando outros, escreveu no *Mosaico*: «a goeça aceitára as propostas de casamento». O *Mosaico* é de 1868 e o romance *Doze casamentos felizes* de 1861. *Sapientis est mutare consilium*.

O sr. Candido de Figueiredo não o registou no seu lexicon, sendo porventura esta a razão por que, tendo-o já empregado v. aqui, contestou a legitimidade d'esse suffixo o estudioso escriptor, sr. Soares Rebello, nas suas *Contravenções linguisticas*. Preencheu, porém, essa e outras lacunas do *Novo Dictionario* o sr. A. A. Cortezão no seu excellente livro *Subsidios para o Dictionario completo*, publicado em Coimbra, ha doze annos. Não vae, pois, mal acompanhando quem escreve *goeç*. Também é a forma que o *Examiner* entende propria.

Goanez, a — Vejo-o empregado pela primeira vez no texto portuguez da ultima Concordata entre Portugal e a Santa Sé (23 de junho de 1886), artigo 5.º, sendo que no texto italiano as palavras correspondentes são *goani* e *goane*. O sábio diplomata, que negociou por parte do nosso governo esse convenio, tambem o usou no seu relatorio, mas não teve quem o seguisse. Eis dois exemplos comprovativos. Ao mesmo tempo que a Concordata e o relatorio de Martens Ferrão, publicou-se em Lisboa, vertido em portuguez, um artigo apologetico do novo acôrdo, escripto pelo Conde Eduardo Soderini e inserto no jornal *La Rassegna*, mas o traductor não se serviu da palavra *goanez*, sim, de *goano*. Da mesma fórma o Marquez de Rio Maior, que, em tres sessões, falou na antiga camara dos pares em favor da Concordata. Nada mais, que eu saiba.

D'onde proveio o *goanez*? Do francez *goanais*? E' possivel. Do inglez *goanese*? É mais que provavel. Em todo o caso, foi uma inovação que bem se podia

dispensar e que, pelo visto, não encontrou acolhimento em parte alguma.

*

*

*

Que diz a tudo isso, sr. Castro Alves? Para mim, os varios suffixos enumerados vem sobejantemente comprovar a inevitavel vicissitude das palavras, que o celebre venuzino pittorescamente descreveu na sua *Arte Poetica*, conferindo em summa ao uso o *jus et norma loquendi*.



Corrigenda — No fasc. antecedente, a pag. 163, lin. 11, onde se lê 1540, lêa-se 1510.

O ORIENTE PORTUGUEZ

9.º ANNO. 1912

N.ºs 11 e 12

— Novembro e dezembro —



UMA CARTA

De D. João de Castro á Camara de Goa

REFERINDO o violento e repetido assalto que, em novembro de 1547, o Hidalção fez ás terras de Salsete, estando D. João de Castro ausente de Goa, escreve Jacintho Freire de Andrade que, intentando o capitão da cidade, D. Diogo de Almeida Freire, ir desalojar o inimigo com a milicia da terra, e achando-se já prompto para marchar, se lhe oppuzéram os vereadores da camara (o governo da cidade), pedindo não passasse.

ávante, nem arriscasse com forças tão desiguaes a cabeça do Estado, antes esperasse o governador que estava em Baçaim «com armada cheia de soldados victoriosos, com que podia castigar o inimigo contra o qual levaria, como segundo exercito, seu nome e sua fortuna».

A contenda—acrescenta— promettia assumir graves proporções, mas felizmente acabou logo, concordando todos—soldados e cidadãos—em se dar aviso ao governador, «o qual, logo que entendeu que o governo politico se queria adjudicar a direcção da guerra, reprehendeu asperamente sua animosidade; e a D. Diogo de Almeida agradeceu, confirmou a resolução de buscar o inimigo, ordenando-lhe que o esperasse em Pangim com a gente, onde seria em breves dias» ¹.

E' sabido o mais que não vem agora ao nosso proposito. A breve trecho voltou D. João de Castro; em Agaçaim juntou-se-lhe D. Diogo de Almeida com a sua tropa e cavallos; e infligiu-se á mourama um castigo exemplar, vencendo-se a batalha «com o nome de S. Thomé e em seu dia», ou seja a 21 de dezembro de 1547.



Em quatro palavras resume Jacintho Freire o que D. João de Castro mandou dizer á camara de Goa: *reprehendeu asperamente sua animosidade*. Mal teria, porém, imaginado o benemerito escriptor, mais empolado panegyrista do que biographo veridico e im-

¹ *Vida de D. João de Castro*, liv. 4.º, §§ 57 e seg.

parcial do «ultimo heroe portuguez no Oriente», que o seu laconismo, porventura propositado, estava já supprido por um contemporaneo do governador, o qual redigia silenciosamente as suas memorias, que, sómente após longos tres seculos, tiveram publicidade; pois demorada referencia á reprimenda faz o insigne chronista Gaspar Corrêa. Oiçamol-o textualmente, pois as suas simples e correntias descripções, além do cunho de fidelidade, são ás vezes tão magnificas, apezar dos seus barbarismos, que diante d'ellas em-pallidece toda a polida e elegante prosa da *Vida de D. João de Castro*.

«... tanto que o Gouernador partio de Goa logo capitães do Idalcão entrarão com muyta gente nas terras de Salsete, talhando, e queimando, e roubando, e forão sobre Mignel Rodrigues, que estava na tranqueira do pagode, onde já era capitão Aluaro de Caminha, que tinha até sessenta homens, e o cerquarão, sendo senhores de toda a terra. Sobre o que o capitão dom Diogo fez conselho na camara sobre o que deuião fazer; onde todos acordarão que logo passassem além ás terras com o mór poder que se pudesse ajuntar. O que assy assentado, logo se aperceberão todos, de pé e de cauallo, onde estando assy n'este aluoroço chegou a Goa a fusta com os tiros de Baroque, que o Gouernador mandaua, como já disse, e fizerão o que lhe o Gouernador escreueo, que do caes leuarão os tiros pola cidade. Com festas e enramados os levarão ao almazem e tambem se fez procissão pola vitoria, e com este negocio cessou a passagem além, porque muytos disserão que nom deuião de passar além sem primeiro o fazer saber ao Gouernador e agardarem pera fazerem o que elle mandasse, pois em poucos dias podia tornar a resposta. O que assi acordarão em nouo conselho que tornarão a fazer em camara, com que logo mandarão

catur ao Gouernador, dando-lhe conta de todas estas cousas e do primeiro conselho em que assentarão, e o tornarão a desfazer até vêr sua reposta, porque a tranqueira estaua segura.

Chegado este catur a Baçaim com este recado, ouve o Gouernador muyta paixão porque nom passarão além a dar nos mouros; ao que lhe logo mandou reposta, em que lhe muyto estranhou nom fazer o primeiro conselho; e escreueo carta á camara, muyto se queixando consentirem passar taes enjúrias em suas barbas, e que se deixarão de o fazer por acatamento de seo mandado, que por isso lhe daua muytas figas pera todos os que tomarão tal achaque, por nom passarem a deitar os mouros fóra das terras. E que pois erão meninos que o nom sabião fazer sem mandado de seu pay, que estivessem assy até que lhe viesse dar a mama; que elle logo viria acodir aos seus meninos e ás molheres que estauão em Goa, onde cuidarão que tinha homens. E na carta lhe mandou muytas figas pintadas. E mandou o catur, e elle se ficou fazendo prestes, e recolheo toda a gente, determinando destruir todolos portos do Idalcão.» ¹

Não se acreditaria isto, se não estivesse escripto por uma testemunha fiel dos successos d'aquelle epoca!

Mereceria, porém, a camara de Goa censura tão aspera? Quaes teriam sido os motivos d'essa *muyta paixão* em que se inflamou o governador, a ponto de, esquecendo a mais elementar correcção, desfazer nos vereadores de maneira tão discomedida e naturalista (como hoje se diria), que roça pela soez grosseria?



Pelo visto a camara tinha muito boas razões para

¹ *Lendas da India*, IV, 615-616.

pedir a dilação da batalha a tão perfido e reforçado inimigo, até regressar o governador. Não queria que *se arriscasse com forças tão desiguaes a cabeça do Estado* (Jacintho Freire). *A tranqueira estava segura* (Gaspar Corrêa).

Que as forças eram de facto insufficientes para o acometimento, consta da carta que o proprio capitão D. Diogo de Almeida dirigiu a D. João de Castro em 25 de novembro de 1547, na qual, dando parte do succedido, lhe pedia 500 ou 600 homens de reforço, por ser pouca a gente de guerra que tinha e com pouca vontade de pelear! ¹

Em tal contingencia o procedimento da camara se nos afigura não uma covardia infame, mas uma prudente procrastinação, como a d'aquelle Fabio Cunctator da antiga Roma, habil e circumspecto em evitar pelas esquivanças, que lhe dêram o cognome, derrotas ignominiosas.

Mas ha mais. O governador, ao passo que avisou os vereadores de que, se eram *meninos*, lhes iria *dar a mama*, e, não se contentando com tão pittoresca monitoria, ainda lhes deu e desenhou na carta *muytas figas*, resolveu que o capitão da cidade esperasse por elle para ir buscar o inimigo. Consequentemente julgou indispensavel o adiamento, que era a unica cousa que a cidade requeria.

A que attribuir, pois, o gesto minaz do governador com a dadivosa remessa de armas de S. Francisco, sendo certo que, por todos os motivos, a camara lhe devia merecer as maiores attenções e o mais rendido reconhecimento? Fôra quem generosamente lhe emprestára mais d'uma vez dinheiro para as campanhas

¹ Cit. *Vida*, ed. de Paris, 1869, pg. 359.

de Diu, — quem, poucos mezes antes, o recebêra, victorioso da soberba Cambaia, com solemnidade de triumpho, nunca d'antes vista ! E quando lhe ponderava um negocio de excepcional importancia — a segurança do Estado — era tão rudemente tratada ?!

Ha infelizmente d'estes contrastes extranhaveis na vida ainda dos espiritos mais alumiados, e que têm por unica explicação as obsessões, impulsões, phobias e quanto a psychiatria modernamente tem descoberto e vae descobrindo para justificação de anormalidades de vária natureza. No caso, e ao tempo a que remontamos, estava D. João de Castro visivelmente sob a nociva influencia d'uma profunda neurasthenia. Era um doente.

Principiára a sê-lo desde a tragica morte do seu querido Fernando, e cada dia se lhe aggravava esse desgosto que, segundo presume Diogo do Couto, lhe abreviou prematuramente o termo da vida.

Para cumulo, aos fumos das victorias de Diu e do triumpho de Goa, que lhe mal restaurára o cansaço da sua trabalhada vida, seguira, a poucos mezes andados, uma temerosa crise que o assoberbava, torturando-lhe cruelmente o espirito.

É ainda Gaspar Corrêa que nol-a descreve em sombrio quadro, exuberantemente revelador, no molde estreito da sua narrativa, da gravidade das circumstancias e do estado d'alma, em que se achava D. João de Castro, quando recebeu em Baçaim a noticia da invasão de Salsete e da deliberação tomada em Goa. Tomemos mais essa bella pagina ás *Lendas*:

«Tornado assy o Governador a Baçaim, que era já em dezembro, que compria escrever pera ElRey para mandar a Cochym as naos, estando hum dia praticando com os fidalgos, lhe pediu perdão, porque elle tinha muyto que escrever a ElRey e outras pessoas que lhe compria; que portanto lhe pedia que

o nom buscasem, porque elle se auia de ençarrar e escreuer, porque lhe tanto compria. Então se foi antre humas ortas, lugar excuso, onde tinha suas guardas, e estaua só escreuendo todo o dia e parte da noite, onde o mais do tempo passaua em passear e maginar suas cousas e tamanhos encargos que tinha em aberto, e mormente a guerra de Cambaya, que nom via caminho pera nunca se assentar; o que era causa da India se perder, se durasse, porque nom correndo mercadorias pera Cambaya, nem de Cambaya corrião pera fóra, as rendas de Baçaim, Goa, Ormuz, Malaca, todas se perdião, e os rendeiros lhas emcapauão; com que lhe faltaua o dinheiro que auia mester pera muytas despesas que recreciam, e mormente a perseguição da pobreza da gente, com que o muyto agoniavão; polo que seo espirito era em muyta agonia. E afora isto sabia que a gente mormuraua e praguejauão d'elle dizendo que se escondia da gente, com achaque de escreuer, porque lhe nom pedissem de comer; e taes cousas que estaua como doudo de paixão e agastamento»¹.



Doudo de paixão e agastamento: e tudo fica assaz elucidado.

Não ha que duvidar. Era já um doente physica e moralmente. Esquecia-se, por vezes, de quem era. A nevropathia continuava a lavral-o profunda. Assim vêmos, pelo mesmo tempo, um outro exemplo comprovativo: o celebre védor da Fazenda Simão Botelho queixar-se a el-rei de que, tendo feito observações

¹ Cit. *Lendas*, IV, 614-615.

sobre aforamentos das aldêas de Baçaim a D. João de Castro, que liberalmente os havia concedido, este lhe respondera *com palauras que nom são pera dizer!*¹ Talvez alguma phrase realista de desprezadora energia; alguma injuria de tarimba, quem sabe?

Não é, pois, de extranhar que, por esse andar, a camara apanhasse tambem a sua conta.


A antiguidade tinha já dito: *nullum magnum ingenium nisi mixtura quadam dementiae*. A sciencia moderna exprimiu-se mais breve e melhor: *o genio é uma nevrose!*

J. A. ISMAEL GRACIAS

¹ «As terras deminuiram do arrendamento pasado mais de quatro mil pardaos, por causa das aldeas que o vice-rei deu e aforou aos portuguezes; e já o anno pasado screpvy a vosa alteza como elle as começaua de aforâr, e como em goa lhe disera que me dirião que hera muito em prejuizo da fazenda de vosa alteza, ao que me ele respondeo que nom tinha que dar aos homens, e ysto como palauras que nom são pera dizer...»,—Carta de Simão Botelho, de 24 de dezembro de 1548, nos *Subsidios para a historia da India Portuguesa*. O vedor da fazenda refere-se a D. João de Castro como *vice rei*, titulo que teve este em maio de 1548, poucos dias antes de fallecer.

O DR. J. WILSON EM GOA E DAMÃO

O wad some power the giftie gie us,
To see ourselves as ithers see us. — *Burns.*

UMA biographia, em inglez, do afamado missionario protestante e erudito orientalista, o rev. dr. John Wilson, encontrei os seguintes extractos do seu diário, relativos a Goa — que elle visitou duas vezes «expressamente para a circulação das Biblias e outros fins missionarios», sendo a primeira em 1834, em companhia do rev. James Mitchell e de Capela (José Valerio Capela?), e a outra em 1837, — e a Damão, onde esteve em 1835. Como são notas e impressões d'uma pessoa importante, de nacionalidade e religião differentes, dou-as aqui traduzidas mais com o fim de se «saber o que os outros pensam de nós».

*

*

*

«Tiracol, 28 de janeiro 1834. Logo que chegámos, fomos visitar a fortaleza, que está a cargo de um ve-

lho official, capitão Silva, o qual está na India ha 44 annos e não espera voltar para Portugal, que deixou quando tinha 14 annos d'idade. Conversámos com elle sobre os negocios politicos de Portugal e outros assumptos. Contou-nos que, havia duas semanas, D. Maria tinha sido proclamada em todo o territorio de Goa e deu-nos para lér algumas *ordens do dia*. Informou-nos ainda que toda a provincia estava em perfeito socego. Tendo-lhe offerecido uma Biblia em portuguez, disse-me que o unico livro que lia, era um pequeno tratado sobre os martyrios de Christo por Almeida, mas mostrou vontade de acceitar a Biblia, contanto que o seu padre lh'o permittisse. Chamado o padre, tive com este uma longa conversação em latim. Elle permittiu ao capitão receber a Biblia e tendo-lhe eu offerecido tambem a elle um exemplar, respondeu: *Habeo tibi gratias*. Poz-me ao facto do estado da Egreja Romana no territorio de Goa e da minha parte tambem lhe descrevi o estado e os principios da Egreja d'Escossia e Inglaterra. Apresentou-nos a sua capella, observando *parva est*. Apontando para as differentes figuras do altar, designava-as por *imago Salvatoris, imago Mirificae Virginis, imago Sancti Antonii* etc. Em seguida teve logar o seguinte dialogo:

J. Wilson—*Usus imaginum in ecclesia est contra Dei secundum mandamentum.*

Padre — *In Novo Testamento imaginum usus permittitur.*

J. W.—*In quo loco permissio invenitur?*

P.—*Nescio, sed hoc scio, Ecclesia Romana permittit.*

J. W.—*Ecclesia Romana permittit et Deus interdixit.*

P.—*Idolatria non est.*

J. W.—*Sic aiunt Brachmanes.*

Despedimo-nos amigavelmente, promettendo o padre visitar-nos pela tarde e assim o fez. Durante o

passeio, procurei informar-me dos seus sentimentos theologicos. Disse-me que cria na doutrina de predestinação *ante merita cognita*, segundo os principios de Agostinho e exprimi a minha conformidade com as suas opiniões. Conversando sobre o celibato clerical, affirmou *in hac civitate pauci presbyteri mulieribus furtive utuntur*, ao que logo respondi que sua admissão era uma prova da inconveniencia do voto de observar o celibato, feito por todo o clero romano. Poucos ou nenhum dos padres, diz elle, sabem a lingua grega ou hebraica. Citei a traducção da Vulgata por S. Jeronymo, como prova de que antigamente a Igreja Romana não era adversa ao uso das Escripturas na linguagem melhor comprehendida pelo povo. Elle, que não tinha dado antes com esta circumstancia, admittiu que, como a *lingua latina nunc Romae non in usum est*, se devia fazer uma traducção italiana para aquelle paiz.

Comparando o procedimento dos missionarios romanos e protestantes, admitti a illustração e piedade do padre Xavier. Elle condemnou o uso de violencias na propagação do christianismo e lamentou as admissões grosseiras (*rash admissions*) na igreja visivel. Mostrou-se admirado dos auditorios com que nós eramos favorecidos, observando *gentiles in hac regione non audiunt*; aconselhei-o então a aprender as linguas d'elles e pregar-lhes as puras doutrinas do christianismo.

Mais tarde, quando o padre se retirou para a fortaleza, vieram á nossa residencia cerca de 20 habitantes da aldêa que examinei, dirigindo-nos em maratha que fallam d'uma forma um tanto corrupta.

Demos-lhes alguns livrinhos em portuguez e dois testamentos a tres ou quatro d'elles que sabiam lêr. Um destes trouxe, para nos aprêsentar, um grande volume *infolio*, a que chamava *Purana*. Era em ma-

ratha pracrito, mas escripto em caracteres romanos, e continha paraphrases de muitos dos discursos dos Apostolos, extractos da Biblia, notas sobre a historia da Egreja, refutações do hinduismo etc. É obra de immenso trabalho que acredita a illustração, paciencia, e piedade de alguns dos antigos missionários. Dizia o possuidor que costumava lêl-o ás assembléas á sua porta, á maneira dos brahmanes.»

De Tiracol dirigiu-se o dr. Wilson para Pangim n'um tone, lendo durante a longa travessia o *Historical Sketch of Goa*, de Cottineau, e a Biblia em latim *para ganhar facilidade na conversação*. De Pangim escreve o seguinte :

«29 de janeiro 1834. Parámos á bocca do rio de Goa por quasi meia hora até que obtivemos permissão para desembarcar em Pangim ou Nova-Goa. O aspecto do paiz, pela apparencia das aldêas, egrejas e fortes, é differente de tudo quanto tenho visto na India. O desembarque em Pangim fez-me lembrar muito a cidade do Cabo. As casas, geralmente fallando, são solidas e caiadas de branco; muitas são sobradadas e têm tectos unidos e cônicos para cada compartimento no andar superior. Pouco depois de nos sentarmos, approximou-se de nós um grande numero de individuos, offerecendo seus serviços. Algumas das propostas que fizeram, causaram-nos uma impressão muito desfavoravel com respeito á moralidade do paiz e ao comportamento dos nossos conterraneos que vêm visital-o. Respondemos-lhes com a devida indignação e censura.

Dois padres da egreja de Pangim tiveram discussão commigo. Estavam, como os outros padres, anciosos em obter livros. Dei-lhes, como a todos os padres com quem tive prática, uma Biblia em portuguez, outra em latim e um Novo Testamento. Offereci-lhes tambem uma copia de *Calvini Institutiones*. Non li-

cet nobis libros hereticos legere, responderam. *Joannes Calvinus, vir doctus et pius fuit; ejus opera legere vos decet*, foi a minha replica. Discutimos em poucas palavras os meritos da Reforma. O livro do reformador genovêz foi finalmente levado por aquelles a quem o tinha eu offerecido. Tive conversa sobre a religião pessoal com um joven de 20, que está ao presente estudando canones.

1 de fevereiro. — A primeira vista de Goa é magnifica, embora logo se reconheça que nada resta senão egrejas e alguns edificios publicos. Os muros da cidade estão hoje quasi completamente destruidos; mas como o dr. Claudio Buchanan, entrámos na cidade pelo portão do palacio, sobre o qual fica a estatua de Vasco da Gama, o descobridor do caminho pelo Cabo e um dos primeiros vice-reis da India. O heroe está de pé no alto *in vestibus quae decent tempora antiqua*. O primeiro edificio que visitámos, foi a egreja do Palácio (S. Caetano), que é um modelo exacto de S. Pedro de Roma, com arcos (cupula) no tecto. O altar principal é decorado em estilo que excede tudo quanto eu vi antes. O seu convento e os claustros são pequenos. Pertence aos theatinos, ordem que foi instituida na Italia por S. Caetano de Thiena e por João Caraffa (Papa Paulo IV), bispo de Theato. Estabelecidos em Goa no meado do seculo xvii, bem depressa aggregaram-se-lhes os naturaes do paiz, de modo que actualmente não existe nenhum europeu no convento, e d'entre os nativos só são admittidos os que pertencem á casta brahmane.

Vimos na egreja sentados nos confessionarios dois frades, que ouviam attentamente duas mulheres e murmuravam a absolvição. Muitas outras pessoas do sexo feminino estavam prostrando-se na egreja, esperando por sua vez para descarregar as consciências. Os theatinos são os mais afamados confesso-

res da colonia e sustentam-se quasi inteiramente das offertas dos supersticiosos. O seu numero raras vezes excede a quinze, e por causa da insalubridade do sitio vivem pouco.

Passando de S. Caetano para a Cathedral, vimos as ruinas, ou antes o local da Inquisição, que foi fundada em 1560 e cujo tribunal foi mandado supprimir em 1812, devido principalmente ás representações dos inglezes. Concorro perfeitamente com a unica observação que o dr. Buchanan faz sobre a egreja metropolitana — «E' digna de qualquer das principaes cidades da Europa».

Do Aljube fomos ao mosteiro de St.^a Monica, que é o unico convento de freiras em Goa, e que foi fundado por D. F. Aleixo de Menezes, arcebispo de Goa, lá por 1500, e por elle dedicado á mãe de Agostinho. O exterior do edificio não tem nada de notavel. Não tendo accesso ao claustro, fomos dirigidos á sala publica onde encontrámos a abbadessa e a prioreza, sentadas n'um compartimento visinho, separado por uma grade de ferro, d'onde só podiam ter communicação connosco. Eram ambas europeas (?), muito asseadamente vestidas de branco, tendo cada-dò duas ou tres serventes. Tendo entrado promptamente em conversação connosco, soubemos que a abbadessa entrára no convento quando contava 15 annos d'idade, e residira dentro das suas paredes durante 44 annos; a prioreza entrou em 1818; ella còrou quando o sr. Capella lhe disse a brincar que, em vista das alterações politicas que se davam em Portugal, ella teria permissão para deixar o convento e casar. A abbadessa contou-nos que, incluindo as noviças, havia actualmente 30 freiras no estabelecimento. As europêas pagam 1.000 rupias *per annum* e as naturaes o duplo d'esta somma na entrada. Os fundos da instituição estão hoje bastante reduzidos pela perda de

suas propriedades. Recebe do governo 1.000 rupias annuaes. As freiras occupam-se em fazer rosários, trabalhos de agulha, doces e conservas. Comprámos-lhes alguns artigos e offerecemos-lhes um Novo Testamento em portuguez, que a abbadessa recusou acceitar, allegando que não podia tomar sobre si tal responsabilidade. A prioriza porem acceitou-o promptamente, como tambem algumas outras cartilhas, e beijou-o dizendo que sempre havia de orar por nós.

Justamente ás 2 h. vimos abertas as portas do convento de S. Agostinho, cujo prefeito e o prior Fr. José se offereceram a mostrar-nos todo o edificio, que é quasi tão extenso como o da Universidade de Edimburgo. «Poucas cidades na Europa, diz o sr. Cottineau, podem orgulhar-se d'um edificio mais bonito no genero; os claustros, pilares, galerias, salas, celas, é tudo bellissimo.» O que mais me impressionou, foram os retratos dos missionarios martyres da ordem, muitos dos quaes são bem executados e representam os frades em attitude da morte. Não pude deixar de admirar a sua dedicação, que desejaria ver com mais vigor entre os protestantes. Do alto da torre a vista é magnifica. Permanecemos quasi staticos quando pela primeira vez chegámos ao pé d'ella.

Examinámos a livraria do collegio. O numero dos livros, que ameaçam rapida ruina, parece-me que não excede a 1.500 volumes; muitos d'elles são bastante velhos e valiosos, entre os quaes encontrei não poucos dos historiadores da Igreja Catholica Romana, mencionados por Mosheim. Vi a mocidade do noviciado do collegio ler latim e fiz-lhes algumas perguntas. Um frade europeu seguia-nos com certa anxiedade, parecendo querer fallar-nos. Ambos nós sentimos por elle grande compaixão. O superior do

collegio era muito livre nas suas communicações. Gostou muito notar que a minha pronuncia do latim fosse tão parecida como a sua. Dei-lhe uma Biblia em portuguez e deixei alguns livros para o provincial e o prior, offerecidos por Mr. J. Wolff e Mr. Farish, entre os quaes havia uma copia de Keith sobre *Prophecias*. Oxalá que a sua leitura seja abundantemente abençoada. Foi nos claustros d'um convento augustiniano que, pela primeira vez, se illuminou a centelha da piedade em Martim Luthero. Os augustinianos (12 em numero) vieram primeiro a Goa em 1572. A sua renda annual chega a rps. 15.000 independentemente do subsidio de rps. 1.500, dado pelo governo de Goa. Teem a seu cuidado muitas missões no Oriente. O seu habito, que primitivamente era preto, é hoje branco desde a apostazia do reformador allemão, de quem se sentiram muito envergonhados os colegas, que de resto são o mais respeitaveis frades da Egreja Catholica.

Deixando o convento de Agostinho fomos á egreja do Bom Jesus, a qual é construida em forma de cruz e, embora um edificio sumptuoso, podemos ver muito pouco. Eu apressei-me para o tumulto do celebre Francisco Xavier, do qual tinha ouvido muito, e que excedeu toda a minha expectativa, e certamente excede tudo quanto n'este genero eu tinha visto antes.

..... Existe uma *vera-effigies* do Apostolo da India ao sul do tumulto, e uma estatua de prata, que não é exposta á vista. Elle morreu na ilha de Sanchão, nos mares da China, em 1554 e exposto ao publico até ao anno de 1780 em que foi encerrado no seu actual receptaculo. É pena que seja hoje considerado como o pó sagrado d'um Budha pagão.

Chegámos ao palacio do arcebispo, a Panelim

cerca de cinco e meia horas da tarde. O quaternario cumpriu a sua promessa e introduziu-nos junto do encarregado da livraria, que eu estava ancioso por examinar. Existiam lá cerca de dois mil volumes que, embora estivessem em melhor condição do que os do convento de Santo Agostinho, ameaçavam rapida corrupção. Poucos são modernos. Em toda a livraria encontrei só tres volumes protestantes. Encontrei tambem uma traducção MS. dos quatro Evangelhos em arabe, da qual seria bom obter uma copia.

4 de fevereiro — O secretario introduziu-nos no palacio do vice-rei D. Manoel de Portugal e Castro, que nos recebeu com muita gentileza, e apresentou em seguida os retratos de todos os vice-reis da India, muitos dos quaes vieram originariamente de Portugal, sendo muito retocados pelos artistas natuaes. Os retratos, que mais me interessaram, foram os de Affonso de Albuquerque, Vasco da Gama, João de Castro, e Constantino de Bragança. Constantino recusou acceitar do Rei de Pegu a somma de 300 mil crusados por um dente de macaco, que era adorado em Jafnapatão, como uma reliquia de Budha. O seu nome bem merece ser lembrado pela sua firmeza, decisão e aversão á idolatria. Quão differente foi o procedimento d'um governador de Bengala, que enviou um embaixador ao Grão-Lama para o felicitar na sua encarnação !»

*

*

*

«1835 — Damão. — Um parse deu-nos uma idéa nada favoravel do governo portuguez; segundo elle, os soldados extorquiam todos os artigos de que precisassem. A justiça é um artigo que tem de ser compra-

do muito caro. O sol de Damão, que Julião, o ultimo governador miguelista, denomina n'um arco triumphal celeberrima *urbs in Oriente*, parece ter chegado ao seu zenith. Ha alguma cousa de instructivo na queda do governo portuguez e na ascenção do governo britanico na India. Camões representa Vasco da Gama, descrevendo toda a Europa ao rei de Melinde. O heroe não faz menção alguma de Inglaterra. Mas vejam o dedo da Providencia. O paiz, que ha 300 annos atraz, era muito desprezivel para ser mencionado, é hoje o mais poderoso no mundo»

Aqui Mr. Wilson comprou por 300 rupias uma copia de *Vendidad-Sadê* e de todos livros sagrados dos parses nas linguas originaes, zend pahlavi e pazana, mas em caracteres guzerathe e com um commentario tambem guzerathe e traducção. Desta obra em cinco volumes *in folio*, diz:—«Da sua utilidade para um missionario não pode haver duvida. Procurei junto com esta obra copias de todas a lendas que pudessem lançar alguma luz sobre a historia dos zoroastrianos na India, e alguns outros pamphletos curiosos relativos á sua religião».

*

*

*

1837 — Segunda visita. — Em Goa o Dr. Wilson encontrou grande mudança n'este intervallo de 3 annos. A Inquisição estava supprimida, mas este facto era officialmente apontado como razão, para não ser admittido no paiz nenhum livro sem a permissão do arcebispo, ou do vigario geral. O clero estava reduzido á metade desde a viagem de 1834, e todos os estabelecimentos monasticos estavam fechados, sendo as suas livrarias vendidas. Estava punida a cruel intolerancia de Menezes, do Synodo de

Diamper e da Inquisição. O arcebispo de Goa achava impossível sustentar contra os arcebispos belgas e francezes de Madrastra, Bombaim, Calcutta, e Agra, — que são directamente subordinados ao Vaticano —, os seus antigos poderes confirmados por dois Papas, concedendo a Portugal em perpetuidade quaesquer terras que o grande e bom principe Henrique e seus successores descobrissem desde a Africa occidental até á India inclusive. O vigario geral recusou a offerta de uma Biblia portugueza, allegando que era prohibido o uso da traducção. Quando pedido para apontar alguma passagem erradamente vertida, exclamou: *Plurimi sunt, plurimi sunt*, voltando as paginas, mas não pôde apontar nenhuma. O Dr. Wilson replicou-lhe na frase de David: — *Testimonium Jehovae verax, sapientiam afferens imperito*. O vigario geral então mudou o terreno, allegando que essa versão omittia os Apocriphos. Um dos clérigos acceitou de boa vontade uma Biblia e um outro offereceu-lhe duas defezas do catholicismo romano, recentemente publicadas em Colombo e cheias de incorrecções na traducção da Escripura.

Os professores, 110 estudantes e o clero que residem no collegio de Rachol (Salsete) portaram-se muito amaveis para com o Dr. Wilson que, diz «se preparou positivamente» para uma discussão em latim, que teve com dois delles, sobre os meritos da Vulgata e a traducção portugueza da Escripura. Um dos seus adversarios, tomando-o á parte confessou-lhe em segredo ser muito miseravel a sua posição; pelo que, tendo sido convidado para Bombaim, respondeu: *Est mihi voluntas, sed valde timeo.*»

GARCIA DA ORTA EM DIU

A seu presado amigo Augusto de Paiva Bobêla de Mota

«

Tendes razão no que dizeis: mas sabeis que, quando aquelle invencivel Capitão Martim Affonso de Souza foi com quarenta homens a Dio, por mandado do Soldão Badur (que era o mais poderoso rei da Mourama) e lhe deu com tanto risco e esforço, e saber seu a cidade de Dio tão nomeada por todo o mundo, eu estava com elle; e desque, tivemos o *praz-me* d'El-Rei de fazer a fortaleza, andava eu ocioso, vendo a opulencia e trato dessa cidade; e estando uma tarde no *bazar* (a que nós chamamos praça ou feira) assentado á porta de um mercador (aos quaes elles chamam *banianes*) passou por sua porta uma molher com o sacco de *turbít* já seco e lho vendia.....»

Foi este suggestivo trecho do *Colloquio* LIV do excellento livro *Colloquios dos simples e drogas e cousas medicinaes da India*, pelo Dr. Garcia da Orta, livro que é «uma das grandes glorias da sciencia portugueza», no dizer do sabio e eminente democrata portuguez, o Dr. Teofilo Braga —, que me levou a investigar, qual teria sido, em tempos idos, a topographia do *bazar* ¹ de Diu, *onde andara ocioso*

¹ *Bazar* ou *bazaar*, do vocabulo persa *bāzār*, mercado permanente. Significa tambem rua de estabelecimentos. Em Ceilão e em algumas partes do Sul da India é empregado na significação de simples loja ou estabelecimento. Hobson-Jobson, — *A Glossary of Anglo-Indian Colloquial words and phrases*, Yule & Burnell.

vendo a opulencia e trato da cidade e estivera assentado á porta d'um *baniâne* ¹ esse «um erudito entre os viajantes e um viajante entre os eruditos» — como bem lhe chama o Conde de Ficalho, — quando, ali perto, por concessão de Bahadur Xá, se iam levantando os famosos muros, que, alguns annos depois, protejendo peitos illustres luzitanos, fariam brilhar nas paginas da Historia os nomes gloriosos de Antonio da Silveira, de D. João Mascarenhas e de D. João de Castro.



Quasi em todas as antigas — e mesmo em algumas modernas — cidades do Oriente, as diferentes castas, profissões e industrias marcam a toponimia da localidade em que vivem aglomerados ². Assim se vêem aqui em Diu, como se viam e ainda se vêem em mui-

¹ *Baniâne* ou verdadeiramente *Banyan*, quer dizer um *mercadôr hindú*, especialmente da provincia de Guzerathe. A palavra vem de guzerathe *vāniyo* e esta de sanscrito *vanij* — mercador. Cit. *Hobson-Jobson*. De resto pertence á casta *vassiyas*, dividindo-se esta em *Modh, Srimaly, Sorathiá* etc. Quanto á religião, uns são *vishnuitas*, outros *sivaitas* e alguns *jains*.

² Foram os portuguezes que deram o nome portuguez de *casta* ás divisões e subdivisões da sociedade hindú, e este nome foi depois recebido naquêla acepção especial pelos francezes, inglezes e outros. Não é Orta o unico que nota o rigôr com que os hindús permaneciam fieis ás suas castas e profissões, sendo — como elle diz — sapateiros todos os filhos dos sapateiros.

Varios portuguezes, dos que vieram á India, falam nisso, e mesmo os que não vieram, como Garcia de Rezende :

Todos os officiaes
Nunca deixam seus officios
Nem hã de saber jamais
Quê seus avós e paes
Nem ter mór beneficios.

«Colloquios» de G. da Orta, ann. pelo Conde de Ficalho.

tas cidades da Índia, ruas inteiras conhecidas, quer pelo nome da profissão ou industria que os seus habitantes exercem, quer pelo nome da seita que professam os que ali vivem localizados.

Existem, pois em Diu, ruas inteiras denominadas *rua dos alfaiates, rua dos ferreiros, dos torneiros, dos soratêas, dos golás, dos chimpás, dos déres, tecelões*, etc. etc ¹; e esta mesma toponímia se observava e se observa em os seus mercados ou *bazares*, como, pelo Oriente, são conhecidos esses centros de abastecimento.

Na verdade, Diu, *cidade tão nomeada por todo o mundo*, devia ter sido um mercado importante — *um lugar de mór trato*. Os indeleveis vestígios que ficaram, resistindo á ação destruidora do tempo e do homem, e que ainda hoje chamam a atenção dos viandantes, atestando eloquentemente a sua pristina importancia e grandeza, deixam vêr que a área do antigo bazar de Diu era vasta, havendo ruas inteiras ocupadas por esbecimentos d'uma determinada industria, uns construidos á semelhança dos modernos mercados orientaes, outros escavados na propria rocha, o que, de certo, não deixava de ter razão naquella época, pois, oferecia melhor segurança contra a gatunice — *velha instituição* — cada dia mais aperfeiçoada e próspera.

A excepcional situação geográfica da ilha, apreciada conforme as circumstancias da época, e conjugada com a opulencia da cidade, devia, certamente,

¹ *Torneiros*, os que trabalham em marfim e tartaruga. *Soratêas*, oriundos de *Sorashtra*, nome por que antigamente era conhecido o Kathiavar. *Golás* limpadores de mantimentos. *Chimpás*, estampadores. *Déres tecelões*, — infima casta, os párias da Índia; subdivide-se em *déres-tecelões*, os que se dedicam a fabrico de pano grosso; *déres-banguis*, os que fazem o serviço de limpeza das ruas e das retrêtes; etc. etc.

dar-lhe farta concorrência de oferta e procura das mercadorias de diferentes regiões da Asia. Para se fazer, pois, uma pálida idea d'essa concorrência, não é inoportuno trasladar neste logar o que se lê no «Garcia da Orta e seu tempo», primoroso livro do Dr. Conde de Ficalho, que deixou, quatro seculos depois, vêr nessa encantadora descrição, o que deveria ter sido então o mercado de Diu. Eil-a pois:

«.....

Interessante devia ser esse bazar de Diu, «ho logar de mór traato» que então havia por aquellas partes, ao qual concorriam os mercadores de todo o Oriente. Podemos imaginar quanto seria animada a scena nas estreitas ruas do bazar, onde, sob um céu implacavelmente azul, feridos pelo sol vivo, se cruzavam os mais variados e pittorescos trajes e figuras; banianes prudentes e circumspectos, incapazes de matarem uma mosca, desviando-se para não pizarem uma formiga, emprestando dinheiro a dez por cento ao mez, vestidos em largas camisas de seda ou de algodão, com os turbantes collocados sobre os cabellos negros, atados em trumfa, ornados de flôres cheirosas; ricos mercadores persas de Schiraz ou de Bassora, trajando opulentas cabaiaes do famoso brocado, tecido em Baghddad; beduinos magros, chegados de Aden com os seus finos cavallos de Yemen, envolvidos nos burnus claros de lã grossa; montanhezes do Afaganistan, incultos e arrogantes, com as barbas negras e hirsutas, escondendo quasi os rostos bronzeados; marathas, descidos dos seus inaccessiveis Ghattes septentrionaes, selvagens e seminús; turcos soberbos, com os seus altos turbantes, seguidos de pagans, levando nas mãos os seus terçados guarnecidos de oiro; brahamanes de Surrate ou de Cambaia, sobraçando os alvisimos pannos de fino algodão, trazendo ao pescoço os mysteriosos fios, signal da raça privilegiada; yogis mendicantes, intonsos e fanaticos, descarnados como espectros; soldados da armada, fugidos por um momento aos trabalhos da fortaleza, de espada á cinta buscando aventuras; musulmanas, escondidas sob os longos veus escuros, que permitem apenas entrever o brilho dos olhos negros, alongados pelo antimonio; bailadeiras, apertadas nas saiaes estreitas, os ventres nus e os pequeninos peitos tersos, apenas cobertos pelas corpetes

bordados, deixando atraz de si, como um rasto, o vago perfume do sandalo e o tilintar provocante das manilhas de prata. Todas as cores e todos os cambiantes, desde o preto retinto do abexim, chegado de fresco de Massavá até ao tom claro, fino, levemente dourado da nobre senhora hindu. Todas as linguas, cruzando-se em uma especie de Babel moderna, desde o arabico e o persiano, o guzerate e o marathi, até ao tamil dos malabares do sul, a *lingua franca* do Mediterraneo, fallada por algum judeu manghrabino, ou algum veneziano disfarçado, e ao legitimo portuguez dos soldados, trocando dichotes em vernacula gíria de Alfama ou da Ribeira das Náus. Expostos á venda os mais variados productos: as sedas da China; os cocos, a areca, o gengibre, o sandalo e a pimenta do Malabar; os beirames e baetilhas de Chaul e Dabul; os chamalotes de seda, e os pannos de algodão da propria Cambaia; o trigo, o gergelim e o opio tambem da terra; o coral, o açafrão e as aguas rozadas de Aden e de Meca; os tapetes e os cramesis da Persia; todas as tintas e todos os perfumes misturando-se na pittoresca confusão do bazar indiano».

Deverás encantador deveria ter sido, na verdade, esse antigo bazar de Diu, oferecendo ao forasteiro o pittoresco aspecto, que hoje oferece o mercado de Bombaim, ou de qualquer cidade oriental.



As indagações que fizemos, firmadas na tradição que ficou, e conjugadas com os vestígios que ainda se notam, levam-nos a concluir, que o antigo mercado de Diu era situado na parte NO. da cidade, exactamente onde fica o actual reduzidissimo mercado, e tinha uma área aproximada de 10 hectares. Ruas inteiras eram ocupadas por lojas de mercearias, outras ocupadas pelas de tecidos de diferentes qualidades e valor. Havia o chamado *Sutra bazar* — ba-

zar de linha ¹, onde se vendia só linha de tecer ; havia o bazar de hortaliça, o de peixe, o de drogas medicinaes, conhecidos por nome de *Gandybazar* ; emfim, mais um bazar de linha á parte, onde se vendia somente linha fiada d'um modo especial, e que era peculiaridade de mulheres de boa casta, mas decaídas de fortuna, as quaes vinham ahi expôr á venda a sua industria alta hora da noite, para não serem conhecidas; de sorte que, ao arrebol, já se não via vendedora alguma. Era a pobreza envergonhada, honestamente trabalhando pelo seu sustento!

O *Gandybazar*, o bazar de drogas, onde ficavam as chamadas *boticas* dos medicos indianos, quer elles fossem os *huckeens* mussulmanos, quer os *vydiás* hindús, como já dissemos, era uma rua especial, a qual segundo o que a tradição legou, ia de norte a sul, exactamente aquella mesma rua, que hoje une o mercado ao bairro dos banianes, e que se denomina vulgarmente *Charpit*, quer dizer 4 ruas. Conserva ainda alguns vestigios dos antigos estabelecimentos nas paredes, que actualmente servem de muro aos terrenos interiores, reduzidos á varzea de cultura de *bajery* ².

Á porta de qualquer dos estabelecimentos desta rua, é que, certamente, devia ter estado *assentado* o erudito phisico-mór de el-rei D. João 3.^o, *vendo a*

¹ E' nesta rua que existia aquêla celebre lapida, em que, em uma quadra, se sintetisava a politica a seguir na administração desta ilha. É a seguinte :

Feliz, ó celebre Diu, podes ser
Se o régio braço te amparar
Se Goa do lethargo te tirar
Se quem governar te conhecer.

² E' um cereal; pertence á familia de *penitilia spicata*. Sendo a principal alimentação dos habitantes de Diu, usam-n'o sob a forma de apas, depois de reduzi-lo á farinha.

opulencia e o trato da cidade, e colhendo preciosas informações ácerca da droga *turbit* ¹, afim de as legar á posteridade no aludido *Colloquio* do seu immortal livro, sem se preocupar sequer com os trabalhos das obras da fortaleza que os seus companheiros iam levantando, a qual lhes garantiria até hoje o cobichado dominio nesta ilha de Diu, cuja importancia, no sábio dizer do *unico lente entre os condes e unico conde entre os lentes* ², «provou-se bem, não tanto pelos esforços que fizemos para a ganhar, como pelo sangue que depois vertemos para a conservar». ³

Diu.

R. DA ROCHA E SÁ.

¹ O *turbit* procede da *Ipomea Turpethum* (R. Brown), uma planta rasteira, scandente ou prostrada, da familia das convolvulaceas, bastante frequente em parte da India. Sob o nome de त्रिपुटा (*triputā*) e varios outros, foi esta droga mencionada pelos escritores sanscriticos, os quaes—segundo diz Dymock — conheciam já duas qualidades, *branca e preta*, isto é. *sveta triputā* e *krishnā triputā*. A primeira qualidade era a unica aproveitavel; a segunda venenosa. O *turbit* era considerado pelos medicos indios, como sendo um dos mais poderosos catharticos ou drasticos, purgando sobretudo a bilis e o humor phlegmatico. Cit. *Colloquios*, ann. pelo Conde de Ficalho, nota 2.ª ao Coll. 54.

² A betra da sepultura do Conde de Ficalho, falecido ha poucos anos, alguem, cujo nome ora me não recorda, rematava o seu discurso com essas palavras, quicá parafraseando o que o falecido disséra, referindo-se ao Dr. Garcia da Orta: *era um erudito entre os viajantes, um viajante entre os eruditos*.

³ Cit. *Garcia da Orta e seu tempo*.

UMA COVA PERPETUA NO CEMITERIO DE COLVÁ

Provisão a João Dias Assumpção e sua família ¹



OM Fr. Manoel de San Galdino, Religioso da Provincia de Santa Maria de Arrabida, por mercê de Deos, e da Santa Sé Apostolica, Arcebispo Metropolitano de Goa, Primaz do Oriente, do Conselho de Sua Magestade Fidelissima El-Rei Meu Senhor.

Aos que esta nossa Provisão virem saude e benção em o Senhor. Fazemos saber que João Dias da Assumpção nal. e mor. na aldea Sernabatim da frega. de Nossa Senhora das Mercês de Colluá da Provincia de Salsete, Nos requireo p'huma petição cujo theor é o seguinte = Ex.^{mo} e R.^m Senhor. Diz João Dias Assumpção, mor. em Sernabatim da frega. de Colluá que elle com toda a submissão representa q'tendo a fabrica da sua igreja edificado novo cemiterio, coberto com seu telhado para a sepultura dos fies defunctos, consumindo na dita obra o residuo, q' havia ajuntado da receita de mui-

¹ Documento trasladado de fl. 205 do livro de receita e despesa, de 1821, do archivo da fabrica da igreja da freguezia de Colvá.

tos annos no cofre da Fabrica, ficou a obra de capellinha, precisa pa. complemento do mesmo pa. n'ella decentemente se celebrar o santo sacrificio da missa pa. os ditos defunctos no dia da sua deposição e nos privilegiados, á vista do q' o supplicante se offerece a construi-la p' sua conta o que for necessario na obra da da. capella concedendo-lhe pa. si e sua familia varonil e ás femeas q' ficarem em casa solteiras, dando ainda por cada sepultura dos que falecerem da sua familia cinco xerafins para receita da Fabrica, com que ela percebe a utilidade, pa. tanto Pede a V. Ex.^a R.^{ma} seja servido uzando da sua costumada benignidade e paternidade, conceder-lhe a graça requerida no que receberá mercê=a qual petição sendo por Nós vista, foi despachado pelo theor seguinte = Porque temos visto a necessidade e utilidade que resulta da oferta, concedemos a cova perpetua na capella do cemiterio com a esmola de cinco xerafins para a Fabrica, só para as pessoas mencionadas na supplica, e com a certidão de R. Parocho de estar feita a capella, com a sua inspecção e com o seu contento, o official-maior passe a provisão dispensando Nós nas formalidades de ouvir o R. Prometer, e outros de estillo. Igreja de Colluá em visita a onze de novembro de mil oitocentos e dezasete = Rubrica nossa = Em cuja consequencia tendo já obra completa, Nos informou o R. Parocho da igreja de Colluá pelo theor seguinte = Ex.^{mo} e R.^{mo} Sr. O supplicante tendo dado cumprimento a v. portaria de V. Ex.^a R.^{ma} lançada n'esta petição retro, fabricando por sua conta e dispendio a capella para complemento do cemiterio d'esta frega, construido hum anno antes por conta da Fabrica d'esta igreja, está aperfeiçoada e decente para n'ella se celebrar o santo sacrificio da missa, para o que tem erigido hum altar de urna com seo supedaneo a forma de meia lua, além d'isto tem o seu ambito interior de trez jazigos athé o

seu arco que fez novo mais alto e largo, desfazendo o anterior p' ser baixo, com duas janellas pa. boa claridade e tecto forrado com que está assejada; e promete compor o do. altar com retabulosinho dourado ajuntando-o com da. urna e com brevidade. Falecendo a sua mãi Paciencia Pereira, sendo-lhe a dita capella completa foi nella sepultada na cova da parte do Evangelho q' fica a supe. e sua familia varonil e filhas solteiras perpetuamente destinada, com condição porem de dar p' esmola cinco xerafins pa. cada enterro, assim como deu de enterro da da. sua mãi á Fabrica d'esta igreja pa. sustancia e ornato da mesma capella, a vista de q' se faz merecedor e digno o suplicante, de graça de provisão com as clausulas n'esta declaradas na conformidade de mesma v. portaria o q' tudo certifico. Paroquial de Colluá a seis de julho de mil oitocentos dezoito = O Parocho Padre Jose Francisco d'Albuquerque — A cuja vista mandamos por outra nossa portaria de onze de julho do presente anno passar a presente provisão pela qual attendendo Nós os serviços que o supplicante João Dias Assumpção tem feito ao edificio da capella do cemiterio da sua frega. de Colluá a sua custa, havemos por bem de lhe conceder perpetuamente huma cova na capella do mesmo cemiterio, ao pé do altar da parte do Evangelho, em que foi sepultada a sua mãi pa. n'ella poderem ser enterrados o supplicante e seus descendentes machos e femeas solteiras, com obrigação de pôr nella a sua tampa e pagar p. cada enterro cinco xerafins para a receita da Fabrica. Ficando expressamente prohibido enterrar na cova do meio pessoa de qualquer graduação q' seja, para ser reservada aos parochos da freguezia, que fallecerem, e não deverem estes serem enterrados na igreja havendo cemiterio com capella decente e não obstante as Constituições que não podem derogar as ordens Reaes.

Esta será registada no livro competente da Fabrica pa. constar a todo tempo. Notificamos ás pessoas a quem o conhecimento d'esta pertencer que assim a cumpram e guardem e fação inteiramente cumprir e guardar como n'esta se contém. Dada n'este Nosso Palacio de Panelim sob o nosso sinal e sello das Armas da Nossa Chancellaria aos tres de agosto de mil oitocentos dezoito annos. Eu Francisco da Costa, official-maior da Camara Pontificia a fiz escrever e subscrevi=*Prima*= *Francisco da Costa*.

Provisão pela qual V. Ex.^a Rm.^a ha por bem destinar perpetuamente a João Dias Assumpção e seus descendentes machos e femeas solteiras, mos. na frega. de Colluá, uma cova na capella do cemiterio q' fica na primeira ordem ao pé do altar da parte do Evangelho, como acima se declara.

Para V. Ex.^a Rm.^a assignar.—

Colvá

ANTONIO BENEDICTO BARBOSA BARRETO



VARIA VARIORUM

Quando morreu Camões ? ¹

IV

DEATADO do Luso e firmado apenas por um simples V., saiu hontem no *Diario de Noticias*, sob esta mesma epigrapha, um artigo em que o seu auctor pretende demonstrar que é insustentavel a argumentação de que, duas semanas antes e neste mesmo jornal, me servi para não acceitar como exacta e incontroversa a affirmação constante do Livro 3.^o das «Ementas», fl. 173 v., quando ahi se consigna que o falecimento de Camões occorreu no dia dez de junho de 1580.

Para notar é, desde já, que o meu contradictor houvesse occultado a sua auctoria sob uma simples letra do alphabeto — que tanto poderá ser como não ser a do seu verdadeiro nome, sobrenome ou apellido — em vez de responsabilisá-la com a sua assignatura tal como eu fizera ao publicar o artigo que, com este mesmo titulo escrevi no dia 8 do corrente e que ao

¹ Continuação da pag. 250.

sr. V. mereceu os reparos e as contestações que são o objecto do artigo a que me reporto.

Mero effeito de uma descabida modestia por parte do sr. V. ? . . . Temor ou receio de ver discutida, e acaso abalada, a auctoridade litteraria de um nome porventura illustre e conquistada em anteriores pugnas de imprensa ou de investigação historica ? . . . Simples manifestação de uma consciencia que fraco ou nulo fundamento logico reconhece nessas contestações ? . . . *De intus solus Deus.*

Moralmente dispensando de responder a um anonymo, nem porisso deixarei todavia de dizer de minha justiça.

O sr. V. não contesta que o registo da «Ementa» esteja errado, pelo contrario diz que effectivamente existe na Ementa um erro ou um equivoco». Entende, porém, que o erro não está na designação do dia *dez*—como eu aventei—mas sim «em lá estar escrita á verba 6⁷⁵⁵ rs. em logar de 6⁷⁵⁰ reis».

Eu havia escripto :

«A não ser, pois, que se demonstre ou prove que o erro do registo feito nas Ementas consiste apenas na indicação da importancia vencida, ou na fixação do extremo inicial em 1 de janeiro — ha todo o direito em não acceitar como sendo o da morte de Luiz de Camões o dia que a Commissão do Centenario e a Vereação municipal de Lisboa acceitaram ou escolheram, e os poderes do Estado na monarchia e na republica sancionaram, para celebrar-se o passamento do glorioso Epico.

Emquanto uma tal prova se não produzir—e visto nenhum outro documento até hoje conhecido a isto se oppor — é licito assentar que o filho de Luiz Vaz de Camões e de Anna de Sá faleceu a *doze* e não a *dez* de junho.»

Tal *prova* ou *demonstração*, porém, não se encontra no artigo do sr. V.

Pelo que respeita áquelle extremo inicial, diz s. ex.^a; «a origem da contagem do tempo por que ela (a tença de 15#000 réis) era devida, 1 de janeiro — indiscutivel, não obstante as observações do falecido sabio Storck.»

Incontestavelmente, cumpria-lhe, portanto, *provar* que na verdade o erro consiste apenas na designação da quota parte vencida; isto é, devia *provar* que o individuo encarregado da liquidação, ou o copista, havia escripto bj bij^o lb rs, em vez de bj bij^o l rs.¹

Tal *prova* ou *demonstração*, porém, não se fez. S. ex.^a limita-se a *suppor*, a *imaginar* que assim teria succedido, e accrescenta: «Note-se que nos milhares ha um «b»; nas centenas outro «b»; que é de admirar, pois, que com a velocidade adquirida, e pela repetição dos «bb», o escrevente puzesse tambem adiante do «l» um «b»?»

Já é força de *imaginar*...

S. ex.^a prosegue ainda: «Não occulto que o equívoco seria mais facilmente explicavel, se fosse possível escrever-se, e lá estivesse escripto «bl» em vez de «lb», mas ainda assim não me parece difficil de dar-se.» A minha curiosidade ficaria muito reconhecida ao sr. V., se s. ex.^a se dêsse ao incommódo de indicar-me exemplos authenticos do caso que acaba de figurar. Não se esqueça, porém, de que nesta sua hypothese, em vez dos taes 6#750, teríamos 6#745.

Mas ha mais. E' que o snr. V., arranjando a sua pretendida verba de 6#750 réis — ao passo que, para

¹ No original as duas primeiras letras bj. estão sobrepostas por um traço curvo, ou em arco, designativo de *mil.* O mesmo succede com o xb (15#000) da tença.

Com estas observações, respondo á nota final do artigo do sr. V.

obter a quota parte diaria $41\frac{2}{3}$, computou todos os mezes do anno á razão de 30 dias cada um (ou sejam 360 dias o anno)—considerou de 31 dias os mezes de janeiro, março e maio, de 30 o de abril e de 29 o de fevereiro (total 152 dias) quando tratou de obter a importancia correspondente aos cinco primeiros mezes do anno de 1580, mais os 10 primeiros dias do mez de junho. Assim se obtiveram os 162 dias. Ora tal duplicidade de systemas não me parece razoavel, nem logica. Logico e razoavel seria—na divisão dos 157000 réis annuaes, como na multiplicação da cifra diaria—adoptar-se um mesmo systema de contagem dos dias que constituem os mezes. Applicando á multiplicação a contagem seguida pelo sr. V. na divisão, a importancia vencida seria apenas 6665,60 e não os taes pretendidos 6750; porquanto um dos factores seria então 160 (ou sejam 5×30 , mais 10), e não 162 ($152 + 10$). A adoptar-se o computo de 365 dias, na divisão, a verba correspondente aos 162 dias seria ainda mais differente.

E é assim que o sr. V. entende «muito mais facilmente explicavel» o erro da verba, do que a supposição de se ter escripto dez, em vez de doze» !...

E é com taes fundamentos que s. ex.^a pretende estabelecer «que a data da morte do principe dos poetas portuguezes é *indubitavelmente* dez de junho de 1580» !...

Entende o sr. V. que a minha argumentação «pecca insanavelmente» na forma de pôr o problema em equação. É possivel; o certo, porém, é que propriamente não puz problema nenhum: em rigor, limitei-me tão sómente a verificar se estava ou não bem posta e resolvida a proporção estabelecida nos termos apresentados pela «Ementa», a saber:

$$\frac{157000}{365} = \frac{6755}{162}$$

Reconheci que não; e, procurando onde poderia

estar o erro, achei que a equação ficaria bem substituindo os 162 por 164, isto é passando de *dez* para *doze* a data em que a «Ementa» fixou o limite final do periodo vencido e a pagar—mudança tanto mais facil e explicavel quanto é certo que, ao contrario do que insinua o sr. V. o dia do mez vem indicado na «Ementa por extenso; isto é» «dez» e não X.

Affirma tambem que o sr. V. que eu considero «indiscutivel a verba 6~~7~~755» rs.» Se s. ex.^a reler o meu artigo com mais attenção, lá encontrará alguma cousa um pouco differente do que me attribue. É isto: «... o meu raciocinio parte do principio de que não ha erro na designação da verba a pagar... Storck applicou o mesmo raciocinio e admittiu a exactidão da importancia mandada pagar... Concordantes em acceitar como exacta a verba de 6~~7~~755 reis, a minha discordancia essencial com o illustrado e muito erudito auctor allemão consiste... A não ser pois que se demonstre ou prove que o erro do registro feito nas «Ementas» *consiste apenas na indicação da importancia vencida...*»

E por aqui me fico, perguntando a mim mesmo: por que motivo o sr. V. não se entreteve em contradictar tambem a segunda parte do meu artigo do dia 8 do corrente, quando apresento as razões que tenho para duvidar de que o anno da morte do Poeta não seja MDLXXIX, em vez de MDLXXX?

Ajuda, 26 de junho de 1912.

Jordão de Freitas.

P. S. — Opportunamente acodirei a chamada do meu amigo sr. João Gregorio Fernandes, constante da sua carta publicada no *Diario de Noticias* do dia 12 corrente. Entretanto, fique desde já consignado que o processo arithmetico seguido pelo auctor da carta enferma, originariamente, do mesmo vicio ou

irregularidade que noto na resolução do problema adoptado pelo sr V. simultaneidade de dois sistemas de contar o numero de dias que constituem os mezes,

(*Diario de Noticias*, n.º 16730 de 29-6-912.)

V

Sr. redactor. — A' cerca do ponto controverso da data certa da morte do grande epico, tem ultimamente apresentado as suas razões os srs. Jordão de Freitas e V. dizendo cada um de sua justiça; não entraremos no fundo da questão; para o que nos falta competencia e limitar-nos-hemos a encarar o assunto pelo lado arithmetico, apontando uma nova maneira de fazer as contas e que talvez resolva a questão. Na realidade, se em vez de dividirmos os 15000 reis da tença por 360, 365 ou 366 dias, como V. tem feito, e dividirmos apenas pelos 12 mezes do ano, teremos exactamente para cada mez a quantia de 1250 réis que, multiplicados pelos 5 mezes que decorrem do principio de janeiro a fim de maio, dão o producto de 6250. Dividam agora os 1250 correspondentes a cada mez pelos 30 dias de junho e teremos em quociente 41 réis e cerca de 7 decimos que muito naturalmente quem fez as contas arredondou para 42 réis; se multiplicarmos estes 42 réis por 10 dias, teremos 420 réis que somados com os 6250 dão apenas 6670, mas se multiplicarmos os 42 reis por 12, segundo a opinião do sr. Jordão, teremos de producto de 504 réis que somados aos 6250 produzem 6754 ou, com diferença dum real apenas, os 6755 que constam da nota de pagamento.

Este resultado faz crêr que foi efectivamente em 12 e não em 10 que faleceu o auctor dos «Lusiadas»,

mas nós deixaremos as conclusões para os eruditos, e não nos esqueceremos de que não deve passar o sapateiro além dos coturnos.

Estoril, 25-6-12

De v. etc.—*Topsiz*

(Cit. *Diario de Noticias*, n.º 46754 de 3-7-912).

VI

Honrou-me o sr. Jordão de Freitas publicando no *Diario de Noticias* de 29 de junho findo, um artigo em que aprecia e responde a outro por mim dado á estampa no mesmo periodico no qual me permitti fazer algumas considerações ácerca da fixação do dia e mez, em que morreu Camões — questão que s. ex.^a levantára anteriormente tentando demonstrar que o poeta falecera a 12 e não a 10 de junho, como geralmente é admitido.

Mereceu reparo ao sr. Jordão de Freitas o eu não ter assinado o meu artigo, mas sua ex.^a foi injusto para comigo, por desconhecer um certo numero de factos, que passo a expôr.

Na carta, que acompanhava o artigo, e em que solicitava dum amigo que promovesse a sua inserção no *Diario de Noticias*, se a direcção do mesmo jornal o julgasse digno de ver a luz da publicidade, dizia eu que desejava que o artigo apparecesse, firmado apenas com a inicial do meu apelido; mas acrescentava que, no caso em que o sr. Jordão de Freitas mostrasse empenho ou desejo de saber quem era o signatario, immediatamente lhe fosse comunicado o meu nome, decerto aliás desconhecido para s. ex.^a.

O sr. Jordão de Freitas ainda diz: que moralmente se julgava dispensado de responder a um anonimo.

Inegavelmente tinha esse direito, e em nada melindraria a minha vaidade, se dele tivesse usado.

Ligou s. ex.^a ao meu pobre e despretencioso artigo uma consideração, que eu estava bem longe de imaginar que ele podesse vir a merecer. Escrito num dia em que um temporal desfeito cahiu sobre esta região, em que as nuvens rasteiras galgavam vertiginosamente as encostas do Bussaco, toucando os cimos da serra com um veu opaco, pardacento e tristonho, em que grossas bategas d'agua fustigavam rijamente as vidraças das janelas do quarto, em que me via obrigado a permanecer, eu, que aos ares livres e desafogados dos campos viera para retemperar a minha saude combalida sem o unico livro em cuja companhia podesse passar essas horas aborrecidas, esse artigo fi-lo mais como uma nota, um apontamento para mim, do que para ser sujeita a apreciação publica, e da firme convicção de que, a sê-lo teria a sorte das coisas sem valor — o passar desaperecebido.

O sr. Jordão de Freitas, porém, julgando-o digno da sua atenção, e de discussão, deu-lhe foros a que não aspirava, e foi para comigo duma gentileza penhorante que profundamente lhe agradeço. E é unicamente como prova de reconhecimento e consideração para com s. ex.^a que ainda me vou ocupar da questão, que, em boa verdade, está morta. No seu segundo artigo, nenhum facto, nenhum argumento novo aduziu s. ex.^a para reforçar a demonstração da sua tença, e eu, nas considerações que vou fazer, pouco ou nada acrescentarei ao que já disse. E' uma questão finda em que cada um de nós disse tudo o que tinha a dizer; insistir nela é perder tempo.

*

*

*

Estando ambos de acordo que no assento, cons-

tante do livro 3.^o das *Ementas* fl. 173 v., existente na Torre do Tombo, ha um erro, divergem todavia as nossas opiniões no ponto onde o erro se dá. S. ex.^a diz que na data da morte de Camões, eu, na indicação da verba, que representa a quota parte da tença anual vencida até essa data.

No artigo anterior expuz sumariamente as razões em que fundamentava tal asserto. S. ex.^a não as acha nem prova, nem demonstração sufficiente.

Acrescentarei, pois, mais algumas considerações ás que anteriormente apresentei, e Deus queira que seja mais feliz agora.

Na *Ementa* ha quatro asserções: — que a Camões foi concedida uma tença de 15~~0~~000 réis annuaes; — que na data da sua morte lhe eram devidos dessa tença 6~~0~~755 réis; — que a origem da contagem do tempo da divida erá 1 de janeiro; — que o poeta morrera em 10 de junho; as quaes constituem os dados de um *problema mais que determinado*. Sendo estes dados desharmonicòs, como é evidente, segue-se que algum, ou alguns deles, separada ou conjuntamente, está errado. E nestes casos, para reconhecer onde está o erro, pode empregar-se, com exito, o seguinte processo: resolver o problema considerando saporadamente cada um desses dados como incognita, havendo a maxima probabilidade de estar errado aquelle, ou aquelles, em que o resultado fôr mais aceitavel, e de estar certo aquelle em que o valor achado fôr absurdo.

Aplicando este criterio, vê-se:

- a) que para valor da tença annual se encontra 15~~0~~11 $\frac{1}{8}$, evidentemente absurdo; logo, na verba 15~~0~~000 réis da *Ementa* não deve existir o erro; demais a exactidão desta verba por ninguem foi contestada;
- b) que para valor do numero de dias pelos quaes a tença era devida se acha 162 $\frac{3}{25}$, e como este

numero representa o tempo, que medeia entre duas datas, para poder ser fraccionario, era necessario que uma ou as duas tambem o fossem, o que é absurdo; logo as datas indicadas na *Ementa* para origem da contagem do tempo, e a da sua terminação, isto é, a da morte do épico, devem estar certas :

c) que para valor da quota parte da tença devida se obtem 6⁷⁵⁰, numero aceitavel, e que joga perfeitamente com os outros dados; logo, é na indicação desta verba que a *Ementa* está errada.

Se além disto, que já se me afigura concludente, se notar que o primeiro, terceiro e quarto dados são afirmações de factos, cuja origem é documental, e que não existe entre eles a minima relação de dependencia, ao passo que o segundo só póde ser determinado, sendo conhecidos os outros tres, e é o resultado de operações aritmeticas, de fórmula que estando sujeitos a todas as causas de erro dos outros, ainda pode ser possivel do erro proveniente dessas operações, deve concluir-se com o maximo grau de probabilidade, ou antes com certeza que o erro da *Ementa* está na indicação da quota parte da tença devida, isto é, na verba 6⁷⁵⁵; tanto mais que é desconhecida a existencia de qualquer documento, que possa invalidar a exactidão dos outros dados.

Camões morreu, pois, a 10 de junho.

Tal o metodo que adoptei, tal o processo que segui, tais os resultados a que cheguei, que se me afiguram logicos, seguros e aceitaveis.

A diferença entre b_j b_{ij} c_i b , como se lê na *Ementa*, e b_j b_{ij} c_l , como corriji, pareceu-me e parece-me de facil explicação, pois se limita a estar escrito a mais um b no grupo das dezenas e nas unidades do numero, quando nos dos milhares e centenas, em cada um deles, existia tambem um b .

A isto chama o sr. Jordão de Freitas força de ima-

ginação. Será; mas pelo menos ha de concordar que a minha argumentação e conclusões são tão aceitaveis como as suas, quando supõe que o erro da *Ementa* consiste em se ter escrito *dez* em vez de *doze*.

*

*

*

Como eu tivesse escrito «o erro seria mais facilmente explicavel se fosse possível escrever-se, e lá estivesse escrito *b l. . .*», convida-me o sr. Jordão de Freitas a indicar-lhe exemplos do caso que figurára. Mas se eu clara e nitidamente digo *se fosse po sivel escrever-se bl*, é evidente que não admitto a possibilidade de se escrever tal incorrecção, sem se cometer erro crassissimo, como quer s. ex.^a que eu lhe apresente exemplos de tal hipotese? Sobre este ponto ainda o sr. Jordão de Freitas acrescenta: não se «esqueça, porém, de que nesta sua hipotese, em vez dos tais 6 \pounds 750 teriamos 6 \pounds 745». Salvo o devido respeito, nessa hipotese não teriamos 6 \pounds 745, mas sim um numero incorrectamente escrito; teriamos um grupo de caracteres sem significação alguma aritmetica, e nada mais; *bl*, que eu saiba, não significa coisa alguma; 45 escrevia-se no fim do seculo XVI, como s. ex.^a sabe tão bem ou melhor do que eu, assim: *Rb*.

*

*

*

Criticando o modo porque fiz as operações, diz o sr. Jordão de Freitas que eu, para obter a quota parte da tença diaria 41 $\frac{2}{3}$, computei os mezes do ano

a razão de trinta dias cada um, ou o ano de 360 dias ao passo que contei *todos* os dias, que *effectivamente* decorrem de 1 de janeiro, a 10 de junho, isto é, contei 31 dias nos mezes de janeiro, março e maio, 30 em abril, 29 em fevereiro e 10 em junho. Não ha duvida que assim fiz; mas nem porisso deixei de ser razoavel, nem logico, como s. ex.^a diz. Fiz o que habitualmente toda a gente, que faz contas desta natureza, faz, fez e ha de continuar a fazer, e que só em casos muito excepçionaes deixa de praticar-se. É isso costume e processo que, de ha muito, entrou na pratica corrente, e não ha fugir-lhe. Não é matematicamente exacto, mas commercialmente correcto. E se não diga-me o sr. Jordão de Freitas, sempre que a ocasião se lhe tem proporcionado, se não tem operado assim?

*

*

*

Explicando o processo, que seguiu para chegar a conclusão de que Camões morreu a 12 e não a 10 de junho diz o sr. Jordão de Freitas «... limitei-me tão sómente a verificar se estava ou não bem posta e resolvida a proporção estabelecida nos termos apresentados na *Ementa* a saber :

$$\begin{array}{r} 15000 - 6755, \\ \hline 965 \quad 162 \end{array}$$

Reconheci que não; e procurando onde poderia estar o erro, achei que a equação ficaria bem substituindo os 162 por 164, isto é, passando de 10 a 12 à data, em que a Ementa fixou o limite final do periodo vencido a pagar».

Mas, salvo o devido respeito, se a proporção estava mal, não ficou melhor depois de emendada. Effectivamente se o quociente da divisão de 15000

por 365 não é igual ao quociente da divisão de 6755 por 162, da mesma forma não é igual por 164. E não podia deixar de assim ser, porque o sr. Jordão de Freitas suppondo errado o numero 162, só tinha um meio de determinar o verdadeiro, que o devia substituir na proporção, meio que consistia em multiplicar 365 por 6755 e dividir este producto por 15000, obtendo como quociente, não 164 exactos, numero que s. ex.^a adoptou, mas 164 223/600, que é o numero certo.

E cabe-me aqui protestar contra a phrase do sr. Jordão de Freitas «... mudança (*doze* para *dez*) tanto mais facilmente explicavel quanto é certo que, ao contrario do que insinua o sr. V. o dia do mez vem indicado na Ementa por extenso; isto é *dez* e não *x*.»

Nunca na minha vida fiz uma insinuação; é arma de que em circumstancia alguma me servi. As minhas palavras foram. «Mas no documento original estará escrito *dez* ou *x*...? Não tendo porém visto o documento, senão na transcripção do *Diario de Noticias*, e não tendo probabilidade, na ocasião presente, de o poder examinar, limito-me apenas a formular a hipótese, provavelmente injustificada».

Quem pode ver aqui uma insinuação, tanto mais que, como eu previra, e o sr. Jordão de Freitas confirma no seu ultimo artigo, as verbas 6755 e 15000 estavam incorrectamente transcriptas? S. ex.^a foi tão injusto comigo que nem quiz notar que, apesar dessas incorrecções evidentes da transcripção, que justificavam a suspeita da existencia de outra possivel, eu formulando a hipótese, acrescentava realmente que *ela era provavelmente infundada*.

*

*

*

Por fim o sr. Jordão de Freitas conclue assim o seu artigo :

«E por aqui me fico, perguntando a mim mesmo : por que motivo o sr. V. não se entreteve em contradictar tambem a segunda parte do meu artigo de 8 do corrente, quando apresento as razões que tenho para duvidar de que o ano da morte do poeta não seja MDLXXIX em vez de MDLXXX?».

Como a pergunta me é evidentemente dirigida, vou responder-lhe com toda a sinceridade.

Não versei a questão levantada na segunda parte do seu artigo, porque para o fazer era necessario estar preparado com estudos que não fizera, com o resultado de investigações a que não procedera, com habilitações que não possuia, com a pratica de metodos e processos muito differentes dos que habitualmente estou acostumado a usar no exercicio da minha profissão,— em suma, por' me faltar a competencia para o poder fazer conscienciosamente. Demais é trabalho que já estava feito, e por quem melhor do que ninguem o podia fazer, pelo proprio sr. Jordão de Freitas, na primeira parte do seu artigo. Em verdade, a primeira e a segunda parte do artigo do sr. Jordão de Freitas são antinomicas e contradictorias. Conclusões da primeira excluem completamente a existencia das da segunda e vice-versa, como é facil demonstrar.

Se a origem da contagem do tempo pelo qual era devido a quota parte da tença é 1 de janeiro; se o periodo pelo qual ela era devida eram 164 dias; e se esse tempo terminou em 12 de junho, evidentemente isto só se podia dar num ano bissexto, e não sendo

1579 bissexto, segue-se que Camões não morreu nesse ano, mas sim em 1580, que é o unico, por outra ordem de razões, que satisfaz.

Se porém é verdade que Camões morreu em 1579, então os 164 dias contados a partir de 1 de janeiro atiram a morte do poeta para 15 de junho, e então tudo quanto s. ex.^a disse na primeira parte do seu artigo tem de ser posto de parte.

LUSO, 2 de julho de 1912.

V.

NB. — Tendo-se o sr. Jordão de Freitas referido a um artigo, sobre este assunto, do sr. João G. Fernandes, publicado no *Diario de Noticias* de 12 de junho, artigo de que eu não tivera conhecimento, não quiz responder a s. ex.^a sem o ter lido,— para evitar o percalço dalgum plagiato involuntario para o que me foi necessario mandar vir o jornal de Lisboa, por não me ter sido possivel obte-lo aqui, e esta foi a causa da demora da minha resposta.

Apesar de haver concordancia, em parte, entre o modo de ver do sr. João G. Fernandes e o meu, parece-me no emtanto que a explicação de s. ex.^a não é aceitavel.

No fim do seculo XVI, como s. ex.^a sabe, não se operava com fracções decimais, trabalhava-se só com quebrados ordinarios, e por isso o tesoureiro ao fazer a liquidação, como s. ex.^a diz, encontraria não 41,666 mas sim $41 \frac{2}{3}$, não podia por isso fazer arredondamentos, e teria de multiplicar simplesmente 162 por $41 \frac{2}{3}$ o que lhe daria 6:750.

No emtanto a explicação ao sr. João G. Fernandes é engenhosa, e se o caso tivesse passado na actualidade, não haveria, em meu parecer, razões de peso que a invalidassem.

Origem do Observatorio Meteorologico de Goa

No discurso proferido em 30 de abril de 1852, na sessão solemne do encerramento do anno lectivo de 1851-52, da Escola Mathematica e Militar, pelo seu director, coronel Francisco Antonio de Lemos, — discurso que foi publicado no *Boletim do Governo*, n.º 19 de serie d'aquelle anno, encontramos a seguinte noticia que refere os primordios do actual Observatorio Meteorologico d'esta cidade :

« Neste anno foi o conselho incumbido pelo Governo de apresentar todos os mezes as observações meteorologicas que desde certo tempo sahiam com grandes interrupções do Arsenal da Marinha, considerada esta Repartição menos propria para aquelle fim ; e o conselho, ainda que vencendo grandes difficuldades, sendo a principal a falta absoluta de bons instrumentos, cuidou desde logo, nesta proficua tarefa, encarregando-a particularmente a um dos seus membros, o capitão engenheiro Candido José Mourão, ficando sujeitos os seus trabalhos diarios ao exame e approvação do conselho. —

A escolha correspondeu fielmente ao conceito formado, e bem estabelecido deste official, que se não poupa a incommodos, aliás fastidiosos e pensionados, para dar na maior plenitude e com a maior exacção todas as alterações meteorologicas occorridas durante tres differentes horas do dia, sem que falte ás suas obrigações diurnas de 6.ª cadeira, que dirige.

O conselho deprecou ao Governo os instrumentos de que mais carecia e já obteve alguns para melhor analyse dos phenomenos abertos neste paiz, esperando em pouco tempo alcançar os que lhe faltam que com mais perfeição e mais claramente, indiquem esses e outros phenomenos cujos conhecimentos muito influem nos sciencias physico-mathematica em geral. »

Religiosos theatinos de Goa em 1760

Duma carta de Prefeito D. Jacintho Manoel do Rego, dirigindo ao governo do Estado em 16 dezem-

bro de 1760 (L.^o das *monções* n.^o 138, fl. 46 a 49) consta que a ordem theatina tinha então os seguintes religiosos professos e noviços:

Religiosos professos.— O dito D. Jacintho do Rego, D. Sebastião do Rego, vigario de casa, deputado na Junta Real das missões, e visitador e revisor do Santo Officio,—D. Francisco Furtado,—D. Carlos Bernardo Nunes,—D. Miguel Lourenço Gomes,—D. Antonio José Pereira,—D. Agostinho Barreto e D. Caetano Hastião de Faria, estando estes dois ultimos na missão de Sumatra.

Noviços que deviam professar em janeiro de 1761—Os sacerdotes José Antonio de Albuquerque, Antonio Parras e Celestino de Miranda.

Irmãos leigos—Antonio Borges, portuguez, professo, e Domingos de Souza, natural de Goa.

Admittidos para entrarem na religião—Jacome (?) de Nazareth, Domingos Gago e Cypriano João Godinho, sacerdotes, — e Custodio Caetano da Gama, sub-diacono.



Corrigenda — A pag. 211, lin. 27, onde se lê 1175, lêa-se 1675.



Publicações recebidas em 1912

Muito se agradecem as seguintes :

Academia das sciencias de Lisboa — Boletim da segunda classe — vol. IV, fasc. n.º 6 e 7 — Lisboa, Imprensa Nacional, 1911.

— » — *Catalogo Bibliographico* das publicações relativas aos descobrimentos portuguezes, por Z. Consiglieri Pedroso — Lisboa, Imprensa Nacional, 1912.

Boletim Bibliografico da Academia das sciencias de Lisboa — 2.ª serie — vol. 1, fasc. n.º 1 — Lisboa, Imprensa Nacional, 1912.

Noticias e Documentos para a Historia de Damão — por Antonio Francisco Moniz — vol. III — Bastorà — Typographia Rangel, 1912.

Opusculos e Esparsos do 2.º Visconde de Santarém — colligidos e coordenados por Jordão de Freitas e novamente publicados pelo 3.º Visconde de Santarém — 2 vols. — Lisboa — Imprensa Libanio da Silva — 1910.

Varias communicações do Instituto Internacional de Agricultura — Roma, 1912.



Archaeological Library,

Call No. 1000-1/1

Author—

Title—

Oriental Portu-

1000-1/1

Borrower No.

Date of Issue

Date of Return

"A book that is shut is but a block"

ARCHAEOLOGICAL LIBRARY
GOVT. OF INDIA
Department of Archaeology
NEW DELHI

help us to keep the book
moving.